



História da saúde e das religiões

Cláudia Freitas de Oliveira (Org.)



COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

História da saúde e das religiões

Cláudia Freitas de Oliveira (Org.)

Sobral/CE
2020



História da Saúde e das Religiões

© 2020 copyright by Cláudia Freitas de Oliveira (Org.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Coordenação

Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

Conselho Editorial

Antônio Maurício Dias da Costa (UFBA)
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)
Flávio Weinstein Teixeira (UFPE)
Francisco Régis Lopes Ramos (UFC)
João Paulo Rodrigues (UFMT)
James Green (Brown University)
Kênia Sousa Rios (UFC)
Paula Godinho (Universidade Nova de Lisboa)



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão

Revisão textual de responsabilidade dos autores

Diagramação

Lucas Corrêa Borges
João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

H673 História da saúde e das religiões. / Cláudia Freitas de Oliveira. (Org.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

392p. (Coleção História e Historiografia)

ISBN: 978-65-87429-66-3 - papel

ISBN: 978-65-87429-67-0 - e-book - pdf

Doi: 10.35260/87429670-2020

1. História da saúde. 2. História das religiões. 3. Memória. 4. Historiografia. I. Oliveira, Cláudia Freitas de. II. Título.

CDD 907.2
362.1



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Coleção História e Historiografia

Esta coleção de livros que apresentamos para vocês é mais um produto de parceria iniciada em 2006, entre programas de pós-graduação em História das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2020, com uma rede de colaboração e intercâmbio ampliada, formada por UFC, UFPE, UFPA, UFMT, UFPI, UFRN, UFBA, UFRPE, UFAM e Unifap, realizamos, entre 04 e 06 de novembro, o VI Seminário Internacional História e Historiografia. O evento, que deveria ter ocorrido presencialmente, em Fortaleza, no Campus do Benfica, na Universidade Federal do Ceará, acabou acontecendo de forma remota, por conta da pandemia de Covid 19. A manutenção do Seminário diz não somente de nosso esforço e ousadia em realizar um trabalho conjunto, descobrindo e aprofundando temas, debatendo e cruzando abordagens plurais, mas endossa nossa capacidade de resistência.

Os últimos anos trouxeram profundas dificuldades para a sobrevivência e realização das atividades das universidades públicas brasileiras, com abruptos cortes de recursos, redução da autonomia universitária e negação da ciência. Mas, especialmente, para os que produzem conhecimento na área de Humanas, os desafios são ainda maiores. Passam por campanhas que envolvem o desprestígio, acusações e perseguição. Para os historiadores brasileiros há um explícita tentativa de descredenciamento do saber produzido e acumulado em diferentes âmbitos de sua produção, especialmente em temas do

tempo presente, indiferença por métodos de pesquisa e construção de narrativas, além da banalização da verdade histórica, reduzida a versões interessadas sobre o passado.

Os ataques aos historiadores estão diretamente articulados a um cenário de intensa disputa política em que passados que não passaram são apropriados como instrumentos de mobilização política e conquista de fiéis. A produção histórica é relativizada por narrativas que mesclam notícias falsas e manipulação de dados e fatos, capazes de alimentar afetos e ressentimentos, no retrocesso de direitos e ameaças ao ambiente democrático.

Diante desse cenário, nossa rede de pesquisa sentiu a imperiosa necessidade de reflexão sobre a conjuntura social e política e, também, sobre as possibilidades da História em suas dimensões crítica e ética. Pesquisadores de várias universidades do Brasil e do mundo reuniram-se para discutir, sob a luz do tema *Os Usos Políticos do Passado* em conferências, mesas e simpósios temáticos, os desafios e possibilidades de nosso ofício num mundo em turbulência.

A Coleção *História e Historiografia* traz um panorama atualizado sobre alguns dos principais temas e áreas de preocupação dos historiadores brasileiros na atualidade. Os textos foram organizados em 10 livros temáticos — 1) Ditadura, fontes históricas e usos do passado; 2) História, Literatura e Historiografia; 3) História, memória e Historiografia; 4) História Agrária, migrações e escravidão; 5) História, espaços e sensibilidades; 6) Experiências atlânticas e História Ambiental; 7) Intelectuais, usos do passado e ensino de História; 8) Patrimônio, memória e historiografia; 9) Culturas políticas e usos do passado e 10) História da saúde e das religiões.

Esperamos que a coleção possa dar visibilidade a trabalhos produzidos em diálogos, trocas entre pesquisadores dos mais diferentes lugares e das mais distintas abordagens historiográficas, fortalecendo o trabalho conjunto entre grupos de pesquisa das instituições envol-

vidas. Desejamos, ainda, que os textos aqui reunidos possam ajudar a renovar saberes históricos, estimulando historiadores em suas tarefas de construção de novos objetos de pesquisa ou em suas atividades de ensino nas universidades ou redes básicas de ensino, além de possibilitar, a partir da reflexão crítica, novos futuros possíveis.

Ana Rita Fonteles Duarte

Profa. do Departamento de História e Coordenadora do PPGH - UFC

Tem doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFC. É membro do corpo docente do Prohistoria (UFC). Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GPEHG/UFC/CNPq).

Ana Sara Cortez Irffi

Profa. do Departamento de História e Vice-coordenadora PPGH - UFC

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora do Departamento de História da UFC. É vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (UFC). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em História Econômica e Social - LAPHES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando, principalmente, nos temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, História do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Apresentação

O Volume X — *História da Saúde e das Religiões* é o resultado do encontro de quatro Simpósios Temáticos, dois concernentes ao campo de pesquisa da História da Saúde e dois da História das Religiões, cujas comunicações contribuíram significativamente para o fortalecimento da produção do conhecimento histórico, em seus enfoques e abordagens específicos.

Em relação ao campo História da Saúde, o volume integra as comunicações apresentadas por pesquisadores nos Simpósios Temáticos 11 e 23.

O Simpósio Temático 11 - “História e Saúde: experiências, memórias, sociedade, cultura e poder”, coordenado pelos professores, Dra. Cláudia Freitas de Oliveira (UFC) e Dr. André Luiz Dutra Fenner (FIOCRUZ—Brasília), teve como objetivo central o fortalecimento de diálogos do campo História e Saúde, inserindo-os na construção de temáticas, abordagens e tendências da investigação histórica através da discussão das experiências, trajetórias e memórias, com interface entre a história e demais disciplinas e áreas do conhecimento. Voltado para a dimensão da relação entre cultura e poder, o Simpósio visou potencializar o campo histórico e historiográfico, observando aspectos documentais e a construção teórico-metodológica das pesquisas, em espaços e temporalidades distintos. Em perspecti-

va multidisciplinar, foi oportunizada a apresentação de trabalhos de pesquisadores a partir de arcabouços conceituais e recursos metodológicos específicos, por meio da discussão de projetos de pesquisa e de intervenção, em dimensão social, relativos aos sujeitos em seus territórios e imersos em suas culturas.

O Simpósio Temático 23 — “Saúde, Gênero e Ciências: debates e perspectivas na história”, coordenado pelos professores, Dr. Luiz Alves Araújo Neto (Pesquisador INCA) e Doutoranda Thayane Lopes Oliveira (PPGHCS/COC), destacou os estudos sociais dedicados à saúde e às ciências partir de reflexões sobre gênero e feminismo. Através de diferentes prismas, os trabalhos desse campo têm mostrado como a organização de campos disciplinares nas ciências, a formulação de políticas, a formação de profissionais nas áreas científica e da saúde, a experiência individual e coletiva do adoecimento, o desenvolvimento de tecnologias, entre tantas outras pautas, são marcados por assimetrias de gênero e visões normativas da sociedade sobre o feminino. A aproximação entre saúde, gênero e ciência abriu novos objetos para a operação historiográfica, tais como: saúde reprodutiva, participação feminina nas profissões científicas, sexualização de doenças, impacto das desigualdades de gênero na saúde. No que diz respeito ao campo específico da saúde, a atuação do movimento feminista na reivindicação por uma ampliação do olhar ao feminino e às suas especificidades está diretamente relacionada à emergência do conceito de “saúde da mulher”. Dessa forma, o Simpósio discutiu aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos que colocaram a saúde da mulher, em sua concepção mais ampla, como centro de disputa e negociação entre diversos atores e instituições.

Em relação ao campo História das Religiões, o volume integra os trabalhos apresentados nos Simpósios Temáticos 17 e 37.

O Simpósio Temático 17 — “Religião, Política e Lutas Sociais no Brasil Republicano”, coordenado pelos professores Drs. Edilberto Cavalcante Reis (UECE/FECLESC) e Janilson Rodrigues Lima (UECE/FECLESC), reuniu trabalhos que trataram da relação entre as práticas religiosas e lutas sociais na história do Brasil republicano e compartilhou reflexões e leituras que envolveram católicos e suas ações políticas. Ao tratar o tema de forma diversa, o Simpósio contribuiu para o conhecimento sobre sujeitos que compuseram a história da Igreja Católica e suas ações sociais e políticas no país, por meio da apresentação de pesquisas que analisaram as fronteiras entre religião e política, sua relação com as elites, as lutas populares e os movimentos sociais durante a história do Brasil República. Com base na discussão sobre política, a partir da obra organizada por René Rémond, “Por uma história política”, em articulação com a Nova História Política, foram discutidos novos objetos e fontes para a reflexão e análise sobre religião e sua relação com a política e as lutas sociais durante os anos da história do Brasil republicano.

O Simpósio Temático 37 — “História Cultural das Religiões”, coordenado pelo professor Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (UERN), abrigou pesquisas que elegeram o fenômeno religioso como objeto de estudo. O Simpósio fomentou investigações sobre diferentes religiões, religiosidades e espiritualidades a partir da abordagem da História Cultural. Intencionou-se consolidar um espaço de reflexão para o debate de apropriações, representações e práticas do campo religioso, ao abrigar temáticas relacionadas à constituição da diversidade religiosa brasileira. As histórias dos mais diferentes segmentos religiosos, tais como: católicos, religiões de matriz africana, evangélicos e espíritas, encontraram no Simpósio uma possibilidade de interlocução.

Em sentido amplo, o Volume X — *História da Saúde e das Religiões* contribuiu para a promoção de troca de experiências, o estabeleci-

mento de encontros, desenvolvimento de interfaces e fortalecimento de redes de pesquisadores, ancorados em referenciais teóricos, metodológicos e empíricos específicos e abertos à construção de diálogos, em fronteiras de saberes.

Boas leituras!

Cláudia Freitas de Oliveira

Profa do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História - UFC

Tem doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Profnhistória (UFC). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História Social (UFC) e coordenadora do GEP: História, Loucura e Saúde Mental (CNPQ).

Sumário

História e Saúde experiências, memórias, sociedade, cultura e poder

Discursos higienistas e a construção do espaço da morte na vila de Conceição do Azevedo (Jardim do Seridó, RN — 1856-1903) / 15

História da pesquisa em enfermagem: análise da produção científica do curso de enfermagem de uma IES privada de Fortaleza / 29

A leitura sobre Cícero Doido: análise das definições médicas e jurídicas sobre a loucura em Caicó na década de 1940 / 41

A lepra e a letra: um doente e suas múltiplas temporalidades na cidade de Belém, século XX / 57

Criminalização e patologização: mulheres presidiárias do Ceará (1970) / 75

Estado, caridade e filantropia: a assistência à infância nas páginas do jornal O Diário Oficial / 91

Médicos Cearenses em Matérias de Jornais: aspectos da saúde mental nos anos de 1980 e 1990 / 111

Memórias fúnebres de Zacheu Cordeiro: a morte do homeopata / 125

A tísica e os operários têxteis em Fortaleza: um vínculo estreito (1933 - 1950) / 143

As peculiaridades da saúde e das doenças entre os povos indígenas no Ceará (1988-2020) / 159

Religião, Política e Lutas Sociais no Brasil Republicano

A ação da Igreja Católica e a sua presença entre os trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933) / 177

A perseguição às prostitutas e a ação pastoral do “Ninho Cearense” (Fortaleza, 1960 — 1980) / 195

Cáritas diocesana de Limoeiro do Norte: experiências de luta e fé no Médio e Baixo Jaguaribe-CE (1990 — 2014) / 211

Entre a filantropia e o poder local: os salesianos na cidade de Recife (1892-1906) / 225

Catolicismo e a face rural do Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 / 233

Clero católico e movimento estudantil no Maranhão: ensaio sobre as lutas e resistências em cenário da redemocratização do Brasil / 243

“União pelo Ceará”: articulação política e anticomunista na/pela imprensa cearense de 1962 / 261

Leigos progressistas e Igreja Popular em Conceição do Coité nas décadas de 1970 e 1980 / 275

A trajetória da Diocese de Porto Nacional na construção de uma comunidade imaginada / 293

Saúde, gênero e ciência debates e perspectivas na história

Sobre corpo, tempo e torpor: a produção do discurso médico em Fortaleza nas décadas de 1920 e 1930 / 311

Os aspectos da maternidade a partir do médico Fernandes Figueira (1920) / 327

“Falar de mãe para mãe, mulher para mulher”: as visitadoras sanitárias do SESP na Amazônia paraense em tempos de guerra / 341

História Cultural das Religiões

Patrimônio religioso e ensino de história: as práticas de religiosidade popular na praça padre João Maria / 359

O inimigo na sala de estar: as Assembleias de Deus e os debates em torno da televisão e de um Brasil moderno / 371

Índice remissivo / 389

História e Saúde
experiências,
memórias,
sociedade, cultura e
poder

Discursos higienistas e a construção do espaço da morte na vila de Conceição do Azevedo (Jardim do Seridó, RN — 1856-1903)

Luana Barros de Azevedo¹

INTRODUÇÃO

O referente artigo é um apanhado geral da minha dissertação em História, cuja pesquisa a nível de mestrado teve como intuito investigar os fatores que levaram à construção do cemitério público da povoação de Conceição do Azevedo — atualmente Jardim do Seridó, município localizado no interior do Rio Grande do Norte — e como esses fatores implicaram nas mudanças culturais fúnebres, os processos sociais sobre a percepção da morte e do morrer, assim como a representação do espaço a partir da segunda metade do século XIX e início do XX. O cemitério discutido na referida pesquisa continua sendo utilizado desde 1858, ano em que se deu a bênção solene da sua construção foi feita em terreno doado pelo senhor Antonio de Azevedo Maia (3º), juntamente com sua esposa Úrsula Leite de Oliveira, filho e nora, respectivamente, de Antonio de Azevedo Maia (2º), fundador da fazenda Conceição do Azevedo, onde posteriormente se tornou a cidade de Jardim do Seridó.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Acesso ao Currículo Lattes no link: <http://lattes.cnpq.br/1456176555770940>.

A bênção litúrgica do cemitério se deu no dia 12 de março de 1858, pelo Padre Francisco Justino Pereira de Brito. A influência do Estado e dos clérigos nas construções de cemitérios extramuros no país foram questões pensadas como relação entre poderes políticos e religiosos a respeito dos discursos higienistas e os espaços da morte, no século XIX.

A impressão que o leitor terá, acredito, é que se trata de um recorte temporal longo, abarcando tempos diferentes como a segunda metade do século XIX até o XX, no entanto, neste período de tempo foram analisados apenas fatores condizentes com as palavras-chave “higienismo”, “cemitério”, “ritos de morte”. Não se trata de uma longa pesquisa, por uma jornada de dois séculos. Mas, sim, de uma pesquisa que fez análise de séries documentais a um prazo de pouco mais de 50 anos (1850-1904), valendo-se com o objetivo de entender as mudanças na percepção da morte, dos mortos e a criação do cemitério público. “Dessa forma, a estrutura inclui cronologicamente vários tipos de combinações de séries, ou seja, várias conjunturas. E é a partir do exame atento dessas conjunturas sucessivas e de seus traços diferentes e comuns que essa estrutura é atualizada” (FURET, 1995, p. 60).

Por meio da presente pesquisa, entendi que a construção de cemitérios extramuros no país estava associada aos fatores de saúde e higiene pública. Logo, quando houve surtos de doenças e pestes, resultando em um crescente número de mortos, a preocupação com esses acontecimentos se deu de forma alastrante. O cemitério, dentro da igreja, passou a ser pensado enquanto espaço de morte e de contágio de doenças, logo, foram traçados planejamentos a respeito de como seria construído o espaço da morte, tanto quanto sua distância da população.

Dessa forma, o cemitério não era apenas um espaço sagrado em que as pessoas confiavam seus corpos pós morte para o descanso eterno. Para tanto, as modificações que levaram à construção de um novo modelo de cemitério, que atendessem às normas e

preocupações com a saúde pública, tinham que se valer de uma cadeia bem maior, que os planejamentos sanitários. A esse respeito, deveria modificar uma crença de séculos, que era o enterramento “próximo aos santos”, ou seja, dentro das igrejas.

Por meio do espaço cemiterial, fiz observações a respeito dos fatores que contribuíram para a construção do cemitério público de Jardim do Seridó, por volta de 1850, e como esse, então, “novo espaço da morte” teve implicações de um contexto cultural e social mais amplo, tendo em vista o tempo e espaço. Por meio desse viés, busquei entender o que influenciou as transformações nos ritos fúnebres e, assim, a percepção da morte e do morrer.

Nas procuras infundáveis de fontes que permearam essa pesquisa, foi a mim cedida uma cartilha² que achei no mínimo interessante e a analisar no decorrer da pesquisa. Trata-se de um livrinho, datado de 1871, onde havia escrituras sobre comportamento que um bom cristão deveria seguir. Quando próximo da morte, era recomendado ao cristão, que estava lamentando seus últimos minutos de vida, preparações para uma boa partida e o ganho eterno do reino dos céus. O capítulo que se destinava a esse acontecimento, em especial, era intitulado de “Preces para dispor a bem morrer”. Neste capítulo da cartilha é possível observar as recomendações de orações e preces que tinham descritos a respeito do trato com o corpo, as orações e todo o processo que deve-se obedecer antes de morrer. Essa recomendação foi comparada aos descritos pelo ritual da boa morte, estudado por Philippe Ariès (1989; 2014), para que houvesse uma comparação.

A esse respeito, busquei entender como os ritos fúnebres mudavam com a percepção da morte e do morrer, tendo em vista toda a relação que se tinha por trás dos preceitos ditados pelos

2 A cartilha foi escrita por Antonio Pimentel em 1871, e compreendia, de forma mais clara que a Bíblia, a doutrina da religião Católica.

discursos médicos e higienistas, assim como o Estado e a Igreja. Parto do pressuposto de que os ritos fúnebres e a percepção da morte fazem parte de uma construção cultural, em constante mudança, de acordo com o tempo e espaço em que estão inseridos. Por esse motivo, utilizo da fala de Jean-Claude Schmitt na descrição do que entendo sobre os mortos, de forma a pensar que “Os mortos têm apenas a existência que os vivos imaginam para eles. Diferentemente segundo sua cultura, suas crenças, sua época, os homens atribuem aos mortos uma vida no além, descrevem os lugares de sua morada e assim representam o que esperam para si próprios” (SCHMITT, 1999, p. 15).

A CULTURA DA MORTE E O ESPAÇO CEMITERIAL

O espaço da morte, cuja presente pesquisa buscou abordar, se encontra na cidade de Jardim do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, que por tempos tomou algumas denominações, uma vez que do século XVIII ao XXI, passou por nomes como Fazenda Conceição do Azevedo, Povoado Conceição do Azevedo, Cidade do Jardim, Veneza Seridoense e, atualmente, Jardim do Seridó.

Na povoação de Conceição do Azevedo, última década do século XVIII, deu-se início à construção da capela de Nossa Senhora Conceição, que também serviu como lugar de enterramento até a construção do cemitério público. A capela, atualmente, é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Jardim do Seridó, nela, os fiéis fazem suas preces, celebram missas e comemoram, anualmente, a Festa de Nossa Senhora da Conceição, que é no mês de dezembro. A capela, construída no final de XVIII, faz parte da história religiosa da cidade, na qual foi o marco físico da religião católica, na então Fazenda Conceição do Azevedo, construída por Antonio de Azevedo Maia (2º), descendente europeu que construiu fazenda de criar gado nas ribeiras do Seridó, onde hoje são terras que compreendem a cidade de Jardim do Seridó.

A capela construída foi pensada para celebrar missa bem comum aos preceitos cristão, mas foi, também, e sobretudo, construída com o propósito de servir como lugar de enterramento para Antonio Azevedo e sua família. Por uma herança colonial europeia, as capelas construídas serviram como cemitérios. Os enterramentos eram feitos no exterior e no interior das capelas. O terreno que circunscrevia a capela era chamado de adro e destinava-se ao enterramento das pessoas mais comuns, já o interior das capelas era reservado àqueles que, na maioria das vezes, faziam parte de famílias abastadas.

O adro era verdadeiramente conhecido como o cemitério, que consistia no espaço em frente, nos fundos ou ao redor das capelas e igrejas. A classificação espacial das igrejas e capelas eram simbólicas, referente ao lugar destinado ao enterramento, pois quanto mais próximo do altar, mais próximo estava-se dos anjos, santos, de Deus. Por esse motivo, Antonio de Azevedo (2º) solicitou a construção de uma capela próxima à sua fazenda, para servir, também, como lugar de enterramento para o mesmo e sua família. De forma significativa, ao falecer, o mesmo desejava ser enterrado próximo ao altar, acima das grades.

A respeito dos cemitérios, Jean-Claude Schmitt escreveu que nas sociedades europeias esse espaço passou por sentidos e significados diferentes ao longo do tempo, citaremos essa abordagem para pensar a respeito da construção desse espaço:

Do ano 1000 ao século XVIII, a proximidade do espaço dos vivos e do espaço dos mortos é um traço muito importante da história das sociedades e das mentalidades tradicionais da Europa. [...] No centro a igreja paroquial, depois, apertadas ao redor dela, as sepulturas do cemitério (mas, da época em que falo, as sepulturas são indiferenciadas e a terra consagrada do cemitério é assinalada, quando muito, apenas por uma única grande cruz para todos os mortos); o cemitério é cercado por um muro, sobre o qual o bispo, quando de suas visitas paroquiais, lembra constantemente a necessidade de conservá-lo para separar o espaço sagrado do espaço profano e impedir os animais de vagar entre as sepulturas (SCHMITT, 1999, p. 204).

Não se sabe, ao certo, a localização do terreno que servia para o enterramento dos abandonados em Jardim do Seridó. Procurei algum registro e não encontrei. No entanto, lembro-me de ouvir rumores de que o terreno em que hoje funciona o cemitério público, antes de sua construção, tinha função cemiterial para enterrar os não-católicos. A esse respeito, não vos dou a certeza dessa informação, por ausência de fontes suficientes, todavia, acho necessário esse parêntese como possibilidade de reflexão a respeito dos ritos de enterramento daqueles que não faziam parte da igreja, pois ela era responsável pelos enterramentos e pelos corpos, pela promessa de um bom lugar no pós-morte. Não fazer parte da Igreja poderia consistir em um isolamento da comunidade, frente aos costumes que prevaleciam na época. Dessa forma, o lugar de enterramento reflete a comunidade em que está inserido.

A HIGIENE PARA ALÉM DA CONSERVAÇÃO DA SAÚDE

Longe vão os tempos em que a hygiene era apenas considerada como arte de conservar a saude.

[...] A este pertencem hoje todas aquellas que attingem não só ao melhoramento physico e moral do homem, como também ao aperfeiçoamento e engrandecimento de suas faculdades corporaes e intellectuaes; e bem assim tudo quanto directa ou indirectamente possa contribuir para beneficia-lo na ordem social e na vida privada (LAVRADIO, 1878, p. 3)³.

A citação acima faz parte de uma Nota ao Leitor, do livro *Apointamentos sobre a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro* (1878). O estudo foi realizado pelo médico José Pereira Rego⁴ — Barão de

3 LAVRADIO, José Pereira Rego, Barão de. **Apointamentos sobre a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro particularmente das crianças**: e sobre o movimento de sua população no primeiro quadriennio depois do recenseamento feito em 1872. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221735>. Acesso em: 10 fev. 2020.

4 Como aparece escrito na abertura do referente livro, o Barão de Lavradio foi “Medico da Imperial Camara, Comendador das Ordens de Nosso Senhor Jesus Christo, Imperial da Reiz de

Lavradio, tratando, particularmente, da análise dos fatores que contribuíram para a morte de pessoas no Rio de Janeiro, sobretudo, de crianças, assim como um olhar a respeito do movimento dessa população nos primeiros quatro anos após o recenseamento de 1872.

A higiene pública passou a ser uma pauta para as principais discussões no século XVIII e, sobretudo, no século XIX, período em que a preocupação com a saúde pública gerou estudos e discursos a respeito dos espaços públicos, da vida privada e da prática social das pessoas, pois estes se mostravam fatores contribuintes para a disseminação de doenças. A partir dessa premissa, eram considerados espaços insalubres aqueles que não tinham boa circulação de ar, fazendo com que se acumulassem pessoas e, conseqüentemente, estivessem mais propícios à forma de contágio.

Na província do Rio Grande do Norte, foi a partir do século XIX que o Estado passou a mediar os centros urbanos por meio dos discursos médico e higienistas, pois segundo Angela Ferreira,

As doenças passaram a ser associadas às péssimas condições de vida geradas pela superpopulação, pela miséria, pelo excesso de trabalho, pela má alimentação e pela proximidade com os excrementos. Somando-se a isso, verificavam-se a insuficiência de ventilação, a pouca insolação das habitações e a sujeira dos logradouros públicos, como fatores mórbidos (COSTA; ABREU *apud* FERREIRA, 2008, p. 39).

As teorias higienistas estudadas nos cursos de medicina da Europa influenciaram fortemente os estudos no Brasil. Em 1846, José Ferreira Passos defendia sua tese médica, junto à Faculdade de Medicina do

Francisco José d'Austria, e de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Viçosa de Portugal, Presidente da Imperial Academia de Medicina, e da Junta Central de Hygiene Pública, Inspector de Saúde do Porto, Inspector Geral do Instituto Vaccinico, Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, formado em cirurgia pela antiga Academia medico-cirurgica da mesma cidade, Membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, efetivo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, Benemerito da Imperial Sociedade Amante da Instrução, membro correspondente da Academia medico-cirurgia de Turim, da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Sociedade de Sciencias Medicas da mesma cidade e da Sociedade Hygienica de Pariz, etc" (LAVRADIO, 1878, s/p.).

Rio de Janeiro. Com seu trabalho, Ferreira Passos buscou mostrar as influências perniciosas derivadas da prática de enterramentos nos templos religiosos. As infecções causadas pelo ar resultavam dos miasmas. Os templos religiosos, por enterrarem os cadáveres nos interiores, representavam um dos maiores proliferadores de doenças. A saber, “a casa do Senhor continuou a ser o laboratório de produtos miasmáticos, que abafavam o cheiro delicioso do incenso” (PASSOS *apud* SIAL, 2005, p. 19).

Apesar dos debates e controvérsias entre infeccionistas e contagionistas, na segunda metade do século XIX, foram tomadas providências a respeito do advento e alastramento destas moléstias. As medidas se deram por meio da observância sobre as condições sanitárias, necessárias para uma vida mais saudável da população. Nas cidades, havia a desordem dos espaços públicos, com as imundices nas ruas. Esgotos abertos, carcaças de animais mortos e em estado pútrido nos matadouros, os lixos e dejetos jogados nos rios, os corpos mortos enterrados no solo dos templos religiosos foram fatores que contribuíram para proliferação de doenças. A má ventilação desses espaços se dava por meio das ruas estreitas. Os miasmas pairavam com mais facilidade, dificultando, assim, as formas de conhecimento sobre os surgimentos e contágio das doenças (CHALHOUB, 1996; RODRIGUES, 1997; SIAL, 2005).

Pude observar que a partir de meados do século XIX, houve o debate entre os presidentes de província do Rio Grande do Norte sobre a ausência de lugares salubres na província, pois para isso acontecer, deveria haver criação de novos espaços públicos, tais como o cemitério, hospitais e matadouros. Esses três espaços passaram a ser os mais discutidos entre os médicos e higienistas, pois enterramentos no interior das igrejas, assim como hospitais e matadouros, nos centros urbanos, eram vistos como lugares propícios para o contágio das doenças que se proliferavam por meio dos miasmas⁵, como emanções ofensivas,

5 Para entender melhor a respeito dos miasmas e a descrição das doenças do século XIX, ver CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular e das ciencias accesorias**. vols. 1 e 2. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/4>. Acesso em: 05 fev. 2020.

que corrompem o ar e tornava as pessoas doentes. Os miasmas, por infectar e estarem presentes no ar, se encontravam em toda parte, pois advinham dos seres humanos, animais e vegetais.

A difusão do ar carregava, em si, a concentração de doenças, por esse motivo, acreditava-se era um dos meios de proliferação das doenças era por meio da respiração em ambientes miasmáticos, tanto quanto “As latrinas, os desagudeiros, os canos, as cloacas, os matadouros, os cemiterios, desenvolvem, sem cessar, miasmas. [...] Os miasmas desenvolvem-se em muito menor quantidade por um tempo frio e secco, e durante o dia. A humanidade quente favorece sua formação e aumenta suas propriedades nocivas” (CHERNOVIZ, 1890, p. 422).

Ao avaliar alguns relatórios e falas de presidentes de província, observei que por volta de 1856, a Província do Rio Grande do Norte foi acometida de cólera, causando uma conjuntura de preocupação por meio dos representantes responsáveis, pela ausência de profissionais da área da saúde, inclusive de espaços que pudessem atender o número de doentes. Os discursos médico e higienista, que estavam em vigor no século XIX, contribuíram para a (re)construção de espaços urbanos, assim como os cemitérios no Brasil, que, com a imposição e construção dos mesmos, houveram mudanças culturais nos ritos religiosos, os quais movimentaram as representações fúnebres e a cultura material.

Não encontrei documento que mostre a data exata em que houve a doação do terreno para a construção do cemitério, em contrapartida a isso, vi que no Livro de Tombo N° 1 (1857-1924) de Jardim do Seridó consta a informação de que o terreno do cemitério da povoação foi construído com a ajuda da população sob terreno doado por Antonio Maia (3º) e sua esposa Úrsula Oliveira, recebendo benção solene do então vigário, o Padre Francisco Justino Pereira de Brito, no dia 12 de março de 1858, no entanto, no primeiro livro da igreja, *Livro N° 1 de Óbitos (1857-1903)*, consta que desde 1857 já havia enterramento no cemitério da povoação por falecimento de cólera morbus.

A esse respeito, o cemitério foi construído em terreno que já era utilizado para enterrar os leprosos, por isso houve a bênção solene; ou

ele foi construído nesse terreno e a benção solene foi feita posteriormente, não impedindo que já acontecesse enterramentos nele, uma vez que essa era uma forma de evitar o contágio da doença na população.

Quando estava à procura de fontes escritas para a referida pesquisa, encontrei, no Museu Antonio de Azevedo Maia Júnior, em Jardim do Seridó, o *Livro 1: Qualificação dos Votantes do Município (1856-1866)*. Dentre as descrições de atas das reuniões políticas, pude observar que todos esses encontros aconteciam no espaço da sacristia da capela, servindo como lugar para reuniões políticas, que diziam respeito a questões de ordem pública.

Isso fez lembrar o que João José Reis (1991) descreve sobre as igrejas como lugares de enterramento dos mortos e a relação que os vivos tinham com esse espaço, ficando em pé sob covas, as quais poderiam representar risco à saúde, devido doenças, que se proliferavam por meio dos miasmas que, segundo o dicionário de medicina significava “emanações nocivas, que corrompem o ar e atacavam o corpo humano” (CHERNOVIZ, 1890, p. 421).

Por volta de 1862, Pedro Veloso, presidente de província, recomendava cemitérios o quanto antes para a região do Seridó, enquanto tomava os cemitérios de Jardim e Acari como “exemplos de decência”. Essa descrição fez pensar a respeito de como a população reagiu de forma a aceitar o novo lugar da morte para enterrar seus entes queridos.

Alcineia Santos, ao abordar a implementação dos cemitérios extramuros no Seridó, observou que

Apesar de essa motivação ter tido início no período das epidemias, a documentação aponta que o Seridó só veio a ter um cemitério devidamente regulamentado no ano de 1873, como parte de uma proposta de reordenamento urbano, mesmo que se tenha iniciado a construção, em algumas povoações, em 1856, conforme apontou a nossa pesquisa (SANTOS, 2011, p. 282).

No entanto, ao analisar o primeiro livro de óbito de Jardim do Seridó (1857-1903), notei que os enterramentos já eram feitos no cemitério da povoação desde 1857, antes mesmo da bênção solene, que ocorreu em 1858. Por esse motivo, observei a relevância do presente estudo, pois ao tomar o Seridó por meio das fontes advindas das freguesias mais antigas perde-se a particularidade das demais, pois o costume é um fator particular e não abrangente, como tratam da universalização da cultura popular. Contudo, foi necessário o conhecimento sobre o assunto para se entender como se deram as orientações recebidas e praticadas em situações sociais específicas.

O espaço em que se encontra o cemitério, sendo, a princípio, localizado à margem do centro urbano, foi problematizado a partir do estudo de Michel de Certeau, que, por meio das práticas dos homens, percebeu a transformação do espaço da cidade. Conforme as relações que mantém as pessoas, define-se articulações de um conjunto de elementos dispersos, tomando forma na medida em que há interação entre eles, através de ações, discursos e práticas. Assim, “a aliança da cidade e o conceito jamais os identifica, mas joga com sua progressiva simbiose: planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular” (CERTEAU, 1998, p. 172). A análise de Certeau me fez pensar sobre a perspectiva social dos espaços de mortos e vivos, tanto quanto seus agentes praticantes. Por esse motivo, foi um desafio, mas um desafio necessário, buscar entender fatores que contribuíram para a construção do cemitério sendo, a princípio distante do centro urbano e como se deu essa aproximação ao longo do tempo.

Assim, a população teve participação ativa no que dizia respeito à condução e construção dos espaços. Para Michel de Certeau (1998), o Estado e as instituições são responsáveis por regular os sujeitos através de estratégias, as quais descrevem modos de se comportar no lugar, sendo as táticas formas de escapar desses planejamentos. Por meio das táticas que o espaço é criado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, era recomendada a construção de cemitério extramuros para que a população passasse a ser enterrada neste local, pois as acomodações dos corpos mortos em igrejas e capelas, de vítimas de pestes, mostravam-se como ameaças às pessoas que frequentavam esses espaços religiosos com frequência. No entanto, era comum a recusa de ser enterrado fora dos templos religiosos. Além do estranhamento diante desse “novo cemitério”, havia, na fé religiosa, a crença de que, ao ser enterrado distante das igrejas, um afastamento do céu ou de um bom lugar no Além Mundo (ARIÈS, 2014; REIS, 1991; RODRIGUES, 1997; SANTOS, 2011).

Voltando-se para as causas que levaram a construção do cemitério no povoado de Conceição, sertão do Rio Grande, ao analisar relatos e falas dos presidentes de província, compreende-se que os discursos médico-higienistas adentraram o espaço sertanejo e foram responsáveis pela modernização das regiões sertanejas, no século XIX. Tomando o Seridó e, sobretudo, Jardim do Seridó enquanto povoado de Conceição do Azevedo, como espaços de análise, entende-se como houve o desenrolar do discurso higienista e político, no qual as preocupações só se tornaram questão de pautas para o governo quando os números de doentes e mortos tomaram proporções maiores, fazendo cada vez mais vítimas que iam a óbito no Seridó.

Nesse sentido, esses discursos higienistas se concretizaram e tiveram como finalidade a construção e modificação de uma cultura arraigada à religião, que mudava suas formas de enterramento logo após a criação do cemitério extramuros, como novo lugar da morte.

Por fim, com a presente pesquisa, entendi que ao longo da segunda metade do século XIX, o país passou por transformações significativas quanto ao trato com as doenças que preocupam a população. Não diferente dessa realidade, estava a morte e os mortos. A cidade sadia era aquela cuja ventilação e os espaços eram pensados de forma ampla,

tanto quanto a preocupação com as fontes de água e eliminação de ambientes miasmáticos localizados nos centros populacionais, tais como pântanos, matadouros e cemitérios. E que o mesmo espaço no qual ocupava vivos e mortos passou a ser visto como um fator de perigo à saúde, causando mais preocupação do que conforto espiritual.

Por esse motivo, nota-se que falar sobre os mortos, a morte e o cemitério é um fator que implica em discutir sobre a vida. Os acontecimentos e sentimentos que estão atrelados às vidas das pessoas, seja de forma cultural e/ou social. Quando se fala sobre a morte, sujeita-se a se falar sobre a vida, pois a percepção desse acontecimento faz com que as pessoas passem a se limitarem ou darem importância à vida de uma forma que haja a preocupação com o próximo também. A dor da perda mostra o quanto existe sentimento e solidariedade. O cemitério, por si só, não é apenas um lugar de acomodação de corpos mortos, trata-se de um espaço cuja cultura material, o sentimento e a memória estão impressos, pois “tudo tem alma em seus muros sagrados” (GOETH *apud* ASSMAN, 2011, p. 329).

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1989.
- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução: Luiza Ribeiro. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das cienciasaccessorias**. vols. 1 e 2. Paris: A. Roger & F. Chernoviz,

1890. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/4>. Acesso em: 05 fev. 2020.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo. Leis velhas, direitos novos: política popular e politização na revolta da Maria da Fonte. **Claves: Revista de História**. v. 4, nº 6, jun. 2018. p. 73-94.

FERREIRA, Angela Ferreira [*et al.*]. **Uma cidade são e bela**: a trajetória do saneamento de Natal — 1850 a 1969. Natal: IAB/RN; CREA/RN, 2008. 284p.

FURET, Façois. **O quantitativo em história**. *In*: História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LAVRADIO, José Pereira Rego, Barão de. **Apontamentos sobre a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro particularmente das crianças**: e sobre o movimento de sua população no primeiro quadriennio depois do recenseamento feito em 1872. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221735>. Acesso em: 10 fev. 2020.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. As leis testamentárias de 1765 e 1769 no contexto das reformas pombalinas no mundo luso-brasileiro. *In*: XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008, Seropédica/RJ. **Anais do XIII Encontro de História ANPUH-RJ**, 2008.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **Processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2011.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das igrejas ao cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. 2005. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo-SP, 2005.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os mortos e os mortos na sociedade medieval**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

História da pesquisa em enfermagem: análise da produção científica do curso de enfermagem de uma IES privada de Fortaleza

Raquel Figueiredo Barretto¹

INTRODUÇÃO

A pesquisa é uma atividade importante para a formação e atuação de qualquer profissional. É através da pesquisa que ao aluno é dada a oportunidade de confrontar teoria e prática, oportunidade de pensar para a coletividade, de consolidar interesses ou descobrir novos, oportunidade de exercer sua profissão de forma ampla, de compreender um pouco mais a realidade.

A pesquisa científica, segundo Reis, Ciconelli e Faloppa (2002, p. 51), “é o conjunto de procedimentos sistemáticos baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

O estudante da graduação tradicional é, quase sempre, apresentado à pesquisa na disciplina de metodologia da pesquisa. O comum é haver um choque de realidade: até então o estudante está confortavelmente habituado às disciplinas teóricas e precisa, de repente, deparar-se com a prática científica. A disciplina de metodologia da pesquisa é obrigatória nos cursos de graduação tradi-

1 Graduada em Letras (UECE). Mestrado em Saúde Coletiva (UNIFOR). Professora do Centro Universitário Fanor (UNIFANOR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8674003033685287>. Contato: raquelfbarretto@gmail.com.

cional, quer seja bacharelado quer seja licenciatura. Esta disciplina é quem, curricularmente, oferece aos alunos da graduação noções sobre como fazer uma pesquisa, elementos que compõem um estudo científico. Na verdade, a responsabilidade pela formação científica dos estudantes do ensino superior não é responsabilidade exclusiva do titular da disciplina de metodologia da pesquisa.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como o próprio nome diz, é um trabalho que deve ser feito no final do curso e que poderá ser desenvolvido sob as seguintes formas: projetos, monografias, análises de casos, protótipos, performances, diagnósticos, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e com os fins do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no curso de enfermagem pode ser apresentado no formato de monografia ou artigo científico. É uma exigência para a conclusão do curso constituindo-se como requisito obrigatório. Do ponto de vista acadêmico, seria a máxima da produção científica do aluno.

O conceito de monografia em Lakatos e Marconi (1995, p. 151) é “um estudo sobre um tema específico ou particular com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia”

A monografia é, sem dúvida alguma, mais que uma exigência para a colação de grau, é uma atividade indispensável para a integração teoria e prática e para a melhoria da sociedade. É uma atividade intelectual realizada pelo aluno sob orientação de um professor especialista. O trabalho deve ser concebido, realizado e elaborado respeitando os requisitos científicos, metodológicos e sob as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Este estudo justifica-se pelo interesse da pesquisa acerca da temática e surgira a partir do seguinte questionamento: Qual o perfil da produção acadêmica do curso de enfermagem do Centro Universitário Fanor?

Com base no acima exposto, esta pesquisa teve como objetivo descrever a produção científica do curso de enfermagem da FANOR

METODOLOGIA

Para que o objetivo definido acima pudesse ser alcançado, foi realizada uma pesquisa documental, estudo descritivo, exploratório com abordagem quantitativa. Trata-se de um estudo de caso, uma vez que os dados não podem generalizados.

De acordo com GIL (1994a, 1994b), a pesquisa exploratória tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

A coleta de dados foi feita no segundo semestre de 2019 através da análise das monografias defendidas e disponíveis na biblioteca da IES. O critério de escolha da instituição onde a pesquisa fora realizada atendeu à conveniência da pesquisadora. Os critérios de seleção das monografias usados foram: ser trabalho de conclusão do curso de enfermagem, estar no formato de monografia e/ou artigo, estar disponível na biblioteca para consulta da comunidade acadêmica. Os critérios de exclusão empregados foram: ser trabalho de conclusão do curso de outro curso, não estar disponível na biblioteca para consulta da comunidade acadêmica. Dessa forma nosso corpus foi composto de 561 monografias. Os dados foram lançados no Microsoft Office EXCEL e os gráficos gerados a partir dele.

RESULTADO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

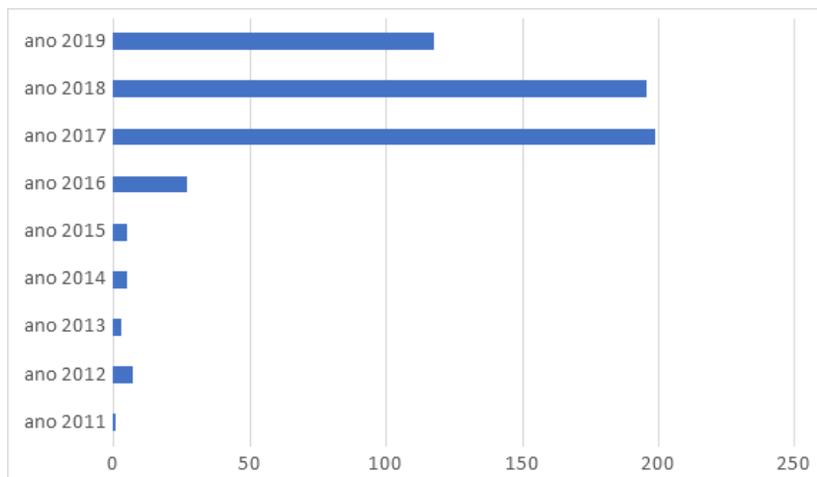
O método científico é a forma encontrada pela sociedade de legitimar um conhecimento adquirido. Devido à grande importância da metodologia científica, nosso estudo investigou a trajetória metodológica de 561 TCC1's do curso de enfermagem de uma IES particular de Fortaleza.

Sabe-se se o resumo de um trabalho científico é um texto informativo e autoexplicativo, ou seja, deve-se ter uma noção total da pesquisa apenas com a leitura do resumo². Nos TCC's da enfermagem analisados, não encontramos, com clareza, informações sobre a metodologia em apenas 2 deles. Folheando o capítulo metodologia, localizados o tipo de pesquisa que fora feito: uma pesquisa bibliográfica e outra pesquisa de campo com abordagem quantitativa.

Quando analisados os formatos dos resumos, percebe-se a predominância do resumo estruturado.

Quanto aos anos dos TCC's, a produção científica, temos (conforme o gráfico 1, abaixo):

Gráfico 1 - ano das publicações



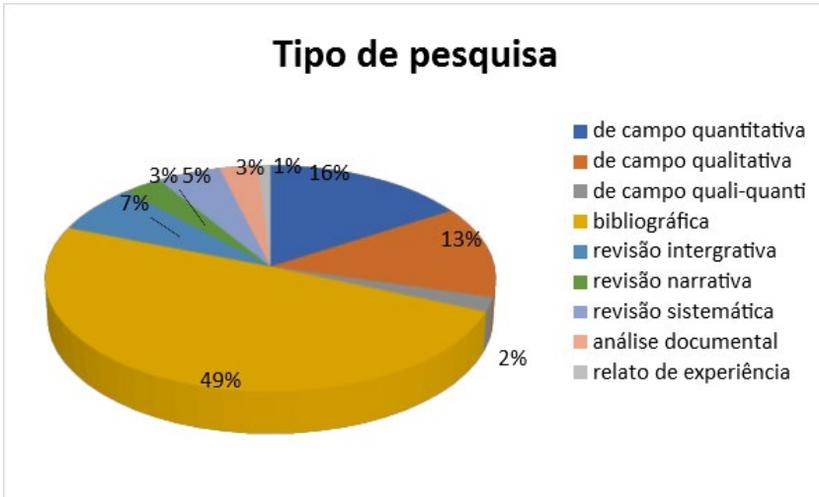
Fonte: dados da pesquisa.

A primeira turma do curso de enfermagem de referida IES pesquisada ingressou em 2008. Ou seja, os TCC's começaram a ser produzidos em 2012 (após os 5 anos do curso).

² Resumo é a versão precisa, sintética e seletiva do texto do documento, destacando os elementos de maior importância. Deve evidenciar os principais objetivos, métodos empregados, resultados e conclusões, permitindo ao leitor decidir sobre a conveniência da leitura do texto na íntegra. O resumo possibilita a maior divulgação da tese e sua indexação em bases de dados. O resumo pode ser apresentado nos formatos estruturado e com estrutura não explicitada. Ao final do mesmo devem ser indicados os descritores/palavras-chave (ABNT, 2011)

Quanto ao tipo de pesquisa realizada, temos, conforme o gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - tipos de pesquisa



Fonte: dados da pesquisa.

Não é para nós nenhuma surpresa que tantas metodologias tenham sido empregadas nas pesquisas. Sabe-se que o tipo de pesquisa atende diretamente ao objetivo do estudo.

Essa classificação entre tipos de pesquisa (pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica) é uma necessidade da ciência.

Segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 66), a pesquisa bibliográfica trata do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o mesmo.

Vale ressaltar que o levantamento bibliográfico é uma etapa fundamental para qualquer trabalho científico, pois são as leituras oriundas desses dados bibliográficos que influenciarão, através do embasamento teórico, todas as outras etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o

trabalho. Muitas vezes, os alunos de graduação têm dificuldade em entender que mesmo uma pesquisa de campo necessita de revisão bibliográfica, para referencial teórico. E o que vai definir se o estudo é bibliográfico ou de campo é o objeto e o objetivo do estudo.

A revisão narrativa ou tradicional apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão de pesquisa bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva” (CORDEIRO, 2007, p. 429). Entretanto, têm-se pesquisas bibliográficas menos amplas como: (i) A Revisão sistemática ou metodológica, que é um modelo de revisão que usa métodos rigorosos e explícitos para identificar, selecionar, coletar dados, analisar e descrever as contribuições relevantes à sua pesquisa. Quando a RS utiliza análises estatística, essas revisões são chamadas de Meta-análise (CORDEIRO *et al.*, 2007) e (ii) A revisão integrativa é um método de revisão mais amplo, pois permite incluir literatura teórica e empírica bem como estudos com diferentes abordagens metodológicas (quantitativa e qualitativa). Os estudos incluídos na revisão são analisados de forma sistemática em relação aos seus objetivos, materiais e métodos, permitindo que o leitor analise o conhecimento pré-existente sobre o tema investigado (POMPEO; ROSSI; GALVÃO, 2009), ou seja, segue um protocolo pré-estabelecido que deve orientar todo o processo de revisão, da identificação do problema, passando pela busca de informação ao Relatório final, a saber: (a) Escolha e definição do tema (elaboração da Questão), (b) 2. Busca na literatura (Amostragem), (c) Critérios para categorização dos estudos (Coleta de dados), (d) Avaliação dos estudos incluídos nos resultados, (e) Discussão do resultado, (f) Apresentação da revisão integrativa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O que também nos chamou a atenção foram as pesquisas de campo realizadas com seres humanos sem submissão/aprovação antes de um comitê de ética.

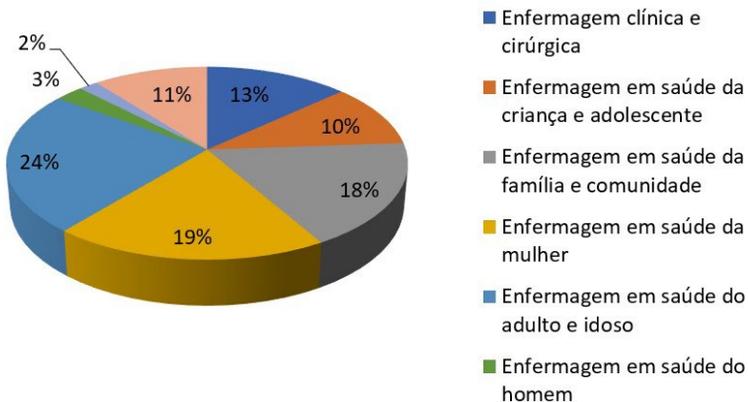
Os comitês de ética em pesquisa são responsáveis pela avaliação ética dos projetos de pesquisa; ademais, devem informar e educar seus membros e a comunidade quanto a sua função no controle social. Para alguns pesquisadores, os comitês de ética são alvo de muitas críticas; todavia, na atualidade, são imprescindíveis no campo das pesquisas e publicações médicas (BATISTA; ANDRADE; BEZERRA, 2012; MUCIOLLI *et al.*, 2008).

Talvez essa postura (ausência dos comitês de ética nos TCC's do curso) seja justificada pela demora em se obter um parecer do Comitê de ética.

Fez-se ainda um levantamento sobre as temáticas das pesquisas. Para efeito de quantificação, foram usadas as seguintes áreas: Enfermagem clínica e cirúrgica, Enfermagem em saúde da criança e adolescente, Enfermagem em saúde da família e comunidade, Enfermagem em saúde da mulher, Enfermagem em saúde do adulto e idoso, Enfermagem em saúde do homem, Enfermagem em saúde mental e Gestão em saúde. A definição dessas áreas segue a mesma nomenclatura usada pelo/no evento de pesquisa do curso de enfermagem (evento anual que ocorre no segundo semestre do ano).

Gráfico 3 - temática do estudo

temática do estudo



Fonte: dados da pesquisa.

Encontramos em bases de dados eletrônicas, estudo semelhante ao nosso. No estudo de Silva *et al.* (2009), o mesmo levantamento foi feito com monografias de graduação do curso de enfermagem. Além de um corpus bem maior, a metodologia mais empregada nos estudos da enfermagem foi a pesquisa de campo com abordagem qualitativa.

Uma análise que não estava previamente prevista, mas surgiu durante o contato com o corpus, foi a da qualidade da descrição metodológica encontrada nos trabalhos. Em todos eles encontramos um rigor descritivo quanto aos procedimentos metodológicos adotados. Nos trabalhos em que foi empregada a pesquisa bibliográfica encontramos, em todos, informações claras sobre o corpus como os critérios de seleção da amostra, os critérios de exclusão da mostra, por exemplo. E nas duas pesquisas em que fora realizada a pesquisa de campo encontramos explicações claras sobre o instrumento de coleta e/ou de análise de dados.

Além disso, quando cruzamos os trabalhos científicos que realizaram pesquisa bibliográfica com as referências bibliográficas elencadas em cada um desses estudos, percebemos uma predominância de material disponível na internet. Nos dias de hoje, a internet é a maior aliada do cientista e da ciência, pois o pesquisador tem, a um clique, todas as publicações do mundo inteiro disponíveis na tela do seu computador. A questão é o grau de confiabilidade dessas fontes bibliográficas, conforme nos chama a atenção Medeiros (2010). Cabe ao professor — orientador, entre outras coisas, orientar seu aluno acerca de como, onde fazer a pesquisa na internet. E o professor-orientador ainda tem mecanismos de verificar, além da origem das fontes, o quanto o aluno conseguiu apreender de cada leitura através de fichamentos, resumos, resenhas, discussões, textos-sentido.

A comunidade acadêmica da IES em questão tem acesso, gratuitamente, a base de dados EBSCO.

Quando falamos em pesquisa naturalmente pensa-se logo em leitura. E essa é uma preocupação constante na vida de qualquer professor-orientador. E sendo a enfermagem uma ciência que pro-

duz estudos bibliográficos, não há como dissociar a leitura da prática da produção acadêmica.

A disciplina de TCC é muito mais que um “fazimento” de monografia. É a oportunidade do aluno vivenciar os conceitos teóricos vistos ao longo da graduação. Além disso, é a oportunidade de contribuir para com a comunidade em que estamos inseridos através da problematização de algum aspecto da realizada e sua posterior resposta através do estudo científico. É papel da faculdade, do ensino superior, ocupar-se também da formação científica do seu aluno.

Há uma variável no tocante à produção de uma monografia que não podemos deixar de falar: são visíveis as diferenças entre um aluno do ensino superior e um aluno secundarista; e mais ainda entre um aluno do ensino superior do turno da noite e um aluno do turno da manhã. Nos dias de hoje, principalmente no turno da noite de uma faculdade particular, o professor tem que lher dar com fatores, como os apontados em DeAquino (2007): o tempo disponível, o estresse, que comprometem diretamente à qualidade da monografia que o aluno produz.

Fazer pesquisa não é fácil, nem rápido como nos aponta Adeodato (2010) pois a mesma nos toma tempo, exige grande esforço e dedicação, além da não existência de recompensas nem de resultados imediatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos perceber com este estudo que há, entre os concludentes do curso de enfermagem a prevalência de estudos bibliográficos se comparada aos demais tipos de pesquisa.

Os possíveis motivos para tantas pesquisas bibliográficas podem ser: (i) o estágio científico inicial em que se encontram os estudantes da graduação, cheios de dúvidas quanto à área de atuação, à linha de pesquisa em que pretendem atuar; (ii) à dificuldade de realizar pesquisa de campo tanto do ponto de vista da prática científica (aplicação de questionário e/ou entrevista com os sujeitos) tanto quanto o tempo disponível

para a realização da monografia (envio do projeto para comitê de ética, aprovação do comitê, coleta de dados em campo).

Vale ressaltar que não há nenhum desmerecimento em realizar pesquisa bibliográfica. Ao contrário, é a pesquisa bibliográfica quem cumpre o papel de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o mesmo, conforme nos mostra Lakatos e Marconi (1987, p. 66). A pesquisa de campo também tem sua importância, não estamos dizendo o contrário, mas não é a única forma de compreender um fragmento da realidade. E mais: o fato da pesquisa ser de campo não nos garante que a investigação fora bem realizada.

Não tivemos, em nenhum momento, o propósito de avaliar o curso de enfermagem onde coletamos os dados. Queríamos apenas descrever a trajetória metodológica empregada nas monografias do curso. Dessa forma, após os dados apresentados por este estudo, pode-se pensar em ações, intervenções que contribuam para a melhoria desse aprendizado tão importante que é como fazer uma pesquisa científica.

O mais interessante, e que não poderíamos deixar de destacar, é que este estudo, também já nos forneceu subsídios para as próximas pesquisas: investigar qual a dificuldade do professor-orientador durante o processo de produção da monografia, investigar qual a dificuldade do aluno-orientando durante o processo de produção da monografia. Temos muito trabalho pela frente, investigar quais as ações que as IES oferecem para sanar tais dificuldades.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Normalização de trabalhos Acadêmicos ABNT NBR 14724** — 2011 — Informação e documentação — Trabalhos Acadêmicos. Disponível em: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/NBR_14724_atualizada_abr_2011.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

BATISTA, Kátia Torres; ANDRADE, Rildo Rinaldo de; BEZERRA, Nilzete Laurentino. **O papel dos comitês de ética em pesquisa**. Disponível em: [www.scielo.br › pdf › rbc](http://www.scielo.br/rbcp)p. Acesso em: 29 nov. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CONEP). **resolução 466 do CNS que trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. 2011.**

Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html#:~:text=A%20resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20466%2F2012,Ordin%C3%A1ria%2C%20em%20dezembro%20de%202012. Acesso em: 20 out. 2020.

CORDEIRO, Alexander Magno *et al.* *Revisão sistemática: uma revisão narrativa.* **Rev. Col. Bras. Cir.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912007000600012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Dec. 2020.

DEAQUINO, Carlos Tasso Eira. **Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994a.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica.* 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MUCCIOLI, Cristina *et al.* **Relevância do Comitê de Ética em Pesquisa nas publicações científicas.** *Arq. Bras. Oftalmol.*, São Paulo, v. 71, n. 6, p. 773-774, Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492008000600001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27492008000600001>.

REIS, Fernando Baldy dos; CICONELLI, Rozana Mesquita; FALOPPA, Flávio. Pesquisa científica: a importância da metodologia. **Revista Brasileira de Ortopedia.** v, 37, n. 3, p. 51-56, 2002.

SILVA, Valdete da *et al.* Análise dos trabalhos de conclusão de curso da graduação em enfermagem da UNIMONTES. **Revista Eletrônica de Enfermagem [Internet].** V, 11, n, 1, p. 133-143, 2009. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n1/pdf/v11n1a17.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

A leitura sobre Cícero Doido

Análise das definições médicas e jurídicas sobre a loucura em Caicó na década de 1940

Sérgio Medeiros de Almeida¹

INTRODUÇÃO

Partiremos nosso estudo a partir do caso do Sr. Cícero Leandro da Silva, vulgarmente conhecido por “Cícero Doido”, natural da cidade de Caicó do estado do Rio Grande do Norte, nasceu por volta do ano de 1920 (o único documento dele é o seu atestado de óbito), um homem solteiro e analfabeto, filho de José Leandro da Silva e Dona Vicência Teodora do Nascimento; sem ter residência certa, ou seja, morador de rua naquela cidade. Em especial, iremos nos voltar para a análise do processo que foi instaurado contra o mesmo. O Processo de Medida de Segurança encontramos através de pesquisas realizadas no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no Fundo da Comarca de Caicó, na Caixa 230, de 1942, tratando o Cícero como um “deficiente mental”, natural de Caicó.

O saber e a prática sobre a loucura no Brasil apresentam uma evolução tardia, no sentido das construções de hospitais e de um saber

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará, <http://lattes.cnpq.br/7114156495578225>, sergioalmeida94@gmail.com.

entendido como legítimo para o diagnóstico do que chamavam de ‘doente mental’. No século XIX, no Brasil, é fundamental observar a importância das Casas de Caridade, ou Santas Casas, (ou ainda casas de misericórdia) e o papel imprescindível, desde o início do período colonial, no acolhimento as pessoas com agravos à saúde ou com alguma queixa social. Em 1841, tem a criação, no Rio de Janeiro, do Hospício Pedro II, posteriormente denominado Hospício Nacional de Alienados, que somente foi inaugurado em 1852, como sendo a primeira instituição específica e especializada para o tratamento da loucura (MACHADO, 1978).

Há, no século XIX, uma busca de se explicar a loucura pelo método do discurso científico, sobretudo o discurso médico, onde fazia as prescrições de que tipos de tratamentos deveriam ser feitos com aquelas pessoas que fugissem da “norma” social, os primeiros tratamentos que eram de preferência dos médicos eram a viagem, o repouso, o passeio, o retiro, o corte com o mundo vã e artificial da cidade, (MACHADO, 2009) e posteriormente, no início do XX há uma ampliação dessa discussão com o surgimento da psiquiatria, onde se começa a prática do internamento que começa a pensar a loucura como uma desordem no agir, no querer e controle das paixões e tomada de decisões desses indivíduos que não se enquadrasse nas normas sociais vigentes da época.

É justamente nesse ponto, que o caso do Cícero será analisado, pois mesmo com todas as mudanças ocorridas em várias partes do mundo e do Brasil, em relação ao modo de tratar e cuidar daquelas pessoas tidas como loucas, a cidade de Caicó, nos idos da década de 1940, ainda permanecia deixando essas pessoas soltas pelas ruas da cidade.

O processo abarca o período de 1942-1947, desde o momento em que o acusado foi denunciado, processado, julgado e cumpriu a pena. Como veremos mais adiante, nos autos de seu julgamento consta que o Cícero havia sido denunciado por andar pelo centro da cidade de Cai-

có falando palavras de baixo calão e perturbando o sossego de algumas pessoas e ao final ele recebeu uma sentença para ser internado no Hospital dos Alienados de Natal, onde lá permaneceu por alguns anos.

No ano de 1942 foi aberto um processo de medida de segurança, para que o mesmo fosse investigado e julgado, após ser denunciado por perturbar a moral e bons costumes das famílias que residiam no espaço urbano do centro de Caicó. Sendo assim, trabalharemos com as representações e práticas sobre a loucura em Caicó. O processo pode trazer à lume o que se compreendia e o que se veiculava sobre a o louco e a loucura não apenas nos espaços sociais, mas no saber médico em Caicó, e mesmo no Brasil, da primeira metade do século XX.

O PROCESSO DE MEDIDA DE SEGURANÇA DE CÍCERO DOIDO (1942-1947)

No dia 5 de agosto de 1942, Cícero Leandro da Silva, “vulgo Cícero doido” foi autuado, na Delegacia de Polícia de Caicó, por violar, conforme os autos, o artigo 61 do decreto de lei nº3.688 de 2 de outubro de 1941. De acordo com o texto legal, Cícero foi acusado de “importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor” (CAICÓ, 1942, p. 2). A descrição feita pelo delegado, Rafael Afonso de Oliveira, seguiu a mesma definição apresentada na lei, posto que o relato apontava que Cícero vivia “perambulando pela cidade, importunando os transeuntes, com palavras e gestos imorais, altamente ofensivos ao pudor” (CAICÓ, 1942, p. 2).

No entanto, importa ressaltar que essa referência foi acrescida de outras duas expressões para caracterizar Cícero, quais sejam os de “pessoa irresponsável e contraventor”. A questão não parecia se resguardar necessariamente numa questão jurídica, Cícero, ao receber o epíteto de ‘doido’ já estava condenado a ficar à parte da sociedade, por não se encaixar nos moldes esperados para o convívio social. Por tal razão, o processo correu com certa celeridade. A denúncia foi feita dia 5 de agosto e logo depois um inquérito

policial, onde o senhor Cícero Leandro da Silva, mais conhecido por Cícero Doido, foi chamado para comparecer a Delegacia de Polícia de Caicó, onde foi instaurado um processo de Medida de Segurança no dia 11 do mesmo mês de agosto de 1942.

Apesar de relativamente recente, posto que promulgado no ano anterior ao inquérito, o artigo que tratava da importunação foi citado corretamente. O código anterior, promulgado sob as mudanças advindas com a implantação da República no Brasil, em 1890, não tratava diretamente a questão, deixando em aberto as atitudes a tomar em casos de importunação. No decreto nº 847, de 11 de outubro, em seu título III, o qual versava acerca da responsabilidade criminal, mais especificamente das causas que dirimiam a criminalidade e justificavam os crimes, os artigos apontavam:

Art 27. Não são criminosos:

§3. os que, por imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil, forem absolutamente incapazes de imputação;

Art 29. “Os individuos isentos de culpabilidade em resultado de affecção mental serão entregues a suas familias, ou recolhidos a hospitaes de alineados, si o seu estado mental assim exigir para segurança do publico”.(

Mais adiante, no capítulo IV, foram consideradas, no artigo 378, ‘contravenções de perigo comum’, sendo prevista uma pena em multa, “deixar vagar loucos confiados à sua guarda, ou, quando evadidos de seu poder, não avisar a autoridade competente, para os fazer recolher” e “receber em casa particular, sem aviso prévio à autoridade, ou sem autorização legal, pessoas affectadas de alienação mental”. Dessa forma, os chamados loucos, sendo considerados inimputáveis por esse código, não tinham culpabilidade imputadas nas suas ações.

A mudança na maneira de lidar com o louco, e mesmo definir a loucura, foi fruto da busca por um ideal de progresso e de ordem trazidos pelo positivismo sobre o direito penal. Este seria pautado na periculosidade, e não na culpabilidade. Na análise de Paulo Vasconcelos Jacobina

(2004, p. 72), o Direito Penal se voltou a “prevenção de crimes futuros e inevitáveis, a serem cometidos por esse sujeito irremediavelmente mau contra os demais sujeitos irremediavelmente bons, a quem compete proteger para zelar por uma evolução adequada da sociedade” (GOMES, 1940 *apud* 1994, p. 28-29).

De seu lado, e ainda no mesmo ano da publicação do código legal de 1940, o professor Hélio Gomes, no seu livro *Noções de higiene* (1940), considerou os danos causados pela doença e seguiu enumerando, por exemplo, a possibilidade de multiplicação da doença, que geraria um dano higiênico, ou a redução da capacidade de trabalho do doente e o aumento das despesas com a profilaxia e o tratamento, um dano econômico, ou a diminuição da resistência biológica do doente, dano eugênico; atrofia de alguns sentimentos sociais pela doença, um dano social; e a tristeza, contrariedade, pessimismo, falta de fé — consequências da doença, um dano moral. Assim, “cada mal se entrosa com os demais, formando um todo: dano para o homem, isto é, dano geral para a sociedade”.

Era preciso, na perspectiva de Hélio Gomes, que representa bem a visão higienista do século XX, regrar os indivíduos de maneira a contribuir para o bem social. O direito foi, então, o recurso para pensar o lugar e a condição dos doentes, sobretudo os chamados doentes mentais. Maria Fernanda T. Peres e Antônio Nery Filho (2002, p. 343), em artigo intitulado *A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança*, apontaram que “a doença mental nesse novo código - compreendida não mais apenas como uma lesão do entendimento - não é determinante absoluta da inimputabilidade”. Nesse novo código, de 1940, ainda segundo os autores, para a determinação da imputabilidade do criminoso, estavam previstas apenas as ‘causas biológicas’, que poderiam “suprimir a capacidade de entendimento e determinação”. Assim, os entendidos como doentes mentais, embora não pudessem ser culpabilizados criminalmente, poderiam ser responsabilizados penalmente.

Essa estratégia era decorrente de um processo de organização e disciplinarização dos corpos a fim de servirem a um projeto higienista que marcou as primeiras décadas do século XX. Para o caso dos doentes mentais, a medida de segurança foi o recurso utilizado para permitir o direito penal atuar na disciplinarização de seus corpos e, por isso, seu caráter indeterminado. Ficava à escolha do juiz a determinação do tempo de tratamento, sendo fixado apenas o tempo mínimo (PERES; NEY FILHO, 2002).

Esse caráter indeterminado e a própria novidade do código podem ser percebidos no processo de medida de segurança aplicado a Cícero Leandro da Silva. No decorrer do processo, chama atenção a leitura feita pelo promotor e redigida no libelo de acusação. O acusado foi descrito pela filiação e sua condição civil e social “solteiro, analfabeto, sem profissão e sem residência certa” e o processo serviria para “averiguar a periculosidade do mesmo”. Assim, sentenciou: “Cícero Leandro da Silva é um louco. Vive a mendigar e a perambular pelas ruas dessa cidade, insultando aos transeuntes com palavras ofensivas à moral e aos bons costumes” (CAICÓ, 1942, p. 2). E seguiu em sua denúncia ressaltando que a periculosidade que o senhor Cícero Leandro da Silva representava para a cidade: desafiava a própria ordem da sociedade ao não demonstrar respeito nem as mulheres casadas, nem moças e crianças que transitavam pela cidade. A todos dirigia, segundo o relato,

pilherias indecentes e pornografias acompanhadas de gestos indecorosos ultrajando e importunando a todos, não só em lugares públicos como até na casa de particulares, provocando muitas vezes algazarra e gritaria dentro da cidade, perturbando o trabalho e o sossego alheios, pois não só de dia como também a noite essas perturbações se verificam, com violação plena da lei das contra-venções (CAICÓ, 1942, p. 9).

O uso do termo periculosidade era um artifício trazido pelo próprio código legal de 1940, uma vez que ele traduzia, em termos jurídicos, a possibilidade de realização do delito. Cícero, então, merecia atenção do poder público, na percepção do promotor, pela suposição, baseada em seu comportamento, que ele poderia cometer um crime. Nesse sentido, o Estado se via no direito de consideração do ‘fato provável’ e agia em atividade defensiva (HUNGRIA; FRAGOSO, 1978, p. 28). Por essa razão, o estado psíquico do acusado era ressaltado como provável causa de crimes, como foi com Cícero.

Assim, sendo Cícero Leandro um irresponsável porque sofre de doença mental, isto é, o seu desenvolvimento mental é incompleto ou retardado, incapaz de entender o carácter criminoso dos fatos a cima (sic) narrados, e, portanto, presumidamente perigoso nos termos do art. 78, n. 1, do Código Penal em vigor (PEREIRA, 1942, p. 2).

Cícero não estava apto à convivência em sociedade por ser considerado um doente mental. É válido considerar que, para fazer tal consideração, ainda não constava no inquérito nenhum laudo médico que pudesse basear a posição do promotor. Dessa maneira, pessoas assim consideradas eram marginalizadas e mal entendidas pelos órgãos judiciais, os quais utilizavam de adjetivos ofensivos e termos pejorativos para descrever essas pessoas tidas como “loucas”. A leitura sobre a loucura perpassa os papéis do processo de Cícero, seja pelos juristas, seja pelas testemunhas. Estudá-las permitiu ter um vislumbre das definições sociais para os chamados doentes mentais, retardados, alienistas entre tantos outros termos.

Nas folhas que seguem no processo, começam a ser feitas as inquirições das testemunhas arroladas. Inicialmente foram intimadas três testemunhas para comparecer na Delegacia de Polícia e prestarem suas devidas considerações em relação ao acusado Cícero Leandro da Silva, a saber: Milton Alves da Nóbrega, José Avelino da Silva e Cícero Pereira de Carvalho, todos residentes na

cidade de Caicó, sendo o último militar, pertencente a 5ª Companhia de Força Pública do Estado.

No primeiro depoimento arrolado, foi ouvido o posicionamento de Milton Alves da Nóbrega a respeito de Cícero. Este se apresentou como casado, com vinte oito anos de idade, comerciante, brasileiro residente na cidade de Caicó, filho de Abdon Alves da Nóbrega e alfabetizado. Por sua idade, era contemporâneo de Cícero, posto que afirmou que este deveria ter também 28 anos, muito provavelmente por isso, afirmou, em seu depoimento, que conhecia bem a pessoa do acusado e que, para ele, aquela pessoa “não era propriamente um louco e sim um imbecilizado em estado avançado”. Completou seu testemunho ressaltando que Cícero “perambulava pelas ruas da cidade, maltrapilho e proferindo palavras imorais e com gestos indecorosos perante as famílias”, o que o impossibilitava ao convívio. Assim, sentenciou “que Cícero é uma pessoa incapaz de viver solto na cidade em virtude do seu mau comportamento e modo de compostura; que Cícero é ofensivo aos ouvidos castos da juventude em virtude das palavras indecorosas que continuamente profere pelas ruas desta cidade”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o senhor José Avelino da Silva, “com trinta e cinco anos de idade, casado, comerciante, brasileiro residente na cidade de Caicó, filho de Manuel Avelino da Silva, sabendo ler e escrever”, também afirmou em seu depoimento que “conhecia bem a pessoa de Cícero Leandro, conhecido por Cícero Doido”. A respeito de sua impressão sobre o acusado, alegou que “não o tem como louco propriamente e sim um imbecilizado em estado avançado” e que vivia continuamente perambulando pelas ruas da cidade a dizer pornografias com gestos indecorosos, prejudicando a moral pública. Para finalizar, ressaltou que Cícero “era um indigente, que vivia maltrapilho e pilheriando um e outro e por vezes desferindo pilherias as famílias”, e que não tinha residência certa.

Por fim, a terceira testemunha Cícero Pereira de Carvalho, “com vinte e cinco anos de idade, casado, militar, brasileiro, aquartelado em Caicó, filho de Aluizio Pereira de Carvalho, sabendo ler e escrever”, foi o único que não disse conhecer o Cícero. Seu depoimento, ao contrário dos anteriores, se resumiu na sentença a Cícero. Para o depoente, Cícero era “um verdadeiro imbecilizado e bem assim um irresponsável”, que vivia consecutivamente pelas ruas da cidade maltrapilho, soltando pornografias e indiretas as próprias famílias, faltando com a moral de quem quer que seja. Assim como as outras testemunhas, também utilizou a expressão “imbecilizado em estado avançado” acrescentando ser “inconvenientíssimo em virtude do seu gênio”².

O aparente consenso das três testemunhas sobre Cícero Doido ser um “imbecilizado em estado avançado”, numa repetição de termos técnicos mais ajustado ao saber jurídico do que ao palavreado cotidiano, sugere uma preocupação em classificar os indivíduos a uma norma social com lugares pré-determinados. Não cabendo nas especificações de uma pessoa normal, o senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido, era classificado como um “imbecilizado em estado avançado” que perambulava as ruas da cidade proferindo pornografias e fazendo gestos indecorosos que prejudicavam a moral pública.

De outra parte, também sugere a cada vez maior prerrogativa de controle sobre os indivíduos considerados loucos ser transferida do âmbito familiar para representantes dos poderes públicos, fossem eles da esfera jurídica ou médico-hospitalar. Em consulta a um dicionário de época identificamos que o termo “imbecilizado” nesse período significava “alguém que era imbecil ou sofria de idiotia”³, indicando a preocupação de estabelecer uma relação entre o ‘retardo’

2 Em relação a outras testemunhas arroladas no processo, foram convocados os senhores Francisco Medeiros, Evaristo Severino e José Teixeira, todos comerciantes e residentes em Caicó, mas que seus depoimentos não foram possíveis encontrar nos autos do processo analisado. E como o primeiro defensor do senhor Cícero Doido, foi nomeado Agostinho Santiago de Medeiros, que em alguns momentos deixa de aparecer nas audiências.

3 Do grego idiotia «ignorância» Idiotia: Grau avançado de atraso mental e em que o coeficiente de inteligência (Q.I.) é inferior a 20 e a idade mental é igual ou inferior ao de uma criança de

observado em determinadas pessoas com uma deficiência de desenvolvimento fisiológico. Assim, o indivíduo considerado doido passava a ser assunto de saúde pública, devendo ser tratado em instituições destinadas a tal fim, posto ser “inconvenientíssimo”.

O estranhamento em relação ao louco e seu comportamento foi, como já afirmado, fruto das alterações vividas na primeira República na busca pela organização da urbe e dos corpos convenientes a ela. Em pesquisa intitulada *O Espelho do Mundo - Juquery, A História de um Asilo*, Maria Clementina P. Cunha (1986) ressaltou que, como participante da paisagem urbana, a loucura possuía uma ‘visibilidade imediata’, sendo identificada pela população por meio do vestuário extravagante, dos hábitos estranhos, da fala incompreensível, dos gestos e principalmente pelo delírio, considerado, nesta época, a forma por excelência da loucura.

Todavia, se anteriormente, no período imperial, a loucura era reconhecida pela diferença, não provocando desconforto maior, na República, a loucura passou a ser lida como um inconveniente em alto grau, como afirmou Cícero Carvalho, terceira testemunha a se pronunciar no caso de Cícero Leandro da Silva; quando o aumentativo do termo passou a ser acionado para descrever quão insustentável se mostrava a situação para a sociedade — “incovenientíssimo”.

Por tamanha inconveniência, o saber jurídico passou a ser paulatinamente amparado pelo saber médico, e, principalmente, científico. Para que se procedesse a uma análise mais acurada e um diagnóstico certo para pessoas, assim como Cícero, consideradas inconvenientes. Assim, o que era visto, no século XIX, como uma anormalidade, algo oposto à ordem, passou a ser considerada como campo para o saber médico, posto que passou a ser considerado uma doença. Conforme Vera Portocarrero (2012, p. 15), “o anormal torna-se não

cerca de 3 anos. Dicionário infopédia de Termos Médicos [em linha]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/idiotia>. Acesso: 11 dez. 2018.

só inconveniente à disciplina, mas sobretudo patológico, e como tal deve ser submetido à ‘tratamento racional’, ou seja, científico”.

O JULGAMENTO E A TRANSFERÊNCIA PARA O HOSPITAL DOS ALIENADOS DE NATAL

O saber médico em relação à cura da alienação pode ser considerado um espaço de discussão profícuo no século XX. Não apenas o diagnóstico, mas era esperado que, sobretudo pela psiquiatria, também fosse descoberta a cura para a chamada anormalidade. Em *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios*, Magali Engel (2001, p. 139) discutiu como os médicos brasileiros começaram a reivindicar para si a legitimidade do saber sobre a loucura. Com isso defendendo a necessidade da construção de hospícios, onde os chamados doentes mentais pudessem ser tratados.

Esse foi o momento também que a categoria das degenerações passou a fazer parte das listas, formuladas pelos psiquiatras brasileiros, para a definição de todo o universo das moléstias mentais. Na prática, o que se viu foi a ampliação dos limites entre a “normalidade” e a “anormalidade”, definindo o extravagante, o inconveniente como necessariamente anormal. Ou nas palavras das testemunhas do processo de Cícero, um “imbecilizado em estado avançado”.

Cícero Leandro da Silva, ou como foi definido Cícero Doido, foi assim considerado não apenas pela sociedade, pelo saber jurídico e, no decorrer do seu processo, pelo saber médico através do recurso à definição de degenerescência, a qual permitia considerar um tratamento especial de reeducação. Nesse sentido, seria possível pensar numa ressocialização do ‘degenerado’ na sociedade. Essa perspectiva foi apresentada no parecer médico de Cícero, após a difícil tarefa de localizá-lo, visto que ele vivia ‘na rua’.

No decorrer do processo havia outras documentações, em específico, mandados, solicitando o comparecimento do senhor Cícero

Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido, para depor na Delegacia de Polícia de Caicó, mas que nunca tinham sucesso em encontrá-lo. A única documentação que descreve o comparecimento de Cícero na polícia foi um “Auto de Qualificação”, onde no dia 8 de agosto de 1942, ele compareceu a delegacia e foi interrogado pela polícia.

Em seu interrogatório, Cícero, respondeu, sem oferecer resistência ou incompreensão, a cada pergunta que o delegado lhe fez. Dentre as perguntas que foram feitas: qual era o seu nome, sua nacionalidade, sua naturalidade, sua idade, quem eram seus pais, seu estado civil, sua profissão, onde residia e se ele sabia ler e escrever. Chama a atenção, porém, o questionamento acerca da sua profissão, o qual respondeu que era “viver de esmolas”. Certo que era uma pergunta padrão, todavia aponta para a incongruência do tratamento dado a Cícero tanto na justiça, como mais tarde nas instituições médicas. E, por outra, da clareza de entendimento do acusado em responder que seu sustento vinha através de seu pedido de esmolas. Em continuidade, tendo sido solicitada a folha de Antecedentes Criminais e nela não constasse nenhum crime ou processo, julgando Cícero como um “imbecilizado em estado avançado” com “traço de louco pacato”, o encaminharam para o exame de suas funções mentais.

Em outro mandado, o juiz de Direito Januncio Gregorio da Nóbrega solicitou o comparecimento do “tresloucado⁴” Cícero Doido em frente ao Hotel Avenida (hoje Loja Patriarca) para ser julgado, e como o mesmo mais uma vez não compareceu - pois estava longe da cidade - a Justiça seguiu solicitando seu comparecimento até encontrá-lo. Ao final das várias tentativas “foi o acusado submetido a um exame médico — Exame de Sanidade Mental”. Para esse procedimento, o juiz Januncio Gregorio da Nóbrega adiou a realização de uma audiência para que os peritos José Medeiros e Inácio Mayer, médicos residentes em Caicó, procedessem, o devido exame no senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido, no dia 13 de ou-

4 Tresloucado no Dicionário Aurélio significa: 1 - Tornar louco; desvairar. 2 - Perder o siso; enlouquecer. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/tresloucado>. Acesso: 11 dez. 2018.

tubro de 1942 no Hospital do Seridó. Assim foi descrito o resultado do exame:

atestamos que após um Exame Mental procedido na pessoa de Cícero, constatamos ser o mesmo portador de debilidade mental congênita, com estigmas somáticos de degeneração, com idade inferior a 10 anos e anormal. Caicó, 13 de outubro de 1942.
Drº Inácio Mayer e Drº José Medeiros.

O atestado por meio do poder do discurso médico (FOUCAULT, 2012) apresentou como conclusão que o senhor Cícero era ‘portador de debilidade mental’ e que era preciso a Justiça tomar as devidas providências para a sua retirada das ruas da cidade, tendo em vista o seu alto teor de periculosidade. Em vista dessa definição médica, em audiência no dia 15 de dezembro de 1942 foi considerado o “estado mórbido do acusado” e, assim, sua periculosidade para a justificativa de Cícero ser levado a juízo.⁵

Para o julgamento, as testemunhas do processo foram novamente convocadas para prestar seus depoimentos. Importa destacar a consideração da segunda testemunha José Avelino da Nóbrega de que “o acusado já esteve internado no Hospício em Natal, e que a seu ver, quando ele regressou do Hospício não apresentando nenhuma melhora” e que a informação foi ignorada tanto pelo promotor e seu defensor quanto pelo juiz do caso. Assim, no dia 21 de dezembro de 1942, o juiz da comarca de Caicó, ainda o senhor Janúncio Gorgônio da Nóbrega, proferiu a sentença do acusado, onde afirmou sobre a periculosidade do acusado, o senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido; considerando o mesmo incurso no Art. 78 nº I do Código Penal⁶, combinado com o Art. 14 da Lei de Contravenções Pe-

5 Nas páginas que se seguem no processo, foi solicitado o comparecimento do acusado para participar das audiências, mas sem obter sucesso. Foi nomeado um novo defensor provisório do aludido réu, o cidadão Heriberto Martiniano Pereira, que prometeu cumprir com esse compromisso perante a Justiça.

6 Ver: Art. 78 nº 1 do Código Penal.

nais — determinar a sua internação, pelo prazo de dois anos, a uma casa de custódia e tratamento, ou estabelecimento congênera, como medida de segurança, nos termos do §2º do Art. 91, do referido código, solicitando de imediato sua captura e consequente internação.

Após a sentença ser proferida, o juiz solicitou por meio de um ofício endereçado ao diretor e médico Ricardo Barreto a internação de Cícero no Hospital dos Alienados em Natal; aonde o mesmo foi aceito e chegou naquela instituição no dia 22 de janeiro de 1943 permanecendo lá até o dia 20 de setembro de 1947, data bem posterior ao que foi sentenciado pelo juiz. Algo que não podemos ainda identificar nessa pesquisa é os reais motivos e as causas que levaram Cícero passar mais de quatro anos no Hospital dos Alienados de Natal, já que sua pena era de apenas dois anos. Existe anexado do processo uma carta dos médicos de lá solicitando que a Justiça fosse buscar Cícero Doido, já que o mesmo tinha cumprido sua pena e encerrado o tempo de sua permanência naquela instituição de custódia, mas não houve como de fato descobrir o porquê a justiça demorou tanto em dar sua soltura.⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, é possível perceber o quanto a loucura era cada vez menos entendida e tratada no âmbito familiar ou da caridade pública e era controlada pelo saber jurídico e médico, em Caicó, uma cidade pequena do interior nordestino, em 1940. Esses novos parâmetros, técnicos e pretensamente científicos, terminavam por determinar uma transformação do indivíduo considerado louco, lunático, numa pessoa “imbecilizada” ou com “deficiência mental”. Bem como instituir, novas forma de tratamento para os doentes, que continuavam marginalizados e mal compreendidos pela sociedade caicoense. Isso

⁷ Ainda pretendemos encontrar as documentações referentes à sua permanência — se é que elas ainda existem e estão acessíveis ao público - no Hospital dos Alienados em Natal e assim poder construir um pouco de sua rotina, seu comportamento e experiências tidas naquela instituição psiquiátrica.

se tornou evidente no Processo de Medida de Segurança de Cícero Doido, que mesmo que não tendo cometido algum crime contra a vida ou patrimônio de alguém, foi considerado “perigoso”, “louco” e “irresponsável”: além de morar nas ruas, ser pobre, analfabeto, proferir palavras pornográficas e fazendo gestos obscenos que ‘afetavam a moral e os bons costumes’ da época. Portanto esperamos que a história de outros “Cíceros” possam ser pesquisadas, para que assim, a história dessas pessoas, que ao longo do tempo foram invisibilizadas, estigmatizadas e enclausuradas em hospitais, prisões e hospícios sejam contadas e escritas, mostrando assim as outras versões da história.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lourence Cristine. **O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010. 131p

AZEVEDO, Juliana Rocha de. **Dos alienados aos psicopatas: o processo de institucionalização da loucura no Rio Grande do Norte (1857-1957)**. 2003. Monografia (Monografia em História). UFRN, 2003.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848 de 07 dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=2848&ano=1940&ato=1bb0za61ENNRRkTf8b> . Acesso em: 29 de out. 2020.

CAICÓ, Juízo de Direito da Comarca de. Denúncia nº 25. Processo de Medida de Segurança do réu Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido. Delegacia de Polícia: Caicó, RN, n. 25, 38 p. , 04 set. 1942.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo — Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DANTAS, Adelantha Sunnály de Souza. **Hospital do Seridó: uma história ainda pouco contada (1926-1980)**. 58f. Monografia (Bacharelado) — Curso de Graduação em História, Departamento de História, Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOMES, Hélio. **Noções de higiene — Para o curso complementar e o concurso de habilitação às Faculdades de Direito**. Rio de Janeiro: Of. Gráficas do Jornal do Brasil, 1940

JACOBINA, Paulo V. **Direito penal da loucura: medida de segurança e reforma psiquiátrica**. Revista De Direito Sanitário, 5(1), 2004, pp 67-85.

HUNGRIA, Nelson e FRAGOSO, Heleno. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro, Forense, 1978.

MACHADO, Roberto *et al.* **Danação da Norma: a Medicina Social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1978.

MACHADO, Sérgio Bacchi. Foucault: a loucura como figura histórica e sua delimitação nas práticas psiquiátricas e psicanalíticas. **Ágora** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 217-228, Dec. 2009. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982009000200004&lng=en&nrm=iso. access on: 02 oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982009000200004>.

ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.

PERES, M. F. T.; NERY FILHO, A. A doença mental no direito penal brasileiro: inimizabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 335-355, maio-ago. 2002.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

A lepra e a letra

Um doente e suas múltiplas temporalidades na cidade de Belém, século XX

Elane Cristina Rodrigues Gomes¹

INTRODUÇÃO

Tomando Como ponto de partida a cidade de Belém nas primeiras décadas do século XX compreende-se importante destacar como a lepra² foi registrada pela escrita de Frei Daniel Rossini Samarate, religioso italiano, pertenceu à ordem dos capuchinhos, diagnosticado como leproso e posteriormente passou a ser um interno do chamado Asilo do Tucunduba, em março de 1914. O asilo foi um espaço destinado a isolar portadores de lepra e provavelmente inaugurado por volta de 1815. Convém salientar que o diário escrito pelo religioso entre os anos de 1908-1922 mostra-se juntamente com os jornais locais, da época, como fontes relevantes para observar as impressões construídas sobre o asilo, seus internos e as diversas relações de poder que a doença produziu.

1 Docente da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. Doutora em História social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

2 É importante esclarecer que adotamos o termo lepra ao longo desse artigo porque as fontes assim nomeiam a doença, porém em 1995 com a lei Federal 9.010 deu-se a proibição do termo lepra em documentos da administração centralizada, oficialmente hanseníase passou a ser o termo usado para se referir à doença.

Arthur Vianna observa, pois, que o terreno que abrigou o Asilo do Tucunduba era propriedade dos mercedários, os quais estavam estabelecidos em terreno aforado pelos frades. Nesse lugar, Frei Caetano Brandão³ construiu uma olaria para fornecer tijolos e telhas para as casas em construção na cidade. Com a decisão de que a Santa casa passaria a administrar os bens do Hospital Bom Jesus dos Pobres, a olaria entrou em ruínas, permitindo que a Santa Casa de Misericórdia do Pará administrasse o hospício, transformando o telheiro em uma construção com separações internas para abrigar doentes de lepra e alienados. O terreno não foi murado nem planejado de acordo com as necessidades dos doentes, percebe-se que foi o caminho imediato que o Estado utilizou para distanciar da área urbana os leprosos, o Tucunduba funcionou até o ano de 1938 (VIANNA, 1992, p. 122).

O diário de Frei Daniel Rossini Samarate revelou-se como um caminho para pensar a complexidades das relações existentes no interior do Asilo do Tucunduba, marcada pela constante insatisfação dos internos diante da omissão das autoridades públicas e pela estigmatização do portador de lepra (GOFFMAN, 2008, p. 14). Desse modo, cada dia registrado no diário com uma data cronológica e o dia correspondente da semana indicava como a doença foi sentida dentro de múltiplas temporalidades, seja pelo dia registrado, das lembranças retomadas de sua trajetória eclesiástica ou mesmo da falta de expectativa diante da angústia de não ter uma cura.

Antes de enveredar pela escrita de Frei Daniel Samarate, através do seu diário ou agenda de serviço, talvez seja importante entender a temporalidade da publicação do mesmo, pois trazer ao público a escrita do frei tinha a finalidade de anexar o diário à solicitação do processo de canonização desse religioso ao Vaticano, no ano de 1994. Por isso, o diário de serviço veio, por sua vez, acompanhado

3 Religioso da Ordem Terceira nomeado bispo do Pará em 1782. Ver: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=11993>. Acessado em: 15 ago. 2020.

de vários escritos que se apresentavam como notas biográficas e um convite ao leitor. O diário publicado em edição única foi promovido pela vice-postulação para canonização de Frei Daniel e em seu conteúdo trazia as vivências do religioso entre os anos de 1908 a 1922. São registros de quinze anos, anotados por ele em cada dia da semana, semelhante a uma agenda, com dias que traziam informações parcas e outros repletos de minúcias.⁴

Entende-se que um diário ao ser publicado com a intencionalidade mencionada precisa ser compreendido a partir da historicidade que lhe é peculiar. Para tanto, será estabelecido um diálogo com Reinhart Koselleck ao mencionar que todas as experiências datadas comportam inúmeras camadas temporais, pois os indivíduos estão relacionados com as experiências acumuladas ao longo do tempo e pelas gerações contemporâneas, dessa maneira os estratos temporais são resultados da vivência e da percepção humana (KOSELLECK, 2014).

Sobre as condições da escrita desse diário, sabemos apenas que se iniciou quando o frei ganhou de presente uma caderneta dada por um superior. Não existem registros de até quando esse caderno inicial foi capaz de compreender os relatos ou se foram folhas agrupadas aleatoriamente com o seu final ou se outros cadernos foram adquiridos. Porém, pelas fotografias de alguns manuscritos presentes na publicação, percebe-se que esse caderno a princípio, trazia a data impressa, porém, já por volta de 1919 as datas são registradas de forma manuscrita pelo frei.

Mas o que seria um diário? Ele pode ter várias definições, como sugere Philippe Lejeune. Um dos alicerces do diário é a data, essa é a primeira a ser anotada antes do que vão escrever. Logo, as escrituras de um diarista são vestígios que por vezes pressupõem uma intenção

4 O Papa Francisco assinou em 23 de março de 2017 o Decreto da Heroicidade das Virtudes do capuchinho italiano de Samarate (Milão) que, após intensa vida apostólica no Pará, sofreu o calvário da hanseníase. Consumido e desfigurado, faleceu no leprosário de Tucunduba em fama de santidade. Ver: <http://santodobrasil.org.br/?system=news&action=read&id=444&eid=142>.

de balizar o tempo, mais precisamente uma teia de tempos que pode ter várias pretensões, seja a de construir rastros do eu, a de uma busca incessante pela sobrevivência diante de um futuro que se dilui diante de si ou mesmo para desabafar e confidenciar sem obrigatoriamente de constranger o outro, entre tantas outras necessidades que cercam a existência humana. Entre a vida anterior de um capuchinho saudável e a do leproso que se anunciava, o tempo cronológico parecia corroer-se e a escrita talvez fosse um caminho para captar as incertezas diante de um futuro que se dissipava, mas que se mostrava. Caso contrário, talvez, muitos diaristas nem escreveriam (LEJEUNE, 2014).

O diário talvez seja uma forma de o indivíduo construir um tempo pessoal, concedendo paulatinamente uma história individual que está atrelada a um olhar sobre si, aos olhares alheios e, por que não? do mundo. É assim que, em certos momentos, percebe-se como o diário serviu ao frei, tal como um caminho para expressar a angústia da doença “que ele aviva com o próprio ato de escrever” (CORBIN, 2009, p. 427), mas revela-se para além de uma escrita individual porque evidencia o microcosmo de um asilo e suas complexas relações.

Pode-se inferir que a presença de Frei Daniel no asilo também poderia revelar-se como uma forma de controle social e de instruir práticas morais, tendo em vista a percepção de que a religião, através de seus preceitos, contribuiria na resignação do leproso a sua condição, bem como conteria agitações sociais, auxiliaria as almas que se aproximavam do julgamento final, de acordo com os preceitos cristãos, ou coibiria uniões sem o sacramento exigido pela Igreja católica. Por tantos motivos, a convivência de frei Daniel no asilo, talvez fosse para as autoridades um meio de apaziguar tantas tensões vivenciadas no Tucunduba e, para alguns doentes, um olhar vigilante.

A ATUAÇÃO DE FREI DANIEL NO ASILO DO TUCUNDUBA

A presença da Igreja Católica em leprosários não foi uma particularidade do Tucunduba, em Belém. Em Goiás - colônia Santa Marta, São Luís- colônia do Bonfim, Rio de Janeiro-Hospital Frei Antônio, Ceará-leprosário Antônio Justa, todos tiveram a atuação de religiosos(as) no atendimento aos doentes, seja no âmbito da saúde ou nas devoções espirituais. Logo, era pertinente nesses espaços uma relação entre moralidade e doença, que impunha aos moribundos comportamentos de resignação a partir de uma religião (SOUSA, 2017).

Durante a vivência de Frei Daniel no Asilo do Tucunduba algumas missas foram realizadas no retiro do religioso, quando ele já apresentava dificuldades de locomoção para dirigir-se à capela do asilo ou realizar missas nas enfermarias do leprosário. O frei menciona a aproximação com as crianças, a quem destinava o catecismo com a inserção aos princípios morais do catolicismo a fim de prepará-los para a confissão e a comunhão (SAMARATE, 1994, p. 264).



Fonte: ARAUJO, Heráclides C. de Souza. *Lazarópolis do Prata*. Belém: Typ. Livraria Gillet 1924, p. 52.

A fotografia acima pertence ao acervo do livro *Lazarópolis do Prata*, publicado pelo médico Heráclides de Souza Araújo, então chefe da Comissão de Profilaxia Rural da Lepra, que assumiu em

1921 a administração do Asilo do Tucunduba, passando a ser responsável pelo atendimento aos doentes, mas a fotografia também consta na publicação do diário. O livro contém uma série de dados históricos sobre a lepra no Pará, tendo em vista respaldar a necessidade de construção de uma colônia agrícola para os leprosos, fundada em 1924. Observa-se no centro da fotografia da casa de frei Daniel Samarate e o religioso sentado, cercado por moradores e também por pessoas que habitavam os arredores do asilo, em um ambiente envolto de árvores. Desperta a atenção a quantidade de crianças, muitas delas descalças. Não consta quem foi o fotógrafo.

A presença do frei no asilo construiu uma ação regular de práticas católicas no interior do leprosário. Ele tornou-se responsável pelos ofícios religiosos do asilo entre aqueles que seguiam essa religião ou que ainda podiam ser capturadas como almas a serem “salvas”. As festas de natureza religiosa também tiveram uma importância muito grande no asilo, destacando-se algumas como: festa de São Lázaro, o Círio de Nazaré, São Francisco de Assis, Nossa Senhora da Conceição e o Natal.

As missas, as festas, as confissões, os sermões, foram caminhos que permitiram ao religioso ampliar a sua convivência com alguns lázaros e também pregar os valores que o frei afirmava inexistir entre os doentes. Expressões como “muito concorrido” ou “pouco concorrido” são termos usados para registrar a assiduidade ou ausência dos leprosos nas missas e demais rituais católicos, nos dias comuns, as missas eram realizadas diariamente, porém, em dias de festa como o Natal, o religioso chegava a realizar até três missas.

A presença de uma possível crença para além do catolicismo dentro do asilo provocava inquietações ao frei, já que reclamava tanto de muitos lázaros que não seguiam os dogmas da Igreja Católica ou eram católicos e às vezes faltavam às missas para participarem de festas no asilo. Acrescente-se aqui que a evangelização através do ca-

tolicismo parecia não ser predominante, mesmo sendo esse o único segmento religioso oficialmente seguido por alguns asilados.

Na contramão do que o frei considerava de acordo com os preceitos morais cristãos estavam os participantes da chamada festa de Santa Bárbara, em que leprosos e “pessoas de saúde” teriam amanhecido entre o domingo e a segunda-feira do dia 2 de fevereiro de 1918, em meio a batuques, danças e bebidas (PRANDI, 2004).

Apareceu e installou-se francamente no hospício dos lázaros a nefanda brincadeira de S. Barbara. Consiste n'uma dança macabra e inverecunda feita a toque de carimbó acompanhada de uma cantiga ou cantarola boba e desintoadada imitando a cantarolas do boi. Passam a noite inteira de sabado a domingo o dia inteiro e noite até amanhecer a segunda pela alta noite a rufar do tamburro com o gritar dos cantos torna-se de veemência notável querendo manifestar que os comparças estão algo tomados de cachaça e de um certo influxo ou espirito que dizem atuar nos presentes alguns, pelas informações que colhi parece haver uma afinidade com o espiritismo. Era só o que faltava no hospício! (SAMARATE, 1994, p. 262).

Pela descrição da comemoração que ocorria no asilo ao som de batuques, podemos supor que se tratava de festividade afro-brasileira, tal como a macumba ou candomblé, pois de acordo com a narrativa do religioso, os participantes recebiam espíritos e dançavam embalados pelas cantigas e as beberagens. Durante a presença do frei no asilo, esse foi o único ano em que tal festa ganhou as páginas de seu diário. Ao que parece, a referida comemoração costumava acontecer na estrada do Tucunduba, nas proximidades do asilo, e teria sido proibida pela polícia. Porém, naquele ano talvez justamente em função da repressão policial, tenham buscado outro local para realizar a festa. Com isso, ganharam a impopularidade do religioso e muitos adeptos no asilo. A “brincadeira” de Santa Bárbara permite ao leitor notar a diversidade cultural atuante entre

muitos internos no asilo que iam além do catolicismo, demarcando que o sincretismo religioso era visível e vigiado.

As práticas de sincretismo são concebidas no diário como anomalia, loucura, orgia e desvio da conduta moral dos doentes e “saudáveis”. Portanto, questionava o religioso, se a administração aceitaria tais comportamentos no asilo.

GREVE E FUGA NO ASILO DO TUCUNDUBA

Não demorou muito para o frei ser testemunha das greves no leprosário do Tucunduba e relatar em 1915 a fuga de quinze leprosos, dizendo que o provedor da Santa Casa de Misericórdia enviou um ofício convidando-o a assumir a administração do Tucunduba. Conforme frei Daniel, mesmo com a insistência de uma comissão de lázaros para que ele aceitasse o convite da Santa Casa para ser administrador do leprosário, respondeu a essa instituição que não poderia ocupar o cargo. No entanto, mesmo não tendo uma função administrativa, o religioso posicionou-se frente à greve que se dissipava e fez um sermão após a missa com a intenção de acalmar os ânimos.

Segundo frei Daniel, os lázaros se acalmaram diante das insatisfações com a administração do asilo, porém acredita-se que não apenas pelos sermões, mas também porque o administrador mandou prender os que estavam à frente da fuga e haviam demitido os enfermeiros de quem os doentes reclamavam de maus tratos. Posteriormente, a Santa Casa mandou realizar a distribuição de calçados e elegeu um novo enfermeiro, que teria tido a aceitação de grande parte dos leprosos (SAMARATE, 1994).

A divulgação da fuga nos jornais rendeu matéria por mais de três dias, o que exigiu da provedoria da Santa Casa uma resposta pública diante dos horrores denunciados. De imediato, a instituição defendeu-se argumentando que mesmo atravessada por uma crise finan-

ceira, atendia a todas as demandas do asilo, uma vez que roupas e calçados eram distribuídos semestralmente no período de janeiro a março e de julho a setembro. Esclareceu ao periódico que a divisão era realizada da seguinte forma: duas camisas, duas ceroulas, duas calças para os homens; duas anáguas, duas saias e duas camisas para cada mulher adulta (FOLHA DO NORTE, 27 de março de 1915, p. 2-3).

A descrição da Santa Casa em relação à distribuição da vestimenta e do calçado no asilo ajuda a compreender a situação de penúria que muitos lázaros do asilo viviam, pois se dependesse dessa distribuição os doentes teriam quatro pares de roupas para usar ao longo de um ano, não causando estranhamento a imagem que os jornais descreviam quando alguns leprosos circulavam pela cidade, já que andavam com farrapos. Frei Daniel também citou momentos em que os lázaros justificavam não participar das missas ou festejos porque não tinham roupas ou calçados, pontuando baixa concorrência nas cerimônias.

A omissão das autoridades perdurou por longo tempo e essa continuaria sendo uma das pautas das insatisfações dos asilados. Eis como escreveu o frei: “Finalmente foi feita hoje a distribuição da roupa aos doentes que há quase dois anos não recebiam, já era sem tempo” (SAMARATE, 1994, p. 273).

Através da escrita de frei Daniel é possível identificar que as cerimônias religiosas e os sacramentos oferecidos pelo padre não agregavam apenas internos do hospício do Tucunduba, mas também os chamados externos, que ao que parece eram pessoas que moravam na estrada do asilo, citadas também por receberem, em certos momentos, doações de alimentos do administrador desse lugar. Assim, termos como “externos” e “bons” faziam referência às pessoas não leprosas que moravam nas proximidades do asilo, que conviviam e circulavam pelo leprosário (SAMARATE, 1994, p. 195).

Vale ressaltar a presença dos denominados com “saúde”, como escreveu o frei. Esses podiam corresponder à população que morava nas áreas próximas ao asilo ou também parentes que acompanhavam seus doentes, já que a legislação pontuava que um membro da família poderia prestar assistência ao doente. As fontes, sejam por meio do diário ou dos jornais, não retratam diretamente sobre quem seriam essas pessoas. O interessante é indagar sobre a circulação dos saudáveis no asilo, pois se falava em isolar o corpo leproso da sociedade não contaminada, mas parece que a população pobre não era uma preocupação tanto quanto a população que habitava o centro da cidade. Os externos, como também foram denominados por frei Daniel, participavam das atividades devocionais como: batismo, catecismo e principalmente das festas religiosas no asilo.

Diante desse quadro, nota-se que mesmo diante de uma legislação sanitária que tornava restrito o convívio de leproso entre saudáveis, no cotidiano as relações evidenciavam que o Tucunduba não configurava um local medicalizado. O tratamento era praticamente inexistente, a alimentação precária e restrita, com reduzida presença de médicos e quase sempre os internos iam às ruas comercializar seus produtos a fim de amenizar as péssimas condições de sobrevivência, rompendo com a barreira física do isolamento e ainda tendo que conviver com o envio de comida estragada para consumo.

O comércio de bebidas alcoólicas era terminantemente proibido no interior do asilo, porém, tanto em relatos da Santa Casa como no diário do frei surgem indícios do consumo de bebidas entre os leproso, pois esse parecia um desafio a ser combatido, principalmente durante as festas no asilo. A Santa Casa pedia a população nos jornais que oferecessem esmolas aos lázaros em gêneros alimentícios ou em forma de vestimenta, mas não em dinheiro. Por volta de 1920, mais uma vez, o administrador do leproso havia proibido a venda de cachaça liderada por um interno de nome Miguel Costa. A instituição aproveitava a oportunidade para rechaçar alguns internos

acusando os enfermos de péssima conduta. Usando o argumento da bebida para dizer que era esse o perfil de doente que fazia acusações à Santa Casa de Misericórdia:

São violentos e injustos os comentários que se estão fazendo em torno do caso da vinda dos asylados do Tucunduba ao centro da cidade, hontem pela manhã cedo, movimento esse sempre dirigido por enfermos de péssima conducta, como os que agora conduziram a peregrinação, de nomes José Nogueira e Cicero Farias, reconhecidos grevistas; Antonio Marcelino; ex-marinheiro nacional; Pedro Silva e Miguel Costa, este indisposto com o administrador por lhe ter prohibido o commercio de cachaça (FOLHA DO NORTE, BELÉM, 23 DE OUTUBRO DE 1920, p. 3).

Para defender-se das acusações da falta de comida e tantas outras tão recorrentes no asilo, a Santa Casa desqualificou a conduta dos participantes da fuga, argumentando como esses poderiam questionar a idoneidade de uma instituição que era comprometida com a causa dos doentes e que tinha os melhores fornecedores de alimentos para o asilo. Além disso, publicou nos jornais os nomes dos que estavam na liderança do movimento, tendo em vista que esses eram sempre os que sofriam prisões e racionamento de comida quando retornavam ao asilo.

A Santa Casa de Misericórdia do Pará sentia-se injustiçada por ter sua imagem ilibada questionada por pessoas que ela classificava como “desordeiras”, quando esses trouxeram à tona os bastidores da falta de alimentos ou mesmo a entrega de gêneros podres para os doentes. O ato de protestar é caracterizado como violento e quem o faz assume o ônus de inverter a ordem, que tem como resposta a violência física sofrida dentro do asilo do Tucunduba quando grevistas ou revoltosos eram trancafiados em um quarto e passavam por racionamento de comida. A Santa Casa de Misericórdia, instituição de caridade, que administrava o asilo do Tucunduba estabelecia a ordem também por caminhos coercitivos na busca por estabelecer as normas e manter uma imagem idônea, perante uma sociedade que temia a presença dos leprosos nos espaços públicos.

A Santa Casa de Misericórdia do Pará presenciou diversas vezes o nome do asilo nas folhas dos jornais e as reclamações eram recorrentes no que dizia respeito à falta de praticamente tudo naquele lugar. Mas mesmo diante da coerção os lázaros não se curvaram aos castigos ou retaliações estabelecidas e percorreram diferentes formas para expressar as agruras de viver no leprosário. Percebe-se, nesse sentido, a capacidade inventiva dos leprosos ao resistirem, em certos momentos, ao poder exercido pelo Estado e às narrativas dos jornais, como menciona o historiador Michel de Certeau: “a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (CERTEAU, 2013, p. 91).

Segundo frei Daniel, “o hospício está acéfalo, perfeita anarquia” O clima de indignação entre muitos lázaros durante a manhã do dia 08 de fevereiro de 1917 devia-se à entrega de uma carne podre para consumo, porém, para retratar-se o administrador mandou entregar cinquenta quilos de camarão. Mas o ambiente de rebelião no asilo ganhou espaço entre muitos lázaros que passaram a exigir a demissão de Antonio Praxedes, o administrador, esse foi despedir-se de frei Daniel e os doentes foram hostis a sua presença. Não contavam os lázaros que a Santa Casa não aceitaria a saída de Praxedes do cargo que ocupava. Diante de tantas adversidades para manter o leprosário e os constantes conflitos de insatisfações dos doentes, não seria nada fácil para essa instituição conseguir um novo administrador disposto a trabalhar entre os leprosos. Não tardou para que um grupo de cinquenta leprosos pedisse através de um abaixo-assinado a volta de Praxedes, que se ausentou do asilo por seis dias, já que ares de revolta ainda persistiam (SAMARATE, 1994, p. 223).

A expressão usada pelo religioso de que o hospício estava “acéfalo” configurava-se pela ausência de um corpo administrativo, símbolo do controle das ações dos leprosos, que durante seis dias passaram a se organizar sem a intervenção direta da Santa Casa. O termo “acéfalo” foi registrado no diário durante cinco dias, conforme o frei. O comando

do asilo passou a ser executado pelos leprosos, que efetuaram demissões, nomeações e apresentavam divergências nas decisões quanto à opção por um novo administrador ou pela continuidade de Praxedes.

A presença de frei Daniel no asilo foi um elemento pacificador em vários momentos em que se anunciou fuga ou rebelião, pois após as missas, durante o momento em que o asilo esteve acéfalo, buscou por meio de sermões intermediar inúmeros atritos entre as autoridades e alguns asilados, o retorno do administrador no dia 16 de fevereiro de 1917 foi precedido por uma fala do religioso entre um grupo de leprosos (SAMARATE, 1994, p. 224).

Dentro de um universo de mais de cento e setenta leprosos, os cinquenta que assinaram o abaixo-assinado não correspondiam à maioria dos asilados. Além disso, esse mesmo administrador não parecia ter aceitabilidade predominante, uma vez que, anteriormente várias acusações foram feitas nos jornais locais, entre essas, a de maus tratos e de terem se apropriado do dinheiro de um doente que havia falecido no asilo. O ambiente hostil não se encerrou com a volta do senhor Praxedes, como afirmou o frei, pois nos dias subsequentes o Tucunduba recebeu uma patrulha de duas cavalarias para policiar a área. No período em que o asilo esteve acéfalo, como escreveu o religioso, os jornais não publicaram qualquer notícia referente à ausência do administrador no Tucunduba ou sobre a presença do policiamento nas redondezas (SAMARATE, 1994).

O asilo, em julho de 1917, recebeu a visita do governador do estado, Lauro Sodré, juntamente com o provedor da Santa Casa de Misericórdia e o doutor Gurjão, médico responsável pelos hospitais de isolamento. Segundo o frei, as pretensões e as promessas eram de proporcionar benfeitorias ao hospício, e nos dias posteriores o religioso acompanhou pelos jornais o resultado da presença do ilustre governador, pois relatou que foi organizada uma comissão de médicos, a pedido do governador, para tratarem sobre as condi-

ções do Tucunduba e o que poderia ser feito para atenuar a lotação do asilo e melhorar sua infraestrutura.

O jornal Folha do Norte anunciava três dias após a visita do governador, a realização de uma sessão extraordinária com uma comissão de médicos para avaliarem as condições do que o doutor Lauro Sodré chamou de “pseudo-asylo”. A reunião no gabinete do governador teve a presença de quem o Estado considerava autoridade no assunto. Os médicos, acompanhados do diretor de obras públicas e do coronel Ignacio Nogueira, todos com o objetivo de deliberar sobre o que poderia ser feito em relação ao estado “defeituosíssimo” em que se encontrava a leprosaria. A Santa Casa argumentou que fazia um esforço sobre-humano para assegurar aos leprosos a melhor acomodação, pois os pavilhões e as casas encontravam-se em bom estado de conservação e com o possível asseio, porém, não eram suficientes.

Em reunião extraordinária, a Santa Casa informou aos médicos sobre a visita do governador e citou que o mesmo encontrou o leprosário em boa ordem e asseio no serviço interno. No entanto, achou conveniente realizar algumas mudanças, tais como a construção de um muro e algumas reformas no terreno, bem como alteração na tabela de dieta dos doentes. Eis um fragmento do relatório do governador sobre o asilo:

A leprosaria de Tocunduba, hospital defeituosíssimo, sem possuir os requisitos necessários, tem a sua lotação completa e que actualmente atinge a duzentos e trinta e cinco leprosos. Frequentes vezes é a Repartição Sanitária procurada para internar novos doentes, quando o hospital não mais comporta! (MENSAGEM DE GOVERNO, 1917, p. 105).

O estado da leprosaria não pareceu tão satisfatório como propalou o provedor da Santa Casa. A impressão descrita pelo governador distanciava-se do que foi dito na reunião com os médicos, realizada pela instituição mantenedora do asilo. Simplesmente aquele lugar não

podia nem ser considerado um asilo devido às péssimas condições e que alguns meses antes tinha sido palco de rebelião dos leprosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, a fuga dos lázaros era notícia na primeira página dos jornais, nem sempre as rebeliões que aconteciam no Tucunduba eram reveladas ao público, ficando restritas aos recônditos das folhas do diário do frei e à administração da Santa Casa de Misericórdia. Uma rebelião de tal natureza não se revelou ao público talvez para evitar um maior desgaste da imagem da Santa Casa de Misericórdia e até como uma possibilidade para conter alarde na sociedade diante da dimensão que tal notícia pudesse provocar. Em todo caso, os internos deveriam ser controlados e isolados, mesmo por um curto prazo de tempo, pois gerenciaram o asilo, mesmo não sendo a maioria. Segundo a descrição de Frei Daniel, todo esse contexto demarcou um coletivo de doentes que apresentou uma demanda de questionamentos e decisões.

Há, sem dúvidas, na escrita de Frei Daniel minúcias de um cotidiano que estava à parte das fontes oficiais da Santa Casa, que insere o leitor nas dificuldades que os internos viviam no que tangia a sobrevivência dentro do asilo, o que permite compreender as fugas dos internos para venderem suas mercadorias. Tem-se, dessa forma, um cotidiano que ultrapassava os limites físicos do leprosário e retornava com narrativas não apenas do religioso enquanto leproso, mas estendendo-se à comunidade do Tucunduba. As muralhas simbólicas do asilo vão desmoronando e tornando visível as sociabilidades, as sensibilidades e as contradições dos tais “maus lugares” (PESAVENTO, 2001, p. 25), desprezados por uns e que consistia na moradia de outros.

Tal como observa Paul Ricoeur “é nos confins do espaço vivido e do espaço geométrico que se situa o ato de habitar”, implicando na releitura que os sujeitos constroem sobre as suas histórias de vida. O diário, de alguma forma, teceu uma memória íntima do frei sobre o asilo e, paralelamente, uma memória compartilhada (RICOEUR , 2007).

O diário de frei Daniel marca um lugar de fronteira entre a sociedade, que em certo momento regulamentava e impunha comportamentos, revelando ao leitor intervalos de tensões, concessões, imposições e sofrimentos. Sua escrita expressava a configuração das relações sociais no interior e fora do espaço do Tucunduba, a partir de lembranças descontínuas e atitudes contraditórias, pois seus posicionamentos demonstravam os diferentes lugares que ocupava nessa sociedade, já que ele não era apenas um religioso, mas também um morador do Asilo do Tucunduba.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CORBIN, Alan; COURTINE, Jean Jacques (Org). Bastidores. **História da Vida privada**, 4: Da revolução Francesa à Primeira Guerra. Organização Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Jornal Folha do Norte, Belém, 27 de março de 1915 (Biblioteca Pública Arthur Vianna).

Jornal Folha do Norte, Belém, 23 de outubro de 1920 (Biblioteca Pública Arthur Vianna).

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Mensagem de Governo dirigida à Assembleia Legislativa do Pará em 01 de agosto de 1917. Imprensa Oficial, 1917.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé:** o candomblé e a umbanda no mercado religioso. *Revista de Estudos Avançados* 18 (52), 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade:** o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAMARATE, Daniel Rossini. **A Deus louvado!..** Diário interior “jornal de serviço” de Frei Daniel Rossini Samarate. Editora Velar, 1994.

SOUSA, Artur Custódio Moreira de *et al.* **Projeto Global sobre a História da Hanseníase - Projeto Acervo - Morhan.** Ministério da Saúde, 2010, p. 43-87. Disponível em: www.morhan.org.br. Acesso em: 10 nov. 2017.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense:** notícia histórica 1650-1902. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

Criminalização e patologização Mulheres presidiárias do Ceará (1970)

Cynthia Corvello¹

INTRODUÇÃO

Ana, 45 anos de idade, morena, casada, alfabetizada e operária,² foi uma das dezesseis mulheres que, em 22 de agosto de 1974, adentraram pela primeira vez o Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPFDAMC). O primeiro presídio³ feminino laico do Ceará foi instituído durante a gestão do então governador do estado, o coronel César Cals, destinando-se exclusivamente à custódia de mulheres acusadas ou condenadas por condutas em conflito com a lei.

-
- 1 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará — UFC; Mestranda em História Social pelo Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará — UFC. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7771911117591803>. E-mail: cycorvello@gmail.com. Bolsista financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
 - 2 Parte da narrativa construída sobre a interna Ana está baseada em fontes presentes no Prontuário n. 07, cuja fiel depositária é a Secretária de Administração Penitenciária do Estado do Ceará (SAP). O acervo encontra-se no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPFDAMC), atualmente localizado no complexo penitenciário de Itaitinga, região metropolitana de Fortaleza-CE. Manteremos a grafia original de todas as fontes utilizadas, todavia, salientamos que os nomes são fictícios com o objetivo de salvaguardar os sujeitos envolvidos. Nossa conduta está pautada em recomendações e normas do Comitê de Ética, estando nossa pesquisa submetida e aprovada pelo mesmo. Número do Parecer: 3.400.466. Aprovado em 18 jun. 2019. Disponível em: <http://plataformabrasil.saude.gov.br>.
 - 3 A priori, presídio destina-se a presas provisórias e penitenciárias a presas condenadas. Todavia, optamos por adotar os vocábulos presídio, penitenciária e unidade prisional/penal para nos referir ao mesmo local, haja vista, na prática, não haver diferenciação na destinação do espaço. Observou-se nos dados coletados nos prontuários prisionais do primeiro grupo de internas do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa que 70% das mulheres eram presas provisórias, ou seja, não condenadas.

A mulher fora detida após o desfecho de uma briga com seu companheiro Francisco. A discussão, que se agravou com atos de violência física, foi finalizada de maneira abrupta, quando, ao desarmar o marido que a ameaçava com uma faca, o levou a óbito. Acusada de homicídio, sua ação passaria a ser parte de um auto processual, uma trama jurídica, na qual diversas representações sociais comporiam versões de verdade de modo a tornar a violência algo possível de ser esquadrinhado, categorizado e, portanto, punível. Assim, o ato de matar tornou-se coadjuvante em meio a discursos generificados que atentaram para a adequação ou não dos sujeitos envolvidos aos lugares sociais direcionados ao homem e à mulher. Segundo Corrêa (1983, p. 23, grifo da autora):

A morte de uma pessoa pela outra em nossa sociedade é processada através de um aparato policial e jurídico que serve de mediador entre os acontecimentos, os atos iniciais de violação da lei, e os transforma, porque tem acesso à escolha dos elementos que serão incluídos ou excluídos nas várias versões daqueles atos, os autos. Esta escolha é determinada por uma série de regras próprias do funcionamento desse aparato repressivo. O que ele nos diz, através dos processos, nos ajuda assim a conhecer melhor a *sua* natureza, do que a dos fenômenos sobre as quais se debruça.

O judiciário, atuante em sistemas reguladores por meio de categorização e punição de elementos sociais desviados do projeto social que se pretendia hegemônico durante o período ditatorial, atravessou o evento homicídio a partir de saberes engendrados, alocando no campo do socialmente dizível e compreensível os acontecimentos causadores de “[...] uma dupla quebra do sistema normativo dominante o qual, por um lado, santifica a integridade física do indivíduo, mas, por outro, sanciona uma estrutura de relações entre marido e mulher que, por sua natureza desigual, necessariamente gera violência” (STOLCKE, 1983, p. 12). Neste processo de esquadrinhar e categorizar a mulher como um perigo social ou não, o saber psiquiátrico atuou como um dispositivo dentro de um

mecanismo de força penal,⁴ patologizando ou não a conduta da acusada de modo a elaborar a cura ou correção, o hospício ou a prisão.

Entendemos que os prontuários prisionais produzidos no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPFDAMC) se apresentam como fonte histórica privilegiada para a compreensão das tessituras entre o Direito e a Psiquiatria no esforço de patologização de mulheres cuja conduta rompia com ideais de feminilidade existentes durante o período. Mediante o exposto, propomos uma reflexão sobre as relações de poder entre sujeitos criminalizados e instituições (re) produtoras de saber a partir de uma perspectiva de gênero. A análise utiliza como fontes históricas parte do prontuário prisional de Ana,⁵ revistas médicas, leis, decretos e publicações oficiais. O diálogo bibliográfico é interdisciplinar com obras que versem sobre relações de poder, construção de saberes, história da psiquiatria, gênero, entre outras, de modo a compreender parte da historicidade dos saberes criminológicos e da produção de sujeitos e condutas criminalizáveis.⁶

RESPEITA AÍ, EU SOU MULHER, QUANDO A PALAVRA DESACATA, MATA, DOÍ⁷

Ana comportou-se de maneira não “natural” ao empunhar uma faca e levar a óbito outra pessoa. Não obstante as feminilidades que perpassaram os modelos sociais durante a década de 1970 não serem hegemônicas, havendo debates em inúmeros setores tanto conservadores, quanto progressistas sobre o lugar adequado à mulher, é possível afirmar que a violência física permanecia, em grande parte,

4 Dispositivo “designa inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. [...] Eles são, por definição, de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes [...]” (REVEL, 2005, p. 39).

5 Um prontuário prisional, grosso modo, é um acervo documental onde são armazenadas todas as informações possíveis sobre a rotina comportamental, administrativa, jurídica e médica de um indivíduo confinado.

6 Este texto faz parte de uma reflexão desenvolvida de maneira mais aprofundada no artigo “Da colher de pau ao fio da navalha” (CORVELLO, 2020).

7 CAÑAS, Ana. **Respeita**. São Paulo, Instituto, 2017. *Single* [digital].

como algo não pertencente ao feminino. Assim, ela rompeu um ideal de feminilidade pacífica e submissa, onde a hierarquia era construída a partir de um ordenamento cristalizado onde se pretendia que o senhor e mestre da relação, dono da vida e morte da mulher, fosse o homem. Este senhorio, cujo poder de vida e morte sobre a mulher materializava-se na faca levada à cintura - falo metafórico visível, ereto e letal - alimentava-se de efeitos de verdade historicamente construídos e transmitidos dentro do seio familiar, no qual a autoridade do lar girava em torno das vontades do homem-marido-pai.⁸

Contudo, em uma sociedade plural e heterogênea, os comportamentos não estavam necessariamente alinhados a valores e padrões de conduta pertencentes, em sua maioria, a classes sociais privilegiadas. Mesmo nos segmentos dominantes, o lugar adequado à mulher era objeto de conflitos e disputas. Ter ou não relações sexuais antes do casamento, uso de pílulas anticoncepcionais, aborto, divórcio, sair do lar e construir uma carreira profissional foram discussões que produziram clivagens na pretensa e desejada hegemonia modular heteronormativa, consequentemente engendrando discursos que dessem conta destes desvios normativos. O artigo *Mães: casa de pais, escola de filhos* — Vigilância com perseverança, publicado em abril de 1974 pela Revista Brasileira de Medicina elencou atribuições imputadas à mulher no destino salutar da família:

Em regra, outrora, felizmente, as mães ficavam presas ao lar na supervisão da parte financeira e administrativa do conforto da família, em vigília permanente; hoje, entretanto, na maioria das famílias, Pai e Mãe trabalham fora de casa e, deixando os filhos donos de si mesmos, muitas vezes sem uma fiscalização por domésticas contratadas, irrelevante e desautorizada, formulam pela inércia, por necessidade e, talvez por descaso e deslumbre, a liberdade dos filhos, que nas ruas, nas biroscas, lanchonetes e outros locais impróprios [...] desgraçam os jovens, entregues ao seu próprio arbítrio, que, aliás, é nenhum; um zero no oco do mundo: o abandono moral (FIGUEIREDO, 1974, p. 267).

8 Para saber mais sobre algumas das masculinidades (re)produzidas na região que atualmente denominamos como Nordeste, ler: ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013.

A publicação na seção Temas de Psiquiatria, ao problematizar a questão do vício, delegava à mulher-mãe a responsabilidade pelo possível acesso às drogas ilícitas que os/as filhos/filhas estariam sujeitas/sujeitos sem sua cuidadosa vigilância. A família — sustentáculo da sociedade e núcleo produtor de futuras cidadãs/futuros cidadãos — deveria comportar-se de acordo com o esperado. Assim, a conduta adequada à mulher - em qualquer situação relacional - mantinha-se pautada no modelo matrimonial jurídico e católico, sendo o recato, fidelidade, docilidade, castidade, cuidado familiar e submissão ao homem o comportamento ideal.

No entanto, Ana não se enquadrava nas normas que definiam, na época, o que seria uma boa mulher. Operária em uma fábrica têxtil e assumindo parte dos custos do casal,⁹ é provável que estivesse imbuída de outros valores culturais que não a obrigassem à obediência em relação ao companheiro. O discurso reconhecido e reproduzido socialmente que destinava a ela o cuidado do lar, marido e filhas/filhos ignorava uma parcela significativa de mulheres que possuía independência econômica, mesmo que precária. Acostumadas, na maioria das vezes, a trabalhar desde criança sustentando a si e às demais pessoas do seu grupo familiar, as mulheres das camadas populares chefiavam famílias (monoparentais ou não) e raramente estavam à mercê do poder econômico do homem (SOIHET, 2004).

A qualidade de bom provedor, vinculada a uma das muitas representações historicamente construída sobre o masculino, não era impreterivelmente assimilada pelas camadas mais empobrecidas onde outras condutas definiam o que era ou não um “homem de verdade”. A companheira, cujas mãos ásperas da lida colocavam o pão e feijão na mesa não necessariamente representava uma ameaça à virilidade de Francisco, que poderia estar relacionada a outras características,

9 SAP-AAIPF Prontuário n. 07, IPFDAMC. Ficha administrativa, Fortaleza, 20 ago. 1974 e Relatório Social, Fortaleza, 22 mar. 1977.

como vigor sexual, resistência ao consumo de bebidas alcoólicas ou força física no empunhar de um facão (BRAGA JÚNIOR, 2018).

Não obstante a existência de inúmeras subjetividades femininas e masculinas, os discursos do auto processual, e, portanto, as versões do crime, foram produzidas por sujeitos que decodificaram estas subjetividades a partir de outros códigos de conduta onde uma das versões sobre o que seria masculinidade assimilava o ser masculino a sentimentos e comportamentos que se opunham ao ser feminino. A masculinidade seria construída e enraizada nessa polarização com a feminilidade, ou seja, homem/mulher; masculino/feminino; forte/frágil; corajoso/vulnerável; impassível/sentimental; indócil/dócil, entre outros (BADINTER, 1993). O sucesso nos negócios, a independência financeira e a capacidade de conquistar mulheres que marcavam o homem másculo se opunham às qualidades que a mulher perfeita deveria agregar: uma cuidadora dedicada e amorosa voltada para os filhos e marido, uma esposa fiel e boa administradora do lar.

Foi o olhar do segmento social dominante que esquadrinhou as ações de Francisco e Ana e que produziu um esforço de ordenamento naquilo que expôs desvios nas relações e lugares sociais engendrados e que se pretendiam únicos. Dito isso, o desvio apresentado pelo casal ao modelo familiar demandou esforços por parte dos profissionais envolvidos na elaboração processual e penal no sentido de conferir inteligibilidade a comportamentos que se contrapuseram à “[...] a *identidade social* atribuída a homens e mulheres em nossa sociedade enquanto figuras complementares de uma unidade básica, a família - unidade legalmente estabelecida ou montada de comum acordo entre ambos” (CORRÊA, 1983, p. 23, grifo da autora).

Parte destes esforços foi empreendida pelo saber psiquiátrico, materializado no laudo psiquiátrico realizado por profissionais lotados no Manicômio Judiciário Governador Stênio Gomes (Itaitinga —

CE).¹⁰ Esta fonte, dialógica e polifônica, carregou “vozes” aparentes e subterrâneas que compuseram um intrincado percurso de produção de normalidades e anormalidades, conduzindo segmentos da vida jurídica de Ana. Condicionados a processos criminais, estes discursos teriam o poder de absolver ou condenar, de confinar sem julgamento ou derrubar qualificantes que aumentariam a pena de uma homicida.

HYSTEOS HISTÉRICOS: A PATOLOGIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA FEMININA

Durante a pesquisa de mestrado ora realizada, observou-se nos prontuários correspondentes às internas que fizeram parte do primeiro grupo de custodiadas do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa que as acusadas por crimes como lesão e/ou homicídio eram direcionadas ao Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes (Itaitinga — CE) para a elaboração de laudos psiquiátricos solicitados por juízes.¹¹

Os discursos que fazem parte destes laudos possuem certa padronização narrativa no esmiuçar da vida pregressa das detentas. Por meio de antecedentes psicossociais, hereditários e patológicos, eram elencadas: fases de crescimento durante a infância (primeiros passos e palavras), doenças infantis, transformações fisiológicas (menarca, regularidade nas menstruações, gestações, abortos), doenças na vida adulta, comportamento social e familiar. Objetivava-se, com isso, entender onde se encontrava a origem do crime para além do autor, ou seja, se estaria no

10 “[...] localizado ao lado do Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo, [...] foi inaugurado a 12 de setembro de 1968, na gestão do então Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, e do Governador do Estado, Dr. Plácido Aderaldo Castelo, sendo Secretário do Interior e Justiça o Dr. José Napoleão de Araújo”. Disponível em: <https://www.sap.ce.gov.br/coesp/unidades-prisionais>. Acesso em: 21 jul. 2020.

11 A exigência de exame psiquiátrico, pautada no Código de Processo Penal Brasileiro, foi observada na maioria dos acervos pertencentes às mulheres que cometeram crimes de lesão e/ou homicídio. A solicitação ocorria antes do julgamento, de modo a atestar a saúde mental e, portanto, a responsabilidade legal do ato cometido. Art. 149 e Art. 150, Capítulo VIII, Da insanidade mental do acusado, Código de Processo Penal Brasileiro. (BRASIL, 1941).

“instinto, inconsciente, meio ambiente, hereditariedade” (FOUCAULT, 2010, p. 23). Esse questionamento traçava um panorama subjetivo em profundo diálogo com o lugar social e epistemológico do perito e, por conseguinte, com o contexto histórico onde ele se processou.

Uma das vertentes criminológicas presente durante as décadas de 1960 e 1970 compreendia que a melhor maneira de entender o delito seria buscar um método que equilibrasse duas teorias: a teoria da irresponsabilidade do delito (o delinquente não poderia ser culpado pelo crime; a julgar não poder resistir a impulsos que o levaram a delinquir) e a teoria da responsabilidade social (o delito seria uma atitude da pessoa desesperançada diante da sociedade que a cerca), assim, o meio termo ideal seria o “[...] estudo profundo da personalidade do delinquente” (DOURADO, 1963, p. 99).¹² O perito deveria investigar, entre outras coisas, a infância do delinquente de modo a acessar parte da formação dessa personalidade, na qual a imperfeita educação - não imposição de restrições e disciplina a comportamentos infantis inadequados - possibilitaria o afloramento de certas tendências ao crime. Luiz Angelo Dourado, psiquiatra que atuou no sistema prisional do Rio de Janeiro por mais de três décadas, afirmou que:

A prevenção do delito depende da educação dos pais ou das pessoas responsáveis pela assistência às crianças, de vez que a personalidade do adulto se modela no chamado período formativo. É nesse período que se adquirem as noções básicas para a adaptação social, mediante restrições dos instintos anti-sociais, conformando-os às exigências do princípio da realidade (1963, p. 102).

É viável supor que os profissionais que realizaram o laudo psiquiátrico de Ana tivessem acesso a discursos semelhantes sobre o saber

12 Luiz Angelo Dourado, na ocasião da produção desta obra (década de 1960), utilizou estudos de casos para comprovar a efetividade de uma abordagem psicanalítica na análise de delinquentes. Tais estudos eram frutos de 30 anos de experiência no setor penitenciário, onde atuou, inclusive, como gestor Serviço de Biopsicologia da Superintendência do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (SUSIPE). Mantivemos a grafia original da obra.

psiquiátrico. Coevos à formação e atuação dos profissionais, os debates presentes em literatura especializada e artigos sobre psiquiatria forense¹³ reforçam esta constatação, onde se enfatizava a necessidade de buscar explicações para a criminalidade não apenas no meio ambiente, mas no histórico familiar hereditário e relacional, como podemos ver no artigo publicado na Revista Brasileira de Medicina, em julho de 1972:

Não estranhemos que o lugar privilegiado para formar neuróticos e criminóticos seja a família, onde não unicamente se praticam, senão erotizam os erros clássicos da educação, favorecendo fixações sexuais infantis em detrimento das possibilidades para a formação de um comportamento social norma e uma maturação sadia (WEISSMANN, 1972, p. 366).

As participações em simpósios, seminários e congressos voltados para psiquiatria forense também atuaram na formação destes profissionais, como constatamos na publicação da Secretaria do Interior e Justiça em Diário Oficial do Estado:

O Governador do Estado do Ceará no uso de suas atribuições legais. Designa, de acordo com o art. 1º, n. III do Decreto n. 10.171, de 08.02.73, os servidores abaixo para no Rio de Janeiro Guanabara participarem do III Congresso Brasileiro de Psiquiatria no período de 8 a 14 de setembro próximo, atribuindo-lhes uma ajuda de custo [...] J.H.G.M. Diretor — Instituto Psiquiátrico Gov. Stênio Gomes. J.T.D. - Médico — Depto. Sistema Penal (CEARÁ, 1974, P. 7140).

Isto posto, depreende-se que o intercâmbio destes discursos inseria-se em uma circularidade, tanto nos profissionais contratados para atuar na psiquiatria criminológica, quanto nos debates que ocorriam em outras regiões do país, de modo a permitir a plausibilidade de certa concordância em relação aos métodos empregados nas intervenções psiquiátricas realizadas junto às deten-

13 “A psiquiatria forense é o campo específico de identificação, discussão e condução de questões situadas na interface entre saúde mental e Lei” (ABDALLA-FILHO; BERTOLOTE, 2006, p. 56).

tas do IPFDAMC. Assim, podemos inferir, ao observar o início da conclusão pericial de Ana, que o psiquiatra se alinhava à citada vertente criminológica a julgar a importância dada às atitudes da acusada durante a infância, onde: “A paciente, segundo os seus familiares, apresenta distúrbios emocionais desde a infância; quando se comportava de maneira rebelde, criava atritos frequentes com os familiares e crianças de sua mesma idade e mostrava-se agressiva ao extremo” (I.P.G.S.G, 1975, p. 02).

De acordo com essa linha de análise psí, a agressividade e violência de Ana poderiam estar relacionadas a instintos antissociais não corrigidos. Uma boa educação deveria construir na criança, a partir de exemplos morais e disciplina, impeditivos psicológicos para reações violentas quando, ocasionalmente, houvesse adversidades ou ocorressem profundas frustrações. Ademais, havia um consenso de que era possível herdar certa tendência a resistir à disciplina e controles sociais e, em decorrência disso, instintos como a agressividade, por exemplo, não seriam contidos. Acrescidos de outros fatores, como relações sociais e/ou familiares, tais instintos poderiam coadunar para comportamentos delinquentes. Os indícios de “consanguinidade na família” de Ana, constatados a partir da existência de “vários membros da família portadores de desordens mentais” (I.P.G.S.G, 1975, p. 01), e seu comportamento agressivo não controlado durante a infância, poderiam, portanto, explicar um dos possíveis diagnósticos pensados, de início, pela junta pericial:

[...] desde a infância e ao longo de sua existência a paciente apresenta impulsos agressivos — destrutivos, surtos excitatórios e somatizações com traços psicopatológicos predominantes. Algumas crises manifestas por intenso furor, em algumas hospitalizações, sugeriam um quadro de natureza *maníaca* ou mais palidamente um quadro excitatório reativo (I.P.G.S.G, 1975, p. 03).

Todavia, no decorrer das sessões, alguns gatilhos psicológicos produziram reações como uma crise conversiva (quando a emoção e sentimentos se convertem em sintomas físicos), direcionando o diagnóstico final para neurose-histérica (I.P.G.S.G, 1975, p. 04).¹⁴ As flutuações em diagnósticos diferentes — maníaca/neurótica-histérica-, optando quais sintomas deveriam ser escolhidos para alicerçar um ou outro,¹⁵ permite depreender que o diagnóstico estava relacionado às subjetividades engendradas nos envolvidos nesta relação de poder. Embora a Psiquiatria tivesse o poder de determinar quem era doente mental ou não e produzir intervenções sobre o sujeito patologizado, não possuía:

[...] o diagnóstico no sentido médico do termo. Ou seja, a Psiquiatria, com o avanço da Psicofarmacologia, encontrou formas de controle dos sintomas, mas nunca conseguiu se enquadrar por completo no modelo de medicina científica ocidental baseada na anatomia e na fisiologia. [...] A Psiquiatria nunca realizou este projeto de cientificidade, não obstante os esforços neste sentido existam até hoje (JUCÁ, 2010, p. 318-319).

Para os saberes como Medicina e Psiquiatria, que entendiam o corpo feminino como algo naturalmente predisposto à doença mental, a tênue linha da sanidade estaria mais propensa a ser rompida. Mesmo a maternidade — uma representação do ideal feminino mais elevado - poderia acarretar surtos psicóticos, neurose, histeria, depressão e demência. Assim, a neurose-histérica abrigava-se na anormalidade atávica da mulher. Conforme Martins (2010, p. 28):

14 Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais II (DSM II), publicado em 1968 e em vigência até a década de 1980, as manias, grosso modo, encontravam-se associadas a casos de psicose. As psicoses, com raras exceções, prejudicavam as funções mentais a ponto de comprometer a capacidade da pessoa de cumprir atividades básicas para a sua sobrevivência, as pessoas descritas como psicóticas não conseguiriam diferir a alucinação da realidade. As neuroses não produziram uma interpretação distorcida da realidade (DSM-II, 1968).

15 Para uma análise de parte da historiografia já produzida e os debates que contemplam a construção das semiologias e nosologias psiquiátricas ler: HUERTAS, 2001.

Os tratados de medicina legal, de ginecologia e de Psiquiatria trazem vários capítulos sobre as alterações de comportamento e doenças mentais, demonstrando o fatalismo da natureza e reforçando a necessidade de se conhecer as condições dos órgãos sexuais das mulheres no estabelecimento dos diagnósticos psiquiátricos e nos exames periciais sobre a responsabilidade criminal.

Ampliando as diferenças biológicas que comprovariam a inferioridade da mulher para o campo do psíquico, esses discursos organizaram hierarquias sociais e culturais, de modo que lugares genericados fossem naturalizados. Segundo Vieira (2002, p. 31): “[...] na medida em que essa determinação biológica parece justificar plenamente as questões sociais que envolvem esse corpo, ela passa a ser dominante, como explicação legítima e única sobre aqueles fenômenos”.

Os ciclos menstruais, gestações, abortos e partos foram alicerces discursivos para normas que buscaram regular o comportamento da mulher. O útero, órgão-metáfora que se manteve incontrolável por séculos, vagando pelo corpo e causando defeitos morais, foi responsabilizado por doenças como, por exemplo, a histeria (LAQUEUR, 2001; ÁVILA; TERRA, 2010). Os avanços na produção de conhecimento por anatomistas, obstetras e ginecologistas não romperam com certas verdades construídas sobre o corpo e gênero feminino, verdades estas que permearam a produção do sujeito neurótico e histérico em Ana, cuja menarca aos onze anos inaugurou um ciclo menstrual irregular, não produziu muitos frutos em meio a cinco gestações que resultaram em três abortos espontâneos e dois partos (I.P.G.S.G, 1975, p. 02).

Os esforços depreendidos pelos peritos na investigação do passado da acusada, classificando suas condutas anteriores ao ato criminal de modo a explicar a violência durante o ato foram produzidos em momentos diferentes, por meio de diversas entrevistas realizadas. Na fronteira dúctil entre o normal e o patológico, o ato violento de Ana não foi interpretado como fruto da incapacidade de compreensão sobre os significados éticos e morais de levar alguém à morte. Por fim,

o laudo atestaria a consciência dos atos e, portanto, da responsabilidade penal. O seu “[...] *humor estabilizante*, afetividade conservada, *pensamento de curso e conteúdo lógicos e normais*, livre de alterações do senso-percepção” indicavam a capacidade de “[...] entender o caráter criminoso do seu ato [...]” (I.P.G.S.G, 1975, p. 03, grifo nosso) e, portanto, a necessidade de ser levada a julgamento, haja vista estar apta para tal movimento processual. Assim, Ana foi julgada e condenada a oito anos de prisão no dia 29 de novembro de 1976 pelo II Tribunal do Júri da Comarca de Fortaleza (SEGUNDA VARA DO JÚRI, 1976).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Histerectomia - palavra que traz útero na raiz de sua criação (hysteros) - desnuda, ao arrancar parte do corpo feminino, esforços em controlar a mulher. Estes mecanismos de força, tão aparentes quando pensamos nas intervenções cirúrgicas que já atravessaram ovários, úteros, clitóris e seios, também se fizeram presentes na produção da loucura feminina.

Nesta reflexão buscamos problematizar os esforços dos saberes criminológicos — Psiquiatria, Direito e Psicologia — em justificar as condutas agressivas perpetradas por mulheres como ausência de sanidade mental, onde o homicídio inseria-se no lugar da pretensa fragilidade feminina no efeito de verdade que produzia um corpo propenso a patologias mentais. Embora não ignoremos o grande número de mulheres que viveram e ainda vivem relacionamentos abusivos, o que se pretende, ao analisar estes discursos, é refletir o quão naturalizada estaria a noção de que a mulher só agia com violência quando acometida de doenças mentais ou quando agredida, como legítima defesa.

A produção de verdade engendrada em uma lógica onde a passividade era reforçada como algo inerente ao feminino, priorizava pensamentos “científicos” que entendiam de maneira limitada o crime cometido por mulheres, no qual aspectos socioculturais foram

ignorados em detrimento aos biopsíquicos (ROCHA, 2011), invisibilizando a pluralidade dos sujeitos e experiências.

FONTES

BRASIL, 1941. Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal Brasileiro**. Presidência da República, Rio de Janeiro, DF, 3 out. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.html. Acesso em: 17 nov. 2019.

CEARÁ, Expediente da Secretaria do Interior e Justiça. Ementário. 30 ago. 1974. **Diário Oficial Estado do Ceará**, nº 11.422, p. 7140. Disponível em: <http://pesquisa.doe.seplag.ce.gov.br/doepesquisa>. Acesso em: 13 abr. 2019.

FIGUEIREDO, Rubens M. de. Mães: casa de pais, escola de filhos — Vigilância com perseverança. **Revista Brasileira de Medicina**, Belo Horizonte, ano 31, n. 04, abr. 1974, p. 267-268.

I.P.G.S.G.(Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes), Laudo Psiquiátrico, Itaitinga, set. 1975. **SAP-AAIPF**. (Arquivo Administrativo do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa - Secretaria da Administração Penitenciária do Estado do Ceará). Gaveta M - Lote 1 A1G1. Acesso: 04 maio 2018.

SEGUNDA VARA DO JÚRI, Juízo de Direito. Sentença. Fórum Clóvis Bevilaqua, Fortaleza. 29 nov. 1976. **SAP-AAIPF**. (Arquivo Administrativo do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa - Secretaria da Administração Penitenciária do Estado do Ceará). Gaveta M - Lote 1 A1G1. Acesso: 04 maio 2018.

WEISSMANN, Karl. O criminótico e a Justiça. **Revista Brasileira de Medicina**. Belo Horizonte. Ano 29, n. 07. jul. 1972, p. 365-376.

REFERÊNCIAS

ABDALLA-FILHO, Elias; BERTOLOTE, José Manoel. Sistemas de psiquiatria forense no mundo. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 28, supl. 2, p. 56-61, out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000600002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jul. 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino**: invenção do “falo”. Uma história do gênero masculino (1920-1940). 2.ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ÁVILA, Lazslo Antônio; TERRA, João Ricardo. Histeria e somatização: o que mudou? **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, 2010, p. 333-340. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852010000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jan. 2020.

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Tradução: Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BRAGA JÚNIOR, Walter de Carvalho. **Mulheres criminosas**: transgressão, violência e repressão na Fortaleza do Século XIX. 2018, 196f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/36491>. Acesso em: 27 set. 2019.

CORRÊA, Marisa. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CORVELLO, Cynthia. Da colher de pau ao fio da navalha. **Revista Hydra**: Revista Discente De História Da UNIFESP. São Paulo. v. 4, n. 8, 2020, p. 412-452. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/10701>. Acesso em: 26 set. 2020.

DOURADO, Luiz Angelo. **Raízes neuróticas do crime**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1963.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HUERTAS, Rafael. Historia de la psiquiatría, ¿ por qué?, ¿ para qué?. Frenia. **Revista de historia de la psiquiatría**, [n.l.], ano 01, v. 01, 2001, p. 9-36. Disponível em: <http://www.revistaaen.es/index.php/frenia/article/view/16354/0>. Acesso em: 09 ago. 2020.

JUCÁ, Vládio. A cura em saúde mental: história e perspectivas atuais. *In*: WADI, Yonissa Marmitt; SANTOS, Nádia Maria Weber (org.). **História e loucura**: saberes, práticas e narrativas. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 307 — 331.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução: Vera Whately; Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Um sistema instável: as teorias ginecológicas sobre o corpo feminino e a clínica psiquiátrica entre os séculos

XIX e XX. *In*: WADI, Yonissa Marmitt; SANTOS, Nádía Maria Weber (Org.). **História e loucura**: saberes, práticas e narrativas. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 15 — 50.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos: Claraluz, 2005.

ROCHA, Raquel Caminha. **Aparta que é briga**: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919-1948). Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). Centro de Humanidades. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/raquel.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: PRIORI, Mary Del (org.), BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 362- 400.

STOLCKE, Verena. Apresentação. *In*: CORRÊA, Marisa. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 11-13.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

Estado, caridade e filantropia

A assistência à infância nas páginas do jornal O Diário Oficial¹

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses²

INTRODUÇÃO

Durante o Estado Novo (1937-1945), a assistência à infância incorporou a condição de problema nacional. A Constituição de 10 de novembro de 1937 incluía em seu texto uma série de preceitos atribuído ao Estado o dever taxativo de rodear a infância e a juventude de cuidados e garantias especiais. Proteger a criança, defender seus direitos, significava por extensão resguardar a própria nação (FONSECA, 1993). Valiam-se os subsídios da União, dos estados e municípios, no projeto de criar condições favoráveis para o exercício da maternidade e desenvolvimento dos filhos. Nas palavras de Getúlio Vargas:

Impunha-se [...] **alargar a atuação do poder público**, e diversas providências se adotaram nesse sentido. Já foi **autorizado** o plano de construção e instalação de cerca de cinquenta maternidades e lactários, distribuídos por todos os Estados; a lei de proteção às famílias numerosas será **decretada** em breve [...] Espero e recomendo, por-

-
- 1 Artigo escrito a partir de fragmentos do primeiro e segundo capítulo da dissertação de mestrado *Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950)*. Pesquisa orientada pela Professora Doutora Elizangela Barbosa Cardoso, com financiamento CNPq/CAPES.
 - 2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI). E-mail: liviasuelen@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9422263976064181>.

tanto, que o cuidado da União seja secundado pelos Estados e Municípios, que também devem **destinar verbas permanentes aos serviços de puericultura**, completando, assim, **a estrutura governamental capaz de preparar brasileiros robustos e animosos na exploração da nossa riqueza potencial** (VARGAS, 1939, p. 158 Grifos nossos).

No trecho acima, fica claro que a “preocupação com a infância” justificava o alargamento da atuação do poder público. Ao Estado, posto devidamente autorizado, cabia legislar, autorizar, decretar e subvencionar meios para conservação da saúde e da vida dos infantes. De acordo com Vargas, outro destaque dado à criança como um dos alvos privilegiados na implementação dessas políticas, justifica-se pelo fato de ela corporificar esses ideais de formação de um novo homem e de valorização do trabalho como caminho para construção de um novo país.

Neste período, a imprensa oficial em diversos estados brasileiros foi uma forte aliada ao dar visibilidade às ações do Estado e da sociedade civil, especialmente dos médicos, ainda que estas fossem realizadas de forma localizadas e não conseguissem ainda assistir e cuidar da saúde de uma parcela grande de mães e crianças. Essa prática assinala uma vontade política (SCHIAVINATTO, 2005, p. 365) que culminou no sentimento de conservação da vida e da saúde dos infantes como responsabilidade do Estado e das mães. Analisando os números do jornal Diário Oficial, um dos poucos jornais que circularam no Piauí no recorte temporal deste trabalho, percebemos “um vocabulário político e uma certa gramática de gestos” que trazem à baila o tema da saúde materno-infantil (SCHIAVINATTO, 2005, p. 365). Referimo-nos às campanhas em prol de ações caritativas e beneméritas, aos artigos publicados por médicos e, mais especificamente, às comemorações por ocasião da realização da Semana da Criança no estado.

Desta forma, este artigo analisa os discursos em prol da saúde infantil, produzido pelo Estado nas décadas de 1930 e 1940 e veiculado no jornal local piauiense Diário Oficial. Situa-se o investimento do Estado

em políticas de saúde materno-infantil, durante o Primeiro Governo de Vargas (1930-1945), bem como a associação com práticas paternalistas e nacionalistas. Ressalta-se que o Estado apesar de enfatizar uma preocupação com altos índices de mortalidade dos infantes, na prática, ainda investia com poucos recursos financeiros, necessitando do auxílio da sociedade civil, exaltando ações caritativas e filantrópicas.

A SAÚDE E CONSERVAÇÃO DA INFÂNCIA COMO PROBLEMA DE ESTADO

No contexto de verticalização das ações políticas direcionadas ao campo da saúde pública, a atenção à maternidade e à infância logrou uma posição fundamental (HOCHMAN, 2005). Deu-se início às políticas públicas para a maternidade e a infância, tanto no que diz respeito à legislação quanto à organização e prestação de serviços de assistência de saúde. Durante o Estado Novo, ocorreu a eleição das mulheres e das crianças enquanto objeto privilegiado de políticas públicas de saúde. Esta escolha relaciona-se à mudança de abordagem dos problemas sanitários, com a guinada para o cunho preventivo (MARTINS, 2010).

Tal qual ocorreu na implantação de uma política de saúde centralizada no Brasil, esse processo fundamentou-se no nacionalismo e no paternalismo (SCHWARCZ, 2019). Considerava-se que a solução dos problemas sociais que direcionaria para o progresso da nação e para formação do novo cidadão brasileiro dependia, em larga medida, da proteção à infância (BESSE, 1999; FREIRE, 2009; CARDOSO, 2012). Esta, por sua vez, deveria se embasar em exercício adequado de práticas de maternagem, informadas por preceitos científicos.

Com efeito, os formuladores das leis e das políticas públicas construíram uma percepção instrumental das mulheres, enquanto reprodutoras. Isto porque para ter sucesso na tarefa patriótica de salvar e preservar as crianças, era necessário intervir nas práti-

cas das mulheres, vistas enquanto mães. Portanto, considerava-se urgente promover medidas de higiene e saúde pública, direcionadas às mulheres (MARTINS, 2010).

Esse processo não era um apanágio brasileiro. Segundo a historiadora Françoise Thébaud (2010), no mesmo período, na França, foram instituídas reformas sanitárias visando diminuir a mortalidade materna e a infantil, destacando-se a ampliação dos serviços nas maternidades, a transferência dos partos domiciliares para as maternidades e a criação de uma série de outros serviços que abrangiam do pré-natal ao desmame.

No Brasil, desde as décadas de 1910 e 1920, com poder crescente do movimento da eugenia e da comunidade médica, havia a convicção que a regeneração nacional e a garantia do futuro do país dependiam da saúde moral e física das famílias. Enfatizando a reprodução, a sexualidade, o matrimônio e o problema das enfermidades venéreas no casamento, os eugenistas aliaram-se aos médicos e contribuíram para fazer reviver a puericultura, os cuidados com a saúde da criança e da mulher, principalmente enquanto mãe (FONSECA, 1993).

O prosseguimento da profissionalização da medicina aumentava a autoridade e o poder dos médicos para intervir em todas as questões relativas à saúde de mães e filhos, quer dentro da esfera privada da família, quer na esfera pública. A instituição de grande número de novas organizações, entre as quais a Sociedade Científica Protetora da Infância (1902), a Sociedade Brasileira de Pediatria (1910), a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) e o Departamento da Criança do Brasil (1919), aumentaram a influência política dos médicos.

Utilizando um grande número de pesquisas e de publicações, bem como realizando vários congressos, essas organizações chamaram a atenção pública para o bem-estar da infância e elegeram os médicos como peritos incontestes nesse campo (BESSE, 1999). Os médicos elevaram o bem-estar da mãe e da criança a um novo status de prioridade social em nome do melhoramento da raça.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, um grupo de médicos e intelectuais defensores da necessidade da intervenção do Estado na sociedade contribuiu para a criação de organismos governamentais e a elaboração de programas voltados para o atendimento à maternidade e à infância, amparados por uma legislação reguladora e disciplinadora (FOUCAULT, 1988).

A partir da década de 1930, nos primeiros anos do Governo Vargas, a preocupação com a infância ganha força, em particular, as discussões em torno “da mortalidade infantil, do menor abandonado e da delinquência infantil” (FONSECA, 2013, p. 101). Em 1932, em uma mensagem de Natal, o presidente dirigiu-se aos interventores dos estados chamando a atenção para tais problemas (CARDOSO, 2010).

No que tange à mortalidade infantil, tratava-se de assunto que figurava, desde o início do século XX, como obstáculo ao projeto republicano de nação populosa, saudável e produtiva. No Piauí, a preocupação do poder público com a mortalidade infantil aparece na primeira década do século XX. Em 1911, na mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador Antonino Freire da Silva, somava-se à insatisfação por falta de um serviço de saúde, a preocupação com a mortalidade infantil, tida como “exageradíssima em Teresina” (ESTADO DO PIAUÍ, 2011, p. 15-16).

A implantação de serviços que insidiam na proteção à maternidade e à infância no Piauí foi inicialmente tributária da organização dos serviços de saúde pública no Estado. No início da década de 1930 inexistia um serviço específico para esse público, restringindo-se às atividades realizadas nas inspetorias e assistência médica realizada a partir da instalação, em 1932, da enfermaria obstétrica na Santa Casa de Misericórdia, em Teresina (LIMA, 1941).

No início do Governo Provisório, o Ministério da Educação e da Saúde Pública proporcionou o surgimento de um serviço ligado ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Tratava-se da Inspeção de Higiene Infantil, responsável pelas discussões em torno

das políticas de saúde materno-infantil. A ação da Inspetoria, com a inauguração de lactários, serviços de pré-natal e clínicas pediátricas, ficara restrita apenas às capitais, com algumas exceções, os estados que já realizavam algum tipo de ação, a exemplo da Bahia (MARTINS, 2010). Assim como as demais atividades em saúde pública, a assistência direcionada à infância e à maternidade permanecia descentralizada. Na Inspetoria, atuavam os médicos que defendiam novas orientações para o cuidado materno-infantil (MARTINS, 2010).

Em 1933, a Inspetoria organizou na cidade do Rio de Janeiro a Conferência Nacional de Proteção à Infância que contou com a participação de delegados de todos os estados, além de representantes de instituições privadas. O médico piauiense Vitoriano de Assunção, representando o Departamento de Saúde do Piauí, apresentou durante a Conferência um trabalho acerca da mortalidade infantil na cidade de Teresina. De acordo com o médico, havia alta mortalidade infantil, ocasionada por doenças como “o impaludismo, as verminoses, a lepra, o tracoma, a tuberculose, o alcoolismo, a sífilis, febres do grupo colitífico, disenterias, etc. (ASSUNÇÃO, 1939, p. 11)”. Essas doenças, em sua concepção, muitas vezes ocorriam devido à falta de instrução da população pobre ou em decorrência da falta de assistência médica (ASSUNÇÃO, 1939, p. 10).

Os debates realizados durante a Conferência Nacional de Proteção à Infância contribuíram para a criação, em 1934, da Diretoria de Proteção à Infância, com intuito de estender a todo o país a atuação do governo federal nessa área (FONSECA, 1993). Dentre as propostas de serviços oferecidos, destacam-se a estrutura hospitalar (hospitais infantis e maternidades), formação de quadros (Escola de Puericultura), bem como investigações e inquéritos, instituídos em cooperação com os governos estaduais. A assistência ao parto, por sua vez, seria realizada tanto nas maternidades quanto através do serviço obstétrico domiciliar. No entanto, a efetivação das propostas esbarrou na limitação de recursos financeiros (MARTINS, 2010).

Foi entre o final da década de 1930 e a década de 1940 que o Estado realizou a organização administrativa efetiva, o planejamento nacional de medidas protetivas e a efetivação de ações nacionais para o amparo materno-infantil (MARTINS, 2010; CARDOSO, 2010).

Em 1937, a partir da reforma do Ministério da Educação e Saúde implantada por Capanema, o Departamento Nacional de Saúde transforma a Diretoria de Proteção à Infância em Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Este foi o primeiro programa estatal de proteção à maternidade e a infância, o que implicou a consonância com a política centralista de governo, a normatização das políticas de saúde pública e o aumento da importância médica na hierarquia burocrática (BRASIL, 2011; CARDOSO, 2012). O programa de assistência foi desenvolvido por médicos inseridos no aparelho estatal.

Nesse contexto, como desdobramento de uma política centralista e das reformas de saúde pública desenvolvidas pelo governo Vargas, conformam-se, no Piauí, ações em prol da proteção materno-infantil. Não por acaso, essas ações também ocorreram à medida que médicos inseriram-se na gestão do Estado.

No Piauí, em 1935, o médico Leônidas de Castro Melo é eleito, governador do Estado, pelo sistema de votação indireta, realizada pela Assembleia Estadual Constituinte. Com o advento do Estado Novo, foi confirmado no cargo, como Interventor Federal, permanecendo no cargo até 1945 (GONÇALVES, 2003, p. 253-254). Nas municipalidades, duas cidades importantes do Piauí, Teresina e Parnaíba, encontravam-se, no momento da implantação das reformas nacionais de saúde pública, geridas pelos médicos Lindolfo do Rego Monteiro³ e Mirócles Campos Veras⁴, respectivamente.

3 Médico e político. Exerceu como médico, a pediatria. Foi diretor da Casa Anísio Brito, da Caixa Econômica Federal no Piauí e do Departamento de Saúde do Estado. Como prefeito de Teresina, exerceu mandato de fevereiro de 1936 à novembro de 1945 (GONÇALVES, op. cit., p. 269).

4 Médico e político. Natural de Parnaíba (PI). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1913. Foi prefeito municipal da sua terra natal, no período de 1934-1945. Foi fundador da Sociedade dos Lázaros. Criou a Maternidade “Marques Basto”. Diretor da Santa Casa de Misericórdia. GONÇALVES, op. cit., p. 418-419.

Em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança, desvinculado do Departamento Nacional de Saúde e diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Fixava-se, assim, as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país.

Além de ampla liberdade administrativa e econômica, o Departamento sistematizou e unificou toda a iniciativa nacional em prol da mãe e da criança, seja de ordem pública, seja de ordem privada (LIMA, 1941). Desejava-se criar para as mães e para as crianças condições favoráveis que permitiriam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho (BRASIL, 2011).

Visando alcançar padrões da assistência à infância e à maternidade, o Departamento Nacional da Criança encarregava-se de orientar a organização das repartições estaduais, municipais e das instituições de iniciativa particular, que se destinassem à realização de quaisquer atividades concernentes aos problemas da infância e adolescência (REZENDE, 1943). Organizava também programas de aperfeiçoamento, bem como divulgava informações através de diferentes meios: jornal, rádio, publicações avulsas de larga distribuição, cartazes, correspondências ativa, oficial e particular. Realizava cursos, conferências, exposições e enviava seus representantes a diversas localidades brasileiras (REZENDE, 1943).

Curiosamente, apesar de ser produto de uma ditadura, a proposta do DNCr implicava em uma participação ativa da sociedade, ou de certos atores em especial (médicos, professoras, autoridades públicas e as mulheres em geral), para que seu fim fosse atingido. Mais ainda, atribuía-se a estes atores uma afetividade natural para com a criança, de forma que bastava boa vontade e articulação nacional (por parte do governo) para que os problemas fossem superados.

No Piauí, a imprensa foi amplamente utilizada para veicular estas políticas estatais. Não raro, o jornal Diário Oficial publicava ações em prol criança, tais como campanhas beneficentes; inauguração de instituições de assistência; atividades de associações filantrópi-

cas e/ou associações de mulheres; palestras de médicos e as ações do Estado como publicações de estatutos, decretos, conferências do presidente Getúlio Vargas e comemorações da Semana da Criança. Discorremos a respeito destes aspectos a seguir.

AS AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DO ESTADO EM PROL DA SAÚDE MATERNO-INFANTIL EM MATÉRIAS DO JORNAL O DIÁRIO OFICIAL

No Brasil, até a década de 1930, os serviços voltados à área materno-infantil foram, na sua maioria, de caráter filantrópico. No início dessa mesma década, os serviços de assistência à infância eram executados, principalmente, por instituições privadas não tendo ocorrido até aquele momento uma atuação sistemática e intensiva do governo nesse setor (FONSECA, 1993).

Em Teresina desde o início da década de 1930 era realizada no mês de outubro a Semana da Criança, na semana do dia 12. Durante as solenidades, médicos, professores e professoras debatiam problemas que assolavam a infância. Procuravam mobilizar a sociedade civil, para que colaborasse com a proteção materno-infantil. Esses profissionais valorizavam a aliança entre médicos e mães no cuidado da criança. Também colocavam em circulação noções de higiene e de puericultura.

No Brasil, até a década de 1930, os serviços voltados à área materno-infantil foram, na sua maioria, de caráter filantrópico. No início dessa mesma década, os serviços de assistência à infância eram executados, principalmente, por instituições privadas não tendo ocorrido até aquele momento uma atuação sistemática e intensiva do governo nesse setor (FONSECA, 1993). Em Teresina desde o início da década de 1930 era realizada no mês de outubro a Semana da Criança, na semana do dia 12. Durante as solenidades, médicos, professores e professoras debatiam problemas que assolavam a infância. Procuravam mobilizar a sociedade civil, para que colaborasse com a proteção materno-infantil. Esses profissionais valorizavam a aliança

entre médicos e mães no cuidado da criança. Também colocavam em circulação noções de higiene e de puericultura (CARDOSO, 2010; ESTADO DO PIAUÍ, 1937; A PRIMEIRA..., 1939).

Em 1935, o pediatra piauiense Aduino de Rezende, membro da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, no Rio de Janeiro, redigiu um conjunto de artigos que abordavam temas como a higiene, a educação e a saúde da criança, publicados no jornal *O Tempo*. No primeiro texto enfatizou o papel da mãe e, em seguida, as características do recém-nascido, os cuidados requeridos, o prematuro, a alimentação da criança, a alimentação natural e a artificial, bem como noções de higiene geral e educação das crianças (CARDOSO, 2010).

Compartilhando formas de pensar a questão da infância com pediatras e puericultores, que estavam à frente do programa de assistência materno-infantil desenvolvido pelo Departamento Nacional da Criança, como Aduino de Rezende, a Sociedade Piauiense de Medicina e Cirurgia cooperou com a “Campanha em prol da Criança”, em 1937, visando difundir conhecimentos de higiene infantil e pré-natal e despertar o interesse dos pais em relação ao problema da assistência à infância. Uma série de trabalhos médicos foi publicada nos jornais *O Momento* e *Diário Oficial*. Eis algumas das temáticas abordadas:

Cândido Silva — Aprenda a defender seu filho

Rocha Furtado — Como alimentar as crianças

Noronha Almeida — Calor e diarreia

Edison Carvalho — Primeiros cuidados ao recém-nascido

Antônio M. Correia — Conselhos indispensáveis às mulheres grávidas

Lineu Araújo — Como evitar a sífilis congênita

Epifânio Carvalho — Conjuntivites na infância (A PRIMEIRA..., 1939, p. 73).

Eventos culturais organizados pelos poderes públicos locais também colocavam em destaque discussões em torno do bem-es-

tar infantil. A partir da década de 1940, a Semana da Criança em Teresina, evento até então realizado pela sociedade civil, passa a ser atividade reconhecida e incentivada pelo Departamento Nacional da Criança. As atividades que ocorriam ao longo da Semana passaram a ser organizadas pela Comissão Central Estadual da Legião Brasileira de Assistência em cooperação com os Departamentos de Saúde e Ensino (SEMANA DA CRIANÇA, 1944).

No jornal O Diário Oficial, tornou-se comum associar A Semana da Criança à imagem do presidente Getúlio Vargas. Na primeira página estampava-se uma fotografia do presidente com uma criança no colo (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Semana da Criança



Figura 2 - Semana da Criança



Articulava-se então uma operação midiográfica (MENESES, 2014) na qual associava-se Getúlio à figura paterna, provedor da nação, patriota e só conseguiria com o auxílio da mãe. Quanto a essa produção discursiva, não bastava apenas dizer mas comprovar através de grandes imagens na primeira página do jornal, do presidente segurando os pequenos cidadãos, como um gesto de cuidado. O simples ato de publicar, produzia aparência de verdade (MENESES, 2014)

Visando à discussão em favor do amparo à maternidade e à infância, nas mais diversas instâncias, a cada ano uma temática era discutida nas palestras. Em 1936 elegeu-se como tema a importância da higiene e da puericultura, para que as mães dessem filhos fortes e saudáveis à pátria; em 1942, o tema discutido foi a boa alimentação e a melhoria da assistência materna e infantil; em 1943, o tema era a criança abandonada (CARDOSO, 2010); em 1945, foi a criança, as atividades agrícolas e a alimentação (SEMANA DA CRIANÇA, 1945).

Durante o Estado Novo, as jornadas em favor da infância, sobretudo através de discursos e palestras, eram a oportunidade em que o interventor buscava reforçar o regime, ressaltando as ações empreendidas em defesa e proteção da infância, um dos elementos de legitimação do Estado autoritário (CARDOSO, 2010).

Proteger a criança, defender seus direitos, significava por extensão resguardar própria nação. A imagem da criança estava intimamente associada à nova nação que o governo almejava construir, trabalhar a infância, modelar o futuro cidadão, para mudar os rumos do País. Em outubro de 1945, publicara o Credo do Departamento Nacional da Criança, em que se vislumbra o desejo de integração. Na fonte, lê-se:

Cremos no futuro do Brasil, pela proteção integral da Criança. Cremos que a base do bem-estar e do futuro da Criança reside no lar e na família bem organizados. Cremos nos deveres do Estado para com a Criança em geral, mas principalmente a abandonada e a necessitada. Cremos na benéfica influência dos serviços de proteção à infância bem organizados e exercidos por pessoal competente e devotado. [...] Cremos no papel imenso das

instituições privadas de proteção à infância, quando bem orientadas e harmonicamente coordenadas. [...] Cremos que, para o bem futuro da Humanidade, como para o do Estado, da família e do indivíduo, a proteção bem entendida a Criança é mais importante e essencial que qualquer outra das atividades dos governos (SEMANA DA CRIANÇA, 1945, p. 3).

Percebemos que, nas matérias do *Diário Oficial*, o Departamento Nacional da Criança era citado com frequência como um modelo a ser seguido. Essa recorrência mostra o desejo, por parte dos políticos e dos médicos, de aproximar os ideais nacionais das atividades locais, no que diz respeito à assistência à infância.

Embora tais fontes, por seu caráter político, adquiram constantemente um tom elogioso e coloquem o Governo do Dr. Leônidas Melo “em sincronismo louvável e patriótico” (PALESTRAS..., 1943) às políticas nacionais, elas também são importantes para perceber as particularidades da ação de proteção materno-infantil no Piauí.

Para que se delineasse uma rede de proteção materno-infantil, o Departamento apostava também na articulação entre benemerência e a ação oficial (CARDOSO, 2010). Em 1941, a sociedade civil, moveu uma Campanha de Solidariedade (imagem 3), em prol da criança. De uma forma bem apelativa, a campanha atribuía uma imagem de um bebê pedindo colo, junto ao slogan “Esta criança pede socorro. Negar-se-á você a dá-lo?” (CAMPANHA..., 1941, p. 1).

Figura 3 - Campanha de Solidariedade Humana



Vendas de bilhetes dos cinemas *Rex e S. Luiz*, bilhetes para matinee infantil no Clube dos Diários, bilhetes para uma manhã de sorvete-dançante no mesmo Clube, bilhete premiado e passeios fluviais eram revertidas como doações. A Campanha foi amplamente divulgada e vários outros números do jornal, acompanhado de imagens dos organizadores, que, não por acaso, faziam parte das famílias abastadas da sociedade.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) também foi parceira do Governo Federal nos programas de proteção à maternidade e à infância, adotando as políticas desenvolvidas pelo Departamento Nacional da Criança. Fundada em 28 de agosto de 1942, inicialmente sob a mobilização da Segunda Guerra Mundial, ocupou papel central no desenvolvimento das políticas de assistência, sobretudo no cenário assistencial do Rio de Janeiro, no qual se propunha a atender a infância pobre e desvalida (MARTINS, 2011). Dirigida por uma comissão presidida por Darcy Vargas, na capital federal, a LBA espalhou-se pelos estados, sob a atuação das esposas dos interventores federais, à frente de comissões estaduais.

Nesse contexto, fundou-se a Legião Brasileira de Assistência no Piauí, com a esposa do interventor federal, Maria do Carmo de Castro Melo, presidindo a Comissão Estadual. Nessa função, Maria do Carmo enviou telegramas às esposas dos prefeitos das cidades do interior, apelando para que trabalhassem pelo objetivo da LBA (CARDOSO, 2010). Desta forma, através da benemerência, também cumpria-se o diálogo entre o governo federal, o governo estadual e as municipalidades.

No Piauí, a LBA articulou uma série de ações assistenciais e campanhas a favor da filantropia, tendo como alvo também a infância e a maternidade. Destaca-se a instalação da Casa da Criança, em 1943, em terreno e prédio doados pelo Governo do Estado (INSTALAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA, 1943).

Em 1944, por exemplo, o cônsul piauiense Gervásio Pires Ferreira entregou 220 mil cruzeiros em apólices para construção de um Centro de Puericultura na sua cidade natal, Barras (UMA EXPRESSIVA..., 1944). A ação gerou grande mobilização por parte da LBA, sendo o gesto referido em jornais locais, no Rio de Janeiro e em Teresina, até mesmo para incentivar práticas desse feito. A ação benemérita era enfatizada como um grande auxílio para ação em favor da infância, principalmente, por possibilitar alcançar lugares longínquos.

O desdobramento dessa estratégia no Piauí não alcançou o padrão esperado, na expectativa pública (SEMANA DA CRIANÇA, 1944; SEMANA DA CRIANÇA, 1945). Na Semana da Criança de 1945, por exemplo, o poder público clama por maiores participações dos particulares em ações beneméritas e o engajamento das senhoras da LBA. No relatório do evento publicado no *Diário Oficial* afirmava-se que “essa iniciativa, humana e cristã, infelizmente, não despertou ainda convenientemente, como era de esperar, a atenção do público nem ao menos quanto ao premente problema alimentar da infância” (SEMANA DA CRIANÇA, 1945).

Além da atuação da LBA, “de mãos dadas com o Governo do Estado”, ressaltava-se apenas a participação de algumas moças e uma associação espírita, que anualmente prestava assistência aos necessitados no período natalino. As atividades de cunho assistencial desenvolvidas na Casa da Criança, na Escola Industrial “Leônidas Melo”, bem como no Abrigo dos Velhos, eram promovidas pela Legião e o Estado, em resposta aos apelos do Departamento Nacional da Criança (SEMANA DA CRIANÇA, 1945). Desta forma, percebemos que o Estado acionava a sociedade em prol da criança, da saúde e da pátria, e a sociedade ancorava-se, em parte, em verbas públicas.

O apelo por parte do Estado em relação à filantropia buscava dividir a responsabilidade com a iniciativa de particulares para gerir

programas de assistência social. Ao mesmo tempo, legitimava o saber médico na seara dos cuidados com a infância.

O projeto de proteção à saúde materno-infantil, organizado politicamente e institucionalizado nas décadas de 1930 a 1940, em Teresina, é tributário de um imaginário da vida e do tempo (GÉLIS, 1991), que individualiza a criança, da emergência do sentimento de infância (ARIES, 1981) e da intensa discussão médica em favor da conservação das crianças, relacionado a esse sentimento no Ocidente. Tanto o interesse estatal pela criança como futuro ser produtor de riquezas e gerador de paz social, que Ariès identifica na emergência do século XVII (ARIES, 1981; BADINTER, 1985), quanto os discursos dos médicos em favor da aproximação com as famílias, rastreados a partir do século XVIII (BADINTER, 1985; BESSE, 1999; DONZELOT, 1985; FREIRE, 2009), se manifestam, no contexto, com intuito de promover e normatizar padrões de saúde e higiene na vida dos infantes, conforme indicam discursos médicos veiculados no Piauí a partir de 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a conformação de uma política de saúde pública centralizada e burocratizada, articulada entre as décadas de 1930 e 1940 no Brasil, elegeu a saúde e a higiene da população como fator essencial para afastar as epidemias e civilizar a população. No Piauí, as ações públicas estatais que incidiram sobre os hábitos cotidianos e as relações estabelecidas com as doenças serviram para estreitar a ligação com a população.

A mudança de abordagem dos problemas sanitários para o cunho preventivo tornou as mulheres e as crianças objetos privilegiados das políticas de saúde, tendo em vista que cabia a elas a garantia do futuro da nação. Nesse sentido, investiram na criação de diretrizes da proteção materno-infantil, através do Departamento Nacional da Criança. A proposta do Departamento Nacional da Criança contava

com o apoio das autoridades políticas, que atuavam em âmbitos estaduais e municipais, bem como implicava o envolvimento de diferentes setores da sociedade civil. A criação de uma política de saúde materno-infantil, no período em estudo desenvolveu-se, portanto, com base em uma aliança entre o Estado e a sociedade.

FONTES

A PRIMEIRA SEMANA MÉDICA do Piauí. Revista da Associação Piauiense de Medicina, n. 1, ago., 1939.

ASSUNÇÃO, Vitoriano de. **Mortalidade Infantil em Teresina:** defesa sanitária da criança. Revista da Associação Piauiense de Medicina, 1939.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança:** 70 anos de história. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, Brasília, 2011.

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE HUMANA. Diário Oficial, ano XI, n. 184, 20 de agosto de 1941.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva,** governador do Estado, no dia 1º de junho de 1911. Teresina: Imprensa Oficial, 1911, p. 15-16.

INSTALAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA. Diário Oficial, ano XIII, n. 128, p. 1, 19 de outubro de 1943.

LIMA, Olavo Correia. **Assistência à infância no Piauí.** Revista da Associação Piauiense de Medicina, Teresina, n. 1, v. especial, dez., 1941.

REZENDE, Adauto de. **Problemas de assistência e proteção à maternidade e à infância.** Diário Oficial. Teresina, ano XIII, n. 50, p. 8, 8 de abril de 1943.

SEMANA DA CRIANÇA. Diário Oficial, ano XIV, n. 127, p. 1-6, 17 de outubro de 1944.

SEMANA DA CRIANÇA. Diário Oficial, ano XV, n. 128, p. 3, 27 de outubro de 1945.

UMA EXPRESSIVA adesão à campanha da criança. Diário Oficial, ano XIV, n. 43, 11 de abril de 1944.

VARGAS, Getúlio. **O bem-estar e a saúde das mães e das crianças, discurso pronunciado no Palácio Guanabara**, em comemoração do Natal, a 24 de dezembro de 1939. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/expresidentes/getulio Vargas/discursos1/1939/09.pdf/view>. Acesso em: 04 jul. 2013.

REFERÊNCIAS

ARIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora (LTC), 1981.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BATISTA, S. L. **Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí (1937-1945) — 2011**.

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940 — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999**.

CARDOSO, E. B. Em defesa da pátria: proteção social, infância e maternidade no Estado Novo. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, p. 403, dez., 2012.

CARDOSO, E. B. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FONSECA, C. M. O. A Saúde da criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. **PHYSIS — Revista de Saúde Coletiva**; v. 3, n. 2, p. 102, 1993.

FOUCAULT, M.. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, M. M. L. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GÉLIS, J. A individualização da criança. *In*: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Cia das Letras, 1991. v. 3.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 25, p. 127-141, 2005.

MARTINS, A.V. Políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil na primeira metade do século XX. *In*: MONTEIRO, Y. N. **História da saúde**: olhares e veredas. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010.

MENESES, S.. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo — a mídia, a memória e a história. DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. P. 231-257.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Entre risos e imagens*: a humilhação entre a memória e o esquecimento. *In*: MARSON, Isabel & NAXARA, Márcia (Org.). **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.365-384.

SCHWARCZ, L. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SHIAVINATTO, I. L.. Entre risos e imagens: a humilhação entre a memória e o esquecimento. *In*: MARSON, I.; NAXARA, M. (Org.). **Sobre a Humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia, EDUFU, 2005.

THÉBAUD, F. A medicalização do parto e suas consequências: o exemplo da França no período entre as duas guerras. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 415-427, 2010.

Médicos Cearenses em Matérias de Jornais

Aspectos da saúde mental nos anos de 1980 e 1990

Cláudia Freitas de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

As décadas de 1980 e 1990 foram, no Brasil, de grande discussão quanto à construção de novas concepções sobre a saúde mental através do processo, historicamente, conhecido como reforma psiquiátrica que se contrapunha frontalmente ao modelo hospitalocêntrico de assistência médica, vigente desde o século XIX e com permanências ao longo do XX.

A atuação centralizadora da assistência hospitalar psiquiátrica expressava-se, nitidamente hegemônica, sobretudo quando analisados os dados quantitativos. Segundo os registros do senado federal, em fins da década de 1980, o Brasil possuía trezentos e treze hospitais psiquiátricos dos quais duzentos e cinquenta e nove pertenciam ao setor privado ou às entidades filantrópicas e cinquenta e quatro eram entidades estatais. Ao todo, nas instituições, havia quatrocentos e cinquenta mil pacientes internados com diagnósticos de transtornos mentais e oitenta e sete mil

¹ Prof.^a Dra. Depto. de História; do Programa de Pós-graduação em História Social e do Mestrado Prohístória da Universidade Federal do Ceará (UFC). <http://lattes.cnpq.br/7320344244420638>. E-mail: claudia.oliveira@ufc.br.

leitos destinados à assistência psiquiátrica, o que “correspondiam a 20% do total de leitos no país” (BRASIL, 1998, p. 18690).

Em 1994, a partir da intensificação do processo de reforma psiquiátrica, houve redução nos números de hospitais e leitos psiquiátricos, embora ainda se mantivessem significativamente expressivos: existiam duzentos e oitenta hospitais e sessenta e nove mil leitos no país. Inserido no cenário de reforma, foram destinados aos hospitais gerais cerca de dois mil antigos leitos psiquiátricos, foram implantados ainda cerca de duzentos hospitais-dia e construídos centros e núcleos de atenção psicossocial em diversos estados do país (MARTINS, 2017, p. 251).

Essas mudanças representavam conquistas de antigas reivindicações protagonizadas por determinados segmentos sociais, como profissionais da saúde, usuários, familiares e comunidades acadêmicas, envolvidos no processo da luta antimanicomial. No entanto, elas estavam longe de expressar consensos ou configurar-se de maneira pacífica no campo político parlamentar. Ao contrário, alguns setores conservadores tiveram atuação bastante contundente no sentido de impedir ou atenuar as mudanças no âmbito legislativo, como a Federação Brasileira de Hospitais (FBH), representante do setor empresarial dos hospitais psiquiátricos privados e conveniados, que exerceu permanente *lobby* no congresso nacional contra as reformas (AMARANTE, 1995).

No Ceará, a realidade problemática da assistência hospitalar e as discussões em torno da reforma psiquiátrica também promoveram posicionamentos por parte da categoria médica. Nosso trabalho tem como objetivo analisar duas matérias de jornais, salvaguardadas na Academia Cearense de Medicina, em que médicos cearenses, em momentos diferentes, trataram da saúde mental.

ACADEMIA CEARENSE DE MEDICINA E OS MÉDICOS NA IMPRENSA

A Academia Cearense de Medicina é uma entidade profissional, sem fins lucrativos, fundada no período do governo civil militar, em maio de 1978, sob inspiração do professor e médico Jurandir Picanço, mas foi inaugurada somente após seu falecimento. Como entidade de classe, seus principais objetivos foram preservar a história e a memória da medicina cearense. À época, a academia estava localizada na Faculdade de Medicina do Ceará, sob a atuação direta de José Carlos Ribeiro, Waldemar Alcântara, Newton Gonçalves e Walter Cantídio. Possuía vinte e seis sócios fundadores e um patrono, o Dr. Antônio Justa. Atualmente, com setenta membros, a academia está localizada nas dependências da Universidade Federal do Ceará, no bairro do Benfica.

No que tange à sua estrutura interna, a academia possui um espaço administrativo onde, entre outras atividades, ocorrem reuniões regulares dos sócios, um memorial com pequeno acervo de objetos sobre a memória e a história da medicina e uma biblioteca, destinada a realização de pesquisas. O acervo da biblioteca versa sobre distintas especialidades médicas, como: clínica geral, oftalmologia, ginecologia, psiquiatria, neurologia entre outros, além de possuir anais e resumos de eventos locais, nacionais e internacionais sobre medicina e temáticas afins. Compõem ainda o acervo da biblioteca, alguns materiais avulsos, aparentemente não catalogados ou mesmo esquecidos em suas prateleiras, entre os quais se encontram fragmentos de matérias de jornais, analisados em nossa pesquisa².

2 O trabalho foi resultado do projeto de extensão, cadastrado na Pró-Reitoria de extensão da Universidade Federal do Ceará, sob minha coordenação, intitulado “Identificação e Catalogação dos Acervos da Academia Cearense de Medicina: História, Loucura e Saúde Mental”, realizado em 2019 cujo objetivo central foi identificar, mapear e catalogar parte dos acervos bibliográfico e documental da Academia Cearense de Medicina, pertinentes às áreas da psiquiatria, neurologia e estudo clínicos.

Abordaremos duas matérias publicadas por médicos cearenses em jornais de grande circulação do estado, em fins da década de 1980 e início de 1990, relativas à temática da saúde mental nas quais articularemos com o processo da reforma psiquiátrica, os aspectos da política nacional e os problemas cotidianos enfrentados pela população local. Os jornais constituíram-se em espaços, socialmente, importantes de atuação da categoria profissional médica sobre assuntos diversos, polêmicos ou postos na ordem do dia.

Antes de analisarmos as matérias, convém destacar que a imprensa configurou-se, historicamente, como importante veículo noticiador do universo da loucura no Ceará desde o século XIX quando denunciou, em mais de uma ocasião, as condições extremamente precárias da primeira instituição provincial voltada para o recolhimento dos “desarrazoados”, fundada em 1886: o Asilo de Alienados São Vicente de Paula. O asilo para loucos foi objeto de matérias nos jornais cearenses oitocentistas ao reportarem-se sobre problemas, como: lotação, desnutrição e más condições de vida dos internos (OLIVEIRA, 2011). No século XX, as denúncias não cessaram e, quando, durante a década de 1880, as discussões sobre a saúde mental intensificaram-se em torno da reforma psiquiátrica, os jornais continuaram a ser importantes meios de visibilidade sobre o descaso da saúde mental.

Em 1984, os jornais Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará noticiaram as dificuldades financeiras enfrentadas pelos hospitais psiquiátricos, tanto no que se refere ao mais antigo do estado — ainda chamado de “asilo” — como em uma instituição nova, a Casa de Saúde Antônio de Pádua. Ambos hospitais foram declarados organizações de utilidade pública pelo então presidente da república, general Ernesto Geisel, em decreto nº 82.474, de 23 de outubro de 1978.

Sobre o São Vicente de Paulo, a matéria publicada pelo jornal e Tribuna do Ceará tratou da visita do governador do estado ao hospital e destacou sua promessa em “ajudar” financeiramente a instituição que sobrevivia às custas da filantropia. No que concerne

à Casa de Saúde Antônio de Pádua, a matéria do jornal Diário do Nordeste retratou a precarização dos serviços e os baixos salários pagos aos funcionários, o que levou à deflagração de uma greve na instituição. Contudo, a situação não apresentou melhoras, pois segundo a pesquisadora Maria Fraga, o local foi interditado seis anos depois, pela “Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Ceará, após constatar a inexistência de condições mínimas para o tratamento dos internados e o atraso de três meses no pagamento dos funcionários” (FRAGA, 1995, p. 20).

Os jornais constituíram-se não apenas em veículos de denúncia, mas em espaços de prestígio e projeção político-social dos quais os médicos se utilizavam, seja de forma esporádica seja com maior regularidade, para expor suas concepções sobre saúde mental. Dois artigos foram selecionados, nessa perspectiva.

O primeiro trata-se da matéria publicada em 09 de agosto de 1987, no jornal O Povo, pelo médico cearense João Dummar Filho, psiquiatra e ex-diretor do Hospital de Saúde Mental de Messejana (DUMMAR FILHO, 1987).

Intitulado O Aniquilamento do Doente Mental, o artigo retratou a situação de extrema vulnerabilidade social porque passava a população pobre e proletária do estado e suas ressonâncias nas instituições psiquiátricas. João Dummar Filho estabeleceu uma relação inerente entre pobreza e internações psiquiátricas, ao afirmar que, na história da psiquiatria brasileira, era esse o perfil do doente mental, internado nas instituições: os pobres. As instituições, por sua vez, promoveriam, ao longo do tempo, diferentes tipos de aniquilamentos dos sujeitos, como o existencial, social e produtivo. O autor apresentou interessante marcador de classe, no artigo, ao observar as diferenças de tratamentos dados às “classes sociais mais favorecidas” que usufruíam de “padrões mais avançados da psiquiatria moderna” e à classe proletária para a qual os serviços públicos oferecidos

eram “deficientes e precários”, com “intermináveis filas, padrões lamentáveis”. O autor criticou ainda o serviço de assistência médica considerado “superficial” e, em algumas situações, responsável pelo agravamento de casos clínicos.

João Dummar Filho afirmou que, não raro, famílias extremamente pobres, desempregadas ou subempregadas, procuravam internamento como forma de obter benefícios previdenciários, o provocava um “ciclo interminável” de internações e reinternações e resultava em um fenômeno denominado de “hospitalismo”, experiência em que o indivíduo se habituaria ao convívio com o hospital psiquiátrico e, em muitas situações, resultava na permanência institucional até a sua morte. Para o médico, o hospitalismo é a “etapa final de seu processo de extermínio existencial e social”. Os doentes “tornam-se verdadeiros mortos-vivos a rondar os pátios dos asilos”.

Ao longo do artigo, João Dummar Filho estabeleceu uma articulação entre as crises e desigualdades sociais, os grandes bolsões de miséria e a realidade das instituições psiquiátricas. Após apresentar histórico e diagnóstico da situação dos hospitais, o médico propôs uma série de ações para redução desse cenário, como: a dinamização dos hospitais quanto aos serviços de assistências médica e social, a conversão das instituições em centros de formação de recursos humanos, a abertura de serviços ambulatoriais e a manutenção de critérios mais rigorosos nas internações. Sobre essas propostas de mudanças, o médico referenciou sua própria atuação — sugerida como exitosa — quando ele era gestor do hospital de saúde mental de Messejana, ao ter reduzido a quantidade e o tempo de internações e ao ter dinamizado outros serviços, como os ambulatoriais.

Inserido o artigo em um ambiente de reabertura política e eclosão de diversas demandas de movimentos sociais que antecederam a constituição de 1988, o médico defendeu a maior organização da

sociedade civil, um “crescimento da massa crítica”, em sindicatos e associações e a construção de uma psiquiatria social.

O segundo artigo, intitulado *Um Outro Giovani*, foi publicado pelo psiquiatra Cleto Brasileiro Pontes, em 1992. O autor abordou aspectos do processo de reforma psiquiátrica ocorrido durante as décadas de 1960 e 1970, em uma instituição hospitalar estrangeira (PONTES, 1992).

O objetivo de Cleto Pontes foi retratar a experiência na Itália, ao mencionar um antigo asilo construído naquele país, denominado *Santo Giovanni*, alvo de intervenções médicas realizadas pelo psiquiatra Franco Basaglia, “de família tradicional de Veneza mas de formação marxista”. Basaglia foi um dos grandes responsáveis pelo processo de reforma psiquiátrica que resultou na lei 180, em 1978, que determinava o fechamento progressivo dos hospitais públicos. Segundo Cleto Pontes, o hospital foi “desativado por uma decisão política”.

Embora curto, o artigo apresenta elementos interessantes para reflexão, pois observamos críticas diretas e sutis de Cleto Pontes em relação à reforma psiquiátrica italiana. Com pinceladas de ironias, o autor afirmou que Franco Basaglia havia sido influenciado pelas ideias de Michel Foucault, “um filósofo francês que fez a cabeça de inúmeros psiquiatras das décadas de sessenta e setenta”. Sob as influências de Foucault, Franco Basaglia teria considerado “um absurdo o encarceramento de enfermos mentais e decidiu dismantelar aquele asilo”. Segundo Cleto Pontes, para realizar seu intento, o médico italiano teria contado com a ajuda de determinados segmentos, como os doentes, técnicos e comunidades.

As duas matérias de jornal trazem questões importantes para o entendimento sobre a discussão da saúde mental nos anos de 1980 e 1990.

O cenário social e médico, enfocado no artigo de João Dummar Filho, estava em conformidade com a realidade — amplamente retratada pelos contemporâneos como a socióloga Diva Moreira — en-

frentada por muitos hospitais psiquiátricos brasileiros, marcados por múltiplos problemas, como: descasos, denúncias de rotatividade de internação e reinternação, hospitalismo e desvios de finalidades dos serviços médicos e previdenciários (MOREIRA, 1983).

Nas instituições cearenses, também foi observada a recorrente procura dos serviços psiquiátricos por parte da população pobre com o intuito de obtenção de benefícios previdenciários. Segundo a pesquisadora Maria Fraga, muitos indivíduos:

recorrem àqueles serviços, principalmente aos que oferecem apenas tratamento em regime de internação, em busca de ganhos econômicos secundários, como a própria alimentação e o remédio a que têm direito, o auxílio pecuniário que receberão pela licença-saúde ou o apressamento de um processo de aposentadoria (FRAGA, 1995, p. 22).

Essa demanda popular ‘espontânea’ em busca de internação nos hospitais psiquiátricos deve ser problematizada e investigada não apenas como uma evidência da banalização das internações na área da saúde mental, mas como indicativo da falta de políticas públicas voltadas para os segmentos mais desassistidos da sociedade no que se refere à economia e ao mundo do trabalho haja vista a existência de grandes precarizações e instabilidades vivenciadas pela classe trabalhadora em seus cotidianos, submetida às profundas situações limites para a manutenção de suas existências, durante as décadas de 1980 e 1990.

O artigo de Cleto Brasileiro Pontes voltou-se para outra direção, a despeito de tematizar a saúde mental. Escrito nos anos de 1990, ele recuou no tempo e reportou-se à conjuntura política e ao embate médico dos anos de 1970, situados fortemente por críticas ao modelo hospitalocêntrico psiquiátrico por parte de intelectuais de diversas áreas do conhecimento como da sociologia, filosofia e da própria psiquiatria — embora minoritária — que

refletiam sobre os processos de desinstitucionalização da loucura e propunham alteração na legislação a favor da reforma psiquiátrica, fora e dentro do Brasil.

O artigo abordou a experiência da reforma italiana e mencionou Franco Basaglia e a lei 180, publicada em maio de 1978, considerada pelo psiquiatra Maurício Lougon, “como uma das maiores conquistas no sentido da desconstrução do asilo como instituição negada...” (LOUGON, 1993, p. 156).

Apesar de Cleto Ponte retratar a experiência estrangeira, é oportuno destacar que o artigo não estava alheio às discussões nacionais. Ao contrário, Franco Basaglia exerceu forte influência entre os segmentos políticos, coletivos sociais e intelectuais brasileiros na construção de novos paradigmas sobre a saúde mental (BASAGLIA, 1979; 1985). Sua presença no Brasil — a primeira vez no mesmo ano da aprovação da lei 180 — representou importante momento na tomada de ações para impulsionar o processo de reforma no país.

Entre os anos de 1978 a 1980, Basaglia foi convidado para apresentar e debater a experiência italiana em congressos e simpósios brasileiros, promovidos por instituições acadêmicas e científicas que se tornariam referências na construção de políticas públicas de saúde, como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde — CEBES (SCOREL, 1999). Assim, suas visitas ao Brasil foram vistas com grande entusiasmo nos meios intelectuais, científicos, sociais e políticos (BATISTA, 2014).

Contudo, Franco Basaglia não representou unanimidade em todos esses espaços. Mencionado por parlamentares, em sessões do congresso nacional durante os debates em torno do projeto de lei Paulo Delgado sobre a reforma psiquiátrica, seu nome foi objeto tanto de defesa como de crítica dos opositores ao projeto de lei.

O meio médico psiquiátrico tradicional foi um dos grandes oponentes à “psiquiatria alternativa” basagliana haja vista que ela dimi-

nuía o poder centralizador médico na assistência à saúde mental. É nesse sentido que podemos situar as críticas e ironias feitas por Cleto Pontes, em seu artigo; não apenas referentes ao médico italiano, mas a outro intelectual de expressividade no período e que também visitou o Brasil, nos anos de 1960 e 1970, o filósofo Michel Foucault, que exerceu, de forma semelhante, significativa influência para muitos intelectuais brasileiros contemporâneos.

Franco Basaglia, assim como Michel Foucault, entre outros pesquisadores, como Goffman, Castel, Laing e Szasz pertenciam a uma geração de intelectuais que produziu reflexões contundentes contra determinadas instituições sociais, tidas como espaços de vigilância, controle e poder (CASTEL, 1978; FOUCAULT, 1972; 1979; 1988; 2001; GOFFMAN, 1988; 2005; LAING, 1974, 1975; SZASZ, 1974; 1977).

Esses intelectuais fizeram parte do mesmo cenário contra hegemônico ao poder psiquiátrico exercido na assistência à saúde mental, alicerçado em saberes e práticas autoritários. Eles denunciaram, com inequívoca nitidez, os elementos punitivos e excludentes inerentes aos hospitais psiquiátricos de sua época, por isso foram alvos tanto de entusiasmos como divergências por parte de determinados setores sociais, em espaços como no parlamento e na imprensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os médicos abordados no artigo, João Dummar Filho e Cleto Brasileiro Pontes, nutriram e nutrem³ de grande respeitabilidade não apenas na Academia Cearense de Medicina como na imprensa cearense. Em mais de uma ocasião, eles publicaram artigos que versavam sobre assuntos diversos e, portanto, estavam não restritos

3 João Dummar Filho já é falecido. Cleto Brasileiro Pontes é considerado um dos psiquiatras mais conceituados do estado.

à saúde mental, e que visavam suscitar o interesse do público leitor, não necessariamente especializado nas temáticas.

A partir da identificação e investigação do material documental fragmentado em recortes de jornais cearenses, localizado na Academia Cearense de Medicina, observamos a existência de uma atuação socialmente atendida por parte dos médicos sobre os problemas concernentes à saúde mental em seus cotidianos. Entretanto, ao publicarem as matérias, eles colocavam-se não apenas como cientistas, mas evidenciavam-se em seus posicionamentos sociais e políticos sobre os assuntos da ordem do dia.

Em outras palavras, o tema da reforma psiquiátrica não pode ser visto, pela lente da categoria médica psiquiátrica, apenas por uma dimensão técnica ou acadêmica. A reforma trazia implicações diretas sobre seus cotidianos profissionais na medida em que provocava mudanças profundas nos direcionamentos das políticas públicas nacionais e, conseqüentemente, estadual. A reforma psiquiátrica produziu o envolvimento de vários atores e categorias profissionais, entre as quais a classe médica, atenta e atuante nos embates tanto no palco legislativo, como na imprensa, na medida em que as mudanças colocavam em questão os papéis e as finalidades da medicina psiquiátrica e, direta ou indiretamente, pautavam seu lugar social e clínico. A reforma psiquiátrica desfazia certezas e desnaturalizava verdades historicamente construídas no processo de institucionalização da loucura no Brasil, germinado em meados do século XIX e consolidado no XX.

Portanto, o problema da loucura e da doença mental não pode, nas décadas de 1970 a 1990 — como não pode na contemporaneidade — ser tratado como dimensão exclusivamente científica. Na medida em que a saúde mental e os processos de institucionalização do sofrimento humano lidam com trajetórias de pessoas cujas existências são alteradas ou marcadas, muitas vezes por toda a vida, pela experiência da internação, a “ordem psiquiátrica” deve

ser submetida às análises e perspectivas sociais e políticas. A construção histórica da loucura, nos seus processos germinação e consolidação, somente pode ser lida a partir de exames complexos sobre a organização das instâncias de poderes institucionais e cotidianos, produzidos por diferentes atores e setores sociais.

Um dos objetivos de nossa investigação foi, em ampla e última instância, observar as relações entre história, loucura e saúde mental e colocar em questão as permanências e as rupturas dos discursos e experiências médicos na sociedade contemporânea sobre a loucura.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo (org.) **Loucos pela Vida — a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2 ed., 1995.

BASAGLIA, Franco. **A Psiquiatria Alternativa — contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática**. SP. Ed. Brasil Debates, 1979, col. A ciência e o homem.

BASAGLIA, Franco. **A Instituição Negada**. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1985. 3ª Ed.

BATISTA, Micheline Dayse Gomes. Breve História da Loucura, Movimentos de Contestação e Reforma Psiquiátrica na Itália, na França e no Brasil. **Revista de Ciências Sociais. Política & Trabalho**, n. 40, Abril de 2014, p. 391-40.

BRASIL, Diário do Senado Federal, n. LIII-N9 167, 15 de dezembro de 1998.

CASTEL, Robert. **A Ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

DUMMAR FILHO, João. **O Aniquilamento do Doente Mental**. Jornal. O Povo, 09/08/1987.

SCOREL, Sarah. **Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FRAGA, Maria Nazaré de Oliveira. A Prática de Enfermagem Psiquiátrica no Ceará e sua Relação com o Contexto Sócio-Histórico. **Revista Bras. Enferm. Brasília**, v. 48, n. 1, p. 17-25, jan./mar. 1995

- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**, SP: Martins Fontes, 2001
- FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. RJ: Graal, 1979, 11ª reimpressão.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma — notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. RJ. Editora LTC, 1988.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LAING, Ronald. **A política da experiência e a ave do paraíso**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1974.
- LAING, Ronald. **O Eu dividido — Estudo existencial de sanidade e da loucura**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1975.
- LOUGON, Maurício. A Desinstitucionalização da Assistência Psiquiátrica: uma perspectiva crítica. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, p. 137-164, 1993.
- MARTINS, Laércio. **A Construção Das Perspectivas do Direito à Saúde Mental: Análise Hermenêutica dos Debates Legislativos da Reforma Psiquiátrica Brasileira**. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense. Niterói—RJ, 2017.
- MOREIRA, Diva. **Psiquiatria: controle e repressão social**. Vozes. Belo Horizonte, 1983.
- OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. **O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a Institucionalização da Loucura no Ceará (1871-1920)**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.
- PONTES, Cleto B. Pontes. **Um outro Giovanni**. Jornal O Povo, 02/02/1992.
- SZASZ, Thomas. **O mito da doença mental**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SZASZ, Thomas. **Ideologia e doença mental ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem**. RJ Zahar, 1977.

Memórias fúnebres de Zacheu Cordeiro

A morte do homeopata

Túlio Brenno Brito de Sousa¹

HOMEOPATIA E ALOPATIA: O CONFLITO ENTRE AS MEDICINAS

A medicina moderna implicou no surgimento de novas formas de conhecimento e nova prática institucional: o hospital. O hospital, que era um local de assistência ao pobre e um ambiente preparatório para a morte, vira um lugar de exercício médico, um lugar de cura; ou seja, a criação da clínica implica em um saber sobre o indivíduo como corpo doente que exige intervenções que deem conta de suas singularidades. Além disso, o médico tem a consciência que a doença é um problema político-social (FOUCAULT, 1998).

O papel social do paciente passa a ser levado em consideração em questão da sua doença, não só pela análise dos seus sintomas, mas também pelo seu papel social. Assim, a medicina passa a ser comercializada e institucionalizada. Nesse processo, a alopatia assume o espaço de ciência, com a criação de universidades e cursos médicos

¹ Formado em Licenciatura Plena em História — UEPA, Mestrando em História Social da Amazônia. UFPA, Lattes: https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=7ABA2E-3BE2022F6BB1C581D1AF7540B0#. E-mail para contato: tlio.brenno2@gmail.com.

com o seu formato de cura. No decorrer do processo histórico, as outras formas de prática de cura, apesar de logo serem renegadas pela ciência, passam a buscar o seu lugar na sociedade. Mesmo sem o status quo de ciência, a homeopatia surge como alternativa.

O método de Hahnemann era vindo das fórmulas vitalistas da Escola de Montpellier sobre os poderes ocultos que emanavam do corpo. Dessa forma, a tese homeopática se baseava na existência de uma “força vital, imaterial e dinâmica, intermediária entre o corpo físico e o espírito” (p. 198). Ou seja, o equilíbrio entre o corpo físico e o espírito determinaria a condição de saúde do indivíduo; uma vez havendo desequilíbrio dessas forças vitais, o mesmo poderia desenvolver alguma enfermidade (BERTUCCI, 2004).

“A eficiência do remédio estaria em produzir uma doença artificial semelhante à enfermidade real”; assim, o organismo combateria a doença artificial, criando anticorpos que eliminariam as duas doenças do corpo. Para o alemão, só era considerado remédio a substância diluída e aplicada em homens sadios, para que estes adquirissem a doença artificialmente e se curassem com a lei dos semelhantes (BERTUCCI, 2004). A homeopatia é um sistema médico complexo, que possui na sua base doutrina, semiologia, diagnose e alternativa para concorrer com a medicina tida como oficial. O homeopata não possuía uma análise mecânica do paciente, ele possuía racionalidade médica que os diferenciavam dos médicos da época.

No Brasil, os ensinamentos de Hahnemann, fundador dos ideais homeopáticos, logo chegam ao Brasil com o médico idealista francês Benoit-Jules Mure², em 1841. Com a ajuda do médico cirurgião português João Vicente Martins³, um dos primeiros seguidores da

2 Dr. Benoit Mure, chega ao Rio de Janeiro em 1840. Sua intenção era criar uma comunidade colônia societária francesa que representasse os interesses da *Union Industrielle de Paris*, fundada por ele próprio antes de partir para o Brasil (GALHARDO, 1998).

3 Segundo Bertucci (2004), o português traduziu o *Organon da Arte de Curar* em 1846, sendo um dos pioneiros da implantação da homeopatia no Brasil.

doutrina no país, a primeira farmácia de gêneros homeopáticos é lançada no Rio de Janeiro, um ano após a sua chegada. Desde a chegada de Benoit Mure, o implantador das ideias homeopatas no Brasil, começou uma disputa de poder e mercado entre os homeopatas e os alopatas que duraria séculos (WEBER, 2005).

Aqui a homeopatia toma novos rumos, ganha características sociais que trariam maior singularidade dentre os pacientes das mesmas e maior ódio por parte dos médicos alopatas. Benoit Mure era adepto do socialismo “utópico” de Charles Fourier, voltado em diminuir os sofrimentos das camadas mais pobres da população, virtude está logo aplicada pelos discípulos do médico homeopata francês. Da mesma forma, a reiterada ligação do tratamento do paciente com a sua força vital e o seu espírito logo criaram laços de empatia com as religiões e a medicina popular brasileira dos “chás, ervas e raízes, com as ‘energizações’ herdadas dos africanos e dos indígenas e com a grande devoção e (orações) aos santos do catolicismo brasileiro”. Era uma medicina marcadamente “espiritualizada”, que “foi facilmente identificada com uma medicina espírita” (BERTUCCI, 2004).

Suas características sociais logo se popularizaram, não só por sua forma de tratar o paciente, mas também por conta da formação do homeopata. Benoit Mure defendia que qualquer pessoa poderia ser um homeopata, bastava aprender e seguir todos os ensinamentos de Hahnemann; todavia, houve resistência por parte da comunidade científica. Para eles, somente os formados em faculdades regulares poderiam praticar a cura (BERTUCCI, 2004).

Em 1855, já se observa as primeiras participações homeopáticas nos principais jornais da Província do Grão Pará. Dada a epidemia de cólera⁴ na região e o pavor da população, amedrontada pela doença, se começa uma busca de formas para combater a doença, a fim de

4 A cólera é uma infecção do intestino delgado pela bactéria *Vibrio cholerae*. Seus sintomas são diarreia em grande quantidade, vômito e câimbras musculares, que gera grave desidratação, levando o indivíduo rapidamente à morte. Doença altamente infectuosa, levou milhares à morte

que o número de vítimas diminuísse. Destaca-se que a pouca eficiência dos médicos alopatas gerou crescimento na busca de medicamentos homeopatas. Além disso, esses médicos começam a utilizar os jornais da época para divulgar seus remédios (BELTRÃO, 1997).

O crescimento da utilização dos remédios homeopatas em detrimento dos alopatas levou o então presidente da Comissão de Higiene Pública do Pará, o Dr. Francisco da Silva Castro, a enviar um ofício ao Presidente da Junta Central de Higiene Pública do Rio de Janeiro, Dr. Francisco de Paula Cândido. No ofício, ele criticava a ovação da imprensa acerca dos métodos homeopáticos e revelava a utilização dos medicamentos pelo desespero da população, mas que os mesmos não possuíam efeitos benéficos e só levavam desengano para a população. Outro relevante ponto de discussão da chegada da homeopatia no Brasil será o incremento, na prática, de novos ideais que os seus propagadores no país seguiam. Quando Hahnemann criou a Arte de Cura, certamente não tinha noção dos rumos que a sua medicina poderia tomar, pois suas bases ligadas à experimentação e com o estado de espírito do indivíduo, davam à medicina novas facetas que no Brasil se transformariam em grandes características da homeopatia. Benoit Mure era muito mais do que um simples entusiasta de uma nova terapêutica que vinha da Europa, ele era um entusiasta da sociedade e acreditava em uma realidade de vida mais igual para todos, em que todos pudessem usufruir de todas as políticas públicas da mesma forma. Ele era um socialista utópico e no Brasil adicionou um pouco dos seus ideais na homeopatia⁵ (BERTUCCI, 2004).

no Pará no ano de 1855. Ler mais sobre em BELTRÃO, Jane. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Campinas-SP, 1999.

5 Os ideais aplicados por Benoit Mure no Brasil, com a sua homeopatia com um olhar de uma medicina mais popular, dando atenção para aqueles que não podiam pagar, fez com que a sua prática começasse a ganhar adeptos dentro da medicina espírita. Os espíritas viam na homeopatia, cuja o seu método de cura passava por tratar a força vital do paciente, similar com a sua prática ao tratar da alma do indivíduo. Sobre este tema, buscar mais em: DAMAZIO, Sylvia F. *Da elite ao povo. Advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

Os seus ideais não ficaram somente na utopia, foram postos em prática; os homeopatas praticavam ações de caridade através do Instituto Homeopático e atendiam pessoas pobres que não podiam pagar pela consulta. “Essa solidariedade ia do grupo para a sociedade, pois os médicos assistiam gratuitamente aos pobres em consultas e medicamentos que fabricavam na Botica Homeopática”. Os homeopatas buscavam manter um elo com os escravos. Eles tentavam ajudá-los, cuidando de sua saúde, mas principalmente levantando debates sobre a necessidade de vê-los como humanos. Muito além de ajudar os pobres, os homeopatas acreditavam nas palavras de Fourier⁶, o qual dizia que só a educação poderia mudar a sociedade. Por isso, eles começaram a investir em propagandas de suas formas de tratamento e de seus produtos. Livros, almanaques, artigos em jornais, todos esses artifícios foram utilizados pelos próprios em função de levar o conhecimento ao povo. Eles utilizavam a divulgação muitas vezes como forma de autodefesa, pois muitos homeopatas eram denunciados e presos, graças às acusações de envenenamento por parte dos alopatas. E para quebrar esse preconceito, buscavam levar o conhecimento para o povo (GALLO, 2008).

A partir das análises das referências bibliográficas e das fontes, principalmente a de jornais de época, pode-se notar a existência do conflito no Pará. Principalmente na pessoa do dr. Zacheu Cordeiro, o homeopata não mediu esforços para defender sua prática médica, com anúncios no periódico O Estado do Pará, o médico indicava a presença do conflito e buscava tornar a sua medicina mais conhecida.

6 Filósofo socialista francês. Ele foi o grande inspirador Benoit Mure.

“CRIME BÁRBARO”: MÉDICOS HOMEOPATAS ENTRE A CURA E A MORTE

O dia 08 de abril de 1924, terça-feira, seria mais um dia na vida do Dr. Zacheu Cordeiro. Como de rotina, o médico homeopata estava a caminho da “Parochia de São Raymundo”, onde, certamente, haveria alguns enfermos à sua espera, pois o doutor, além de ser membro da igreja, atendia de graça aqueles que não podiam pagar por tratamentos. Dado o horário ao qual sempre chegava, o seu não comparecimento gerou estranheza; perto dali, souberam que havia tido um atentado: um pobre coitado estava jogado em uma calçada, entre a vida e a morte. Sem hesitar, o vigário da paróquia correu para dar àquele senhor a extrema unção; o que o padre Faustino não esperava é que aquele senhor, que jorrava sangue e cujo rosto se encontrava desfigurado por tiros, nada mais era do que o próprio Dr. Zacheu Cordeiro (UM CHARLATÃO ASSASSINO, 09/04/1924, p. 1).

“Crime Bárbaro!”, gritaram os que passavam e viam aquele corpo já sem vida estirado na sarjeta da praça Chefe da Esquadra Pedro da Cunha, antigo Largo do Esquadrão⁷. Todos pareciam incrédulos ao se depararem com a vítima daquele terrível assassinato, que era o tão estimado e conhecido Dr. Zacheu Cordeiro. Os rumores percorreram a cidade, o clima era de comoção e todos queriam saber quem matou o médico; todos queriam entender o que o levou àquele triste fim (UM CHARLATÃO ASSASSINO, 09/04/1924, p. 1).

O médico se tornara famoso na capital paraense por tomar partido da homeopatia e passar a defender a sua utilização em artigos, que o mesmo passou a publicar no jornal O Estado do Pará, único periódico que até então lhe concedeu espaço para poder apresentar as suas

7 Hoje o local é chamado de Praça Brasil, localizada no bairro Umarizal, e é uma das praças mais visitadas de Belém segundo o site da prefeitura. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/147101>.

ideias. Além da fama de ser homeopata, o doutor ganhara notoriedade ao revelar a cura de um de seus pacientes leprosos por meio de uma erva chamada de assacú; contudo, o que ele não sabia é que essa erva, que lhe deu a fama, seria o estopim para acabarem com a sua vida.

Zacheu Cordeiro, apesar de ter escolhido a terapêutica e os métodos da homeopatia⁸, era muito bem visto na sociedade belenense. Seus resultados com a suposta cura da lepra⁹ haviam dado a ele destaque e fama na cidade. Em tempos de crise da saúde pública com relação à lepra e pela falta de ação dos médicos alopatas, a cura vinda mesmo que de outros meios, era muito bem-vinda (SILVA, 2011).

Mas afinal, quem matou o médico? Teria sido um paciente seu que, contrariado pela falsa promessa de cura, teria se revoltado e o assassinado? Teria sido um médico alopata embebecido de fúria que banhava o conflito entre as terapêuticas? A resposta para esse questionamento parece mais confusa que o assassinato, pois quem o cometeu foi um suposto colega de profissão e antigo paciente seu, a quem o doutor havia tirado do leito de morte e não dividia somente a crença pela homeopatia, mas também a sua farmácia: era ele o colombiano Marmento Cortés¹⁰.

Para melhor entendermos os motivos que levaram ao assassinato, precisamos voltar para o ano de 1921, ano esse que marca a chegada de Marmento Cortés a Belém. Ele viria do Acre, trazendo consigo a fama de ser um leprólogo e por possuir a cura para a doença. Na capital paraense, o colombiano passa a morar na casa do professor Level Góda, como informa o Folha do Norte através de uma maté-

8 Tendo em vista o processo de formação da identidade médica, a alopatia passa a assumir um espaço de ciência, passando a perseguir todas as outras formas de cura, incluindo a homeopatia, levando os seguidores da mesma a serem considerados charlatões. Ver mais na tese de doutorado de Jairo Silva (2014).

9 A lepra é uma doença bacteriana, que afeta a pele causando feridas e deformações no enfermo. Além do fator imediato da saúde, o paciente sofre também com o preconceito acerca da doença.

10 Há pouquíssimos registros sobre o colombiano; ele se autointitulava médico e militar, porém nunca apresentou documentos comprobatórios.

ria que traz o sr. Francisco Rodrigues, morador vizinho do médico, informando as diversas visitas que o médico recebia durante os dias. O morador ainda contou que todo mundo sabia que na casa do professor havia um leprólogo que prometia a cura da lepra em um curto período, e que viu diversas vezes várias pessoas “decentemente vestidas” entrarem na casa de número 36 da Rua Santarém, o que acabou motivando uma visita da profilaxia rural¹¹, que acabou levando alguns frascos de remédio, a fim de entender melhor sua fórmula (Folha do Norte. O tratamento da lepra pelo assacú. 08 jun. 1921, p. 1).

O morador conta também que nunca viu, uma vez sequer, um leproso entrar na residência, o que nós faz refletir que eram os familiares dos leprosos que faziam todos os contatos com o médico; o ausência de contato entre o profissional e o paciente fere um dos princípios da homeopatia, que diz que o médico só poderia receitar um medicamento após uma longa entrevista com o seu paciente, para poder entender de forma esclarecida o que o mesmo está sentido¹². Fora isso, a fala do vizinho sobre as vestimentas dos que iam visitar o colombiano indica que aquelas pessoas eram de posse, dando a entender que o preço do medicamento era elevado. É possível também analisar no depoimento do vizinho que ele tenta se posicionar de forma mais afastada possível dos acontecimentos e com o olhar de estranheza de quem sabe que algo de errado ou ilícito se passa na casa ao lado (Folha do Norte. O tratamento da lepra pelo assacú. 08 jun. 1921, p. 1).

A visita da Profilaxia Rural à casa onde Marmento Cortés vivia não foi mera formalidade ou corriqueira, se tratava de uma averiguação de uma suspeita de exercício ilegal de medicina, pois desde a sua chegada

11 A profilaxia Rural surge com o objetivo de estancar os flagelos de doenças que estavam em surto no Pará. Com a organização do Dr. Sousa Araújo, a partir do ano de 1920, o órgão passa a dar maior atenção à lepra, promovendo ações de limpeza para tentar impedir que o bacilo se espalhasse pelo Estado, e dentro das ações estavam também coibir os tratamentos irregulares de medicina (HENRIQUE e AMADOR, 2014).

12 Ver mais em: SOUSA, Túlio Brenno Brito de. **Homeopatia vs Alopacia: a disputa pelo mercado da cura no Pará**. Anais da Anpuh Nacional; Recife, 2019.

ao Brasil, o colombiano nunca mostrara documentos comprobatórios sobre a sua formação, o que logo lhe deu a fama de charlatão¹³.

Mesmo essa porta se fechando, outra acabou se abrindo, pois o jornal O Estado do Pará não só concedeu o espaço que o mesmo desejava, como também tomou as suas dores:

Começou-se, então, a blaterar contra o colombiano, sem carta, segundo uns, charlatão, conforme outros, mas sem a menor duvida possuidor de um methodo de cura que, se não erradica para sempre o mal do organismo atingido, todavia, sem enfraquecer o paciente, faz a molestia retrotrair rapidamente a um ponto que, pelo menos na apparencia, coincide com sua cura (Estado do Pará. A CURA da lepra pelo Assacú. 11/06/1921, p. 1).

No trecho, o jornal não só aceitou a contribuição do homeopata como meio de cura para a lepra, como também enfatizou a sua defesa para o médico, apontando que a medicina oficial alopata se recusava ao dar o braço a torcer e admitir que as suas práticas não são eficazes para tratar a doença. Segundo o jornal, eles preferiam atacar alguém que possivelmente tinha a cura do que se juntar a ele para melhor estudar os efeitos da erva. Para o redator do jornal, não era a falta de documentação do colombiano que atrapalhava a sua atuação no país, e sim o ego dos médicos alopatas, que não deixavam as terapêuticas com mais resultados atuarem na região.

No meio de toda essa briga, surge uma dúvida: por que um jornal abre espaço para aquele senhor estrangeiro e sem qualquer documento que o ligasse com a medicina enquanto outro nem sequer lhe dá ouvidos?

O processo de criação dos textos da imprensa, chama atenção para âmbitos muito mais relevantes que a recepção do leitor, pois ele leva em consideração o corpo específico de cada texto e a re-

13 Charlatão é aquele que pratica a medicina de forma irregular, sem formação acadêmica, levando a enganar os seus pacientes; comumente os médicos homeopatas eram intitulados como charlatões pelos alopatas.

lação dos leitores com os objetos culturais do local e do período histórico. Isso é o que ele denomina de história das práticas de leitura. Ou seja, ele não analisa somente a recepção do texto por parte do leitor, mas também o momento histórico e os pormenores da edição do periódico. Ao tratar de estudar também a edição do jornal, Chartier assume a possibilidade de manipulação do texto de acordo com os laços do editor ou do próprio jornal com o objeto que é notícia (CHARTIER, 1990).

A imprensa no Brasil passa, a partir do Século XIX, por inúmeras mudanças, acarretando no aumento de suas estruturas, seja no espaço físico que ocupam, sejam na qualidade e quantidades de folhas que começam a oferecer ao seu público, e há também um crescente investimento em tecnologia em suas folhas. Portanto, os pequenos jornais cederam seus espaços, muitos desses não resistindo às transformações, e se transformaram em verdadeiras empresas jornalísticas com estruturas e tecnologias que dão suporte ao seu novo patamar (SODRÉ, 1998). Nesse sentido, a imprensa paraense começa a intensificar as mudanças com a introdução da economia gomífera, levando para a um gradual desenvolvimento da mesma. Todavia, as singularidades da imprensa paraense, que possuía diversas vozes, não se restringindo somente às vozes e aos desejos das elites locais e dando espaço para diversos sujeitos, como curandeiros, estrangeiros, entre outros (FIGUEIREDO, 2009).

Nesse contexto, surgem os principais jornais da época na capital paraense, mas muito além de apresentar somente a diversidade dos sujeitos amazônicos, os jornais paraenses também eram grandes veículos de propagação política e de ataques a rivais. No meio da disputa pelo poder político no Pará entre Lauristas e Lemistas¹⁴, esses periódicos ganham seus formatos e se firmam como oposição ou como

14 O rompimento político entre o Partido Republicano Federal e o Partido Republicano por volta de 1900, ocorreu uma polarização entre os que apoiavam Lauro Sodré e os que apoiavam Antônio Lemos, sendo estes dois grandes políticos e intendentess da história do Estado.

veículo do governo. Contudo, somente dois jornais se posicionaram quanto ao caso do colombiano, sendo eles o Folha do Norte e o Estado do Pará, ambos de apoiadores de Lauro Sodré. O Folha do Norte surge por Enéas Martins e Cypriano Santos e apoiava abertamente o Lauro Sodré, principal opositor de Lemos. O Folha do Norte era um jornal cosmopolita e interessado nos anseios sociais e culturais da região; assumia um caráter inovador ao introduzir um telégrafo que recebia notícias do mundo inteiro e informava os seus leitores dos conflitos no mundo por meio de colunas diárias (VIEIRA, 2016).

O jornal O Estado do Pará nasce em 1911, fundado por Justo Chermont, importante político paraense. Era considerado um reflexo da evolução do jornalismo da região, também apoiava abertamente Lauro Sodré e junto com o Folha do Norte travou uma verdadeira batalha em suas páginas contra a Província do Pará e Antônio Lemos. O periódico também se utilizava de telégrafo para noticiar as notícias do mundo e adotava uma atitude mais sensacionalista nas suas páginas para atrair mais leitores (*Ibid.*). Os motivos que levaram os dois jornais a entrarem em conflito pelo médico colombiano são desconhecidos para este trabalho; o que de fato aconteceu foi uma verdadeira troca de farpas entre os jornais que, teoricamente, eram de mesma corrente política.

O jornal Estado do Pará continuou a fazer aquilo que acreditava ser o seu papel, que é o de informar, mesmo que a sua informação irritasse pessoas importantes e influentes na sociedade, como os médicos alopatas, tendo em vista a sua posição na sociedade e no governo. Assim, passa a trazer relatos de clientes do colombiano; em um desses relatos publicados no dia 20 de agosto, o redator do jornal toma um ar de defesa do médico, ao indicar que a justificativa de o colombiano não poder atuar em solo brasileiro por ser estrangeiro é apenas mais uma desculpa para expulsar alguém que praticava uma ciência diferente da dos médicos alopatas, já que na região havia outro médico estrangeiro de viés alopata atuando, como o espanhol Dr. Saturnino Fernandez. O redator também bus-

ca ligar mais a imagem de Marmento às características da homeopatia, em que o médico possui uma relação de maior estima com paciente, colocando um trecho do relato no qual o enfermo diz ao médico se sentir bem melhor após o tratamento. Sobre a atuação do Estado do Pará nesse caso, comenta que uma das estratégias do jornal foi chamar outro médico homeopata que atuava há certo tempo na cidade. Este médico era um grande colaborador do jornal para produzir artigos em favor do colombiano, para ligar ainda mais a sua imagem à homeopatia. Esse homeopata se tratava daquele a quem o Dr. Marmento Cortés, anos mais tarde, seria o seu algoz: o Dr. Zacheu Cordeiro (GOMES, 2019).

Zacheu Cordeiro saiu em defesa de Marmento Cortés e escreveu um artigo expondo pontos sobre o método de cura de Marmento além de questionar a perseguição sofrida por ele:

[...] Se não fôsse (sic) medico (sic) o dr. Mamerto mas trouxesse-nos o remédio da lepra mesmo empiricamente estudada, não deveria ser aceito?

Foi Talbot, curandeiro inglez (sic), que sabendo aohar-se (sic) doente um personagem ilustre (sic), atacado de grave febre e cercado dos mais reputados medicos (sic) da época, que discutiam sem saberem debelar a moléstia (sic), bateu-lhes á (sic) porta dizendo possuir o segredo de um maravilhoso remedio (sic) com que curaria o doente. Repelliram-no (sic) a principio (sic), mas depois de muito insistir deram-lhe assento. Para embaraçal-o [...] (A CURA da lepra pelo Assacú. 07 jul. 1921. p. 1).

Para Zacheu, a falta de documentação do médico não era motivo para não aproveitar e estudar a sua descoberta, assim como no caso de Talbot, em que o curandeiro mesmo sem saber o que é febre, sabia muito bem como curá-la, enquanto os médicos diplomados que sabiam o que era a febre não sabiam como fazer o seu paciente melhorar. Portanto, para ele, o médico estava sendo perseguido mais por ser homeopata do que por não possuir diploma.

Sobre o julgamento dos médicos alopatas que o Marmento não passava de mais um charlatão que chegava à cidade para, com os seus métodos tidos milagrosos, enganar os pacientes; fora isso, o fato de se proclamar como homeopata, pesava ainda mais nesse julgamento, visto que para eles os homeopatas eram charlatões diplomados. Fora isso, o fato de o médico apresentar algo novo e mostrar resultados para a doença que assustava a todos, faziam os homeopatas ganharem o prestígio que os alopatas tanto tentavam impedir que eles ganhassem, além de esse fato também pressionar os médicos e lhe darem fama perante os leitores de médicos acomodados (Estado do Pará. A CURA da lepra pelo Assacú. 07/071921. p. 1).

Posteriormente, após o assassinato de Zacheu Cordeiro, irá surgir outra explicação para essa saída em defesa do referido em nome de Marmento Cortés; o próprio colombiano dirá a sua versão no seu depoimento para a polícia após ser preso.

Que em 1921 em datas de 3 a 5 de fevereiro, mais ou menos, achava-se gravemente doente e tratava-se com remedios.

Um amigo seu e o dono do hotel onde se achava hospedado, vendo que elle se encontrava muito mal, chamaram para trata-lo o Dr. Zacheu Cordeiro, no que concordou o enfermo. Indo ao hotel, o medico viu os remedios de que se servia o doente e approvou o tratamento, modificando, porém, um dos remedios. Dias depois, como peorasse, foi aconselhado a se revólver ao hospital da Ordem Terceira, onde o seu medico lhe disse que continuasse com o mesmo tratamento anterior.

Melhorando, teve alta do hospital, não acceitando aquelle medico nada pelo seu tratamento. Novamente, porém, aggravado o seu mal, recolheu-se ao alludido hospital, continuando com o mesmo medico, que lhe disse ser causa do mal um traumatismo moral em consecuencia das perseguições do se. Sousa Araujo, o que o doente conseguiria evitar, associando-se a um medico da cidade, no que immediatamente accedeu, acceitando o proprio Dr. Zacheu Cordeiro para socio, offerecendo-lhe cinquenta

por cento do lucro bruto adquirido com o tratamento dos casos de lepra, comprometendo-se a fazer por sua conta os gastos e tratamentos. Folha do Norte (UM CHARLATÃO ASSASSINO, 09 abr. 1924, p. 1).

A história desses dois médicos mais parece um enredo de um bom filme, porém, trata-se da vida real, de acontecimentos reais e de um assassinato trágico. Por meio da fala de Marmento Cortés, percebemos que a união entre os dois médicos não se deu de forma tão factual quanto uma união por intermédio de um jornal, também não fora para ficarem mais fortes contra os ataques alopatas. Essa união, ironicamente, começou em um leito de morte de onde o dr. Zacheu Cordeiro recobrou a vida e a saúde novamente do colombiano, sem saber que o mesmo lhe tiraria a vida no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Um assassinato de um médico, não importa o recorte histórico que aconteça, sempre irá trazer bastante comoção e curiosidade, quando esse crime é ainda passional, o clamor e a curiosidade por um desfecho são ainda maiores. A morte do dr. Zacheu Cordeiro ganha as manchetes dos jornais e tão rápido a cidade já fomentava em todas as discussões os motivos que levaram ao crime.

Tratava-se de uma sociedade feita em um leito de morte, onde Zacheu Cordeiro ao salvar Marmento Cortés, ganha muito mais do que um admirador, ganha um parceiro, ao qual juntos montariam uma empreitada para solidificar o assacú como o tratamento e a cura da lepra. Contudo, algo no acordo não fluiu, a parceria ficou no caminho, a cura pelo assacú, se perdeu na trajetória e a vida dos dois acabaria ali.

Marmento Cortés ao tirar a vida de seu parceiro, sem perceber, acabou tirando também da discussão aquilo que ele tanto lutou

para estabilizar: a cura da lepra. O assassinato agora surge como primeiro plano, o assacú não era mais a erva que prometia a cura, ela foi reduzida a um dos motivos que o levou a assassinar o doutor, deixando o caminho fácil para que os alopatas acabassem de vez com a polêmica, pois não haveria quem a mantivesse. Não há registros nos jornais ou em qualquer outro trabalho da utilização da fórmula depois de 1924, ano do crime. Outra hipótese seria o domínio da fórmula, pois mesmo quando ainda havia parceria, o colombiano, como vimos, se recusava em divulgar como se produzia a pomada extraída da erva de assacú, ao ser preso, essa fórmula se perdeu junto com a sua vida dentro da prisão.

O trabalho serve também como uma das poucas referências acerca da história da homeopatia no estado. Contudo, o trabalho não têm a ambição de abarcar toda a história da homeopatia, pois sabe-se da complexidade do tema, mas pela falta de pesquisas na área, este trabalho de conclusão de curso serve como um incentivo para mais pesquisas relacionadas ao tema, tendo em vista a sua importância para o entendimento da identidade médica.

Portanto, o assassinato foi apenas um pano de fundo que mostrou como a sociedade paraense se encontrava em meio a um processo constante de modernização social, proporcionado pelo dinheiro da borracha. A cidade necessitava crescer, prosperar e sua elite necessitava ser civilizada aos olhos dos europeus, epidemias necessitavam serem contidas, principalmente uma de cunho social tão grave como a lepra. Como uma cidade moderna, Belém precisava da ciência para combater esse mal, usou-se então o discurso alopático contra doença, o isolamento fora a decisão. Com a emergência da homeopatia, os alopatas se viram ameaçados a perderem o seu lugar, pela sua pouca eficácia no combate a lepra, uma vez que o isolamento dos doentes não acabava com a doença, o boato de cura pelo assacú, fez com que o conflito entre as medicinas se acirrassem, e a perseguição as terapêuticas que não eram alopáticas ficassem ainda maior. A união

entre Zacheu e Marmento selou uma aliança que viria para fortalecer a homeopatia frente a essa disputa, porém, a ganancia de um e a ira de outro, culminou com um final infeliz dessa história.

FONTES

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Crime Bárbaro**. Em 09/04/1924, p. 1-2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Ainda sobre o crime do Doutor**. 10/04/1924, p. 2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **O assassino**. 11/04/1924, p. 2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **A morte do doutor**. 13/04/1924, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Saúde Pública**, 20/10/1904, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **O assacú no tratamento da lepra e a homeopatia**, 06/07/1921.

FOLHA DO NORTE. **Um charlatão assassino**, 09/04/1924, p. 1-2.

FOLHA DO NORTE. **Ignóbil atentado**, 10/04/1924, p. 1-2.

FOLHA DO NORTE. **O assassinato do Dr. Zacheu**. 11/04/1924, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Ainda sobre o assassinato**. 12/04/1924, p. 2

FOLHA DO NORTE. **Ainda sobre o assassinato**. 17/04/1924, p. 2.

O ESTADO DO PARÁ. **O papel e o lugar da Homeopatia na ciencia médica**, 07/08/1921.

O ESTADO DO PARÁ. **O assassinato do doutor**. 09/04/1924, p. 1 e 17.

O ESTADO DO PARÁ. **O assassinato do doutor**. 10/04/1924, p. 1-2.

O ESTADO DO PARÁ. **O assassinato do doutor**. 11/04/1924, p. 1.

O ESTADO DO PARÁ. **O assassinato do doutor**. 12/04/1924, p. 12.

TESES E DISSERTAÇÕES

SILVA, Jairo Nascimento. **Em busca da cura**: a institucionalização da medicina acadêmica, entre 1889 a 1925. Tese de doutorado; Orientadora: Maria Amélia Mascarenhas Dantas. USP, 2014.

VIEIRA, Elis Regina Corrêa. **Manchete do dia:** imprensa paraense e saneamento rural (1917- 1924) Orientadora: Franciane Gama Lacerda; Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Jane Felipe. A arte de curar em tempo de cólera... ou o uso da Homeopatia durante o flagelo — Grão-Pará, século XIX. **Revista da SBHC**, n. 18, p. 17-38, 1997.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma:** ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, 445 p.

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

FIGUEIREDO, Aldrin. Assim eram os gafanhotos: pajelança e confrontos culturais na Amazônia do início do século XX. *In:* MAUÊS, Raymundo Herald; VILLACORTA, Gisela Macambira (Org.). **Pajelanças e religiões africanas na Amazônia.** Belém: Edufpa, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GALLO, Ivone. O socialista da província do Rio de Janeiro: um olhar sobre o socialismo do século XIX. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão.** ANPUH/SP — USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

GOMES, Elane Cristina Rodrigues. **A Lepra e a Letra:** escrita e poder sobre a doença na cidade de Belém (1897-1924) / Tese de doutorado. Orientação: Prof. Dr. Kênia Sousa Rios, Universidade Federal do Ceará, 2019. B

J. Emygdio, R. GALHARDO. História da Homeopatia no Brasil. **Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia.** Rio de Janeiro: Instituto Hahnemanniano do Brasil, 1928, p. 280.

MADDEL, T. Luz. **A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças:** História Social da Homeopatia no Brasil. São Paulo, Dynamis Editorial, 1996.

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser médico no Brasil**: o presente no passado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

WEBER, Beatriz Teixeira. Como convencer e curar: a introdução da homeopatia no Rio Grande do Sul. ANPUH — **XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** — Londrina, 2005.

A tísica e os operários têxteis em Fortaleza

Um vínculo estreito (1933 - 1950)

José Cleudon de Oliveira Neto¹

A tuberculose é uma doença que sempre esteve presente na história. Os primeiros escritos sobre ela são referidos a época em que Hipócrates escreveu as análises que mais se aproximaram de “desvendar” a doença. Durante muito tempo a tísica dizimou populações ao redor do mundo e as especulações médico-teóricas dominaram o debate acerca da doença. Foi então que no final do século XIX, a doença que ataca, não somente, mas principalmente os pulmões, foi desvendada pelo cientista Robert Koch, que descobriu o agente causador da enfermidade, batizado posteriormente o bacilo causador com seu nome — bacilo de Koch — e assim fortalecendo/comprovando a teoria do modo de contágio da tuberculose- pelo ar, descartando então uma série de possibilidades postas anteriormente, como a hereditariedade da doença, por exemplo.

A tísica ou “peste branca”, é uma doença infectocontagiosa causada por uma bactéria chamada *Mycobacterium tuberculosis* ou *Bacilo de Koch* (BK). A bactéria pode infectar vários órgãos, como pulmão,

1 Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2019). Atuou como bolsista do programa IC/UECE (2018/2019) desenvolvendo pesquisa sobre História da Comida e da Bebida no Ceará e suas influências no processo civilizador do Estado, e também do programa IC/UECE (2017/2018) onde desenvolveu pesquisa relacionada a História das Doenças, especificamente sobre a Tuberculose, na Universidade Estadual do Ceará.

pleura, ossos, sistema nervoso, linfonodos, intestinos, sistema geniturinário. Na presente pesquisa, porém, percebemos uma incidência maior da tuberculose pulmonar.

A transmissão da tuberculose é direta, de pessoa a pessoa, portanto, a aglomeração de pessoas é o principal fator de transmissão. A pessoa com tuberculose expele, ao falar, espirrar ou tossir, pequenas gotas de saliva que contêm o agente infeccioso, que é aspirado por outra pessoa. A presença de desnutrição, diabetes, tabagismo, o uso de drogas e queda da imunidade são fatores de risco para que a microbactéria se multiplique e desenvolva a infecção.

A partir disso, é que se sabe que a tuberculose incide de maneira mais eficaz em grupos que estão sujeitos a aglomerações, sendo principalmente essas aglomerações em locais insalubres, como as fábricas têxteis do século XX. É então que partimos para aprofundar nossas análises sobre a ocorrência da tísica nos operários têxteis de Fortaleza.

Procurar entender a relação tuberculose-trabalhadores — classe fundamental no processo de modernização e crescimento da industrialização que passava o país nos anos de 1940/50 — na cidade de Fortaleza e como isso foi visto pela classe médica, torna-se a reflexão mais expressiva que motiva o estudo e a construção dessa pesquisa.

Para o estudo da relação da tuberculose e os operários na cidade de Fortaleza e na temporalidade específica, é preciso ponderar duas coisas: a industrialização da cidade e a classe operária. Sabemos que a industrialização em nosso território se deu de maneira bem diferenciada em relação com outros estados brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro. Desta forma, pensamos também a formação da classe operária, que está diretamente ligada às questões de industrialização e no Ceará se deu também de maneira particularizada.

A relação do Ceará com o algodão é o que permite os primeiros impulsos relacionados a uma construção de indústria no es-

tado. Sendo a produção algodoeira importante no certame dos grandes produtos econômicos desde o século XIX, que chegou a colocar a então Província do Ceará em cenário internacional, especialmente na época da Guerra de Secessão Americana, onde os produtores americanos tiveram que interromper sua produção por participar efetivamente da guerra. No Anuário Estático do Ceará de 1930 observamos a importância desse acontecimento para ascensão do mercado algodoeiro cearense:

Com a guerra da sua independência, em 1861, a America do Norte teve os seus campos abandonados, fato que provocou uma grande crise do produto nos mercados europeus, pelo que 35 países, quase todos que haviam tomado parte na Exposição Internacional, realizada em Londres, em 1862, resolveram incentivar a cultura do algodoeiro, a fim de debelar a crise deixada pela America. Com a falta do produto subiu o seu preço o que fez um benefício inestimável ao Ceará, que tratou de aumentar as suas lavras, dando em resultado uma produção elevada de 1.135.650 quilogramas, no ano de 1863. Deste ano em diante a produção do Ceará subiu sempre chegando a se vender em 1866, em Fortaleza, 2066.073 quilogramas de algodão ao preço de 26\$000 a arroba (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ, 1930, p. 236).

Outro período de grande destaque para a indústria têxtil cearense foi a Segunda Guerra Mundial que segundo Gomes (2012), “a indústria têxtil cearense vivenciou um momento de apogeu”, que apesar de não haver o surgimento de novas fabricas — apenas uma, a fábrica Santa Cecília — foi um momento de expansão das já existentes. Expansão da capacidade produtiva e da classe operária.

Sendo assim, a indústria predominante e mais marcante na história do período estudado em Fortaleza foi o setor têxtil, variando em alguns setores dentro do mesmo ramo. Foi esse âmbito que permitiu a formação de pequenas fabricas, acarretando o início de uma leve industrialização fortalezense e consequentemente de um operário que ainda começava a dar os primeiros passos em sua organização

enquanto classe. Não existiam, portanto, parques industriais e uma massa operária tão grande se comparada as grandes indústrias do Brasil aquela época. Porém, neste período já podemos perceber o uma consolidação da indústria têxtil e conseqüentemente a organização de trabalhadores em diversas agremiações e em sindicatos, por exemplo. Gomes (2012) fala que:

Desse período é o primeiro Sindicato de trabalhadores têxteis em Fortaleza, o Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, fundado no dia 04 de abril de 1933. As filiações ao Sindicato começaram em 07 de maio de 1933, cuja dinâmica sindical declina a partir de 1935, sendo extinto em 1938. Mesmo período em que ganha proeminência o Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil do Ceará, fundado em 15 de agosto de 1935, contando apenas 155 sócios, mas que em 1938 já contava com 540 associados (GOMES, 2012, p. 33).

No que se referem aos corpos sadios, e a relação com trabalhadores e tuberculose na cidade de Fortaleza, é aos finais do século XIX, que poderemos observar as primeiras análises dessa relação. O industrial Thomaz Pompeu, em um grande estudo publicado na revista da Academia Cearense — já citado acima — intitulado “Importancia da vida humana como factor da riqueza. *O desenvolvimento da população de Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta*”², já demonstrava suas preocupações com o corpo saudável dos trabalhadores para se fazer crescer e funcionar o Estado. Pompeu levantou questões de urbanização e modelação de Fortaleza, que começava a passar por um processo tal qual as grandes cidades. Ao falar da tuberculose — única doença citada em todo o artigo — o autor faz relação com questões ligadas aos ares e higienização, que naquela época começa a ganhar destaque. Apesar de não destacar explicitamente operários

2 Artigo publicado no ano de 1896. Revista da Academia Cearense.

têxteis³ em seus estudos, e sim outras categorias de trabalhadores, é perspicaz notar que em 1896 já se percebia, na cidade de Fortaleza, as relações de trabalhadores e a tuberculose, expostas aqui.

Pensamos a doença na capital cearense a partir da década de 1930, particularmente a partir do ano de 1933, visto que ocorre uma série de modificações políticas no Brasil e conseqüentemente no estado do Ceará, quando se inicia uma organização, público e também privado, no sentido de combater e controlar a tuberculose. Como o caso da construção do Sanatório de Messejana, voltado para os doentes da peste branca. É nesse período também que irão ocorrer no Ceará às reformas de Amílcar Barca Pellon, modificando diversas estruturas da saúde pública da capital cearense.

Não obstante ao tempo da pesquisa aqui proposto, vemos que já em 1926 a classe operária já era lembrada por sua conexão com a tuberculose. Antonio Theodorico da Costa, no dia 1º de Maio de 1926, proferiu um longo discurso para o Centro Artístico Cearense, agremiação de operários. Tal conferência tinha como título “O operário como factor de progresso”, o autor discorre sobre a importância do operário para o crescimento econômico, a modernização da cidade etc. Ao falar dos problemas que o operário enfrenta em suas jornadas, Costa cita uma única doença: a tísica, “Entretanto ahi está um grande numero de questões importantes, as mais vitais — casas de operários; o trabalho de menores; horas de trabalho; a sorte do operário; hygiene; as mães operarias; a tuberculose nas oficinas; [...]”⁴

No discurso proferido são levantadas questões relacionadas às condições de trabalho de operário, que são fundamentais no que consiste para a propagação da tuberculose em tais locais. As con-

3 Possivelmente não destaca operários têxteis, pois na época da escrita do documento não existia uma indústria desenvolvida na área que carecesse de preocupação. Apenas a fábrica “Progresso” ligada à sua família.

4 Discurso proferido no Centro Artístico Cearense em 1º de Maio de 1926. In **Revista do Instituto do Ceará**.

dições insalubres das fábricas, que contavam com aglomerações de operários, eram, portanto, um dos fatores mais agravantes no alastramento da doença: “Como uma moléstia contagiosa, a tuberculose poderia atingir qualquer pessoa que tivesse contato com o bacilo, mas em fabricas insalubres [...], sua disseminação dava-se com maior facilidade” (GILL, 2004, p. 283). Como vemos, a tuberculose já causava inquietude quanto a associação com a classe operária.

A partir de 1933, na cidade de Fortaleza, passava a ter nova administração pública e na saúde, observamos um início de mudanças causadas pela Reforma Pelon, caracterizada por implantar um novo modelo à saúde do Estado do Ceará. Destacamos aqui a criação do Centro de Saúde, responsável por “uma assistência específica, educativa, defendendo na unidade o todo da população [...]” e parte do Centro de Saúde, estava agora um espaço destinado à tuberculose: “[...] congregam-se no Centro de Saúde de Fortaleza, os seus vários serviços de administração [...] os dispensários pré-natal, infantil, pré-escolar, de sífilis, venéreas e boubas e **de tuberculose**” (Grifo nosso) (BARBOSA, 1994, p. 118).

Percebemos, a partir das fontes, que para a classe médica fortalezense, assim como a de outras localidades como a do Rio de Janeiro, a tuberculose era uma das doenças respiratórias que mais atingia os operários. O Dr. Wilson Jucá, mais um importante fisiologista de Fortaleza, traz um estudo interessante para nossa pesquisa em um artigo intitulado: “*Mortalidade por Tuberculose em Fortaleza nos anos de 1948 — 1949*” O artigo mostra algumas estatísticas sobre a mortalidade pela tísica relacionando-a com fatores econômicos e sociais. Segundo o médico, as estatísticas ligadas a idade mostram uma “tuberculinização” maciça entre os grupos etários de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos de idade, períodos caracterizados pela maior produtividade do homem.

Nos anos em que o Wilson Jucá realizou a pesquisa, a indústria têxtil de Fortaleza estava ligada intrinsecamente a sociedade cearense.

Obviamente, grande parte das pessoas em idade produtiva na capital do Ceará, estavam empregadas nas fábricas têxteis que não ofereciam condições mínimas de trabalho, sendo assim, bastante insalubres, o que acarretava numa epidemiologia tísica entre os operários.

As péssimas condições no ambiente de trabalho favoreciam largamente a expansão da moléstia. Muitas são também as reclamações de trabalhadores sobre os ambientes insalubres dos locais em que trabalhavam. Apesar de a pesquisa aqui exposta se dedicar até o ano de 1950, podemos observar em documentos do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza as reclamações sobre a falta de água potável no ambiente de trabalho ainda no ano de 1956. Em sessão ordinária dirigida pelo então presidente do sindicato Raimundo Lopes Gondim foi “expedido: com a palavra o companheiro Carlos Aberto, falou sobre a inexistência de água potável na Fábrica Ceará Industrial”.

Segundo Ribeiro (1988):

Fora esses elementos que dominavam o ambiente fabril apareciam outros, como as instalações sanitárias, a água destinada ao consumo dos operários, cujos efeitos não deixavam de ser menos prejudiciais. [...] As condições do fornecimento de água ao consumo dos operários foram assim descritas pelo médico sanitário que visitou as fábricas do algodão: [...] O operário satisfaz suas exigências ou colocando a boca diretamente nessas torneiras ou servindo-se de canecas utilizadas por vários deles [...] A utilização direta ou pelas canecas, por sem dúvida, pode concorrer a outras infecções quais a tuberculose, a sífilis (RIBEIRO, 1988, p. 122-123).

As análises de Ribeiro correspondem ao Estado de São Paulo na primeira metade do século XX, e as fontes nos mostram uma similaridade de condições ainda nos anos de 1956 no Estado do Ceará. Podemos inferir que nas décadas de 30 e 40 a situação era a mesma ou pior que a descrita pelo operário Carlos Alberto.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, fundado em 04 de abril de 1933, teve grande importância para a organização da luta dos operários têxteis no que se refere também a melhores condições de trabalho e de vida. Após a reclamação do operário Carlos Alberto, o sindicato, na figura do então presidente Raimundo Lopes Gondim, expediu em sessão ordinária “ao Sr. Delegado Regional do trabalho, ofícios número [...] cinquenta e um solicitando um funcionário daquela repartição para examinar as condições de higiene da Fábrica Ceará Industrial”.

Infelizmente, acreditamos que a ação do Sindicato nesse caso não teve efeito. Ainda de acordo com a documentação é possível observar a mesma reclamação de outro operário sobre a mesma fábrica: “ordem do dia: com a palavra o companheiro José Soares reclamando a inexistência de água potável na fábrica Ceará Industrial”.

Para além disso, o Sindicato estava preocupado com a saúde operários têxteis desde anos de sua fundação. É possível ver na documentação livros de registros de assistência médica e medicamentos, que eram disponibilizados para os seus associados. Em 1948, por exemplo, vemos a solicitação de medicamentos diante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: “expediente: copia de um ofício, datado de dez do corrente mês de dezembro, dirigido ao Exmº Sr. Dr. Honório Monteiro, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, requisitando medicamentos para o sindicato”.

Sobre medicamentos, é interessantíssimo a relação do Sindtêxtil com o S.D.E: Serviço de Distribuição de Estreptomina. A Estreptomina consiste num medicamento antibacteriano usado para o combate da tuberculose. Descoberto em 1943, foi o primeiro agente efetivo no tratamento da tísica. Aparentemente, o Ceará possuía um serviço de distribuição de tal medicamento e podemos observar a relação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza com o S.D.E. Primeiramente “um telegrama do Sr. Nilson Silveira Lima, do

chefe do S.D.E datado de 6 de abril comunicando haver assumido a chefia do Serviço de Distribuição de Estreptomicina”.

Entre outras atas é possível observar a troca de telegramas entre o Sindicato e o S.D.E, porém, não temos acesso aos telegramas. Algumas atas mais detalhadas acabam informando algumas ações, como a reunião realizada em agosto de 1949, na qual o Sindicato expedia “Ofícios do Sr. Presidente João Carlos Pessoa: Um datado de 14 de junho, para o Sr. Nilson Silveira Lima, pedindo para serem enviados aos Sindicato com a possível brevidade, 10 gramas de Estreptomicina”.

Temos, a partir disso também, ideias sobre a proliferação da tuberculose entre os operários têxteis de Fortaleza, sabendo que eram associados ao Sindicato trabalhadores de todas as fábricas em funcionamento a época. A partir do serviço de distribuição de medicamentos e assistência médica que existia no sindicato é que, muito possivelmente, esses medicamentos chegavam aos tuberculosos.

A preocupação com as péssimas condições de trabalho a qual era exposto o operariado de Fortaleza, tende a ser considerada nos estudos que revelavam a tuberculose como agente de óbitos na classe operária. Não fugindo disso, Hyder Correia Lima, figura importante no cenário tendo trabalhado como assistente do Departamento de Saúde Pública a época, discorre a respeito do processo de higiene e sua importância para uma sociedade sadia. Ao levantar aspectos que achava ser necessário para concretização de tal fato falava em: “Regular com o Ministério do Trabalho, por convênio ou outros meios hábeis, as questões referentes à fiscalização da Higiene do Trabalho [...]”.

É importante mencionar que questões de higiene são fundamentais no que consiste em impedir da transmissão da tuberculose, especialmente em locais com aglomerações de pessoas, como são os casos das fábricas, visto que eram locais muitas vezes insalubres acabavam por corroborar com a ação da doença.

O período de 1933 é marcado também por se tratar de uma época em que os discursos começavam a atrelar *mais fortemente* a classe operaria à tuberculose, doença que apresentava uma taxa elevada de óbitos na população fortalezense em geral, como mostra uma estatística da Revista Ceará Médico de março de 1942, em artigo de Otávio Lobo e Lineu Jucá, “Tuberculose em Fortaleza”:

| Ano | Óbitos Gerais | Óbitos por tuberculose | Porcentagem óbitos por tuberculose | Coefficiente por 100.00 habitantes | População |
|------|---------------|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-----------|
| 1930 | 2.393 | 250 | 10,44% | 223 | 111,8 |
| 31 | 3.210 | 315 | 9,81% | 275 | 114,33 |
| 32 | 4.142 | 416 | 10,04% | 275 | 151,1 |
| 33 | 4.091 | 441 | 8,66% | 323 | 136,28 |
| 34 | 3.135 | 427 | 13,62% | 305 | 139,78 |
| 35 | 3.387 | 377 | 11,13% | 263 | 143,22 |
| 36 | 3.699 | 391 | 10,57% | 266 | 146,8 |
| 37 | 3.869 | 491 | 12,68% | 334 | 146,8 |
| 38 | 3.424 | 479 | 13,99% | 318 | 150,5 |
| 39 | 3.625 | 488 | 13,46% | 316 | 154,27 |
| 40 | 3.781 | 479 | 12,66% | 310 | 154,2 |

De acordo com o tisiologista Otávio Lobo e o diretor do Centro de Saúde de Fortaleza, Lineu Jucá, esse aumento se explica por alguns fatores, sendo eles: a) a mudança de pessoas do interior para a capital, muito provavelmente pessoas anérgicas e b) o padrão de vida caro, que acabava por aumentar o pauperismo das classes proletárias. Ainda segundo os dois médicos “a corrente migratória do homem do campo para a capital cearense — fenômeno que marca o início da industrialização da cidade e aumento de incidência do morbo [...]”. Essa população que migrava do campo para a cidade, se alocava nas zonas limítrofes de Fortaleza, onde residia em sua grande maioria o operário,

por conta do aluguel mais barato e por ter uma distância pequena das fábricas.

Apesar do artigo não trazer uma estatística comparativa com relação a morte de operários por tuberculose, é percebido claramente a relação da tísica com o operariado de Fortaleza. A preocupação que os autores demonstraram com a mesma classe também aponta para tal fato, sendo feito ainda, um levantamento por Lineu Jucá no Centro de Saúde de Fortaleza, sobre a ocorrência da doença em três grupos de profissionais considerados os mais expostos ao morbo, sendo eles: os bancários, os manipuladores dos gêneros alimentícios e os operários das fábricas têxteis. Podemos assim inferir que já se fazia perceptível a atenção da classe médica com os operários cearenses.

Lineu Jucá e Otavio Lobo trazem informações sobre a mortalidade e contaminação de operários em algumas fábricas fortalezenses. As instalações fabris que aparecem na pesquisa dos médicos são: fábrica “Pompeu”, “Arakem” e “São José”. Nesse sentido, vemos a preocupação da elite médica fortalezense em denunciar a ação da doença na classe operária. É importante pensar que essa elite esmerava uma modernização da cidade, ampliando e trabalhando as questões de higiene por exemplo. Com um operário fraco essa modernização era impossível de ser alcançada, muito talvez por isso, as “denúncias” feitas na Revista Ceará Médico.

Para além das questões ligadas a insalubridade das fábricas, temos ainda que analisar outras questões associadas a vida “privada” do operário têxtil para entendermos melhor a sua relação com a tuberculose, sabendo que essas questões relacionadas à sua vida fora da fábrica também estavam relacionadas com as condições de capital — trabalho.

Os dois pontos principais que apresentamos em nossa pesquisa referem-se as condições de alimentação e habitação do operário têxtil fortalezense. Os líderes governamentais da cidade de Fortaleza agiram de maneira a colocar as ideias ligadas a higiene em prática.

A classe médica brasileira também passa a ser defensora dos preceitos higienistas. Em meados dos anos 1940 a questão da higiene como método preventivo não era mais ponto de discussão, mas era agora propagada entre congressos e encontros médicos e os médicos da capital do Ceará estavam inseridos nesse debate científico. Pela Revista Ceará Médico (1942) percebemos tal fato quando é publicado um artigo do tisiologista Dr. José Francisco Valiente, médico em Salvador:

O século XX viu reunir-se um novo ramo ao já acrescido grupo das ciências médicas: é a medicina preventiva ou higiene social: “A medicina do futuro”, chamou-a alguém; a mais jovem das ciências médicas, porém não obstante, aquela cuja excelssitude se acha acima de toda ponderação. A arte moderna de curar não concebe melhor meio de combater as doenças infecto-contagiosas do que o preveni-las (VALIENTE, 1942, p. 1).

De acordo com o estudo realizado pelos Drs. Octávio Lobo e Linneu Jucá, sobre o momento epidemiológico de Fortaleza, um dos motivos que elevavam a taxa de casos de tuberculose era:

[...] o padrão de vida muito caro, aumentando o pauperismo da das classes proletárias. [...] Por esses dados estatísticos, vê-se que a onda de população advéncia é mais volumosa nas zonas limítrofes da capital — onde se domicilia, de preferência, o operário, em razão do aluguel mais barato, do casebre e da menor distância das instalações fabris (LOBO; JUCÁ; 1942, p. 3).

É possível, então, situarmos as condições de vida do operário pela visão médica através dos principais tisiologistas da cidade. Claramente a situação em relação aos baixos salários da classe operária impediam uma alimentação de qualidade, ocasionando corpos “anérgicos” — assim se referiam os médicos — e, portanto, uma aptidão maior para contrair a doença.

Esta investigação sobre a alimentação como sendo um dos fatores de risco para adquirir a tuberculose tem seu foco principal sobre a classe operária de fortaleza, especialmente os operários têxteis. Continuando a pesquisa, os médicos afirmam que:

Não menos interessante é o inquérito alimentar, entre os operários, pais de família, das Fábricas “S. José” e “Antônio Diogo”. É digno de atenção o resultado do estudo analítico que fizemos de 10 dentre essas 100 fichas sobre o poder energético alimentar. O potencial dinamogênico dessa alimentação referente as 10 fichas, é calculado em 59.622 calorias. Sendo 44 o número de pessoas correspondente as famílias, cabe a cada uma pessoa 1.355 calorias. É surpreendente a deficiência dessa ração alimentar de nosso operário.

Em uma das fichas do “inquérito sobre a alimentação do operário” mostradas para análises, temos a seguinte situação:

| |
|--|
| Cidade — Fortaleza Salário do chefe da família 60\$000 |
| Zona — 0 Outras rendas 90\$000 |
| Número do questionário — Receita total 150\$000 |
| Data — 17.5.38 |
| Residência — Vila S. José Despesa: |
| Nº de pessoas da família — 7 |
| Adultos mulheres — 6 Alimentação 84\$000 |
| Adultos homens — 1 Habitação 32\$000 |
| Filhos mortos — 2 Transporte 5\$000 |
| Menores de 1 ano — 0 Outras despesas 10\$000 |

Observamos, portanto, que a família residia na Vila São José e logicamente pelo menos uma pessoa que residia na habitação, exercia funções na Fábrica têxtil São José. A maior parte da renda da família era gasta com alimentação e habitação, que somadas, consomem mais da metade da receita total da residência. Levando em consideração os valores dos alimentos mais consumidos pelas famílias operárias, onde somente o quilo de carne seca custava 4\$000, por exemplo, e a quantidade de pessoas que residiam numa

mesma habitação, concluímos que os salários não correspondiam as necessidades alimentares básicas da família.

Após este primeiro estudo realizado, os médicos retomam ainda as pesquisas sobre alimentação em torno do operário fortalezense, continuando a analisar os trabalhadores da fábrica São José e agora também das fábricas Pompeu e Arakem, além de manipuladores dos gêneros alimentícios.

Peguemos então o exemplo do estudo sobre a fábrica São José: foram fichadas 10 famílias, que correspondiam a 47 pessoas no total, ou seja, quase 5 pessoas por habitação. Sobre a “ração alimentar” observada individualmente por cada pessoa temos o seguinte:

| |
|-------------------|
| Calorias: 2.320 |
| Proteínas: 60.062 |
| Cálcio: 0.169 |
| Ferro: 0.008 |
| Fósforo: 0.714 |

Para se compreender claramente a péssima situação alimentar da família operária, os médicos fazem questão de comparar a tabela mostrada acima com a exigência do Ministério do Trabalho sobre o “essencial mínimo” relacionado a ração:

| |
|-------------------|
| Calorias: 3.488.2 |
| Proteína: 110.26 |
| Cálcio: 0.710.3 |
| Ferro: 21.018 |
| Fósforo: 1.430 |

Concordamos então quando os médicos Jucá e Lineu (1942) referem-se que “ante semelhante regime de hipo-nutrição dessa gente, dispensamos qualquer comentário”, e ainda que “Fortaleza, entre as cidades brasileiras, tem um coeficiente muito forte de mortalidade

(298 óbitos por 100 mil habitantes). O armamento anti-tuberculoso é, evidentemente insuficiente”.

A má alimentação da família operária constituía-se como um fator para os seus corpos frágeis e conseqüentemente uma maior vulnerabilidade em se contrair a doença. Suas condições de habitação certamente eram adequadas para o alastramento da doença através da insalubridade, falta de iluminação e especialmente de ventilação. Nesse sentido, as condições de vida do operário fora — as vezes nem tão fora assim, vide as vilas operárias — das fábricas, eram tão culpadas quanto a insalubridade dentro das próprias instalações fabris.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Margarida Julia F. de Salles. **Onde moram os operários... Vilas operárias em Fortaleza 1920 — 1945**. Salvador, 1990. Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem — 1880-1950**; Projeto História do Ceará: política, indústria e trabalho. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.

Ata da Sessão Extraordinária realizada em 19/12/1948. Livro de ata de 1948. Sindtêxtil/CE.

Ata da Sessão Ordinária realizada em 07/08/1949. Livro de ata de 1948. Sindtêxtil/CE.

Ata da Sessão Ordinária realizada em 10/06/1956. Livro de ata de 1953. Sindtêxtil/CE.

Ata da Sessão Ordinária realizada em 13/05/1956. Livro de ata de 1953. Sindtêxtil/CE.

Ata da Sessão Ordinária realizada em 24/04/1949. Livro de ata de 1948. Sindtêxtil/CE.

Ata da Sessão Ordinária realizada em 28/10/1956. Livro de ata de 1953. Sindtêxtil/CE.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. A Cidade dos tísicos: Uma história da tuberculose e dos tuberculosos em Fortaleza entre os anos de 1890 e 1950. *In: XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo, 2007.

BARBOSA, José Policarpo. **História da saúde pública no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

FILHO, Cláudio Bertolli. **História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900 — 1950**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

GOMES, Francisco Alexandre. **Um fio da meada: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991)**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As Pestes do Século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

PORTO, Ângela. **A Vida Inteira que Podia Ter Sido e que Não Foi: trajetória de um poeta tísico**. Tese (Doutorado) — IMS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PORTO, Ângela. Tuberculose: A peregrinação em busca da cura e de uma nova sensibilidade. *In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M. (Org.). Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo, 2004. P. 91-108.

Revista Ceará Médico, 1942. ANO XXII. VOLUME 1º

Revista Ceará Médico, maio de 1940. ANO XX. VOLUME 5º

Revista do Centro Médico Cearense. Nº 3. Março de 1942. Ano XXII. Volume 1.

Revista do Centro Médico Cearense. Outubro — Dezembro de 1950. Dr. Wilson Jucá.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

As peculiaridades da saúde e das doenças entre os povos indígenas no Ceará (1988-2020)

Roberto Kennedy Gomes Franco¹

INTRODUÇÃO

O texto objetiva analisar, dialeticamente, as peculiaridades da saúde e das doenças entre os povos indígenas que habitam o Ceará, no Nordeste brasileiro, entre os anos de 1988-2020. Nosso trabalho investigativo tem foco metodológico na história oral. Para tanto, elegemos as vozes, que, entre outras coisas, lutam pela garantia do princípio da atenção diferenciada, específica e intercultural à saúde, estabelecida pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, ou seja, pela retomada do protagonismo de práticas de cura com os povos indígenas e não para os povos indígenas.

Retrospectivamente, a emergência da política de saúde indígena diferenciada, focada no respeito aos saberes ancestrais, tendo a interculturalidade e a especificidade enquanto sustentáculos essenciais do trabalho de promoção da saúde, é fruto da luta e da resistência dos movimentos sociais organizados dos povos originários no território

¹ Pós-doutor em História da Educação pela Universidade de Lisboa/Portugal. Doutor em Educação Brasileira (UFC). Mestre em Ciências da Educação (UFPI). Graduado em História (UFC). Professor da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira — UNILAB. Coordenador do Grupo Interdisciplinar Marxista-GIM/UNILAB; Membro do GEPI (Grupo de Estudos com os Povos Indígenas). E-mail: robertokennedy@unilab.edu.br.

brasileiro no contexto da luta contra a ditadura civil-militar e pela redemocratização, a partir da 1970.

Na década de 1980, tanto as políticas indigenistas, quanto o movimento indígena ganharam novo fôlego, especialmente por conta dos debates em torno da Constituinte. Um marco importante é a inclusão do artigo 231 da Constituição de 1988 em que se reconhece “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

É neste cenário de luta que em 1999, com a lei 9.836/99 (Lei Arouca), foi criado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), e ainda, em 2002 a assinatura da portaria de criação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Pnaspi), que vinculados a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e ao Ministério da Saúde, tem como foco a garantia do princípio da atenção específica, intercultural e diferenciada à saúde, ou seja, de retomada do protagonismo de práticas de cura com os povos indígenas e não para os povos indígenas.

Posto isso, problematizamos as contradições entre os pressupostos traçados pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Pnaspi) e o trabalho de atendimento nos postos de saúde e polo-base dessas aldeias. Especificamente, nos interessa analisar as peculiaridades do trabalho dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS), cuja função é atuar diretamente na prevenção de doenças e na promoção da saúde. Seu trabalho é articular/mediar os saberes tradicionais de adoecimento e cura entre os indígenas e os saberes da medicina convencional, ou seja, entre a equipe de saúde e a comunidade.

Neste contexto, apontamos interesse especial pelo trabalho com a história oral temática, ao tempo em que as entrevistas produzem um conhecimento novo, oportunizando análises com base no trabalho de criação de fontes inéditas sobre estas etnias neste início do século XXI.

A percepção desta consciência étnica ancestral da saúde e das doenças faz-se pela retomada da terra expropriada em nome da fé e da ganância colonial mercantilista/capitalista, pelo reconhecimento da identidade violentada por genocídios e etnocídios e, ainda, como território anticolonial do saber médico centrado e hospitalocêntrico do processo saúde/doença.

Então, quer dizer que, temos por fio condutor o trabalho de investigação interdisciplinar dos fundamentos das ciências humanas aplicadas à saúde, seja na ampliação de fontes de investigação, seja na ampliação de sujeitos, objetos e/ou temáticas até então excluídos e/ou subalternizados, entre eles, por exemplo, a experiência corporal de adoecimento e cura com os povos indígenas.

A este respeito, segundo Almeida (2007, p. 01),

O resultado tem sido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares que tendem a valorizar as atuações dos índios como importantes variáveis para a compreensão dos processos históricos nos quais se inserem. Assim, de vítimas passivas ou selvagens rebeldes que, uma vez vencidos, não movimentavam a história, diferentes grupos étnicos da América passam, a partir dessas pesquisas, a figurar como agentes sociais que, diante da violência, não se limitaram ao imobilismo ou à rebeldia.

Impulsionados por interesses próprios e visando à sobrevivência diante das mais variadas situações caóticas e destruturadoras, movimentaram-se em diferentes direções, buscando múltiplas estratégias que incluíam rearticulações culturais e identitárias continuamente transformadas na interação com outros grupos étnicos e sociais.

Ao problematizarmos, sob o ponto de vista interdisciplinar a experiência corporal de adoecimento em sociedades do passado e do presente aprendemos aspectos importantes da história humana. Exemplo disso são as lembranças da hanseníase (lepra), sífilis, peste bubônica (peste negra) e tuberculose, das

doenças trazidas pelos colonizadores para a América e África, entre outras experiências de adoecimento como a Sida/Aids e o Ebola, que radicalmente metamorfosearam as circunstâncias de saúde dos corpos das pessoas.

Agregado a este cenário, utilizamos como referência básico para a construção desta proposta de pesquisa a coleção “Uma História Brasileira das Doenças” (v. 1, ano 2004, v. 2, ano 2005, v. 3, ano 2006), onde evidencia-se um fecundo exercício de uma práxis interdisciplinar sobre o processo saúde/adoecimento, e ainda, os estudos de Le Goff (1991, p. 7, 8), ao refletirem sobre o “*difícil caminho a percorrer face às doenças*”, ensinam que, “*Espaço privilegiado dos fantasmas individuais mediatizados pela família, o meio, o Estado — gestor cada vez mais poderoso da saúde -, o corpo sofredor transformar-se-ia em objecto privilegiado dos historiadores*”.

De acordo ainda com Le Goff (2006, p. 177, 10), isso se manifesta porque: o corpo tem uma história. A concepção do corpo, seu lugar na sociedade, sua presença no imaginário e na realidade, na vida cotidiana e nos momentos excepcionais sofreram modificações em todas as sociedades. O corpo é a nossa história.

A este respeito, observa Roy Porter (2004, p. 13) que o “pavor da doença, potencial e efetiva, as dores das queixas agudas e das moléstias de longo prazo, e ainda o pavor da mortalidade figuram entre nossas experiências mais universais e assustadoras”

Nesse sentido, Nascimento (2005, p. 29) nos ajuda entender este processo ao dizer que:

Desse modo, assim como a história, a doença, como fenômeno social, também é uma construção. Concorrem para a existência da doença diversos elementos científicos, sociais e políticos, temporal e especialmente estudados. Ditos de outro modo, diferentes grupos, a cada época dão significados e sentidos específicos à entidade

fisiopatológica chamada doença. A história de doenças pode revelar uma enorme gama de questões, a “doença é ao mesmo tempo problema substantivo e instrumento analítico”. Dessa forma a doença, como objeto de estudo, possibilita o conhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, dinâmicas e demográficas de deslocamentos populacional, reações societárias, constituição de estado e de identidades nacionais, emergências e distribuição de doenças, processo de construção de identidades individuais e constituição de campos de saber e disciplinas.

Então, isto quer dizer que se interpreta a investigação sobre as peculiaridades da experiência corporal de adoecimento e cura entre os indígenas como a interseção de fronteiras disciplinares, que, compartilhando diversidades, intenta um mergulho profundo e denso nas contradições materiais de produção da existência corporal humana, ou seja, da integralidade do fazer intercultural em sociedades diversas.

A gestação desse sentido para a retomada da experiência corporal de saúde/doenças é de fundamental importância, pois assim nos permite entender que o contexto de adoecimento e cura dos povos indígenas que habitam o Ceará, possui uma espacialidade e uma temporalidade que não se desenvolve e nem se desenrola para além da vida cotidiana, como em uma realidade virtual ou meramente discursiva, pelo contrário, possuem uma materialidade inscrita no desenrolar do processo histórico mais amplo da vida social humana.

DESENVOLVIMENTO

Os Povos Indígenas fazem parte dos indivíduos mais excluídos pela sociabilidade do Capital, como denunciam os inúmeros movimentos étnicos organizados conscientemente na luta política por terra, trabalho, educação, saúde, entre outros meios mínimos necessários à satisfação das necessidades humanas básicas “para além do Capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 45).

Esse historicídio se articula com as violências de classe, raça, gênero e etnia praticadas em nome da fé e da ganância de lucros da expansão mercantilista colonial/capitalista, executados continuamente na forma de aldeamentos religiosos, escravização, estupros, assassinatos em massa, mediante guerras e/ou disseminação de doenças com uso de armas biológicas (Covid-19, Sida/Aids, gripe, sarampo, tuberculose, varíola, entre outros vírus e/ou bactérias)

Sobre esse processo, Eduardo Galeano (2012, p. 05) ensina que:

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. [...] A história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Entretanto, ao longo desse 520 anos, apesar dos ataques violentos às suas culturas, fruto da necessidade de lucros dos “colonizadores” ou do processo de “educação”/“civilização”, por parte da Igreja e do Estado, estas referidas etnias não deixaram de resistir, seja de maneira explícita/violenta ou por meio de formas dissimuladas, como o sincretismo cultural com os colonizadores.

Emerge desse cenário, de acordo com os resultados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, aproximadamente 90.000 mil pessoas se declarando indígenas, representando 0,4% da população total do Brasil, sendo oficialmente identificadas cerca de 305 etnias e 274 línguas indígenas.

Isto se daria:

Por uma série de fatores, a obtenção de informações sobre a identidade indígena é complexa. A depender do contexto, membros de uma dada etnia podem ter receio de manifestar sua identidade, seja por preconceito e discriminação, ou mesmo negar o pertencimento étnico possivelmente devido às experiências vividas anteriormente. O intenso processo de miscigenação no Brasil pode também contribuir, no caso dos indígenas, para uma não evidenciação de filiação étnica indígena. Mas o fato é que aspectos como o volume populacional, a distribuição espacial, a composição por sexo e a situação socioeconômica e educacional são fatores fundamentais para reconhecer e valorizar as identidades étnicas indígenas no Brasil e em outras partes do mundo (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010, p. 10).

Sobre a população indígena no Estado do Ceará, esse mesmo levantamento do IBGE 2010 revelou que existem em torno de 20 mil índios, divididos em 14 etnias (Tapeba, Tremembé, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé, Kanindé de Aratuba, Potiguara, Tabajara, Kalabaça, Kariri, Anacê, Gavião, Tubiba Tapuia, Tapuba Kariri). Sendo ofertado, oficialmente, para as 14 etnias no Estado, um Distrito Sanitário Especial Indígenas (Dsei/Ceará).

Segundo (CHAVES, 2017), O Dsei/CE, é composto de equipes multidisciplinares de Saúde Indígena, constituída 67 Agentes Indígenas de Saúde, 49 Agentes Indígenas de Saneamento, 1 Apoiador Técnico de Atenção à Saúde, 1 Apoiador Técnico de Saneamento, 2 Assistentes Sociais de Saúde Indígena, 16 Auxiliares de Saúde Bucal de Saúde Indígena, 15 Cirurgiões Dentistas de Saúde Indígena, 32 Enfermeiros de Saúde Indígena, 2 Engenheiros Civis de Saúde Indígena, 2 Farmacêuticos Bioquímicos de Saúde Indígena, 1 Farmacêutico de Saúde Indígena, 1 Geólogo de Saúde Indígena, 15 Médicos de Saúde Indígena, 3 Nutricionistas de Saúde Indígena, 1 Psicólogo de Saúde Indígena, 51 Tec. Enfermagem de Saúde Indígena, 1 Tec. Laboratório de Saúde Indígena, 1 Tec. Química de Saúde Indígena,

1 Tec. Saneamento de Saúde Indígena, entre outros, cuja trabalho é atuar diretamente na prevenção de doenças e promoção da saúde, com atuação nas localidades dos polos-base.

Deste cenário, destacamos nosso interesse em analisar comparativamente as vozes dos Agente Indígenas de Saúde (AIS) sobre a experiência corporal de adoecimento e cura vivenciada pelos Povos Indígenas que habitam o Ceará. O trabalho dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) é atuar diretamente na prevenção de doenças e promoção da saúde, em geral o AIS é um indígena, que faz parte da equipe multidisciplinar constituída por médico, enfermeiro, odontólogo e auxiliar de enfermagem, entre outros. Seu trabalho é articular/mediar os saberes tradicionais de adoecimento e cura entre os indígenas e os saberes da medicina convencional, ou seja, entre a equipe de saúde e a comunidade.

No olhar da experiência desses Agentes Indígenas de Saúde (AIS) é importante destacar, ainda, a necessidade constante de uma análise crítica e reflexiva, porquanto cada um pode dizer o que quiser.

Para tal, tomamos como referência a categoria “memória socialmente compartilhada” de Alessandro Portelli (1997, p. 16), ao assinalar que a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Por exemplo, no trabalho com a “memória socialmente compartilhada” dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS), sobre a experiência corporal de adoecimento e cura com os povos indígenas, temos a produção da memória social do processo saúde/doenças. O entrelaçamento destas práticas de prevenção de doenças e promoção da saúde são mais que a soma das produções das memórias/silêncios individuais, isoladamente consideradas.

Exemplo disto é a denúncia da Liderança e Agente Indígena de Saúde (AIS), Ana Clécia Pitaguary (2017), sobre a disputa territorial com o empreendimento capitalista/colonial de mineração, ao afirmar que seu povo,

Aprendeu a conviver com as graves doenças pulmonares e respiratórias provocadas pela poeira tóxica das pedreiras — as explosões geram uma massa esfumaçada de resíduos minúsculos de pedras desintegradas pelas explosões. O pó é respirado involuntariamente, mesmo quando ele não se encontra visivelmente concentrado. “Tive de lidar com óbito que os pulmões do indígena estavam acabados por conta do pó de pedra”, lembra. As famílias próximas às pedreiras possuem diversificados problemas de saúde. Na estiagem o pó se movimenta feito uma duna; no inverno chove e essa poeira provoca o assoreamento de açudes. Além disso, a água leva graxa, combustível, óleos de máquinas e caminhões. A poluição afeta a vida de forma integral. Os ruídos e barulhos dessas máquinas consomem o juízo diuturnamente. Se incomoda os indígenas, afugenta os animais das redondezas — acabando com a caça e desequilibrando o ecossistema. Pedras se desprendem dos morros e rolam esmagando o que estiver na frente.

Como pode ser percebido pela voz da Liderança e Agente Indígena de Saúde (AIS), Ana Clécia, a atividade mineradora da pedreira, que invade a passos largos a terra indígena Pitaguary, situada no município de Pacatuba-CE, se articula com a vulnerabilidade corporal a certas doenças provocadas pelo uso predatório da natureza, ao qual os povos indígenas são sujeitados cotidianamente pela sociabilidade desigual do capital, no que se refere ao atendimento dos meios de satisfação das necessidades humanas básicas (NHB's).

Infelizmente, ao extrair as riquezas naturais das entranhas da terra, legalmente institucionalizada como Área de Proteção Ambiental (APA), e transformadas em mercadoria geradora de lucros, possibilita uma exploração “colonial” no século XXI, que nas palavras de Galeano (2012, p. 29), deflagra “uma guerra que derramou rios de sangue, em cujas veias corriam sangue indígena”.

De forma complementar, a Liderança Indígena João Kennedy Tapeba (2017), diz que: “*sem a terra não vai ter um posto de saúde, sem a terra não vai ter uma escola, sem a terra não vai gerar o emprego*”. Este relato, entre outras coisas, concede destaque para a articulação que as vozes

indígenas fazem da luta pela terra com a saúde indígena diferenciada, ao tempo em que evocam uma ancestralidade de práticas curativas do adoecer de raízes históricas profundas, suprimidas pelo projeto colonial

Neste contexto, as “experiências transmissíveis de boca em boca” (Benjamin, 1987, p. 115) pelos Agentes Indígenas de Saúde (AIS), apreendidas pelo recurso da história oral temática, produzem um conhecimento novo, oportunizando análises com base no trabalho de criação de fontes inéditas sobre a ancestralidade étnica neste início do século XXI.

Agrega-se a este cenário, a reivindicação política pelo direito ao exercício do trabalho em saúde por indígenas, de luta pela retomada do protagonismo de uma saúde com os povos indígenas e não para os povos indígenas.

Então, politicamente, a garantia de uma saúde específica, diferenciada e intercultural, passa necessariamente pelo cumprimento da Legislação, ou seja, de assegurar outra conquista importante do movimento indígena, que é o profissional da área da saúde ter que ser indígena, que o trabalhador da saúde seja um sujeito educado por aquela cultura, pela cosmovisão de mundo de seu povo, que compartilhe das histórias, lutas e vivências sociais.

Neste sentido, não é possível entender o real desconectado de uma prática social, da atividade social humana. Isto porque, segundo (MARX; ENGELS, 2007, p. 43) “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias”. Por isto, a realidade social dos povos indígenas do Ceará é também dialética porque a cultura é movida por uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1974, p. 122). A totalidade, aqui entendida não como uma unidade hermética/fechado, mas sim como algo que entrelaça/soma as partes que a constituem.

De forma complementar, apreende-se com a voz da liderança João Kennedy Tapeba a necessidade de uma radicalidade crítica sobre o exercício do trabalho de profissionais da área de saúde por indígenas.

A gente briga na saúde, agente de saúde tem que ser indígena, agente sanitário tem que ser indígena, agora pra parte de técnico de enfermagem e tudo mais a gente não consegue colocar, porque realmente precisa de uma formação que não tem como a gente aprender em casa, precisa de uma formação, mas hoje temos sim técnicos de saúde trabalhando no posto que são indígenas, técnicos em enfermagem, enfermeiros que são indígenas.

A contradição denunciada é que, limitado em sua formação, a prática desse profissional da área da saúde não indígena na sociabilidade colonizadora do capital é resultado de um processo educativo permeado pela memória histórica hegemônica e dominante, tendo pouca ou quase nenhuma articulação com a epistemologia da Saúde Indígena Diferenciada, salvo raras exceções.

Da análise desta afirmação, tem-se que o “fazer-se” (THOMPSON, 1997, p. 9) trabalhador da saúde indígena compreende não somente o âmbito da institucionalização do saber científico, no espaço-tempo da instituição de saúde, mas ele se transpõe para as experiências das lutas sociais, históricas, econômicas e políticas, entres outras.

No panorama do processo saúde/doenças com os povos originários, de perspectiva de superação da imersão dessa lógica colonial/ produtivista, o profissional da área da saúde deve se reconhecer como sujeito histórico em experiência permanente de formação e luta por terra, trabalho, educação, saúde, entre outros meios mínimos necessários à produção da existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao rememorarmos nossas raízes ancestrais, para além da cronologia dos eventos de invasão colonial, historicamente, os étnicos que sempre habitaram o território que hoje chamamos de Brasil, sempre

estiverem em constante processo de adaptação aos diferentes espaços, ambientes, isso desenrola-se desde os primórdios, quando os seres humanos ainda eram nômades, e por excelência vivia exclusivamente do aprendizado corporal necessário para a caça e a coleta.

Nesta trajetória de vida ou de morte, o cuidado com o adoecer é uma produção coletiva, materializado na utilização de plantas curativas, rituais de cura, entre outras experiências de prevenção de doenças e promoção da saúde. Eram curadores, sábios, pajés, xamãs, rezadeiras, parteiras tradicionais que compartilhavam a luta pelo prolongamento de uma vida saudável.

Esta é a forma pela qual, dialeticamente, durante milhares de anos, os povos indígenas se relacionam materialmente por meio do trabalho, categoria ontológica do ser social, com o meio ambiente e com as outras pessoas. Ao longo desta trajetória vão se adaptando ao meio mediante o princípio educativo do trabalho. À medida que novas e inusitadas situações exigiam um comportamento laboral específico à realidade experienciada, aprendia a prover sua existência, entre eles o cuidado corporal na saúde/doenças.

Isto porque, interpretamos o processo saúde/doenças dos povos originários como experiência social que se faz interdisciplinar, na medida em que, dialeticamente, sujeitos históricos vivenciam as tramas da vida cotidiana, organizam sua vida num conjunto de práticas, como: pensamentos, ideias, sentimentos; em relações de reciprocidade e de interesses, organizações familiares e de parentesco, nas relações de trabalho; nas formas de exercícios e (des)estruturação de poderes, nas relações de dominação e de resistência; enfim, nas diferentes formas de sociabilidade que têm sido engendradas historicamente como necessidades e valores, para a história da saúde e das doenças.

Essas reflexões, metodologicamente, nos inspiram para o trabalho com as histórias de vida dos Agentes Indígenas de Saúde, das lembranças dos que vivenciam no corpo a inscrição histórica do

adoecimento, e, ainda, da sua interlocução com fontes diversas, tendo em vista que o cruzamento de informações e fontes contribuirá para um melhor entendimento acerca da problemática deste texto.

Então, isso evidencia que a experiência de adoecimento e cura habita nas memórias dos Agentes Indígenas de Saúde, sendo possível “A Outra História” (HOBBSAWM, 1998) daqueles que cotidianamente se debatem com as adversidades, angústias e vitórias da luta pela garantia do princípio da atenção diferenciada à saúde, estabelecida pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

Por fim, em nossas hipóteses, as peculiaridades da saúde e das doenças entre os indígenas, germina-se de um todo complexo, fruto da síntese contraditória mediada pela “experiência” (THOMPSON, 2002; 1981) entre natureza, corpo e cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Apresentação do Dossiê: Os Índios na História: abordagens interdisciplinares**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2007 (Apresentação do Dossiê - Revista Tempo).

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **DIRETRIZES GERAIS**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira — UNILAB, 2010.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Lei Arouca: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena**. Brasília: Funasa, 2009.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2002a. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características gerais dos indígenas no Censo Demográfico 2010** — resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Ministério da Saúde Conheça o DSEI.

CIMI. **A Política de Atenção à Saúde Indígena no Brasil**: Breve recuperação histórica sobre a política de assistência à saúde nas comunidades indígenas. Publicação do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, 2013.

CHAVES, Eduardo Dezidério. **Saúde indígena no Brasil** : a aplicação da política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas no Estado do Ceará / Eduardo Dezidério Chaves. — 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Por uma história indígena e do indigenismo**. In: Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

HOBSBAWM, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org.). **A outra história**: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Tradução: Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 18-33.

LE GOFF, Jacques,. **As Doenças Têm História**. Lisboa. Terramar. 1991.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. In: **Os Pensadores: Karl Marx**. SP: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder ; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo, 2007, p. 43.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPINI, Luis Donisete Benzi (Org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo/Brasília: Global/ MEC/UNESCO, 2000.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo (org.); CARVALHO; Diana Maul de (org.). **Uma história brasileira das doenças**, 1ed. Brasília: Paralelo 15, 2004, v. 01, 338p.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As Pestes do Século: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada**, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO; Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cassia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. v. 2, 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, 227p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral. A pesquisa como experimento em igualdade. **PROJETO HISTÓRIA**, 14, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, 1997.

PORTER, Roy. **Das tripas coração**. Uma breve história da medicina. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004. p. 13.

TAPEBA, João Kennedy. **Entrevista concedida a Roberto Kennedy Gomes Franco**, 2017.

TAPEBA, João Kennedy. **Entrevista concedida a Roberto Kennedy Gomes Franco**, 2017.

THOMPSON, E. P. Prefácio. *In*: THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Denise Bottman. V. 1. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 09.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

Religião, Política e Lutas Sociais no Brasil Republicano

A ação da Igreja Católica e a sua presença entre os trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933)

Nágila Maia de Moraes Galvão¹

Para entender os movimentos realizados pelos trabalhadores portuários da cidade de Fortaleza-CE, em meio as ações da Igreja Católica entre os anos de 1912-1933, analisarei as estratégias de inserção Católica nos debates políticos, sociais e econômicos ao longo dos séculos XIX e XX, objetivando entender a importância das ações sociais da Igreja, principalmente, através dos Círculos Operários Católicos — COC e a Legião Cearense do Trabalho - LCT, os quais objetivavam combater os avanços das ideias anarquistas e prioritariamente comunistas entre os trabalhadores portuários da cidade de Fortaleza entre os anos de 1912 -1933.

Dessa feita, estratégia da neocristandade que deu a Igreja o poder de intermediadora entre o Estado e a sociedade, a inseriu nas negociações das tensões sociais, e conquistou o papel preponderante no que tange a disciplina e o controle social a partir da implementação de uma moral defendida pela Igreja, em um contexto em que o trabalhador era explorado pelos patrões.

¹ Doutora em história — UFPE, professora da Rede Básica de ensino do Estado do Ceará- SEDUC-CE.

O Papa Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*, destacou o quão era brutal, as atrocidades cometidas contra os trabalhadores, em situação perversa e sem a presença de leis para protegê-los, diante das extenuantes jornadas de trabalho e a ausência de regulação dos salários, corroboraram para o agravamento das desigualdades geradas da relação capital e trabalho, de modo que fizeram surgir conflitos e tensões sociais.

Em meios às tensões sociais decorridas no século XIX-XX, o liberalismo passou por uma crise violenta e a Igreja Católica que havia sido parceira da Ordem Liberal burguesa, passou a questionar suas ações econômicas sociais, tomados pelo temor de que o socialismo fosse considerado uma alternativa às massas exploradas. Essa postura contrária à ordem Liberal poderia decorrer da compreensão de uma real incompatibilidade entre os valores cristãos da solidariedade e aqueles próprios de uma ordem fundada no individualismo e no utilitarismo.

No contexto da Revolução Industrial, o liberalismo passou a comandar as relações econômicas do mundo e a mão-de-obra foi adequada à vida na cidade e aos novos empregos, com novos cargos, e novas formas de pagamento dos salários, no qual os patrões tinham a liberdade para estabelecer os valores pagos, e a organização da carga horária, devido à ausência de leis que regulamentassem as relações entre o patrão e o empregado.

O Liberalismo foi colocado como fonte de todo o mal que afligia a humanidade, e esta preocupação se materializou através da *Rerum Novarum* (SOUZA, 2002, p. 73-84), que recebe reforço da Encíclica Quadragésimo Anno, de Pio X publicada em 15 de maio de 1931, para comemorar o 40º aniversário de publicação da *Rerum Novarum*. A Quadragésima enfatizou à restauração do princípio dirigente da economia baseado na unidade do corpo social, que não era regida pelas lutas de classe, bem como a economia não poderia ser organizada a partir da livre concorrência de forças. Tais considerações,

foram fundamentais, tendo em vista que a economia capitalista havia enfrentado a grande depressão no ano de 1929 e a Encíclica de Pio XI, foi escrita para fazer críticas a essa crise econômica e social.²

A Igreja Católica colocou-se como sendo o caminho reto para a construção de uma economia sadia, e com a manutenção da ordem social, construída a partir de indivíduos perfeitos de acordo com a moralidade do Catolicismo. Em que o homem foi colocado num patamar de submissão às vontades de Deus, que o criou para trabalhar e ser obediente as suas vontades, personificadas pela Igreja.

Além disso, a *Quadragesimo*, considerou o livre mercado benéfico para a organização da economia, mas fez a ressalva de que não deveria deixá-lo com as rédeas que controlam o comércio, considerando que o mundo não era organizado somente por forças econômicas, mas também por forças sociais, como pode ser visualizado a partir da dura experiência de exploração e pobreza dos trabalhadores.

A condenação ao comunismo e todas as ameaças a ordem social que ele causaria já havia sido realizado pelos documentos pontifícios, que precederam a *Quadragesimo*, também condenou o socialismo, os eram totalmente incompatíveis com a prática e a fé cristã.³

Leão XIII, preocupou-se com a ordem econômica e social que estava se estabelecendo a partir das mudanças promovidas pela Revolução Industrial, que corroborou para o aumento das diferenças sociais e a crescente tensão entre os trabalhadores e os patrões, num momento em que as ideias socialistas e comunistas

2 Carta Encíclica - *Quadragesimo anno* de sua Santidade **Papa Pio XI**. Aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e demais ordinários em paz e comunhão com a sé apostólica bem como a todos os fiéis do orbe católico. Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII «RERUM NOVARUM». Ver: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Visto em 28 set. 2017.

3 https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Visto em 28 set. 2017.

surtem na Europa do século XIX. Já Pio XI, presenciou a primeira grande crise do sistema capitalista, com a quebra da Bolsa de Nova York e o esfacelamento da economia dos Estados Unidos da América que gerou graves consequências econômicas em grande parte do mundo, e diante da grave crise, o “fantasma” do comunismo volta a ameaçar a ordem social vigente.

Ambos os pontífices assumiram a função estratégica da Igreja Católica para agir e se inserir nos debates econômicos e sociais da sua época, se colocando como guia para a construção de uma sociedade melhor, em que os trabalhadores viveriam harmoniosamente com os patrões. Para a Igreja, de um lado o liberalismo, afrontava os fundamentos do catolicismo, ao manter a miséria e a pobreza dos trabalhadores, por outro, as teorias socialistas e o crescimento do marxismo atemorizavam-na de forma intensa. Dessa tensão, foram sendo produzidas normas de proteção ao trabalho, postando-se contra as ideias liberais e clamando ao Estado a intervenção nas relações sociais (BIANVASCHI, 2007, p. 123-124).

A ameaça socialista pairava pelo mundo e para evitar que ela ganhasse grandes proporções, foi elaborada pelo Papa Leão XIII a Encíclica *Rerum Novarum*, em 15 de maio de 1891, que explicitou a doutrina social da Igreja Católica, deu ênfase a propriedade privada como sendo um direito social natural, além de denunciar o socialismo, afirmando ser uma solução falsa e injusta que violava esse direito natural, e defendia mudanças radicais na dinâmica de organização das classes sociais e viciar o papel do Estado⁴.

Analisar a força da Igreja Católica, sua participação nas disputas político-sociais e a influência que teve dentro do movimento dos trabalhadores portuários de Fortaleza a partir da análise da *Sociedade*

4 Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Sumo Pontífice Papa Leão XIII. A todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica sobre a condição dos operários, 1891. http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Visto em 27 set. 2017.

Deus e Mar, que se tornou posteriormente *Deus e União* e do STPC é muito importante, visto que essa instituição religiosa buscou insistentemente ganhar espaço entre os trabalhadores, visando afastar as ameaças, anarquistas, socialistas e comunistas.

Pensando a Igreja dentro do processo história e de mudanças sociais, Scott Mainwaring afirma que:

Na medida em que a Igreja se tornava mais preocupada com a sua missão social, a mudança e o conflito político afetavam-na de novas maneiras. Diferentes forças sociais desenvolveram novas visões de política e os debates acerca de quais deveriam ser ou de como deveriam proteger interesses institucionais. Pelo contrário, sua identidade modificou-se principalmente porque o processo político mais amplo gerou novas concepções da sociedade e do papel da Igreja dentro dela (MAINWARING, 2004, p. 25).

No caso do Brasil, à medida que a Igreja se envolvia com as questões sociais, mais ela modificava sua atuação institucional dentro dos debates e das disputas políticas, utilizando a religião como força estratégica e eficaz para determinar a orientação política. Durante o período republicano brasileiro que aqui analiso (1912-1933), ela não só passou por mudanças internas na sua concepção enquanto instituição, como também exerceu papel de importante nas transformações sociais.

No início do século XX a Igreja Católica passava por séria crise interna, relatada por Dom Sebastião Leme na Carta Pastoral em 1916⁵, que tratou sobre a fragilidade da Igreja Institucional, enfatizou as deficiências das práticas religiosas populares, e destacou a falta de padres, a precária educação religiosa, a limitada influência política, a carência de intelectuais católicos e a péssima condição financeira (MAINWARING, 2004, p. 41).

5 Foi Arcebispo de Recife e Olinda (1916-1921) e do Rio de Janeiro (1930-1942), tornou-se um dos principais líderes da Igreja Católica até a sua morte em 1942.

Na sua Carta Pastoral, foi levantada a bandeira de que a Igreja precisava cristianizar as instituições sociais e construir um cenário político favorável. Para tanto, fazia-se necessário criar um quadro de intelectuais católicos e modificar as práticas religiosas populares para alinhá-las aos procedimentos mais ortodoxos da Igreja. No entanto, mesmo tendo pertinência, as defesas feitas por Dom Sebastião só poderem ser percebidas a partir da década de 1920.

O novo modelo de cristandade teve seu auge durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando a Igreja conseguiu atingir seus interesses: “A influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo. Através do modelo da neocristandade, a Igreja revitalizou a sua presença dentro da sociedade” (MAINWARING, 2004, 43).

Dom Sebastião Leme, na sua busca por restaurar a Igreja Católica no Brasil, contou com apoio do Vaticano, principalmente durante o papado de Pio XI (1922-1939), o qual tornou destaque a Ação Católica, defendendo a aliança com o Estado para fortalecer os interesses da Igreja.

A doutrina social da Igreja já vinha sendo pensada desde o século XIX, mas com a elaborada a *Rerum Novarum* (1891), foi explicitado um dos principais dilemas da Igreja, que era a aceitação ou não das mudanças do mundo moderno e as consequentes transformações sociais. A postura da Igreja continuava sendo conservadora, porém, passou a defender a necessidade de ser construída uma sociedade mais justa, com maior equilíbrio entre o trabalho e o capital.

O dilema entre voltar forças tão somente para as questões religiosas ou se envolver nos debates políticos e sociais, também se fez presente no Brasil. Um dos argumentos utilizados pela Igreja para a intensificação do controle sobre a conduta moral dos fiéis, era que a sociedade moderna iria corroer os valores relacionados à família e o respeito a autoridade Católica. Para combater a essas ameaças, foi utilizado como método

a cristianização da sociedade, que se pautava na conquista de espaços institucionais, imbuindo do espírito católico. A Ação Católica tinha o objetivo de inserir a Igreja dentro do cenário político social e econômico do mundo moderno. Para isso, era necessário conquistar católico, e competir com outras religiões.

Segundo Juvelina Silva Santos, as três primeiras décadas do século XX foram de intensa movimentação para a Igreja Católica no Brasil, marcado pela criação de organizações sociais que contaram com a participação de indivíduos do clero e leigos, para atuar em espaços perdidos pela Igreja, como na área educacional e desenvolvendo estratégias de inserção no mundo do trabalho (SANTOS, 2007).

De um lado a Igreja desejava voltar a ter uma relação mais estreita com o Estado, tal como ocorreu até o período imperial, do outro lado, estava o Estado que via na Igreja uma grande oportunidade de maior inserção dos debates políticos e na força que a religiosa exercia sobre os fiéis, negociou alguns privilégios em troca de sanção religiosa.

Essa aproximação Estado-Igreja ocorreu de maneira mais efetiva durante os governos de Epitácio Pessoa (1918-1922), Arthur Bernardes (1922-1926), sendo estreitada na administração de Getúlio Vargas (1930-1945). Seguindo os direcionamentos do Vaticano, a partir da década de 30 a Igreja dedicou-se intensamente no combate ao comunismo, e em 1932 foi criada por Dom Sebastião Leme a Liga Eleitoral Católica (LEC), que se colocava como anticomunista e também serviria para orientar os católicos sobre o voto. Tendo em vista que, o eleitorado católico era incentivado a ter uma postura conservadora e votar nos candidatos que tinham um posicionamento favorável as causas defendidas pela Igreja (SOUZA, 2000, p. 300).

A Igreja Católica, mantinha interesse na preservação no modelo tradicional de sociedade, na qual a hierarquia social era defendida com base nos costumes, então fez duras críticas ao modo de viver moderno, em que as potências europeias estavam em estado de ebulição com guerras por territórios, enfrentando transfor-

mações sociais, como no caso da Revolução Francesa, que pois fim ao modelo monárquico na França, e os avanços tecnológicos, promovidos pela Revolução Industrial, que corroboraram com mudanças no campo social e econômico, e com consequência do crescimento do número de fabricas, houve a expansão da vida urbana (HOBSBAWM, 2004).

No artigo do Jornal legionário de 13 de maio de 1933⁶, foi feita a defesa da proposta, enfatizando a participação positiva da Igreja nas questões sociais e nas luta por melhores condições de vida dos trabalhadores a partir da Encíclica Leão XIII que foram retomadas na Quadragésimo de Pio XI. Para aproximar os trabalhadores dos patrões, e manter protegido o direito de propriedade, era necessário atender de maneira mais conveniente os pobres e necessitados, para tanto, foram propostas a criação de associações, sendo elas de socorro mútuo ou religiosas, pautadas no associativismo misto, um exemplo claro dessa estratégia da Igreja, pode ser comprovada com a criação dos Círculos Operários (COC), os quais tinham o objetivo de intervir no social, serviriam como instrumento de defesa contra a infiltração das ideias socialistas e comunistas, utilizando a força do acordo feito entre a Igreja e o Estado durante o período Vargas.

Os Círculos operários surgiram como ferramenta estratégica de intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho, no contexto de estreitamento das relações entre a o Estado e a Igreja, esta última que assumiu o papel normalizador e disciplinador dos trabalhadores.

Nesse sentido, para frear os avanços das tensões sociais, e sensibilizar os trabalhadores, a Igreja precisava se colocou numa relação de proximidade com as suas experiências, em que os COC, atuaram de modo efetivo. Segundo Jessie Jane, o catolicismo social buscou ressignificar o conceito de classe, ao conferir o sentido de formação a partir do ato de trabalhar e a

6 O LEGIONÁRIO. *Dois datas memoráveis - 15 de maio 1891 — 15 de maio 1931*. 13/05/1933, Nº 10, p. 3.

desassociou da relação entre pessoas dentro de um processo de tomada da consciência da sua situação em um dado contexto histórico de luta: “O circulismo foi um movimento que colocou em questão a visível heterogeneidade da sociedade brasileira, fruto de diferenças que não podem ser pensadas a partir de um único paradigma” (SOUZA, 2002, p. 71).

Esse movimento teve um papel destacado na aliança Igreja-Estado, para corroborar com essa assertiva, basta lembrar que em 1933, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que reconheceu os Círculos Operários como órgãos de utilidade pública, chegando a reconhecê-los como órgão consultivos do MTIC, através do Decreto-lei No 7. 164, de 12 de maio de 1941. Dessa feita, os Círculos Operários foram aliados ao poder do Estado varguista no processo de efetivação do modelo cooperativo, servindo como meio para efetivar o controle sobre os trabalhadores, a partir da ideia de moralidade para manutenção da ordem, evitando que os mesmos se organizassem de forma autônoma.

A Política de Ação Social Católica e as estratégias de inserção da Igreja entre os trabalhadores do Porto de Fortaleza, pode ser bem compreendida através das ações desenvolvidas, principalmente, junto a Associação Deus e União e o STPC, favorecidos pela aliança feita com a LCT, que seguia dentro da linha de pensamento social católico.

A AÇÃO DA IGREJA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO PORTO DE FORTALEZA

O ano de 1912 foi bastante movimentado em se tratando das mudanças políticas e também ações sociais, em 24 de janeiro ocorreu a deposição da oligarquia Accioly, como consequência das movimentações políticas ligadas a política das salvaçãoes do Presidente Hermes da Fonseca, mas também a partir da mobilização que vinham sendo feita pela oligarquia dissidente que se formou desde 1903, a partir da greve dos

trabalhadores catraieiros do porto de Fortaleza. A deposição de Nogueira Accioly, contou com o apoio de diversas camadas da população, dentre elas os trabalhadores do porto, que participaram das barricadas e das lutas decorridas nas ruas da cidade de Fortaleza para sitiar o oligarca e a sua família (MORAIS, 2009, p. 80-82). Nesse mesmo ano, em 18 de agosto foi fundada a Sociedade Deus e Mar, a qual nasceu a partir da organização de uma categoria de trabalhadores, que já vinham num processo de mobilização desde os primeiros anos da República.

A fundação da Deus e Mar, ocorreu num momento político propício, tendo em vista a aproximação da Diretoria da associação com os políticos e os intelectuais que buscavam tomar o poder político no estado, os quais muitas vezes se tornaram sócios beneméritos dessa associação. Mas, além da relação com figuras políticas, percebo a relação dessa beneficente com a Igreja, mesmo que nesse período a ação política da Igreja não estivesse atuando de maneira mais agressiva dentro dos movimentos sociais.

Em 08 dezembro de 1912 a arquidiocese do Ceará passou as mãos de Dom Manoel da Silva Gomes⁷, durante a sua administração a Ação Católica começou a ser colocada em prática e o processo de inserção e atuação no movimento dos trabalhadores a partir dos direcionamentos da *Rerum Novarum*. Seguindo na contramão do contexto de mudanças internas e a conseqüente crise que a Igreja enfrentava a nível nacional, conseguiu criar em 1913 o Círculo Operário Católico e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Seguindo na mesma linha da Ação Católica, o arcebispo fundou o *Círculo de Operário e Trabalhadores Católicos São José*.

7 **Dom Manoel da Silva Gomes**- Nasceu na cidade de Salvador-Bahia, aos 14 de março de 1874. Preconizado Bispo Auxiliar do Ceará, por Pio X, a 11 de abril de 1911, foi sagrado a 29 de outubro de mesmo ano. Chegou ao Ceará a 09 de fevereiro de 1912. A 08 de dezembro de 1912, assumiu a Diocese como Bispo Residencial. Em 10 de novembro de 1915 é nomeado primeiro Arcebispo Metropolitano de Fortaleza. Ver: QUINDERÉ, Mons. José. **História Eclesiástica do Ceará**. In: MARTINS FILHO, Antonio e GIRÃO, Raimundo (Org.). O Ceará. 3ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

Hoje, mais que nunca, pois o progresso humano aguçou a inteligência e exacerbou o coração, é preciso conhecer a Jesus, é preciso estudar-O e amar-O a sociedade se anemia porque não O possui, e **tem necessidade urgente de uma nova infusão de sua doutrina**, de sua vida em seu depauperado organismo. Sem isto a ruína e o aniquilamento!

A Igreja Católica no Ceará utilizou o discurso da necessidade do progresso humano associado a obediência e o conhecimento religioso para controlar os trabalhadores e manter a ordem social. Seguindo esse modelo de controle, em 02 de fevereiro de 1913 foi criada por Honório Teixeira, contando com o apoio de Dom Manoel, a Sociedade de Auxílio à classe proletária Socialistas Obreiros Liberais e em 29 de junho do mesmo ano, foi fundada o Círculo Operário de Fortaleza, que visavam discutir as questões sociais e religiosas, mostrando se contrária ao liberalismo, ao positivismo, ao anticlericalismo e ao positivismo.

Como foi apresentado anteriormente, data de 1916 a partir da Carta de Dom Sebastião Leme, o processo de neocristianização no Brasil. No entanto, no Ceará durante a primeira década do século XX, os trabalhadores viviam um intenso processo de mobilização, promovendo greves, protestos e paralisações e a Igreja Católica local já se mostrava preocupada com os rumos das manifestações e as ideias que influenciavam os trabalhadores, nesse cenário os católicos já disputavam espaços de atuação com a Maçonaria, a qual se tornou o principal alvo de ataque (SILVA, 2010).

A Igreja já nesse período como elemento primordial para a organização da sociedade, buscou implementar os seus valores e influenciar na organização dos trabalhadores, até porque era a instituição religiosa que acumulava o maior número de fiéis e tinha o interesse de restaurar o seu poder político perdido durante o processo de instauração da República.

Analisando a Igreja Católica antes de 1930, Josênio Parente afirma que o movimento operário urbano manifestava uma orientação anarco-sindicalista, além de sofrer uma progressiva influência da

maçonaria. A Igreja passou a promover Conferências Vicentinas, das quais representavam uma forma de mobilização da classe média, dos profissionais liberais (médicos e advogados) com o objetivo de levar o auxílio aos mais pobres, juntamente com os ensinamentos e valores da Igreja (SILVA, 2010, p. 100).

Seguindo uma sequência cronológica, que auxilia na compreensão da história como processo, em 1918 foi criada a Federação Cearense dos Trabalhadores, em 1919 ocorreu a fundação do Partido Socialista, e por volta de 1919 a Igreja e a Maçonaria precisam conviver com a presença das ideias anarquistas entre os trabalhadores. A disseminação das ideias revolucionárias da Rússia soavam como ameaça a ordem e a harmonia da sociedade, levando a Igreja Católica a se colocar mais firme contra o anarquismo, e o socialismo-comunismo.

O movimento católico, que teve início pouco depois da instauração da República no Brasil, foi ganhando corpo no decorrer dos anos, afirmando a Igreja como elemento de atuação na organização de partidos políticos, na atuação da organização e no direcionamento das ações das camadas média e dos trabalhadores, tornando a década de 1920 palco de intensas lutas dos trabalhadores no Ceará, greves e mobilizações de várias categorias, como padeiros, carroceiros, tipógrafos, portuários, dentre outros.

Compreendo que a denominação Deus e Mar, está relacionada a dois elementos de sustentação dos trabalhadores portuários, Deus — atrelado a fé, uma força que transcende a condição humana, e o Mar- fonte de vida, espaço de onde retirava o sustendo do indivíduo e da sua família. A crença em Deus, poderia estar relacionada a diversas religiões, mas no caso do Ceará, a força do catolicismo era preponderante nesse período, somada a Ação Social que Dom Manuel começava a colocar em prática. Mesmo que não seja percebido a ação ativa da Igreja dentro da Beneficente, foi demonstrado o apoio através dos artigos e notícias que

eram publicadas nas páginas do jornal de alinhamento católico, principalmente n' *O Nordeste*⁸.

Em meio as tensões sociais e políticas, foi fundado o STPC, a 22 de abril do ano de 1921, que assim como a *Sociedade Deus e Mar*, no *Nordeste*⁹ foram divulgadas notícias e dados do sindicato, como os números de associados, as ações de auxílio que eram feitas, como o pagamento de Pecúlios, as atividades desenvolvidas na escola noturna mantida pelo sindicato, assistência funerária, e as reuniões e assembleias realizadas pela diretoria. Esse apoio demonstra que a conduta do sindicato era vista com agrado pelos membros da Igreja. Após a crise interna da sociedade Deus e Mar em 1928, onde a categoria passou a ter duas associações: Deus e Mar e União Marítima, em 1931 com o apoio da Legião Cearense do Trabalho, foi fundada a Associação Deus e União.

A Legião foi um movimento de natureza corporativa, integralista e católica, de organização e mobilização dos trabalhadores, inicialmente no Ceará, que antecedeu a Ação Integralista Brasileira. Fundada em Fortaleza, por Severino Sombra¹⁰, que objetivava agir contra as propostas liberais e modernizantes do Governo Provisório de Vargas.

As bases das ideias legionária surgiram a partir da expansão do pensamento católico e antiliberal no Brasil em meados de 1920-1930 junto aos trabalhadores, que se preocupava com o futuro do país. Foi

8 LIBONATI, Eugenio. *O Mal Social*. O Nordeste, 22/01/1925, n. 770, p.sn.

9 O NORDESTE. *Pelas nossas agremiações de classes-Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Fortaleza*. 29/06/1928, n. 1851, p. 5.

10 Severino Sombra nasceu em Maranguape-CE em 1907, foi um importante chefe político cearense, permaneceu como prefeito de sua terra natal durante 15 anos. Serviu as forças armadas na Escola Militar de Realengo — RJ e quando voltou para o Ceará, serviu na 23ª Região Militar. Teve forte influência da Religião Católica e positivista militar na sua formação que se refletiu na sua atuação política. Idealizou e fundou a LCT, com bases nessas duas influências. Ver: SILVA, Wendell Guedes da. **Catolicismo e a 'Sombra' do conservadorismo: os chefes da Legião Cearense do Trabalho em Perspectiva**. In: MELLO, William J. (Org.). *Legionários, "Galinhas Verdes" e a política no Ceará (1929-1940)*. Fortaleza: EdUECE, 2016.

composto, basicamente, por jovens católicos antiliberais, anticomunistas e opositores ao movimento de 1930.

No contexto em que surgiu a Legião, também foram fundados os círculos operários católicos (COC), e a Liga Eleitoral Católica (LEC), que objetivavam intensificar o campo de ação das ideias defendidas pela Igreja Católica nas associações de trabalhadores, fundamentadas pela Encíclica *Rerum Novarum* e reforçada pela *Quadragesimo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não ter sido encontrado registro nas Atas de assembleias do STPC, ou afirmações diretas dos diretores em relação a fé e a conduta católica, o fato de ter tido espaço de divulgação e apoio as atividades desenvolvidas, deixa rastro da aproximação, ou de ações estratégicas de ambos os lados (Igreja e trabalhadores) para obter apoio e/ou simpatizantes.

Analisando a trajetória de organização dos trabalhadores do porto de Fortaleza, desde a *Deus e Mar*, passando pelo STPC, até a *Deus e União*, entre 1912-1933, pude perceber que a ação da Igreja nesse espaço deu-se de maneira sutil, porém, constante, sendo que a partir da década de 1920 essa ação tornou-se mais intensa, de modo que, com as mudanças no contexto político e econômico geradas com a Revolução de 1930 e a fundação da *Legião Cearense do Trabalho*, o discurso da Igreja Católica já possuía um terreno fértil para interferir diretamente nas associações dos trabalhadores portuários, levando a criação da *Sociedade Marítima Deus e União*. Fundada Sob a égide da moral legionária, no qual o nome Deus e União demonstra a busca pela manutenção da ordem e da harmonia social, apoiados na fé em Deus e na união para o progresso social, disseminado pela Legião Cearense do Trabalho com a fundamentação da moral católica.

O cenário era de disputas de ideias, no qual os trabalhadores portuários (das associações e do sindicato) não se afirmaram como sendo católico, anarquista, socialista ou comunista, mas buscaram criar mecanismos de luta, dialogando com as forças que se mostravam favoráveis, de modo a suprir as suas carências, conquistar as pautas reivindicativas e melhorar as condições de vida. Assim, quando achou necessário, deixou-se aliar a LCT, diante da força imposta pela Lei Sindical Varguista, e se aproximou da Ação Social da Igreja Católica.

A adesão dos Círculos de Operários e Trabalhadores Católicos ao projeto Legião Cearense do Trabalho serviu para fortalecimento as lutas de combate as ideias comunistas entre os trabalhadores, dentre eles, os portuários, que historicamente vinham adotando uma postura mais moderada e negociadora com os seus patrões, que se aproximava das estratégias de ação das ideias reformistas, tal como foi analisado no capítulo terceiro dessa tese.

As ações estratégicas dos trabalhadores portuários diante às inferências da Igreja, fizeram parte do processo de construção da Resistência Solidária, à medida que os trabalhadores incorporam os valores defendidos pelo catolicismo, como, caridade, solidariedade, e a conduta ordeira, em troca do apoio dos membros da Igreja as suas lutas diante da exploração dos contratadores da mão de obra portuária.

Nesse sentido, entendo que os portuários foram agentes das suas lutas, não sendo simplesmente cooptados por discursos outros, mas escolhendo o caminho que lhe traria mais benefícios. A aliança entre a sociedade Marítima *Deus e União* e SPTC com a LCT, que tinham forte relação com os intelectuais católicos e o catolicismo, foi a que se mostrou mais clara.

Conhecer a dinâmica de funcionamento, bem como os ideais que moviam a *Legião Cearense do Trabalho*, que funcionou entre

os anos de 1931 e 1937, em Fortaleza. Faz se pertinente, para a compreensão do processo de aproximação e afirmação sobre associações e sindicatos controlados pelos legionários, tal como o STPC e a *Associação União Marítima*.

Ressaltando, que a legião defendeu a necessidade de organizar os trabalhadores, a partir do estabelecimento da ordem e da harmonia entre as classes, ideias essas que se assemelhavam ao que era definido pelo governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de controlar os trabalhadores (CORDEIRO, 2000, p. 329).

Os primeiros anos após a Revolução de 1930, foram fundamentais para compreender o processo de construção e amadurecimento das pautas reivindicativas e as conquistas dos portuários de Fortaleza.

Nesse sentido, as ações desses trabalhadores não podem ser analisadas de maneira isolada, tendo em vista que a história deve compreendida enquanto processo relacionada a um contexto histórico de luta. Os anos aqui analisados não fazem parte de uma simples cronologia, pois estão inseridos num contexto histórico.

Os atores sociais aqui analisados são apreendidos como sujeitos sociais ativos na construção de suas ações cotidianas, a partir das suas necessidades e interesses específicos, e também nas relações estabelecidas com outros atores (THOMPSON, 1998, p. 150-304). A partir do estudo das experiências e vivências dos trabalhadores, compreender as relações construídas entre portuários, patrões, LCT, Igreja Católica em Fortaleza - CE.

Tal como o fez E. P. Thompson, ao analisar as lutas cotidianas, tomando como ponto de partida as experiências e vivências dos sujeitos (THOMPSON, 1987, p. 15), compreendendo que, a ação de transformação histórica ocorre em meio a escolhas, as decisões pessoais que estão fundamentadas em valores, normas e atitudes, num determinado contexto histórico.

REFERÊNCIAS

- BIANVASCHI, Magda Barros. **O direito do Trabalho no Brasil -1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas**. São Paulo: LTr: Jutra- Associação Luso- Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.
- CORDEIRO, Raimundo Barroso Jr. **A Legião Cearense do Trabalho**. In: SOUZA, Simone de. *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza-CE, Edição: Fundação Demócrito Rocha, 2000.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era das revoluções: Europa (1789-1848)**. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira. E Marcos Panchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MELLO, William J. (Org.). **Legionários, “Galinhas Verdes” e a política no Ceará (1929-1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.
- MORAIS, Nágila Maia de. **Todo cais é uma saudade de pedra: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904)**. Dissertação defendida no Programa de Pós- Graduação em História e Culturas — MAHIS. Universidade Estadual do Ceará, 2009.
- SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários do Ceará: “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915-1963)**. Departamento de História — UFC, Programa de Pós- Graduação. Coleção Mundos do Trabalho. Fortaleza, 2007.
- SILVA, Marcos José Diniz. República e “religião social”: maçons, espíritas e teosofistas no espaço público cearense. **Fênix — Revista de História e Estudos Culturais**. Setembro / Outubro / Novembro / Dezembro de 2010 Vol. 7 Ano VII nº 3. ISSN: 1807-6971. Disponível em: www.revistafenix.pro.br.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza-CE, Edição: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A árvore da Liberdade. Vol. I, Editora: Paz e Terra. Tradução: Denise Botmann, 1997.

A perseguição às prostitutas e a ação pastoral do “Ninho Cearense” (Fortaleza, 1960 — 1980)

*Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo*¹

INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, Fortaleza passava por um processo de higienização social e moral, e também de embelezamento arquitetônico e regulação social. Sendo as prostitutas as primeiras afetadas por essa política higienista, já que consideradas um elemento transgressor do modelo civilizado de sociedade que se queria formar. Seguindo o modelo regulacionista francês, os governantes começaram a realizar intervenções espaciais, conhecidas como “desfavelamento”, que se tratavam de remoções das zonas de prostituição para locais distantes do Centro e sem infraestrutura. O trabalho do Ninho Cearense se inicia em Fortaleza com as prostitutas, justamente nessas regiões isoladas e sem infraestrutura da cidade para onde o poder local segregava a população mais pobre e fora dos padrões de moralidade vigentes, realizando um trabalho de amparo e formação.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará — UFC, Fortaleza, CE. Bolsista de formação acadêmica da FUNCAP — Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O Ninho Cearense, surge no Nordeste brasileiro, no ano de 1963, com a liderança de Dom Frágoso, inspirado no movimento Ninho que nasceu na França, em 1937, a partir do encontro entre o padre André Marie Talvas, da JOC (Juventude Operária Católica), e Germanie Campion, prostituta e alcoólatra que queria ajudar outras mulheres prostituídas. De acordo com a socióloga Andreia Skackauskas (2018), eles começaram o Movimento abordando prostitutas que ficavam nas ruas, e posteriormente, foram criando “centros de acolhida”, a partir da década de 1940 em várias cidades da França. O Movimento surge aqui junto com outras Pastorais Sociais, com o intuito de promover cidadania e dignidade humana para as prostitutas, espelhando-se na vivência dos ideais emancipatórios da Teologia da Libertação que surge como uma grande força de um Cristianismo voltado para os pobres em toda a América Latina. E atuam no embate a esses ideais moralizantes institucionalizados durante a Ditadura Civil-Militar no país gerando mais segregação.

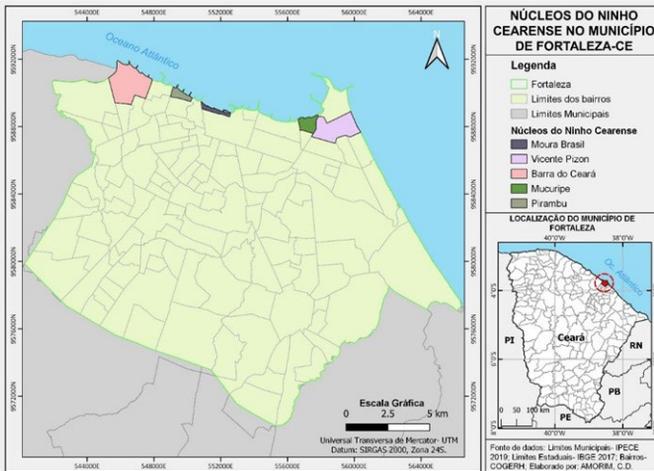
A AÇÃO PASTORAL DO NINHO CEARENSE NAS ZONAS DE FORTALEZA

O Ninho Cearense apresentava um posicionamento alinhado ao discurso abolicionista feminista, o qual anunciava que a libertação das prostitutas viria através do trabalho de conscientização sobre a sua própria situação de exploração e opressão, a partir da orientação e do acompanhamento das agentes do Ninho a respeito do melhor caminho a seguir. Esse trabalho seguia a metodologia das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): o Ver, Julgar e Agir, visto por exemplo no discurso do padre D’Ans, fomentador do Movimento: “Não queremos trabalhar para as pessoas prostitutas, nem por elas; queremos trabalhar com elas, à luz da Palavra de Deus, refletindo sobre a estrutura sociopolítica, econômica e cultural que produz todos os empobrecidos e as prostitutas” (D’ANS, 1983, p. 198).

Os núcleos do Movimento se localizavam nessas zonas de prostituição do Arraial Moura Brasil e do Mucuripe. Depois se

estendendo também para a região do Pirambu que estava se organizando como comunidade. No mapa a seguir têm-se a demarcação atual dessas regiões. O bairro nomeado nas fontes como Arraial Moura Brasil, “Curral das Êguas” ou “Oitão Preto”, hoje é oficialmente reconhecido como Moura Brasil. A região da zona do Farol do Mucuripe corresponde hoje à dois bairros de Fortaleza: Mucuripe e Vincent Pizon. E o Pirambu, entendido hoje como a região do “Grande Pirambu”, onde se tinha a atuação do Ninho, representa também dois bairros da cidade: Pirambu e Barra do Ceará.

Mapa 1 - Núcleos do Ninho Cearense no município de Fortaleza—CE



Fonte: AMORIM, C.D. Núcleos do Ninho Cearense no município de Fortaleza — CE. Limites Municipais — IPECE 2019; Limites Estaduais — IBGE 2017; Bairros — COGERH.

De acordo com o estudo realizado pelo sociólogo Anjos Júnior (1983, p. 54, 55) na zona do Farol do Mucuripe no final da década de 1970 e início de 1980, o Ninho Cearense funcionava com o apoio da Diocese de Fortaleza e da Diocese de Crateús. O Movimento estava organizado no Farol, nesse período, “sob a coordenação de uma equipe voluntária formada por dez mulheres, não importando por princípio, se exercem ou não a prostituição, mas que moram na área da zona”. Essa equipe atuava como um conselho deliberativo, reunindo-se às quartas e aos sábados, promovendo encontros, eventos e palestras, assim como eleições para uma diretoria composta por sete membros

com mandato de dois anos. Anjos salienta em sua análise que o Ninho buscava “o máximo de participação da prostituta, uma vez que ela tem direito a voz e a voto”, sendo toda a organização do Movimento feita em conjunto entre as agentes pastorais e as prostitutas. Ele afirma que,

Sendo o Mucuripe privado de quaisquer iniciativas assistenciais por parte dos poderes públicos, é compreensível que o Ninho tenha que se defrontar não só com problemas específicos da prostituta, mas também com os vários outros da comunidade como um todo. Ainda que sob inspiração filantrópica e religiosa, o Ninho não deixa de ser uma instituição mediadora entre os dois mundos, volta-se humanisticamente para a prostituta, não interferindo em sua atividade de trabalho (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 54-55).

As observações e análises de Anjos demonstram que o Ninho tinha uma compreensão objetiva da necessidade de articulação das prostitutas entre si para uma organicidade na luta por melhores condições de vida, priorizando a sua fala e o seu entendimento sobre os problemas ao redor. É elencada também a problemática da precariedade em condições dignas de vida na região do Farol do Mucuripe e como o Ninho tem agido muitas vezes priorizando as atividades filantrópicas por conta do empobrecimento e da marginalidade, considerada pelo autor uma atuação importante, mas não tanto eficaz.

As prostitutas atendidas pelo Ninho Cearense foram removidas, entre 1972 e 1974, do Arraial Moura Brasil, onde também se tinha um núcleo do Ninho, para a área do Farol do Mucuripe, num projeto que priorizava o desenvolvimento através da especulação imobiliária e o bem-estar das famílias abastadas da capital que queriam afastar de sua área turística e de morada a “pobreza”, a “promiscuidade” e o “atraso”, como afirma Pinho:

a zona de prostituição localizada no bairro Arraial Moura Brasil, dividida nas áreas conhecidas como Curral das Éguas, Cinzas e Oitão Preto, resistiu por pouco mais de três décadas, até que os casebres da região foram desapropriados,

visando à construção da avenida Presidente Castelo Branco, que foi inaugurada em 1973. A maior parte das mulheres que ali se localizavam foram então transferidas para os arredores do Farol do Mucuripe, onde já se estabelecia, desde o final da década de 1950, uma área de meretrício marcada pela proximidade do Cais do Porto (PINHO, 2012, p. 40).

Esse cotidiano de violência, repressão e exclusão social do mundo da prostituição, intensificado naquele período com a contínua prática do desfavelamento, é retratado também nos relatos das agentes pastorais nos prontuários de visita das prostitutas atendidas pelos núcleos do Ninho Cearense nessas regiões, como no caso da prostituta Edmunda Rosa da Silva, moradora do Arraial desde a década de 1960, deslocada arbitrariamente como as demais para outros bairros periféricos da cidade, no seu caso, primeiro para o Bom Jardim e depois para a zona do Farol do Mucuripe:

Edmunda Rosa da Silva
D. nas.: 21 de abril de 1951
Filiação: José Abidon da Silva, Maria Anatecia Gomes, Raimunda Nonata da Conceição
Solteira. Natural - Acaraú
Rua: Senador Jaguaribe, 480
Conheci Rosa desde 1967, no Arraial. Bebe muito, é agressiva, também muito revoltada. No desfavelamento, em 1972, foi morar no Bom Jardim, depois Farol. Agora está no Arraial, novamente bebendo muito. Temos muitos contatos nas visitas, às vezes refletimos c/ ela (quando não está embriagada). E quando está embriagada sempre faz cortes com gilete nos braços etc.
(1981) Mantemos muito contato nas visitas. Está com o José Maria, que era amigo da Rita de Cássia, sua amiga, a quase 3 meses diminui um pouco a bebida.
06-01-82 — Visita não estava. 20-01 — estava bem, não bebeu.
27-01 — não encontramos.
23-02-82 — Estava bem. 05-05 — encontramos, não está bebendo muito, está trabalhando num bar.
1983 — 1984 - Mora no Arraial, está bebendo menos. No início de 1985 recebeu 4 facadas de um rapaz sem discussão nenhuma. Passou um mês no hospital. Melhorou, voltou para o mesmo quarto. Rita Mansueto ficou responsável por ela no hospital. As outras também deram sua participação com remédio, alimentação etc (SILVA, 1984).

A partir dessa fonte é possível compreender o cotidiano das prostitutas do Arraial Moura Brasil e do Farol do Mucuripe com destaque para quatro diferentes aspectos que permeiam a vida nas zonas de prostituição. O primeiro ponto seria a questão já citada do desfavelamento, da segregação espacial rotineira por que passam as prostitutas. Um segundo ponto seria a questão do alcoolismo, que é algo muito comum em todos os relatos, já que as prostitutas são expostas obrigatoriamente a um grande consumo de bebidas alcoólicas no seu local de trabalho, tendo que entreter os clientes no salão até estes consumirem bastante para o lucro da casa. O que ocasiona um problema extramuros do cabaré, já que a dependência química perpassa todo o cotidiano da prostituta, tornando-a mais marginalizada e vulnerável. Principalmente nesse período e ambiente onde o acesso à saúde era algo extremamente escasso e precário.

O terceiro aspecto seria a questão do analfabetismo muito recorrente entre elas, mais um grande elemento de exclusão social. Uma ação contínua do Ninho Cearense e de outros organismos para a alfabetização dessa população mais marginalizada funcionava como um elemento de inclusão cidadã. A Pastoral via na educação uma das grandes chaves para a emancipação das prostitutas e de seus filhos, compreendendo que para uma efetiva organização comunitária, as mulheres tinham que estar a par dos seus direitos, tinham que possuir os instrumentais para decodificar a realidade que as cercava, para uma luta efetiva por melhores condições de vida para elas e para sua comunidade como um todo. A agente Raimunda Zélia afirma que as alfabetizadoras do Ninho “ia na casa das mulheres. A gente ia na casa delas, onde elas estavam, a gente ensinava lá” (CARVALHO, 2020), de onde se pode refletir que, comumente, nas zonas não se tinha um local de ensino propriamente dito, não se tinha uma escola ou algo do tipo. Mesmo assim, havia uma prática valiosa de ensino-aprendizagem, o ensino nas casas das prostitutas, nos quartos de aluguel, permeado por cafés e cui-

dados com as crianças. Raimunda conta sobre trocas de saberes não no “templo do saber”, mas “na casa das mulheres”. Com uma clara mensagem de que para uma verdadeira transformação social, os movimentos de esquerda têm que estar onde o povo está. Um discurso bem semelhante ao de sua companheira de pastoral e de militância, Rita de Araújo, que foi viver no Farol. Demonstrando como era um ideal difundido pelos diversos campos da esquerda no período essa vivência radical com os marginalizados.

Um outro ponto seria o da solidariedade e organização comunitária. Assim como Germanie, que iniciou com o padre Talvas um movimento de ajuda e amparo às prostitutas de sua região, aqui não só o Ninho Cearense fazia esse papel, mas, como pode-se ver, as próprias prostitutas já estabeleciam entre si essa rede de solidariedade e afeto mútuo tão importante para a sobrevivência em meio a tanta insalubridade, violência e ausência de direitos. O Ninho Cearense tinha esse importante papel de mobilização comunitária nas zonas de prostituição, incentivando uma vivência coletiva de organização comunitária, de reivindicação de direitos e de atuação coletiva. Essa organização pode ser percebida nas mobilizações pelo fim das desigualdades sociais, da violência e da fome na cidade protagonizadas pelas religiosas e pelos moradores do Pirambu em jejuns contra fome e pela paz, assim como pelos festejos natalinos organizados pelas prostitutas, as agentes do Ninho e da Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) e outras moradoras do Farol, com um discurso de integração das prostitutas, de seus familiares e da sua comunidade a dinâmica religiosa, driblando os preconceitos. Como se pode observar a seguir no prontuário de visitas de Maria Augusta, uma das prostitutas que compunham o Ninho, no qual se tem o relato de sua participação nas novenas de Natal, nos grupos de estudo e na coordenação do Movimento. Tendo até mesmo a chave da Igrejinha, onde se realizavam algumas das reuniões e formações do Ninho Cearense, demonstrando assim uma integração bem profunda entre Igreja e comunidade através do trabalho do Ninho.

Continua agora em 81 com um pouco mais de responsabilidade, mais interessada pelas outras, na vida e no trabalho, continua c/ a chave.

(1981) [...] Teremos agora em J. Pessoa Encontro da Coordenação, convidamos para ela ir, disse que não pode, mas que não nos preocupássemos que dentro em breve participaria em tudo.

[...] (Maio) Passou uns dias sem ir para as aulas, agora voltou, matriculou-se para o curso de pintura, está aproveitando tanto na alfabetização como na pintura. Passou 3 dias sem ir, Francisca que ficou com a chave.

Resolveu voltar e participou com grande proveito do curso de crochê, fazendo na base de cinco trabalhos. No dia 25 de novembro participou de um grupo de estudos na Igrejinha. Nesse dia teve início o planejamento de 82 e sua continuidade no dia 1º de dezembro. Todas levaram refeição e almoçaram juntas.

Ela participou das novenas de Natal nas casas das meninas e o encerramento das novenas foi no dia 22/12/81, como também das trocas de presentes (SILVA, 1980 - 1982).

Compreende-se, por meio de depoimentos e da documentação do Ninho, que essas agentes estavam colocando em prática não somente os ideais emancipatórios da Teologia da Libertação com o trabalho de base nas zonas de prostituição, mas, principalmente, os ideais igualitários da Teologia Feminista que surge no período a partir da reivindicação das leigas por maior espaço de voz e ação dentro e fora do meio eclesial. De acordo com Sebastião de Araújo, ex-agente do Ninho e sobrinho de uma das fundadoras do Movimento, Rita de Araújo Marques, a atuação das agentes era de uma forma bem íntima, vivenciando de perto a vida na comunidade. Era uma atuação segundo a práxis marxista que une teoria e prática em uma vivência diária com os conflitos e problemas do povo sendo resolvidos a partir da organização comunitária, da reivindicação de direitos junto ao poder público e conjuntamente a outras organizações sociais. Como pode se ver na fala de Sebastião sobre a vivência bem próxima das agentes do Ninho com as prostitutas na comunidade:

Eu me lembro num dia que 5 horas da tarde tinha uma prostituta doente e ela me disse “Vamos ali!” E eu fui no cabaré com ela. Quando ela chegava todo mundo dizia “Tia Rita tá chegando!”. Eles tinham uma atenção toda a ela. Mas se você encontrasse ela no meio da rua, não tinha diferença entre ela e o povo. Então, ela tinha acesso à criança. Ela já tinha essa visão de totalidade, que atendia ao idoso, à criança. Então, ela era uma presença. Eu acho que o grande mérito da tia Rita era ela ter se mudado para o Farol, porque ela era uma presença viva no Farol. E eu me lembro muito ela conseguia doações pra fazer bazar. Eu me lembro muito, eu cheguei a ver isso, algumas prostitutas comprando e vestindo dizendo “Olha, agora eu vou ter uma roupa de família!” A satisfação pura delas de dizer: “Olha que maravilha, eu ganhei uma roupa de família!”. E assim, as prostitutas chegavam a frequentar a casa dela. Eu lembro, às vezes, de almoço que tava a Marieta, a Rita e as prostitutas tudo na casa da tia Rita. Conversando assim de algum encontro do Movimento e foram lá para casa da tia Rita. (ARAÚJO, 2019).

Segundo a ex-agente Terezinha, a ação do Ninho Cearense nessas regiões pobres e periféricas se tratava de um trabalho de amparo, proteção e formação, voltado para as prostitutas e seus familiares, como explica no trecho a seguir:

[O objetivo do Ninho] era de trabalhar com as mulheres para resgatar a dignidade delas. E sair da prostituição seria uma consequência disso. Mas não era esse trabalho como tem hoje em dia: “São pecadoras que estão ali e a gente tem que resgatar!” Não, nunca foi, nem do Ninho, nem da Pastoral. Então, elas não tinham muito apoio porque elas diziam: “Nós não queremos saber de estatísticas, nós queremos saber das pessoas!” E elas trabalhavam mesmo pra rua, pra o pessoal de prostituição, justamente indo nas delegacias para tirar as mulheres... Trabalhavam com formações para a questão de o resgate da pessoa.

Vê-se na fala de Terezinha como os princípios do Ninho Cearense divergiam do pensamento e da ação comum à uma grande ala da Igreja, já que as agentes não viam as prostitutas somente como pecadoras. Assim como também não tinham intenção simplesmente de lhes tirar

da prostituição, mas sim de fazer essas mulheres conseguirem condições materiais objetivas para terem mais autonomia na escolha de seus próprios destinos, já que segundo sua fala, o objetivo do Movimento “era de trabalhar com as mulheres para resgatar a dignidade delas”.

O AUTORITARISMO NAS ZONAS: A PERSEGUIÇÃO ÀS PROSTITUTAS E AS AGENTES

A Doutrina de Segurança Nacional, base ideológica do golpe de Estado e o mote para as ações no regime de exceção, tinha como foco o combate ao inimigo interno (comunistas, estudantes, prostitutas, movimentos sociais) que na visão dos militares estavam tentando “bolchevizar o País” (BRASIL, 2014, p. 95). Sendo suas ações em grande medida defendidas como medidas para “drenar o bolsão comunista” (DUARTE, 2011). As pautas morais eram predominantemente direcionadas à juventude e às mulheres, as quais os militares entendiam como guardiãs do lar e da moral da família tradicional. De acordo com essa visão tão restrita do ser feminino, os agentes do regime consideravam muito mais graves as ações de resistência das mulheres do que dos homens, já que elas deveriam ser seres “dóceis”, “inocentes” e “obedientes”, prezando os valores do regime. As prostitutas e os gays, especificamente, sofriam forte repressão do sistema autoritário baseado numa moralidade cristã ambígua, que ao mesmo tempo em que entendia esses corpos como necessários para a coesão social, para a permanência da virgindade da moça da elite e da união monogâmica burguesa, também pune severamente seus agentes. As prisões desses corpos dissidentes eram rotineiras no regime embaçado ainda na chamada “Lei da Vadiagem” (BRASIL, 1941) que remonta a outro período ditatorial no país, a ditadura do Estado Novo (1937-1945), no governo Getúlio Vargas. A legislação previa a punição por ociosidade de uma pessoa apta a trabalhar, sendo tipificadas as condutas de embriaguez (art. 62) e de ato ofensivo ao pudor (art. 61), que se relacionam muito bem ao enquadramento e perseguição de prostitutas. Desde então, segundo Villela (2014), “a vadiagem ser-

viu, em muitos casos, como uma espécie de manto para encobrir o abuso de poder da polícia — representante do Estado — nas prisões efetuadas para averiguações”, como se percebe no depoimento de Nanci Feijó, coordenadora da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo, quando esta afirma que eram “presas por vadiagem. Ia para a delegacia fazer faxina, levar palmatória e até lavar defunto. Levei muita carreira. Nem todas suportavam. Algumas morreram. Era uma época de comissário e de rádio patrulha. Todo mundo tinha medo da rua. Naquela época ninguém tinha como pedir socorro, como tem hoje” (EBÓLI, 2013). Sendo o mais emblemático desses casos de perseguição às prostitutas, o que ocorreu em Belém, onde, “[...] em 1971 a Marinha, a Aeronáutica e a Polícia Federal, em ação conjunta fecharam a zona de meretrício em Belém; cerca de duas mil mulheres dependiam da renda gerada no local para sobreviver” (FEIJO; PEREIRA, 2012, p. 42).

A agente pastoral e cofundadora do Ninho Cearense, Rita de Araújo Marques, conhecida como Tia Rita, por ter morado na zona do Farol do Mucuripe por dois anos, presenciou muito dessa violência policial, dessa perseguição do regime tanto às prostitutas e aos demais empobrecidos e marginalizados, como também às pessoas de diferentes movimentos sociais e partidos políticos que lutavam contra o autoritarismo dos militares. O sociólogo Carlos Anjos Júnior (1983, p. 35), observou que “na zona do Farol, o destacamento policial age sobre as prostitutas de maneira indiscriminada, procurando em seus mínimos deslizes, um motivo para espanca-las e confina-las as grades”. E em muitas ocasiões, ele denuncia que quando nem as madames nem o Ninho conseguiam intervir, a prostituta tinha que prestar, sob coação, serviços sexuais gratuitos para os policiais a fim de obter a soltura da prisão. Nos relatos de Tia Rita sobre as madrugadas no Farol, pode-se notar esse cotidiano de extrema violência e chantagem, como também o medo da população em denunciar o autoritarismo vigente:

Vivemos apesar da presença da polícia no Farol ostensiva, dos ais e gritos de dor que nos atravessam a alma na madrugada a fora. Pessoas desmaiavam em suas casas. Brecham e escutam, são ladrões! Espancados, arrastados, esfolados. Ninguém se atreve a ir ver. Testemunhar. O medo tolhe. E como! (O POVO, 1981).

Tia Rita também testemunhava a corrupção policial e a diferenciação de tratamento entre ricos e pobres, entre os que detinham o poder sobre os espaços e os seres, e os seus subordinados, as prostitutas. Segundo suas observações e análises, “se a polícia encontra menores exploradas em casa de prostituição — a Madame paga multa — por que não paga pena? Quando uma das moças, vítimas da prostituição, é encontrada embriagada, fica presa até três dias, mesmo se não faz desordem. Por quê? ” Tia Rita declara nessa entrevista sua visão sobre a atuação da polícia que ao lidar com a prostituição viola ainda mais os direitos das prostitutas, resguardando apenas os direitos dos cafetões, das cafetinas e dos clientes. Ela e outros agentes do Ninho denunciavam, inclusive, como a prostituição e a perseguição às prostitutas faziam parte de uma mesma rede de empresários e agentes do regime, os quais obtiveram muito lucro com esses dois fenômenos. Como analisa Faria (2013, p. 124), o sistema judiciário e a “política criminal teve seu papel fundamental no projeto de opressão à prostituição, ao estabelecer crimes ligados diretamente a essa prática e ao legitimar a ação policial contra mulheres com um comportamento fora dos padrões”.

Em abril de 1980, ocorreu o Encontro Anual do Ninho Cearense no Crato, no Centro de Expansão Educacional e nele tanto prostitutas como agentes fizeram a denúncia dessas violações de direitos. O encontro contou com a presença de 43 participantes vindas das cidades de Crateús, Independência, Nova Russas, Ubajara, Canindé, Fortaleza, Campos Sales e Crato. O relatório produzido no evento faz um levantamento das dificuldades existentes nas zonas representadas no encontro. Destaco aqui algumas das denúncias apontadas pelas participantes do encontro a respeito da marginalização e per-

seguição vivenciada pelas prostitutas da zona do Farol do Mucuripe, já que sinaliza tanto para o preconceito que sofriam em relação aos moradores em geral da região que solicitavam um novo “desfavelamento” ao poder público, como pela extrema violência e suborno policial de que eram vítimas:

- No Farol, as famílias fizeram um abaixo-assinado para que a zona seja removida para longe do bairro.
- Cada dona de casa no Farol paga à polícia 100,00 por semana; no entanto, os soldados agridem as mulheres por qualquer motivo, as mulheres dão parte ao delegado que não age (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 57 - 59).

As agentes do Ninho Cearense também foram alvo dessa perseguição estatal, assim como militantes de diferentes movimentos, como relata Maria Lúcia Costa — leiga próxima às agentes do Ninho -, “logo no momento da abertura, no começo de 1980, por aí, ficou mais tenso, porque já tava o movimento pelas diretas, né. Aí teve mais confronto mesmo” (COSTA, 2020). E aconteciam “as caminhadas, as manifestações na rua, a polícia batendo em todo mundo, era isso aí. Elas estavam nesse meio aí, o pessoal do Ninho era um pessoal que tinha uma visão muito libertadora” (COSTA, 2020). Portanto, tendo em vista essa participação muito ativa das agentes do Ninho na periferia e nas manifestações, ocorreram vários casos de espionagem e violência contra elas, como o apedrejamento da casa de Tia Rita relatado pela agente Maria Luísa Costa: “Eu presenciei muita preocupação da Tia Rita, a casa dela uma vez foi apedrejada, ela foi seguida [...] a casa dela foi apedrejada de noite, aí nunca se soube quem foi o autor daquilo. Mas ela tinha muitas apreensões, sabe assim com a segurança dela” (COSTA, 2020).

Esses movimentos como o Ninho Cearense ligados à Teologia da Libertação, que era denunciada como doutrina comunista e subversiva da Igreja, eram confrontados como grandes inimigos do regime militar, na mesma medida, por exemplo, que os grupos que reivindi-

cavam a luta armada. Os militares viam nessa Igreja progressista um perigoso oponente, já que agiria mobilizando as massas a partir de ideais de igualdade e emancipação humana diante dos desmandos dos donos do poder. Portanto, os militares realizavam um monitoramento constante das atividades das várias pastorais sociais e CEB's e de seus militantes, com medidas severas de proibição de organização baseados na Lei de Segurança Nacional, prendendo arbitrariamente padres, feiras e leigos, e desarticulando os movimentos. Como já visto acima, o Ninho não escapa dessa perseguição. Tanto suas lideranças nacionais, como Dom Fragoso, como também agentes locais sofriam perseguições e calúnias, e tinham suas vidas monitoradas e esgarçadas. Assim como as prostitutas que foram vigiadas, usadas, julgadas e criminalizadas durante todo o regime autoritário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os embates das agentes do Ninho Cearense com a ala conservadora da Igreja e com os agentes da Ditadura Civil-Militar demonstram o quanto as prostitutas das zonas de Fortaleza eram marginalizadas e enquadradas por esses setores como corpos abjetos, corpos que performavam um feminino desviante e amplamente combatido. Um corpo composto por mulheres empobrecidas, racializadas, marginalizadas e de sexualidade não normativa, que confrontava o ideal conservador de mulher “bela, recatada e do lar” por existir e resistir à repressão e opressão dentro e fora do universo das zonas de prostituição.

Portanto, a partir da análise das ações do Ninho Cearense nas zonas de prostituição em Fortaleza durante o regime autoritário, pode-se compreender que este era um movimento embasado nas práticas do Cristianismo da Libertação, a partir das ações das agentes orientando e apoiando as prostitutas atendidas num sentido de libertação pessoal e coletiva através do acesso à educação, à justiça e à possibilidade de autonomia financeira. Assim como o acesso às políticas

públicas essenciais para a comunidade através do fortalecimento de lideranças para a mobilização e ação comunitária.

REFERÊNCIAS

ANJOS JÚNIOR, Carlos Silveira Versiani dos. **A Serpente Domada**: um estudo sobre a prostituta de baixo meretrício. 1983. Dissertação (mestrado em Sociologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [out. 2019]. Entrevistadora: Taynara Mirelle do N. de Araújo. Fortaleza, 2019. 1 arquivo MP3. Acervo pessoal.

BRASIL. Art. 59 da Lei das Contravenções Penais - Decreto Lei 3688/41. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11736424/artigo-59-do-decreto-lei-n-3688-de-03-de-outubro-de-1941>.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório**; v. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 94, 95.

CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de. Entrevista [maio 2020]. Entrevistadora: Taynara Mirelle do N. de Araújo. Fortaleza, 2020. 1 arquivo MP3. Acervo pessoal.

COSTA, Maria Luísa Vaz. Entrevista [maio 2020]. Entrevistadora: Taynara Mirelle do N. de Araújo. Fortaleza, 2020. 1 arquivo MP3. Acervo pessoal.

D'ANS, Hugues. Os guetos prostitucionais. *In*: D'ANS, Hugues (Org.). **O Grito de milhões de escravas**. A cumplicidade do silêncio. Petrópolis: Vozes, 1983b.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. *In*: PEDRO, J.; WOLFF, C.; VEIGA, A. (Org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

ÉBOLI, Evandro. Prostitutas vítimas de perseguição da ditadura reivindicam anistia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2013. Disponível: <https://oglobo.globo.com/brasil/prostitutas-vitimas-de-perseguiçao-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FARIA, Thaís Dumêt. **Memória de um Silêncio Eloquente**: A criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX. Tese

apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

FEIJÓ, Maurício Eduardo de Vasconcelos; PEREIRA, Jesana Batista. Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana. **Ciências humanas e sociais**, Maceió, v. 2, n. 1, p. 39-57, maio 2014. Acesso em: 22 set. 219. Disponível em: periodicos.set.edu.br.

PINHO, Érika Bezerra de Meneses. “**O tempo bom do farol**”: transgressão, sociabilidade e afeto nas trajetórias de ex-prostitutas idosas. Dissertação de mestrado, UFC, 2012.

SILVA, Edmunda Rosa da. Prontuário. Ninho Cearense, Fortaleza, 1976 - 1984. Acervo Pessoal.

SILVA, Maria Augusta Soares da. Prontuário. Ninho Cearense, Fortaleza, 1980 - 1982. Acervo pessoal.

SKACKAUSKAS, Andreia. **Prostituição, gênero e direitos**: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada. 2014. 313 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281090>. Acesso em: 24 ago. 2018.

TIA RITA: DA ALDEOTA AO FAROL. **O Povo**, Fortaleza, 7 de março de 1981. Caderno Nova Mulher.

VILLELA, Gustavo. Lei de 1941 considera ociosidade crime e pude'vadiagem' com prisão de 3 meses. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 dez. 2014. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-mese-14738298>. Acesso em: 20 out. 2018.

Cáritas diocesana de Limoeiro do Norte

Experiências de luta e fé no Médio e Baixo Jaguaribe-CE (1990 — 2014)

Carolina Rodrigues Moreira¹

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira é objeto de narrativas históricas que conferem conformidade a experiências, conflitos, resistências e modos de vida dos homens e mulheres que vivem no território camponês. Essas narrativas são construídas em torno de sujeitos múltiplos que dão vida ao espaço habitado por diferentes propostas, olhares, perspectivas e ações. Esses agentes podem ser compreendidos como camponeses, Igreja, movimentos sociais, sujeitos e grupos políticos, organizações, ONGS², entre outros.

No Vale do Jaguaribe cearense há uma série de sujeitos e tramas que constituem o espaço agrário e que constroem territórios diferentes, ainda que no mesmo lugar. De um lado, os camponeses e camponesas - que ocuparam os territórios por volta do início do século XX nas comunidades do Tabuleiro de Russas, Médio Jaguaribe (ALVES, 2012), e as comunidades afetadas pela barragem do Figueiredo, Bai-

1 Universidade Federal do Ceará. Mestranda no Programa de pós-graduação em História Social — UFC, bolsista CAPES.

2 Organizações Não Governamentais.

xo Jaguaribe - de outro o projeto de modernização da agricultura instaurado na região através do Estado na figura do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) sobretudo a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando os instrumentos de intervenção no Nordeste voltam a ser controlados pelo poder central (BURSZTYN, 2008, p.111).

Sob o governo do presidente Médici (1969 - 1974) um dos capítulos do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND) correspondia ao Plano de Irrigação Nacional, um projeto que irrigaria cerca de 130 mil hectares de terra com o reaproveitamento de das águas e açudes já existentes nas regiões (BURSZTYN, 2008, p. 111). No território do Vale do Jaguaribe essas ações foram expressivas ainda no início dos anos 1970 com a implantação do Perímetro Irrigado de Morada Nova - o primeiro da região — dando conta do novo projeto do Governo e levando aos moradores a esperança da oferta de trabalho. A proposta de modernização dos anos 1970 deu lugar a uma onda privatizante nos anos 1990, onde há a inserção de outros atores exógenos ao território (BRAGA, 2009, p. 10).

É justamente nos anos 1990 que há na região do Vale do Jaguaribe um conjunto de políticas “mais agressivas no sentido de viabilizar o território jaguaribano para a expansão do agronegócio da fruticultura e atração das corporações” (CAVALCANTE, 2019, p. 27). Sobretudo a partir do final dos anos 1990 e início dos 2000, a estruturação do agronegócio na região do Jaguaribe e no Brasil se dá pelas estratégias de exportação dos commodities agrícolas para evitar a esquivar-se da desvalorização da moeda brasileira e impulsionar o superávit da balança comercial (CAVALCANTE, 2019). Esse processo, como analisamos, não foi feito pensando nos camponeses que habitavam aquela terra.

A mesma terra exerce então duas funções diferentes. Sob a ótica camponesa, a terra deve cumprir a sua função social, que é produzir para que todos tenham acesso à terra, trabalho e autonomia. Contudo,

em um certame desigual, com um poder simbólico, aquisitivo e político maior que o dos camponeses, o Estado transforma este mesmo território em espaço de especulação fundiária, de monocultura intensiva e de receptor de obras que atendem a interesses do mercado fruticultor de exportação mais do que a pessoas que vivem no semiárido. A renda da terra é um dos fatores de maior alastramento dos conflitos por terra no Brasil, pois o camponês luta pela terra para trabalhar e as empresas lutam pelo lucro e pela renda da terra (MARTINS, 1980).

Por conta dessa dissonância de percepções sobre a terra e também pelas inúmeras violências que os moradores do Baixo e Médio Jaguaribe sofreram depois da chegada dos grandes projetos hídricos implantados na região para atender a esta outra demanda de produção, parte desses camponeses passaram a defender a sua cultura, seus direitos e seu território através de uma rede política territorial de resistência que envolvia diversos atores sociais e era articulada pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN).

A Cáritas, uma instituição internacional que age como organismo social da Igreja Católica, assume na região o papel de mobilizadora de algumas lutas sociais a partir dos anos 1990, quando os conflitos por terra são intensificados e quando há um afastamento dos outros movimentos sociais da região, como aponta Padre Júnior Aquino (2017), um dos agentes mobilizadores na região jaguaribana e vinculado a CDLN.

Porém sua atuação na região tem cerca de 62 anos, com atividades que foram sendo desenvolvidas de acordo com a identidade acionada pela instituição. Inicialmente com uma ação voltada somente para o assistencialismo, depois da promoção humana e por fim com práticas de convivência com o semiárido que mobilizaram e foram responsáveis por catalisar as experiências de organização e luta dos camponeses do Baixo e Médio Jaguaribe. Todos esses momentos são importantes para as lutas que foram - e são - travadas na região durante o período destacado em nosso recorte.

Portanto, neste artigo analisaremos as experiências relacionadas a lutas por direito à terra mobilizadas e mediadas pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte na região do Baixo e Médio Jaguaribe cearense entre os anos de 1990 e 2014. Por ser uma instituição vinculada à Igreja, pretendemos também analisar a linguagem e o *modus operandi* religioso empreendido nessas ações. O objetivo é compreender como a Cáritas Limoeiro mobilizou e mediou os conflitos na região e como conseguiu formar uma rede política territorial de resistência múltipla, frente às investidas do DNOCS contra o território camponês com a construção do Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas e a Barragem do Figueiredo.

TERRITÓRIOS EM REDE, TERRITÓRIOS DE LUTA

Um grupo de 150 pessoas, representando famílias atingidas pelas obras da 2ª etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, e da construção da Barragem do Figueiredo, no município de Alto Santo, ocuparam na manhã de ontem, por volta da 5h40min, o canteiro de obras da empresa Andrade Gutierrez, responsável pela construção dos canais que levam água para as áreas. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2013, 26 de setembro).

No dia 26 de setembro de 2013, o jornal Diário do Nordeste noticiou o que seria o estopim de uma série de acontecimentos que vinham sendo o motivo de um dos conflitos por terra na região do Vale do Jaguaribe. Famílias de comunidades dos municípios de Alto Santo, Iracema, Potiretama que foram atingidas pela construção de duas obras hídricas de grande porte, ocuparam o canteiro da empresa Andrade Gutierrez, a então escolhida para a construção dos canais de irrigação que abasteceriam essas áreas. No ato - que teremos o cuidado de descrever com mais minuciosidade em outro trabalho — as famílias do Figueiredo reivindicam

vam o cumprimento dos acordos feitos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2010, assim como a garantia do reassentamento para as famílias que haviam sido desapropriada de suas terras por conta das obras da barragem.

Desta ocupação também participaram famílias do Tabuleiro de Russas que tiveram o seu território afetado pela construção de duas etapas do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR). Alguns moradores exigiam a mudança no projeto da segunda etapa do perímetro e buscavam a garantia de assentamento e pagamento das indenizações ainda da primeira etapa. Segundo fontes orais, algumas famílias foram desapropriadas na primeira etapa e estavam dentro do perímetro de construção também da segunda, sem sequer terem recebido indenização prima, como é o caso da dona Olíria Maria de Oliveira Souza que foi desapropriada da comunidade Açude dos Vanâncios e migrou para a Lagoa Escondida que também foi extinta na segunda etapa do projeto.

Essa ocupação não foi um ato isolado. Vários atos, caminhadas, procissões, ocupações e manifestações já aconteciam no território e todos tinham a participação de camponeses de diferentes localidades, mobilizados pela CDLN. A entidade atuava nas duas regiões desde os anos 1990. Realizou um conjunto de ações nessas comunidades que influenciaram profundamente na forma de organização e enfrentamento dos problemas causados pela outra lógica agrícola e agrária que invadiu o território do Vale do Jaguaribe desde os anos 1970, com a construção do Perímetro Irrigado de Morada Nova, o primeiro da região.

Em 2010, também por conta das obras da Barragem do Figueiredo, as famílias ocuparam por vários dias o canteiro de obras da Construtora Queiroz Galvão. A ocupação que iniciou no dia 27 de agosto de 2010 (Diário do Nordeste, 2010, 27 de agosto) e foi noticiada novamente no dia 11 de setembro do mesmo ano (Diário do Nordeste, 2010, 11 de setembro), aconteceu, pois, muitos moradores não

havia recebido suas indenizações e ainda permaneciam morando em suas casas que estavam dentro da área alagável da barragem. Ou seja, a qualquer momento, a depender das chuvas, essas pessoas podiam ter suas casas arrastadas pela força das águas balizadas.

A Cáritas de Limoeiro, juntamente com a Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará (Fetraece) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), desde os anos 2000 agiu como agente mediador do conflito entre o DNOCS e os moradores desse território. Em outros territórios a instituição fez conexões com outros agentes e formou uma rede política territorial de resistência que migrava e mudava de acordo com a demanda de cada localidade e conflito. Segundo da Silva (2014):

[...] as redes de resistência permitem o intercâmbio e a negociação dos interesses em jogo, de modo a distribuir custos e benefícios para que cada participante cumpra os compromissos contraídos, mesmo que haja diferenças de linhas de ação política entre os participantes da rede. (DA SILVA, 2014, p. 38)

Essa rede estava em fluxo. Ora estava composta por movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo MAB, FETRAECE, ora fazia parcerias com prefeituras e acessando projetos do governo. Também se envolvia com sindicatos, cooperativas e da mesma forma com grupos da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, e mais tarde com o Instituto Federal do Ceará, além do Escritório Frei Tito de Alencar e a Defensoria Pública da União (DPU). Um sumário de agentes, com modos de ações diferentes, mas que eram acionados de acordo com a demanda de cada conflito travado na região. Um modo de resistência, ou melhor, de resistências em movimento.

Segundo Anjerliana, agente da Cáritas de Limoeiro, a aproximação com os outros agentes acontece porque a instituição está a serviço dos

pobres e excluídos e por isso “ela vai estar onde eles estão. E onde eles estão, estão os movimentos que lutam pela água, que lutam pela terra e nós [agentes Cáritas] estamos juntos também, porque é ali onde a vida está ameaçada”.³ Concomitantemente, os *Relatórios das Atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte* encontrados na sede da instituição mostram que além da aproximação “involuntária” pelas questões de fé e serviço a uma Igreja que prioriza os pobres, a Cáritas recorre a diversos atores dessas redes para formar uma rede política territorial ampla e que, além de garantir benefícios e conquistas para os camponeses, possam publicizar os conflitos que acontecem na região, usando isso também como uma forma de resistência contra os atos de violência física e patrimonial que se sucederam no território.

Observando por essa ótica, pode-se ter a impressão de que os camponeses ficaram em segundo plano, que só resistiam porque eram guiados, mediados e animados pela Cáritas e demais agentes. Segundo Bernadete Ramos Beserra (2015), a organização das lutas do campesinato cearense tem relação direta com a ação dos mediadores.

Quando não estão de algum modo ligados à Igreja, os trabalhadores rurais envolvidos em conflitos estão ligados, organicamente ou não, a outros mediadores, tais como sindicalistas ou outros assessores do movimento (BESERRA, 2015, p. 101).

No Vale do Jaguaribe entre os anos 1990 e parte dos 2000 as lutas que foram desenvolvidas no território foram mediadas por agentes mobilizadores, mas não como uma assistência e dependência dos camponeses a esses meios, mas uma horizontalidade que foi capaz de criar experiências outras no território. José de Sousa Martins (2003) aponta que isso acontece porque os camponeses agem em uma luta imediata, a fim de resultados práticos que garantam o seu acesso ao trabalho e a sobrevivência, enquanto os

3 Entrevista com Anjerliana Souza Oliveira, Limoeiro do Norte, 27/01/2020.

mediadores agem com uma consciência política, influenciada por doutrinas e/ou ideologias “que interpretam a luta pela terra como uma luta pela reforma agrária” (MARTINS, 2003, p. 222).

Segundo nossa análise dos Relatórios das Atividades da CDLN, Planos de Desenvolvimento Local sustentável e Planos de ações trienais o que percebemos é que desde os anos 1990, a Cáritas vem fazendo um papel educacional nesses territórios que garante, não a tutela dos camponeses pela instituição, mas a autonomia de conhecerem os processos políticos pelos quais participam e lutam de forma horizontal, construída a partir das demandas locais e do ponto “concreto” e terem acesso ao diálogo com outros parceiros. Unindo essas experiências às que já existiam nesses camponeses, estes puderam então empreender outras disputas e se apropriarem de ferramentas e linguagens para alcançarem os seus objetivos.

Como é o caso da reforma agrária. Os camponeses sabiam que precisam de terra, tinham consciência das desigualdades e da concentração e uso do espaço por uma minoria, mas não tinham os meios de alcançar outros territórios com objetivos semelhantes para fazerem suas lutas por si só. A Cáritas com uma linguagem religiosa, e ao mesmo tempo política, apresenta o conceito de uma prática e desejo que já era comum aos camponeses.

Historicamente, a Igreja, mais ligada ao catolicismo popular e messianismo, foi mediadora de diversas ações em torno da permanência e ocupação da terra pelos camponeses, como é o caso de Caldeirão e Canudos. A Cáritas, apesar de ser uma instituição e não um “profeta”, também adotava na região a linguagem religiosa para chegar aos camponeses de uma forma que seria melhor recebida por eles. O trecho acima evidencia um posicionamento social e político da instituição, mas também uma justificativa religiosa. Não abandona a ideia de “terra prometida” bíblica e sim a ressigni-

fica apontando os caminhos para um avivamento dos camponeses em busca do direito à terra, e, portanto, da reforma agrária.

A linguagem e presença religiosa foi uma das estratégias da instituição para aproximar territórios aos quais o MST não havia alcançado na região, como por exemplo na ocupação do canteiro de obras da Barragem do Figueiredo onde a presença do MST não era bem vinda por parte de alguns outros agentes que estavam lá e com a fala do Padre Júnior, que sempre utiliza passagens bíblicas e uma linguagem católica, os camponeses respeitaram a figura de peso da Igreja e permitiram a permanência do movimento na ocupação.

Por muitas vezes, o trabalho de sensibilização da população às temáticas sobre a ocupação de terra, permitiram um maior diálogo dos camponeses com o MST e com outras entidades. Essa eficácia se deu tanto pelo trabalho dos agentes Cáritas nesses territórios, como pela atuação de padres que estavam em consonância com a proposta religiosa seguida e defendida pela Cáritas, o “pai nosso dos pobres marginalizados” - que retrata um trecho da música “Pai nosso dos mártires” cantada em várias celebrações religiosas mediadas pela Cáritas no Vale do Jaguaribe como o Grito dos excluídos e a Romaria do Zé Maria do Tomé.

A confiança das pessoas na instituição permitiu que uma parceria fosse criada ao longo dos anos, em uma relação horizontal e simbiótica. Os camponeses tinham demandas e precisavam viabilizá-las e a Cáritas, com a sua rede política territorial e com verba de fundos internacionais e editais conquistados em ONGS conseguiu, em certa medida, atender essas diligências. Mas a Cáritas também propunha programas e projetos que não faziam parte do cotidiano camponês da região que garantiram um aprendizado mútuo. A horizontalidade é vista também quando todos os agentes voluntários e alguns contratos da Cáritas nos anos 2000 eram moradores das próprias comunidades em que atuavam. E é a partir do intercâmbio de experiências entre

esses diversos agentes que as redes políticas começaram a se formar e a delinear o contexto das lutas no Baixo e Médio Jaguaribe cearense.

Entre 2008 e 2014 há a eclosão de atos de resistência organizada e ações diretas na região. Greves dos trabalhadores da Dell Monte (Diário do Nordeste, 2012, 2 de julho), ocupação e criação do Acampamento Zé Maria do Tomé dentro do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), criação da Comissão de Resistência do Tabuleiro de Russas, a Comissão de Acompanhamento da Barragem do Figueiredo (RIGOTTO; FREITAS, 2014) , assim como a ocupação de BRs, de órgãos públicos e várias passeatas, romarias e protestos voltados para a realidade do território (AQUINO JÚNIOR, 2017). É originado o ápice do território de conflito. Dentre todos os agentes atuantes nessas teias conflituosas, a Cáritas age em todos eles como uma igreja migrante nas ações, práticas e territórios.

O fato de ser itinerante entre os territórios foi uma das estratégias da instituição para aproximar as demandas dos múltiplos sujeitos em torno da questão central que era a luta pela terra, seja a permanência nela ou acesso aos reassentamentos. Foi esse intercâmbio que formou a rede política territorial de resistência que vemos até os dias atuais no Vale do Jaguaribe, e foi este que nos levou a avançar umas casas no tabuleiro do tempo e chegar ao nosso ponto de partida deste artigo: a ocupação do canteiro de obras da empresa Andrade Gutierrez, em 2013.

O canteiro de obras da empresa ficava na região do Tabuleiro de Russas e foi ocupado não só pelos moradores deste território, mas por várias pessoas vindas das regiões afetadas pelo Figueiredo, de Potiretama e de outros locais onde a Cáritas acionava os sujeitos, porque a partir da aproximação simbólica desses territórios, os camponeses passaram a entender que o problema de todos eles eram o mesmo, ainda que com nuances diferentes. Era o trabalho, era o acesso à terra! Além destes, vários outros sujeitos foram acionados pela instituição para garantir que os objetivos da

ocupação fossem alcançados. Imprensa, grupos de universidades, movimentos sociais foram alguns deles.

Essa trama foi noticiada pelos jornais, mas não foi documentada nos arquivos da Cáritas. Documentar, neste caso, seria dar ao “inimigo” as armas para a sua própria derrocada. A publicidade feita pelos jornais garantiu a segurança dos envolvidos assim como a apresentação para a sociedade em geral da situação em que se encontravam as famílias do Tabuleiro de Russas e Figueiredo. Um grito silencioso de resistência, que é lembrado e registrado apenas nas memórias daqueles que organizaram, mobilizaram e participaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos evidenciar não as minúcias dos atos que se desenrolaram na região do Baixo e Médio Jaguaribe entre os anos de 1990 a 2014, mas a forma como a partir de elemento mediador e articulador, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte conseguiu — e conseguiu — mobilizar diversos atores sociais em defesa do território camponês frente às investidas do DNOCS na região.

A partir da análise do conjunto de fontes documentais acessados na sede da Cáritas em Limoeiro e também de um acervo de entrevistas feito por nós com agentes da instituição e camponeses destes variados territórios podemos perceber que a CDLN não é um simples mediador dos entraves que acontecem na região, mas está inserida nos processos de forma horizontal. A construção dessa horizontalidade com os camponeses do Vale do Jaguaribe é o marcador identitário das práticas da instituição nesses territórios a partir dos anos 2000.

Nossa conclusão é que a Cáritas Diocesana de Limoeiro desenvolveu na região jaguaribana uma rede política territorial de resistência composta por diversos atores sociais da região e fora dela que permitiu aos camponeses ter acesso a pessoas, histórias, experiên-

cias, linguagens e diretos que eles desconheciam e que a partir dessa aproximação os camponeses puderam fazer de forma autônoma as aproximações com os sujeitos dessa rede que atendessem os seus objetivos. Aqui não temos a intenção de dizer que o processo de luta e mobilização da região aconteceu estritamente por conta da ação da Cáritas, isso foge do papel da História e tiraria a magia da imprevisibilidade. O que desenvolvemos aqui foi a construção de uma narrativa sobre sujeitos e territórios em conflito através da análise e problematização de nossas fontes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e estado**: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012
- BESERRA, Bernadete de Lourdes Ramos. **Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)**. 2015.
- BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição camponesa e modernização**: experiências e memórias dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova-CE. DNOCS/BNB-ETENE, 2009.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.
- CAVALCANTE, LEANDRO VIEIRA. **“As Firms tomaram conta de tudo”**: Agronegócio e Questão Agrária no Baixo Jaguaribe — CE. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Ceará, 2019.
- DA SILVA, Carlos Alberto Franco. Dilemas e Impasses da Resistência ao Agronegócio no Cerrado. **GEOgraphia**, v. 15, n. 30, p. 33-52, 2014, p. 38.
- DA SILVA, Carlos Alberto Franco. Dilemas e Impasses da Resistência ao Agronegócio no Cerrado. **GEOgraphia**, v. 15, n. 30, p. 33-52, 2014, p. 38.
- Diário do Nordeste. **Famílias fazem nova ocupação**. Fortaleza. 27 de agosto de 2010. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/familias-fazem-nova-ocupacao-1.463238>. Acesso em: 15 out. 2020.
- Diário do Nordeste. **Famílias mantêm ocupação em obra**. Fortaleza. 11 de setembro de 2010. Disponível em: <https://diariodonordeste>.

verdesmares.com.br/regiao/familias-mantem-ocupacao-em-obra-1.506685?page=6. Acesso em: 18 out. 2020.

Diário do Nordeste. **Famílias ocupam canteiro de obras**. Fortaleza. 26 de setembro de 2013. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/familias-ocupam-canteiro-de-obras-1.444871>. Acesso em: 15 out. 2020.

Diário do Nordeste. **Tensão marca greve de trabalhadores rurais**. Fortaleza. 2 de julho de 2012. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/tensao-marca-greve-de-trabalhadores-rurais-1.521555?page=1>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARTINS, José de Souza. **“A sujeição da renda da terra ao capital”**. Encontros com a civilização brasileira, 1980, p. 22. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

RIGOTTO, Raquel Maria; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Dossiê Perímetros Irrigados. **Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação do direito no semiárido**, 2014.

Entre a filantropia e o poder local

Os salesianos na cidade de Recife (1892-1906)

Jaqueline Calixto dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Sobre a discussão do campo da história da educação na qual se situa esta pesquisa, é relevante compreender o contexto histórico sobre a atuação e influência da Igreja Católica no Brasil. De acordo com Casimiro (2010), a Igreja foi soberana em suas ações evangelizadoras de catequese e educação formal no Brasil até a primeira metade do século XVIII, sobretudo devido ao tratado do Padroado Régio estabelecido entre a Igreja Católica e o reino de Portugal. Por este tratado, a Igreja Católica nos domínios lusitanos deveria ser administrada pelo rei de Portugal, no qual o monarca ficaria responsável por construir Igrejas e nomear bispos e padres. Neste sentido, o reino de Portugal para além da importância política na época, detinha um grande poderio religioso dentro dos seus domínios.

As congregações e ordens religiosas que chegam ao Brasil ainda no período colonial, já possuem uma vasta experiência evangelizadora. Com uma proposta missionária e educativa para evangelizar o

¹ Mestranda em história linha de pesquisa cultura e memória — PPGH - UFPE. jaqueline@hotmail.com.

que o Reino português considerou como nomadismo da população nativa, que não beneficiava futuras transações comerciais. Os primeiros missionários a se estabelecerem no Brasil foram os Franciscanos, seguidos dos padres da Companhia de Jesus, que chegaram em 1549, enquanto os Carmelitas só chegariam em 1580 e os Beneditinos em 1581. No Brasil, até a primeira metade do século XVIII, a Igreja, juntamente com suas diferentes ordens religiosas, possuía exacerbada influência no Império português, permanecendo o catolicismo como religião oficial mesmo após a independência do Brasil em 1822.

Por mais de 200 anos o poder da Igreja Católica no Brasil colonial foi praticamente incontestável. No entanto, ao final do século XVIII começaram a surgir reformas políticas ligadas a propostas do ministro português Marques de Pombal, que influenciado pelas doutrinas iluministas, implantou várias mudanças na administração do país. De acordo com Casimiro, na administração de Pombal “a Igreja vai encontrar pela frente uma série de dificuldades que acarretarão graves prejuízos à sua ação evangelizadora, catequética e educacional” (2010, p. 84).

As reformas de Pombal para o Brasil tinham a finalidade de gerenciar com eficácia a colônia brasileira para aumentar a renda do império e competir com as potências mundiais da época. Uma das reformas de Pombal para a colônia foi fortalecer as fronteiras do interior; Para tal, o atual ministro determinou que fosse extinta a escravidão dos índios e permitiu o casamento do povo de origem indígena com os portugueses para que houvesse o aumento populacional e, com isso, pudesse contar com mais gente defendendo as terras coloniais portuguesas. Pombal foi contrário à influência religiosa exercida na colônia e, com poder concedido pela monarquia, expulsou os jesuítas do Reino e de suas colônias e fechou todos os espaços educativos que eram dirigidos por estes.

OS SALESIANOS CHEGAM AO BRASIL

Desde o período colonial já havia registros dos trabalhos das diferentes atuações eclesiais, sendo a companhia de Jesus a mais conhecida. No período de transição do Brasil Império para a consolidação da República, algumas dessas ordens religiosas destacaram-se com atuações não somente catequéticas, mas em luta junto à população por melhorias sociais.

De acordo com Casimiro (2010, p. 88-89) merece notoriedade a ordem dos Capuchinhos, que desenvolveram ações pacificadoras entre o Estado e a população, com missões voltadas para a formação religiosa e atuação junto aos pobres. Também se destacaram os Lazaristas com atividades junto aos menos favorecidos e ao homem do campo, e os Franciscanos da Ordem dos Frades Menores, no atendimento às vítimas nas guerras de Canudos e de Contestado.

A Sociedade São Francisco de Sales já era conhecida pelas autoridades religiosas no Brasil mesmo antes da sua chegada, pois, suas realizações educativas e sociais eram muito relatadas na imprensa. De acordo com Santos (2000), os primeiros contatos para implantação da ordem Salesiana no Brasil foi em 1876, através do Bispo do Rio de Janeiro em Turim, D. Pedro Lacerda, e prolongaram-se até 1882 porque “Dom Bosco desejava conhecer uma proposta concreta bem clara sobre o que ele desejava dos Salesianos e que fosse condizente com os objetivos da Congregação” (p. 203). Ainda segundo Santos: “solicitavam os Salesianos de Dom Bosco para tentar uma reforma lenta e eficaz, a partir da juventude pobre, que despertasse vocações, pregando, confessando e edificando o povo com seu bom comportamento e zelo” (p. 62).

A chegada dos Salesianos ao Brasil acontece em 1883, quer dizer, nos últimos anos do poder imperial e início da república, e estabeleceram-se no Rio de Janeiro. Por isso, encontraram um ambiente conturbado pe-

los acontecimentos políticos e econômicos da época. Junto às transformações políticas houve o fim do padroado régio, que trouxe a separação entre a Igreja e o Estado, dando início a laicização do ensino. O país também sofreu dificuldades financeiras, pois tinha como base da economia o modelo agroexportador e precisa incentivar a industrialização.

As ações educativas dos Salesianos iniciaram-se com a fundação do colégio Santa Rosa, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Os Salesianos conquistam mais espaço na sociedade brasileira “à medida em que seus filhos espirituais vão abrindo colégios, orfanatos, escolas profissionais e agrícolas, internato para índios” (OLIVEIRA, 2006, p. 413), além das igrejas, oratórios, cooperativas e ações sociais, consolidando assim, o Sistema Preventivo de educar, que é um conjunto de regras e ações da congregação Salesiana, com um sistema próprio de ensino. O sistema preventivo é baseado no amor educativo com princípio na salvação da alma e se “propõe formar bons cristãos e honesto cidadãos” (Oliveira, 2006, p. 414). De acordo com Santos (2000, p. 12), os Salesianos possuem “propostas baseadas em uma pedagogia do amor e inspiradas no modelo familiar, com base na doutrina cristã, no trabalho e na assistência amorável e proveniente”.

Dentre as várias ordens religiosas que se instalaram no Brasil, a ordem dos Salesianos atuaram junto à população carente e merecem destaque pelos seus trabalhos assistenciais, pois, pensavam na salvação eterna dos fiéis, “mas em ligação também com problemas imediatos de existência: trabalho, instrução, moradia” (OLIVEIRA, 2006, p. 23). Ainda de acordo com Oliveira, o sistema de doutrina Salesiano no início de seus trabalhos ganha notoriedade por ter sido o “precursor dos métodos mais avançados em pedagogia” (2006, p. 23).

Importantes estudos que enfatizam Dom Bosco e sua ação educacional podem ser apreciados na visão de autores como Rudio (1983), que escreveu a obra *Em busca de uma educação para a fraternidade*, onde afirma que o sistema preventivo dos Salesianos é o mais indi-

cado para alcançar o sentimento fraterno; Scaramussa (1977) em *O sistema Preventivo de Dom Bosco: um estilo de educação*, onde descreve a história das feitorias Salesianas na América Latina; e Santos (2000), na obra *Luz e Sombras: internatos no Brasil*, onde enfatiza os benefícios pedagógicos da prática de Dom Bosco.

As missões eclesiásticas encontraram no Brasil nordestino um espaço para desenvolver suas ações sociais e de catequese, e assim, fortalecer suas concepções cristãs junto ao povo. Sobre as atuações sociais e missionárias da Igreja no Nordeste, Casimiro (2010, p. 89) afirma que:

Nessas atividades missionárias, além da ação pastoral, catequética, atendimento aos enfermos e administração dos sacramentos, os religiosos também desenvolviam atividades sociais e pacificadoras nas situações de rebeldias, levantes e movimentos revolucionários dos povos aos quais iam acudir.

De acordo com Brandão (2001, p. 315), a religiosidade no nordeste do Brasil é marcada pelo sincretismo, o que significa dizer que a religião se concilia sobre os princípios de várias doutrinas, porém, o ideal da Igreja Católica era disciplinar a população aos seus moldes e havia discriminação nas manifestações religiosas e culturais não pertencentes às ordens eclesiásticas. Para aproximar mais a população carente aos conceitos cristãos, “o aparelho religioso torna-se capaz de operar o trabalho molecular, através do qual ele atinge as grandes massas populares” (OLIVEIRA, 1985, p. 182-183). Neste sentido, o sincretismo religioso no nordeste não abalou as novas ações evangelizadoras da Igreja, para Casimiro (2010, p. 87) as ações da igreja “se espalhavam de forma a atender às necessidades de multidões carentes e sofridas, castigadas pelo clima e desamparadas pelo Governo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do sincretismo religioso e da função assistencialista, a Igreja Católica também atuou na intenção de resolver as dificuldades do ensino, diante das exigências sociais que o país vinha sofrendo com o relativo desenvolvimento da industrialização. É neste contexto político e social, que na Cidade do Recife se iniciou os primeiros contatos para instalação e implantação da obra Salesiana, que se dá em virtude da visita do inspetor da ordem, Pe. Lasagna, a Pernambuco em 1890, momento em que o referido padre participa da Conferência de São Vicente de Paula, esta, presidida pelo Dr. Carlos Alberto Menezes, industrial influente no Estado.

A religiosidade é um processo inerente ao homem e é manifestada em todas as culturas, acompanha o ser humano desde as primeiras civilizações e permeiam por diversos caminhos até os dias atuais. Quando exploramos o sentido de religião é necessário compreender que são muitos os sistemas para compor o seu significado, pois cada tipo de religião possui práticas peculiares, próprias dos seus preceitos educativos e dogmas. Contudo, as explicações sobre a educação religiosa foi e é motivo de interpretação entre diversos autores.

No que tange a atuação educativa dos Salesianos na cidade, a mesma mostrou-se em sintonia com o contexto sócio-histórico do país, onde o processo de industrialização acelerou a demanda por mão de obra qualificada. Bem quista pela elite política e econômica local, a obra Salesiana não encontrou entraves para sua instalação na cidade.

O currículo escolar adotado pelo Colégio demonstrou que havia clara diferenciação entre as modalidades de ensino oferecidas, que variavam mediante o poder econômico do aluno. Aos órfãos e carentes, profissionalização, aos ricos e abastados um currículo de alto nível, que facilitaria o ingresso dos mesmos no nível superior de ensino.

De acordo com os levantamentos realizados ao longo do estudo, desde a primeira solicitação para a vinda dos Salesianos para o Recife (no documento do Apelo de 1892), até a criação do Estatuto do Colégio Salesiano, de 1906, que compõem as regras de seu funcionamento, percebemos que a Pia Sociedade Salesiana instalou-se na capital pernambucana com uma proposta inicial focada em efetivar um trabalho educativo direcionado aos órfãos, às crianças e jovens carentes. Com a fundação do colégio ficou evidente, através das análises realizadas, a segregação da educação oferecida pela Ordem Salesiana, que atendeu com maior ênfase a escola de ensino formal frequentada por alunos de filhos da elite local, que ao concluir o ensino ginásial estariam aptos para o ingresso no ensino superior.

Percebemos ainda, que a escola de aprendizes, principal referência do trabalho desenvolvido pelos Salesianos ao redor do mundo, apresentou gradativos sinais de enfraquecimento perante o ensino primário e secundário, ofertados no mesmo estabelecimento de ensino no período analisado, evidenciando o caráter secundário que o serviço assistencialista dos salesianos aos pobres e órfãos no Recife assumiu.

Por fim, o estudo da ordem ressalta a forte presença da Igreja Católica na dinâmica social do país, e evidencia o quanto a historiografia das escolas católicas pode ser reveladora de aspectos políticos e sociais.

Referências

BRANDÃO, Sylvana. **História das religiões no Brasil**. Recife, vol. I: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Acta Scientiarum. Education** Maringá, v. 32, n. 1, p. 83-92, 2010.

OLIVEIRA, Luiz de. **Inspetoria Salesiana de São Luiz Gonzaga**. v. 1 Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofício, 2006.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis:

Vozes, 1985.

RUDIO, Franz Victor. **Em busca de uma educação para a fraternidade.** São Paulo: Dom Bosco, 1983.

SANTOS, Manoel Isaú. **Luz e Sombras: internatos no Brasil.** D. Bosco, 2000.

SCARAMUSSA, Tarcísio. **O sistema Preventivo de Dom Bosco: um estilo de educação.** São Paulo: Dom Bosco, 1977.

Catolicismo e a face rural do Partido dos Trabalhadores nos anos 1980

Ciro Alcântara de Araújo¹

INTRODUÇÃO

Nos propomos a analisar o papel da Igreja Católica no campo político partidário na década de 1980 e a consolidação do PT no estado do Ceará. O Partido dos Trabalhadores possuía uma atuação expressiva dentro do movimento dos trabalhadores rurais. A grande penetração dos militantes nesses movimentos ocorreu pela motivação religiosa. As contestações giravam em torno de questões como a aplicação do estatuto da terra, o pagamento da “renda”, a maneira que era aplicada os Planos de Emergência etc. As eleições que ocorreram nos anos 1980 e a ação dos segmentos da Igreja Católica orientados pela teologia da libertação nos revela a emergência de uma nova força política.

A FÉ, TRABALHADORES E A POLÍTICA

Você que prega o evangelho
 A milhões de irmãos seus,
 Combate, imitando a Cristo,
 Os césaes e fariseus

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), e-mail: cyru_@hotmail.com.

Refleta orando e pregando
Que só com o povo reinando
Existe o reino de Deus (NETO, 2009, p. 39).

Os versos acima foram escritos pelo potiguar Crispiniano Neto, em 1981. O cordel intitulado “A construção do partido de todos os trabalhadores” teve um caráter convidativo a causa petista no Brasil. O folheto de cordel não pertence aos gêneros políticos tradicionais, embora seja frequentemente usado pelas agremiações políticas. Nele é mobilizado elementos da memória discursiva para legitimar um discurso e construir subjetividades políticas.

Usamos esse cordel como uma forma de ler, interpretar, representar o tempo e uma realidade concreta. Ele possui regras de elaboração e carrega uma semelhança com os fatos vividos, de criar o real através da narrativa. Ele é ficcional, porém menciona o real através de várias formas, desde negá-lo ou reafirmá-lo. Ele interpreta o presente, reflete sobre o passado e lança uma imagem do futuro através de uma narrativa baseada em fatos reais. É uma manifestação da experiência social e da criação desse social, se tornando uma fonte histórica das relações sociais.

Portanto, há um cruzamento nítido entre religião e política quando o autor descreve “Que só o povo reinando existe o reino de Deus”. Nota-se o intuito de colocar “o povo” como sujeito central no cenário político e o cordel nos faz refletir sobre a construção do Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 e a participação dos católicos naquele momento de transição.

Esse “novo sujeito” organizou-se através de “práticas reivindicativas”, ou seja, por intermédio dos movimentos por moradia, contra a elevação do custo de vida e desemprego, por mais saúde, terras para o trabalhador rural desempregado, educação etc. Assim, Doimo ao analisar os movimentos populares, em fins dos anos 1970 a meados de 1980, afirmou que os movimentos organizados pela população:

Convergiram para um grande círculo reivindicativo, cujas conexões ativas são evidentes: a Igreja Católica,

agrupamentos de esquerda e organizações não governamentais, em geral abrigando intelectuais e profissionais empenhados na causa popular (DOIMO, 1997, p. 95).

A principal forma de organização dos católicos progressistas se dava por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou uma série de estudos sobre a formação das comunidades eclesiais que estavam divididas em regiões episcopais com seus conselhos regionais.

A seção responsável pelo Ceará é a Regional Nordeste I e teve sua primeira Assembleia Geral na Diocese de Limoeiro do Norte, em novembro de 1980 e como presidente Dom Aloísio Lorscheider. Sua abrangência era de nove dioceses: Fortaleza (Arquidiocese), Crato, Crateús, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá, Tianguá e Sobral.

As CEB'S foram fundamentais no processo de organização da sociedade civil. Elas possuíam encontros para praticar a religiosidade, viver na “comunhão” e debater os problemas sociais do cotidiano. Um dos grandes temas que afloraram nesses debates foi a posse e uso da terra, sendo que a Regional Nordeste I se posicionou frente aos graves contrastes sociais no sertão cearense. A pastoral da terra foi uma prioridade da Igreja durante a década de 1980.

Os trabalhadores rurais, habituados com as relações de submissão e violência predominantes no sertão cearense, encontraram na religiosidade uma alternativa organizacional que os uniram para além do campo espiritual e que pôde articular a identidade do homem em torno de um projeto político, social, econômico e religioso. Foi por meio da religiosidade que vários camponeses ingressaram no espaço político. Leonardo Boff ao analisar o envolvimento dos trabalhadores no campo da política destaca que:

Os pobres organizados e conscientes batem as portas dos seus patrões e exigem vida, pão, liberdade e dignidade. Começam ações que visam libertar a liberdade cativa; emerge a libertação como estratégia dos próprios pobres que con-

fiam em si mesmos e em seus instrumentos de luta como os sindicatos independentes, organizações camponesas, associação de bairros, grupos de ação e reflexão, partidos populares, comunidades eclesiais de base (BOFF, 1986, p. 17).

A fé e a política estabelecem dois polos de tensão, sendo vivenciadas de formas diferentes em diferentes conjunturas. A fé parte de uma perspectiva que transcende a história dos homens, enquanto que a política forma como o homem constrói a sociedade. O ato de ver os fatos sociais, julgar a luz do evangelho e agir diante dos problemas fez com que os católicos usassem taticamente da política partidária para atingir um objetivo muito maior que estava diretamente ligado a questão de classe.

Aqui, abordaremos como a Regional Nordeste I contribuiu para a organização da sociedade civil cearense. Segundo Olinda (1991), o PT-CE foi formado em 1980 quando houve um congresso que reuniu os movimentos pró-PT no Ceará. A primeira Comissão Provisória foi eleita durante reunião em um convento carmelita na periferia de Fortaleza. Em 1982, o partido enfrentou sua primeira disputa eleitoral contra os “coronéis” militares Adauto Bezerra, Virgílio Távora e Cesar Cals.

Torna-se importante salientar que boa parte dos estudos sobre esse partido têm como referência o Sul e Sudeste do país, portanto, deve-se levar em conta, principalmente, a importância dos paulistas para organização dos diretórios no Brasil, porém, devemos alertar para algumas limitações. Na construção desse partido houve uma enorme diversidade regional em todo o país. No caso cearense, a esquerda proveniente da luta armada passou por uma reorientação teórica, contribuindo para a formação desse partido. Além de segmentos trotskistas e membros da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação.

A origem do PT no Ceará foi profundamente marcada pela esquerda proveniente da luta armada que, após uma reorientação teórica, focou sua ação política no âmbito do consenso e da conscientização

política dos trabalhadores. Posteriormente os católicos engrossaram a militância do partido. Isso aconteceu por que as Comunidades Eclesiais de Base ofereciam aos católicos um modelo capaz de organizar os indivíduos para questionar a ordem vigente, colaborando para a formação de lideranças sindicais, sociais e de bairro.

A Igreja Católica se posicionou contra o clientelismo político nas eleições de 1982. Entretanto, optou por um envolvimento indireto, ficando restrita a ação de conscientização política dos eleitores. A Regional Nordeste I divulgou, em novembro de 1981, a Cartilha de Educação Política. Dom Aloísio Lorscheider demonstrou que o intuito era de “não manipular ninguém, proporcionando apenas os elementos necessários para que as pessoas possam se situar sem perplexidade, encontrando o caminho do bom engajamento político” (CNBB-REGIONAL NORDESTE I, 1981, p. 2).

Na discussão referente aos partidos políticos, o documento possui uma inclinação favorável para os partidos de oposição por meio do argumento de que “Jesus defendia o direito dos pequenos que não tinham nem voz, nem vez e era contra os grupos que estavam no poder e abusavam da autoridade para explorar o povo” (CNBB-REGIONAL NORDESTE I, 1981, p. 20). Mas o documento não tomou nenhum partido como referência.

As CEB's discutiram essa cartilha por todo o estado. Apesar da Igreja não possuir candidatos, partidos oficiais, sua orientação era de oposição ao regime militar. Alguns segmentos da Igreja passaram a ter uma participação maior no PT de partir de 1982, chegando a apresentar uma chapa para a presidência do partido em 1984 e contribuir para eleger deputados em 1986.

O Partido dos Trabalhadores encontrou muitas dificuldades para estruturar-se por que além de cumprir sua tarefa partidária de educar e organizar as massas, ele se colocava em oposição ao tradicio-

nalismo político. O PT não conseguiu eleger políticos no Ceará em 1982. Segundo Paulo Mamede, candidato a deputado estadual:

O PT não tinha estrutura para participar de uma eleição daquele porte. Lançar candidatos a vereador, deputado estadual, federal, senador e governador era barra. Mas o mundo é dos loucos. O PT lança chapa própria, “de cabo a rabo”. Américo Barreira era o governador, Manuel Fonseca o vice, William Montenegro o senador. Conseguimos ainda nomes para deputados estadual e federal, Gilvan foi candidato a deputado federal. Eu deputado estadual. O partido obteve cerca de 10 mil votos, não elegeu ninguém mas conseguimos o registro. O PT era um partido legal (ROCHA, 1996, p. 14).

O trecho descrito por Paulo Mamede é muito revelador, pois os principais candidatos do partido, governador e senador, eram da esquerda política, da esquerda anterior ao Partido dos Trabalhadores. Esse fato nos leva a crer que nessas eleições os católicos tiveram uma liderança limitada, porém primordial. Essa realidade mudou após as eleições de 1982.

Segundo o coordenador estadual das CEB's, havia uma estimativa de 3.500 a 4.000 CEB's no Ceará em meados da década 1980, sendo significativas em “Crateús (700), Itapipoca (612), Iguatu (700) e Limoeiro do Norte (200)” (O POVO, 21 de junho de 1986a, p. 12). Haviam CEB's espalhadas por todo o território cearense e que suas lideranças formaram muitas associações, conseqüentemente combatiam, juntamente com a esquerda, o sindicalismo vinculado ao governo dos “coronéis”.

O Caderno Pastoral n. 51, publicado em agosto de 1986, intitulado “Diretrizes da ação pastoral da Igreja que está no Ceará”, evidencia a presença de dois modelos no interior da Igreja. Primeiro, um modelo majoritário que atenta para a salvação eterna do indivíduo, sem contemplar profundamente uma transformação da sociedade e suas contradições sociais. É um modelo orientado para o individualismo

cristão e seu princípio de honestidade, sua fé é devocionista, fazendo uma leitura individualista dos mandamentos de Deus e da Igreja. O segundo é o minoritário que almejava a construção de uma nova sociedade, dentro de uma perspectiva comunitária, marcada por uma tendência “sócio-crítico-profético-transformadora” no processo histórico da vida cristã. A Regional Nordeste I priorizou, através desse documento, o modelo designado como minoritário de Igreja, cujo objetivo era evangelizar os mais pobres, entendidos como oprimidos.

No entendimento dos progressistas da Igreja, a concentração de terras estaria em oposição ao “plano divino” para a sociedade. Os católicos tiveram um papel primordial na luta pela garantia de direitos aos trabalhadores do campo cearense. Por isso, segmentos da igreja assumiram a responsabilidade de “despertar a consciência dos lavradores para a conquista dos seus direitos e a participação nos sindicatos, partidos políticos e movimentos populares”. Para chegar a esse fim, os católicos teriam que “coordenar e divulgar experiências da pastoral da terra, vivências nas dioceses, criar a mística da terra através dos seminários, encontros e publicações, apoiar autênticas organizações dos trabalhadores” (CNBB- REGIONAL NORDESTE, 1986, p. 23 - 24).

A Igreja fortaleceu a oposição ao regime militar por meio dos seus documentos, com críticas às injustiças sociais, a concentração de terras e a pobreza. A Igreja não possuía um partido, nem candidatos oficiais e seu discurso era muito difuso com relação aos partidos políticos. Isso seria uma escolha individualizada, onde o sujeito analisaria qual a melhor agremiação e candidato. Mas, o discurso oposicionista e as críticas aos problemas estruturais aproximavam parte dos fiéis ao Partido dos Trabalhadores, principalmente aqueles orientados pela Teologia da Libertação.

Os segmentos progressistas da Igreja mostraram sua força quando lançaram a candidatura de Padre Haroldo Coelho ao governo do Estado em 1986. Ele atingiu a quantidade de 68.044 votos ficando em

terceiro lugar. Em segundo, com 807.315 votos, o “coronel” Aduino Bezerra. O governador eleito foi Tasso Jereissati (PMDB) com 1.407.693 votos. A grande conquista do PT naquele pleito foi eleger dois deputados estaduais, João Alfredo Telles de Melo e José Ilário Gonçalves Marques. Ambos advogados que atuavam junto aos sindicatos dos trabalhadores rurais.

| GOVERNO DO ESTADO | | | | |
|----------------------------|--------|-----------------------------|-----------|-------------|
| PARTIDO / COLIGAÇÃO | NÚMERO | NOME | VOTOS | % NO ESTADO |
| PMDB / PDC / PCB / PC DO B | 15 | TASSO RIBEIRO JEREISSATI * | 1.407.693 | 52,32% |
| PFL / PDS / PTB | 25 | JOSÉ ADAUTO BEZERRA | 807.315 | 30,01% |
| PT / PSB | 13 | JOSÉ HAROLDO BEZERRA COELHO | 68.044 | 2,53% |
| PSC / PL | 20 | FRANCISCO AIRES QUINTELA | 7.304 | 0,27% |
| VOTOS BRANCOS | | | 293.271 | 10,90% |
| VOTOS NULOS | | | 106.687 | 3,97% |
| TOTAL | | | 2.690.314 | 100,00% |

Fonte: Resultado eleitoral das eleições ao governo do estado de 1986. TRE/CE, 1986.

O Padre Haroldo Coelho trabalhou junto à comunidade do bairro Pirambu, um dos locais mais pobres de Fortaleza e entrou para o PT devido à influência de Maria Luiza Fontenele, chegando a ser Secretário de Educação de sua gestão. Maria Luiza Fontenele foi a primeira prefeita da capital cearense e a primeira prefeitura a ser administrada pelo PT em 1985 em outro processo político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha ao poder executivo estadual foi marcada por forte crítica aos “coronéis” e as posições do PMDB que, segundo o padre, reproduz os métodos do “coronelismo” (JORNAL DO BRASIL, 22 de abril de 1986b, p. 4). O Padre Haroldo obteve a autorização do Arcebispo de Fortaleza, Cardeal Aloísio Lorscheider, para participar das eleições sem prejuízo as suas atividades de sacerdote (JORNAL DO BRASIL, 27 de abril de 1986a, p. 4).

Apesar de otimista, sua candidatura foi vista como reflexo dos problemas administrativos da gestão de Maria Luiza Fontenele e com pouca estrutura em relação as campanhas milionárias de Tasso Jereissati e Aduino Bezerra. Naquele momento o governo de Maria

Luiza Fontenele sofreu todo azar de boicotes. Era um momento de conflitos sociais e que as elites não poderiam permitir que uma gestão petista pudesse ter êxito.

Quanto às eleições proporcionais, o principal representante católico a deputado federal foi Antônio Amorim, com o apoio explícito da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das CEB's. Ele desenvolveu um trabalho junto as CEB's da paróquia de Tauá-CE, sendo eleito presidente do sindicato e candidato a deputado Federal em 1986 (CARVALHO, 2009, p. 125).

João Alfredo Telles de Melo e José Ilário Gonçalves Marques possuem uma trajetória política semelhante. Ambos começaram o aprendizado político no movimento estudantil e tornaram-se presidentes do Centro Acadêmico de Direito Clóvis Beviláqua da Universidade Federal do Ceará, quando de sua reabertura em 1979. Também optaram pelo trabalho com os trabalhadores da zona rural, oferecendo serviços jurídicos. Ilário Marques era advogado do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Quixadá e João Alfredo do Sindicatos de Tianguá, Ubajara e Ibiapina.

Os resultados eleitorais foram os seguintes:

| | INTERIOR | | CAPITAL | | TOTAL |
|--------------------------------|----------|------|---------|-------|--------|
| | Nº | % | Nº | % | |
| Amorim (Dep. Federal) | 18.337 | 82,5 | 3.887 | 17,5 | 22.234 |
| João Alfredo (Dep. estadual) | 6.834 | 71,2 | 2.754 | 28,8 | 9.588 |
| Ilário Marques (Dep. estadual) | 5.009 | 82,3 | 1.077 | 17,17 | 60.80 |
| TOTAL | 30.180 | 79,6 | 7.728 | 20,4 | 37.908 |

Fonte: Resultado eleitoral dos candidatos a deputado estadual e federal do PT em 1986. TRE/CE, 1986.

A presença dos movimentos dos trabalhadores rurais e as mudanças ocorridas no mundo rural sugerem que as candidaturas petistas refletiam o intenso trabalho no campo, afetando o padrão político até então. O PT elegeu dois deputados estaduais (João Alfredo e Ilá-

rio Marques) e uma votação surpreendente para Deputado Federal, embora não elegendo nenhum candidato. Essas eleições mostraram a face rural do Partido dos Trabalhadores.

REFERÊNCIAS

Bispos desmentem invasão de terras no Ceará. O Povo. Fortaleza. 21 de junho de 1986a, p. 12.

BOFF, Leonardo. BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação.** Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Eleições de 1986 no Ceará candidaturas que emergem dos movimentos populares na zona rural. *In:* CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org.). **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais.** Campinas-SP: Pontes, 2009a, p. 121-144.

CNBB- REGIONAL NORDESTE I. **Cartilha de Educação Política.** Fortaleza, 1981.

CNBB- REGIONAL NORDESTE I. **Diretrizes da ação pastoral da igreja que está no Ceará.** Fortaleza, [s.l.:s.n.] (Cadernos Pastorais, n. 51).

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

NETO, Crispiniano. **Lula na literatura de cordel.** Fortaleza: Editora Imeph, 2009.

No Ceará, PT lança Padre para o governo. Jornal do Brasil. 22 de abril de 1986b, p. 4

Padres conciliam a política com funções do sacerdócio. Jornal do Brasil. 27 de abril de 1986a, p. 4.

ROCHA, Gilvan. **Vermelho é a cor da esperança: textos socialistas.** Fortaleza: Expressão Gráfica Ltda, 1996.

Clero católico e movimento estudantil no Maranhão

Ensaio sobre as lutas e resistências em cenário da redemocratização do Brasil

Camila da Silva Portela¹

INTRODUÇÃO

O documento não é portador da verdade, mas tão somente um olhar daquele que vê algo ou ouviu falar sobre algo. Registros diferentes contêm narrativas diferentes, cabendo ao historiador ter cuidado ao lidar com essas versões sobre os fatos. No debate sobre história e memória, alguns cuidados devem ser tomados, pois a memória deve ser pensada como “[...] pontos de interseção de várias séries ou correntes mentais aproximadas pelas relações sociais” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 200).

1 Graduada e Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (Bolsista Mestrado CAPES). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (2011). Desenvolve pesquisas na área de História das Religiões abordando o Catolicismo no Século XX, Ditadura Militar no Brasil, Arquivos e Registros Documentais da Ditadura e a Relação entre Igreja Católica e Ditadura Militar. Bolsista de Iniciação Científica no CNPq (2008-2009) e do Bolsista de Iniciação Científica UFMA (2009-2010). Atualmente é Supervisora de Ações para o Combate da Tortura da Secretária de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão e Secretária Executiva do Comitê de Combate a Tortura do Maranhão. <http://lattes.cnpq.br/9643402709360782>.

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revisitos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentações em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é o dado, mas recriado pelo especialista em História. O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato de que, ao serem problematizados pelo historiador, transformam-se, em larga medida, em sua criação (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 62-63).

O historiador não deve ser o juiz do passado, pois está envolvido por outras teias discursivas e disputas de poder do seu tempo (correntes historiográficas, ideologias e espaços acadêmicos, por exemplo) e em nome da cientificidade tenta exaustivamente não aparecer como crítico dos fatos, mas, sim, das fontes e das formas como o fato foi narrado.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo analisar, a partir das ações de parte do clero católico maranhense e de estudantes do movimento estudantil, os pontos de interseção e cruzamento que resultaram em significativas ações de manutenção de direitos sociais e humanos e de resistência contra a ditadura militar no Maranhão. Essas ações contribuíram para moldar os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos até hoje atuantes no Estado.

A inquietação surgiu a partir da pesquisa nos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do estado, onde foi possível perceber a fusão destes dois atores sociais em ações de defesa e garantia de direitos, principalmente em São Luís. Os preceitos sociais católicos, fruto do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação, contribuíram como uma das bases ideológicas dessas lutas, e a partir disso esses movimentos passaram a ser observados e perseguidos pelos órgãos de informação e segurança da época.

Nesse sentido, o historiador coleta versões ou detalhes nas várias versões a que tem acesso, para poder elaborar uma narrativa. Resultante de um longo esforço de interpretações das fontes, essa nova

narrativa é consciente das restrições institucionais e das subjetividades inscritas nos documentos. Logo, é possível ao historiador construir novas versões, ou narrativas com um ponto de vista diferenciado em relação aos documentos ou a outras interpretações desses documentos, com base nas pistas que coletou. É a partir das pesquisas que os historiadores podem confrontar as diversas versões sobre os fatos e essas novas interpretações sobre os eventos são decorrentes das questões que surgem para atender às demandas do presente.

Trata-se de uma dimensão em que passado e presente se encontram numa interação que vai muito além de uma mera relação interpretativa a posteriori [...]; é uma dimensão onde predomina um “nexo interno” (Ranke) peculiar entre passado e presente, no qual ambos são elementos cruciais. Aqui, o passado está vivo por causa do seu significado histórico para os projetos de futuro do presente; e o presente, por sua vez, está vivo por que a apropriação cognitiva do passado resulta numa interpretação histórica da emergência do presente (RÜSEN In SALOMON, 2011, p. 270).

As respostas para as perguntas *para quê lembrar o passado? e/ou porque é importante escrever sobre determinado fato?*, no caso específico, não dizem respeito unicamente às novas perspectivas de análises do próprio saber historiográfico ou em novos objetos construídos pelos historiadores, mas também acompanham questões sociais relevantes como a abertura de arquivos, a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)² e de entidades ligadas à perspectiva dos Direitos Humanos.

2 A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei nº 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Os relatórios conclusivos da comissão foram publicados em dezembro de 2014 e encontram-se disponíveis em <http://www.cnv.gov.br/index.php>.

AÇÕES DO CLERO CATÓLICO E DE ESTUDANTES NO PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA

O novo *jeito de ser da Igreja* pode ser caracterizado como um corpo de ideias e práticas forjadas na segunda metade do século XX, que concebia uma função social para a Igreja Católica. É caracterizado como uma reflexão religiosa e espiritual acerca de questões sociais e políticas. A Teologia da Libertação foi uma das expressões teóricas mais significativas dessa concepção social e pregava “a transformação social como salvação” (SERBIN, 2001, p. 107).

Confia na força histórica e transformadora deles, nos seus movimentos, organizações e lutas. Conta com aliados de outras classes sociais que podem fazer corpo com eles e buscar uma libertação não somente para si próprio mas de todo o conjunto da sociedade. A Igreja com sua opção preferencial pelos pobres contra a pobreza pretende ser uma aliada poderosa da causa do oprimido (BOFF, 1986, p. 19).

Esse modelo de Igreja assumiu uma ação orientada para questões vistas antes como de domínio exclusivo da política, principalmente os clérigos que trabalhavam mais próximos aos problemas sociais, como a pobreza, a exclusão e a exploração. Em todos os acontecimentos de propagação dos preceitos do Concílio Vaticano II, os porta-vozes eram os mesmos atores que adaptavam esse novo pensamento católico aos mais variados problemas sociais enfrentados pela população maranhense, através de sermões em missas, publicações ou até mesmo manifestações sociais, como passeatas ou caminhadas.

O historiador ao voltar a sua análise para a sucata, ou seja, aquelas informações dispensadas por aquele que impõe uma versão ou menosprezada por determinada fonte, possibilita a criação de um novo entendimento sobre o passado.

Esse narrador sucateiro [...] não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar aquilo que

é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe nem o que fazer. [...] o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda (GAGNEBIN, 2006, p. 54).

As pesquisas contemporâneas sobre a Ditadura Militar no Maranhão priorizam como análise os grandes eventos, a exemplo da greve da meia passagem em 1979, ignorando ou descartando as informações contida nas entrelinhas desses acontecimentos. Sobre esse aspecto a atividade de pesquisa, quanto a leitura atenciosa do corpus documental vai possibilitar identificar os pequenos eventos que contribuíram para o desembocar dos considerados “grandes eventos”.

O acervo documental escolhido para o trabalho foi construído pelos órgãos de segurança e informação baseados em uma lógica de suspeição presente no momento histórico vivido pelo Brasil, a partir de 1964. A abertura dos arquivos sobre o Regime Militar brasileiro possibilitaram o acesso a fontes que anos atrás não tinham importância para a construção da narrativa histórica, bilhetes trocados entre militantes comunistas, correspondências entre clérigos, impressos distribuídos em missas, relatórios de sindicatos, além de documentos oficiais produzidos pelos agentes de informação são cruzados para a construção de uma narrativa articulada por outro olhar. As mutabilidades dos sentidos desses documentos estão relacionadas com as perguntas que o presente faz sobre seus personagens.

Iniciaremos com um evento religioso de Comemoração do Tricentenário da Arquidiocese de São Luís, ocorrido em 1977 monitorado pela Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da então Fundação Universitária do Maranhão (FUMA)³. Estiveram presentes nesse evento Dom Cândido Padim (à época bispo de Bauru/SP)

3 A UFMA foi fundada em 1966, a partir da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, da Academia Maranhense de Letras e da Arquidiocese do Maranhão, a qual manteve presença ativa nos quadros administrativos da instituição.

e Dom Hélder Câmara (à época arcebispo de Olinda e Recife/PE). O evento foi realizado no seminário de Santo Antônio, no centro de São Luís, durante o mês de agosto.

A presença da ASI/FUMA na cobertura investigativa do evento provavelmente deveu-se à relação entre a igreja e a universidade, pela presença de diversos servidores, entre eles padre Jocy Neves Rodrigues e padre Sidney Castelo Branco Furtado, professores do curso de letras e sociologia, respectivamente, e pelo fato das ASIs serem órgãos ligados ao SNI.

Segundo as informações descritas pelo agente de informação, Dom Cândido começou fazendo referência à fuga dos judeus do Egito como resposta à liberdade vigiada vivida nos tempos do AI-5, momento em que a população brasileira ficou impedida de realizar manifestações. Depois fez uma longa apresentação da Jornada Internacional, proposta criada por ele para receber denúncias de violência e de desrespeito aos direitos humanos, como também, um mecanismo de manifestação da população. O agente de informação destacou ainda que o clérigo em sua fala frisou que somente através da união os apelos poderiam ser ouvidos.

Ainda sobre o tema violação dos direitos humanos, o arcebispo de Olinda/Recife, D. Hélder deu continuidade ao ciclo de palestras no evento. No dia 25 de agosto de 1977, seu sermão foi ouvido, segundo informação da DOPS/MA, por cerca de mil pessoas presentes na Igreja de Santo Antônio, no centro de São Luís. Consta no informe que, dentre os presentes estavam alguns deputados do MDB, servidores da universidade, tendo como figura central a assessora do reitor, Edmar Bastos Ferreira e uma estudante que chamou a atenção do agente, chamada Maria Ignez Guimarães Martins. Além de padres com “registros negativos”: Xavier Gilles, Roberto Etave e Marcos Passerini.

Além dos sermões, as publicações de esclarecimento político, econômico e social, se apresentam como ponto de intersecção entre as entidades estudadas. Essas publicações que eram distribuídas em diversas oportunidades, como nas missas e em encontros das comunidades de base. A DOPS/MA realizava uma intensa vigilância sobre

as atividades do clero católico maranhense e dos estudantes e nessas ações apreendiam muitos desses materiais.

A atuação eclesiástica do padre Marcos Passerini, no Maranhão, durante as décadas de 1970 e 1980, foi marcada por mobilizações em torno dos problemas sociais, como movimentos de ocupações urbanas, na articulação com o movimento estudantil, através da Pastoral da Universitária e na defesa dos menores abandonados na cidade de São Luís. Nesse período elaborou o boletim 25 de Março, cujo subtítulo era: DEDICADO AOS “MAIORES” DA CIDADE DE SÃO LUÍS.

Nesta publicação, o padre dedicou especial atenção à problemática das crianças e adolescentes moradores de rua, abordando o tema do ponto de vista da falta ou da má execução de políticas públicas. Para representar o enfoque do menor de idade, o símbolo do informativo era uma boneca de brinquedo, com o rosto sombreado e com aparência desgastada.

Figura 4 - Capa do boletim 25 de Março



Fonte: Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão

Legenda: Capa do Boletim 25 de março, nº 02.

Segundo o próprio padre, em entrevista, relatou que ao ser detido para prestar esclarecimentos sobre o seu suposto envolvimento na Passeata pela Paz, em 1978, foi indagado pelo delegado da Polícia Federal sobre a utilização do rosto de Lênin como símbolo da publicação, e respondeu que se tratava apenas do rosto de uma boneca e não de qualquer mensagem comunista subliminar. Atualmente, a entidade gestora do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes ameaçados, leva seu nome — Centro de Defesa Marcos Passerini.

Em São Luís registraram-se algumas manifestações no final da década de 1970, período de início da abertura política com a revogação do AI-5 por Geisel. Alguns sacerdotes se envolveram nesses atos públicos de cunho político como Dom João José da Motta, padre Marcos Passerini, dentre outros. As passeatas permitem compreender como as mudanças propostas pelo regime afetaram o cenário político social local nesse período, que corresponde a um momento de definição ideológica dos movimentos sociais (BORGES, 2008).

As mobilizações [...] podem ser o embrião de futuros movimentos sociais, que, porém, não se esgotam simplesmente com o atendimento de suas reivindicações. Podem aliviar as tensões, amenizando os problemas, mas permanece a questão do fundo (SANTOS, 2008, p. 121).

Entre os movimentos mais expressivos registrados pela DOPS/MA e que contaram com a participação de religiosos e estudantes, estão a Caminhada pela Paz (1978) e a Greve da Meia Passagem (1979)⁴.

A Caminhada pela Paz, ocorrida em 27 de agosto de 1978, é um episódio bem representativo da disposição dos estudantes de não limitarem sua ação ao espaço universitário das articulações entre a fé católica e a atividade política no âmbito do ME. É reveladora também do grande potencial de arbítrio, e mesmo de violência, que os órgãos de segurança pública reservavam aos chamados “provocadores” (BORGES, 2008, p. 52).

4 Foram registrados também mobilizações contra a carestia e em defesa dos Direitos Humanos, porém sem o destaque dado pela DOPS/MA para a ação de padres nessas movimentações, mesmo sabendo que a luta pelos direitos humanos foi encabeçada pela Arquidiocese de São Luís.

Segundo seus organizadores, o ato tinha como objetivo prestar uma homenagem ao falecido papa Paulo VI, conhecido como Peregrino da Paz. A passeata saiu do Campus da UFMA com destino à Igreja da Sé, onde seria ministrada pelo padre Sydney Castelo Branco, uma palestra intitulada Vida e obra do Papa Paulo VI. No entanto, os órgãos de segurança bloquearam a passagem na altura da Barragem do Bacanga, única via de acesso da universidade ao centro da cidade.

O evento foi largamente noticiado pela imprensa, devido ao aparato policial utilizado, como fuzis, metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, além do grande contingente policial, número muito superior à quantidade de manifestantes, que segundo o padre Marcos Passerini, em entrevista, não chegava a trinta, como é possível perceber na imagem abaixo.

Figura 5 - Caminhada pela Paz



Fonte: Jornal O Imparcial 27/08/1978.

Legenda: Registro fotográfico do momento da caminhada.

Ainda em entrevista, o padre Marcos Passerini relatou que havia, na passeata uma intenção de testar o aparato repressivo, pois esse religioso não tinha ideia de como a polícia agiria nesse tipo de situação, e que ficou espantado com a quantidade de armamento presente. Depois de dispersada, o padre foi detido juntamente com outros três religiosos⁵ sendo levados à Polícia Federal para prestar esclarecimentos, onde foi interrogado sobre ter pedido aos demais estudantes que fugissem do local, para que assumissem a responsabilidade.

Outro detalhe importante relatado pelo clérigo foi o fato de ter sido a ele apresentado um dossiê contendo inúmeras fotografias sobre as suas ações na paróquia de São João Batista, no centro de São Luís. O dossiê teria confirmado suas suspeitas de que um dos integrantes das reuniões, que ocorriam na igreja, era informante da Polícia Federal e que após esta data, essa pessoa não retomou suas atividades na paróquia⁶.

Interessante ângulo de observação da politicamente despretensiosa Caminhada pela Paz é indicado na própria denominação do evento, que enaltece não o papa, mas a paz, em um momento em que, no Brasil, o Estado patrocinava guerra aos seus opositores. Isso reforça a ideia de uma articulação entre fé e política, no movimento estudantil da época. Articulação em um duplo sentido: católicos abraçavam questões e movimentos políticos ao mesmo tempo em que influenciavam estes últimos com ideias religiosas. Assim, se em situação ideal, poderíamos supor que o teor das lutas políticas fosse elaborado por organizações ou grupos de esquerda como os partidos, as motivações religiosas inscritas na *Caminhada pela Paz* indicam que a situação que se tem aqui apresenta nuances diferentes (BORGES, 2008).

5 Além do Pe. Marco Passerini, foram detidos os padres Regian Pacini, Fernando Levecque e o seminarista Luís Alberto (BORGES, 2008, p. 53).

6 Em pesquisa no acervo do Sistema Nacional de Informação disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp> foi encontrado um documento referente a um estudante que possivelmente seja essa pessoa informada pelo padre. No informe a DOPS relatou que o estudante era “agente duplo, isto é, traz algumas informações do meio estudantil para a DOPS/MA e leva informações da DOPS/MA para o meio estudantil”.

Esse entrecruzamento entre ações de estudantes e de clérigos pode ser considerada uma pista para uma relação entre sujeitos que se processou ao longo do período e que surgiu de forma mais acintosa em determinados momentos. O episódio da Greve da meia passagem, em 1979 pode ser um desses momentos, pois em todos os eventos relatados acima podemos perceber a participação dos padres Marcos Passerini e Sydney Castelo Branco bem como dos líderes estudantis Juarez Medeiros e Maria Ignez Martins, mas não como uma mera coincidência e sim como indicativo de relações mais amplas e complexas.

Tal envolvimento não teria sido exclusivo do Maranhão. Com o avanço da repressão sobre os movimentos organizados pelos estudantes, principalmente após 1968 com o AI-5 e com o Decreto nº 477/1968 — conhecido como o AI-5 das Universidades —, o movimento estudantil buscou articulações com outros setores sociais e passaram a ser monitorados de forma conjunta pelos órgãos de informação.

Em 1969, dom Hélder começou a apontar para outra questão pela qual sua trajetória ficaria marcada: a aproximação com o movimento estudantil. Em maio, o CI/DPF anotou que, em missa celebrada no Recife, ele condenou a perseguição aos estudantes e a perda de seus direitos, o que feria a Declaração dos Direitos Humanos e, também, cerceava a autonomia universitária, prejudicando a vida dos adolescentes. Em suma, o bispo clamava pela supressão das punições aos jovens (GOMES, 2014, p. 115-116).

O historiador MOTTA (2014) chamou atenção para o fato de que essa tríplice relação (Igreja Católica, Movimento Estudantil e Ditadura) teria ocorrido em todo o país com nuances específicas. No Maranhão, os documentos da comunidade de informação e segurança mostraram preocupação tanto com a capacidade de mobilização do movimento estudantil quanto com a atuação do clero e sua inserção no meio social.

O ano [...] 1978, marca o aparecimento do grupo que inaugurou a presença numerosa e organizada de estudantes ligados à Igreja Católica na vida política da Universidade e, por extensão, da cidade. Trata-se do Grupo Unidade, que foi organizado no seio da Pastoral da Juventude/Universitária com o objetivo de atuar no movimento estudantil, encaminhando as lutas desse segmento (BORGES, 2008, p. 52).

A Igreja Católica foi, até 1979, o setor ideológico com maior influência no meio estudantil, como aponta BORGES (2008). Porém essa influência se dividia em duas frentes a ligada a Juventude Autêntica Cristã, dirigida pelo padre João Mohana, sediada na Igreja da Sé, no centro de São Luís e, a outra era a Pastoral Universitária orientada pelos padres Marcos Passerini e Rejean Pacini, com encontros realizados na Igreja de São João, também no Centro de São Luís.

Ambos os grupos tinham suas orientações voltadas para o Concílio Vaticano II, porém se diferenciavam na condução das ações. Os jovens da Pastoral Universitária tinham como foco principal de discussão temas políticos, voltando suas críticas e reflexões ao regime autoritário e as desigualdades sociais. No entanto, as ações da Juventude Autêntica Cristã tinham foco na preparação de lideranças, a partir de preceitos morais e religiosos.

A movimento da meia passagem não surgiu com a greve. Em 1978, através da articulação dos estudantes das Universidades Federal e Estadual a Campanha pela meia passagem foi lançada com abaixo assinado com mais de 34 mil assinaturas e um ato na Praça Deodoro com 500 pessoas.

Já em 1979, a prefeitura de São Luís sancionou, em setembro o terceiro aumento de passagem, a reação foi imediata. Os estudantes cruzaram os braços e saíram em mobilização, que resultou na greve geral dos estudantes da Universidade Federal e, posteriormente da Universidade Estadual. No dia 17 de setembro de 1979, cerca de 15 mil estudantes,

muitos fardados, pois o movimento mobilizou os estudantes secundaristas, lotaram a Praça Deodoro, no centro de São Luís e seguiram para a Praça Dom Pedro II, sede dos governos municipal e estadual.

O movimento se dividiu em vários grupos que desceram por diferentes ruas do centro de São Luís, porém foram interceptados pela polícia antes de chegarem ao Palácio. Com o bloqueio policial e violência e prisão de alguns manifestantes, os estudantes recuaram, mas no dia seguinte tornaram a se concentrar na Praça Deodoro, para mais uma tentativa.

Dia 18 de setembro, a repressão por parte da polícia foi maior resultando em 50 pessoas feridas, 1000 pessoas detidas e 300 pessoas presas, entre elas muitos adolescentes. A cidade parou. Nesse momento, frente as violações, além da meia passagem, os estudantes passaram a reivindicar a libertação das pessoas presas e a retirada do poder repressivo das ruas. Muitas entidades condenaram a atitude do poder público, até que no dia 22 de setembro o governador, na época, João Castelo autorizou a replantação da meia passagem, contribuindo para a suspensão da greve dos estudantes.

A greve foi um estopim de uma série de insatisfações econômicas e sociais vividas pela sociedade maranhense na época. O final da década de 1970 e início de 1980, o Maranhão foi palco de diferentes violações de direitos. Nesse período crescia as expulsões dos trabalhadores do campo e como consequência o inchaço, principalmente na cidade de São Luís; a crise econômica, pós milagre, fazia com que o custo de vida da população aumentasse, surgindo movimentos contra a carestia; os protestos contra a instalação da Alcoa, acusada por graves problemas ambientais e sociais, dentre outros. Esses acontecimentos contribuíram para a mobilização das *Frentes*, segundo Borges (2008), em defesa da redemocratização do país por via popular.

A abertura dos arquivos sobre o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) possibilitou o crescimento tanto do número de trabalhos sobre essa temática quanto das informações sobre eventos e fatos já analisados por autores desde o fim da ditadura. As diversas formas de resistência aos governos militares, registradas pelos órgãos de informação e segurança, passam a ter destaque nas narrativas sobre os eventos que marcaram o estado de exceção na história recente do Brasil.

Nesse cotidiano de repressão e violência, clero e estudantes encaixaram as listas dos subversivos locais, motivo pelo qual sempre havia um agente de informação inserido nas missas, reuniões e mobilizações. Esses grupos estiveram entre as principais preocupações dos órgãos de informação no Maranhão. Essa constatação não se deve somente a existência de séries documentais intituladas Estudantes e Entidades Religiosas, mas pela intensa investigação às suas atividades que foram encontradas.

No entanto, a presença dos padres nesses movimentos serviu minimamente como escudos ou como centralizadores das perseguições empreendidas tanto pelo poder público como por particulares e talvez tenha evitado que o número de mortes e violações tivessem sido maiores. Com a abertura política e o fim da ditadura, em 1985, os movimentos sociais articulados com a Igreja, passaram a ganhar independência, não só em termos de discurso quanto em termos de espaço. Os grupos que precisavam dos salões paroquiais e da liderança dos clérigos para fazer ressoar suas reivindicações (BORGES, 2008) rearticulam-se em torno de novas agendas e expedientes, como o caso da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (1979) e da criação local do Partido dos Trabalhadores — PT (1980).

A abertura política, o fortalecimento dos movimentos sociais, a criação dos partidos políticos, o fortalecimento dos sindicatos, o fortalecimento do conservadorismo da Igreja após Puebla e o fim da ditadura representaram eventos que fizeram com que o clero ressig-

nificasse a sua agenda de reivindicações, pulverizando em diversas frentes e pastorais ações que antes estavam articuladas em torno de objetivos bem específicos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BOFF, Leonardo. **E a igreja se fez povo: eclesiogênese — a igreja que nasce da fé do povo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BORGES, Arleth Santos. **PT Maranhão 1980-1992: origens, organizações e governos**. São Luís: EDUFMA, 2008.

CARNEIRO, Marcelo S. **Terra trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARREIRO, Gamaliel da Silva; FERRETTI, Sergio Figueiredo; SANTOS, Lyndon de Araújo (org.). **Missa, culto e tambor**. São Luís: EDUFMA, 2012.

CARREIRO, Gamaliel da Silva; FERRETTI, Sergio Figueiredo; SANTOS, Lyndon de Araújo (org.). **Religiões e religiosidades no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar esquecer escrever**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **A micro-História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o an-

ticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SALOMON, Marlon (Org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó, SC: Argos, 2011.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais urbanos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

SERBIN, Kenneth. Padres, **Celibato e Conflito Social**: uma história da Igreja

Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

“União pelo Ceará” Articulação política e anticomunista na/ pela imprensa cearense de 1962

Jucelio Regis da Costa¹

INTRODUÇÃO

A conjuntura política brasileira, correspondente entre os anos de 1961 a 1964, esteve profundamente marcada pelo embate político entre os grupos que representavam as esquerdas e as direitas no país (MOTTA, 2002). Os embates políticos se desenrolaram por diversos atores históricos, como por exemplos, trabalhadores rurais, empresários, partidos políticos, instituições religiosas, institutos, mulheres conservadoras e a própria imprensa. Estes atores recorreram à imprensa e com o apoio dela, demonstraram posicionamentos políticos contundentes em relação à alguns acontecimentos da conjuntura nacional brasileira como: a posse de João Goulart, a medida parlamentarista, as eleições de 1962, a Reforma Agrária, a campanha plebiscitária de 1963, o Comício da Central do Brasil — RJ e as Marchas da Família com Deus pela Liberdade

¹ Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestrado em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Tem exercido profissionalmente na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia. Exerce estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira, <http://lattes.cnpq.br/2002116403494703>, elielasafe@gmail.com.

no pré-Golpe de 1964, o Golpe de 1964 e as Marchas da Vitória no pós-Golpe de 1964 (FERREIRA; GOMES, 2014).

Os embates entre os grupos das direitas e os grupos das esquerdas no Brasil em torno desses acontecimentos, tendo a participação interessada da imprensa escrita nesses eventos, nos seus desdobramentos em diversos estados da federação e no processo de construção de sentidos, fizeram com que houvesse um movimento que foi marchando com os objetivos de desestabilização, isolamento e deposição do presidente João Goulart e na contenção do avanço das esquerdas brasileiras, especialmente na região Nordeste (CORDEIRO, 2009).

No conjunto desses acontecimentos, destacaremos as eleições de 1962 com a finalidade debater acerca do processo histórico de formação do grupo político cearense, que foi intitulado como “União pelo Ceará”, em torno das eleições majoritárias de 1962. A “União pelo Ceará” teve como principal significação de existência, uma intensa articulação e mobilização política, integrando ou reagrupando as expressivas forças conservadoras (políticas, econômicas, religiosas e militares) em todo o estado do Ceará, sobretudo, na disseminação de uma engenhosa campanha política anticomunista na imprensa escrita, televisiva e radiofônica. A campanha política cearense na defesa de um pensamento anticomunista teve como principal expoente Armando Falcão que discursava através dos referidos veículos informativos, promovendo uma desarticulação da agenda governamental do então presidente João Goulart. A partir da imprensa escrita cearense, como os periódicos *Correio do Ceará*, *Unitário*, *O Nordeste*, *Gazeta de Notícias* e *O Povo*, possibilitou identificar os diversos embates e disputas entre as direitas e esquerdas cearenses durante o processo de disputa eleitoral de 1962. As direitas eram representadas pela “União pelo Ceará” na figura de Virgílio Távora e as esquerdas, organizadas pelo grupo “Frente Democrática”, dirigido pelo can-

didato Adahil Barreto. A polarização política entre esses grupos antagônicos em suas ideias e projetos de sociedade e de governo foram travados a partir dos respectivos temas: comunismo-democracia, dinheiro do IBAD, industrialização conservadora, reforma agrária-reforma agrária “cristã” e imprensa. Como resultado de pesquisa, percebeu-se que as elites conservadoras e a imprensa cearenses desempenharam ações contra o projeto de reformas e do nacionalismo de João Goulart, por meio da apropriação de discursos, acordos políticos e econômicos, obtendo ao final das eleições de 1962 expressiva vitória.

A eleição de 1962 se tornou num acontecimento que aguçou o enfrentamento político entre os grupos políticos em disputas ideológicas. Alguns elementos são indispensáveis para pensarmos como se deu o processo de participação de determinados grupos políticos, instituições, autoridades e a imprensa cearense nessas eleições. Podemos mencionar aqui alguns pontos centrais que permearam o processo de formação e atuação do grupo “União pelo Ceará” na referida eleição: a participação do instituto IBAD, CPI do IBAD, disputas entre os candidatos ao governo estadual (Adahil Barreto — PTB e Virgílio Távora — UDN/PSD), a pauta da corrupção eleitoral, as estratégias de ataques e defesas entre os dois candidatos, Virgílio como candidato modelo ao anticomunismo, como modelo de liderança, reforma agrária e as narrativas em torno do pensamento anticomunismo.

Virgílio Távora havia exercido o ministério da Viação e Obras Públicas no início do governo João Goulart e em função do desejo de disputar a vaga para governador do estado do Ceará, ele pediu a renúncia do cargo. Ao retornar à capital cearense (Fortaleza), Virgílio em 1962, rapidamente conseguiu mobilizar as lideranças, os diretórios partidários e boa parte da imprensa escrita para expor suas pretensões em concorrer às eleições no estado. Houve grande expectativas e euforia em torno do futuro candidato ao

governo estadual cearense. Em todas as regiões do estado havia de fato intensa recepção do seu nome. Mas nem tudo eram flores e alegrias, pois esse clima em breve mudaria com a chegada do calendário eleitoral e finalmente, os candidatos passaram a entrar na arena de disputas nesse jogo político.

Logo os impasses se apresentariam à campanha de Virgílio Távora. No dia 03 de setembro de 1962 o jornal Última Hora trazia à público uma denúncia, a qual se baseava em uma carta enviada pelo candidato da oposição Adahil Barreto ao referido jornal carioca. A carta publicada pelo jornal trazia detalhes acerca do envolvimento do instituto IBAD na promoção da candidatura de Virgílio Távora.

“O dirigente geral da distribuição da verba vinda do Rio é o Sr. Milton Mota Fernandes, cunhado de um tal Herculaniano Carneiro, que manipula as verbas do IBAD em Pernambuco. Os veículos “Kombi” tem, em sua maioria chapa de Pernambuco. A propaganda em rádio, jornais e televisão é paga pela agência de publicidade “Promotion”. A Base da campanha: faixas, cartazes, amplificadores e um parque motorizado numeroso. Os intermediários da entrega da verba aos candidatos são o Prof. Humberto Elley e o Coronel Sabino Guimarães. Além do sr. Virgílio Távora, candidato a Governador, o maior beneficiário do esquema financeiro é o Sr. Armando Falcão, que tem a seu dispor os mais caros horários do rádio e TV, onde ataca o Sr. Adail Barreto e o Presidente João Goulart. Quanto aos jornais, o problema se agrava, já que além do espaço adquirido pela “Promotion”, os agentes do IBAD estão exigindo a demissão ou afastamento dos jornalistas que não concordam com a linha de sua campanha.

Cerca de mil caminhões, jipes e camionetas estão alugados para transportar eleitores no dia sete. O dinheiro do IBAD está depositado na Cooperativa Brasil de Crédito, em Fortaleza”. Como é natural, um derrame de dinheiro em tais proporções, embora funcione bastante em um Estado de tradição eleitorais negativas como o Ceará, resulta em um escândalo estadual, pois ninguém consegue ocultar um fato de tal grandeza. Daí resulta uma reação que em Fortaleza e demais grandes centros do Ceará é enorme.

A nota publicada deixava explícito uma denúncia pública relacionada ao esquema de corrupção nacional nas campanhas eleitorais de vários candidatos que disputavam vagas para governadores, tornava evidente alguns elementos que vinculava a figura de Virgílio Távora com o instituto IBAD e afirmava que o IBAD “está despejando 100 milhões de cruzeiros em apoio à candidatura de Virgílio Távora”. De fato, a nota enviada e publicada no UH buscava dar visibilidade as ações de corrupção que envolvia a corrida política para a chegada ao poder estadual cearense, que se utilizou de recursos financeiros destinado pelo instituto IBAD, como demanda auxiliar na formação e na atuação do grupo “União pelo Ceará”, especialmente para a promoção da campanha anticomunista nessas eleições.

Além do problema envolvendo as questões de financiamento de campanha política desse grupo ligado à Virgílio Távora, Adahil Barreto, candidato da “Frente Democrática” apontava o envolvimento de Armando Falcão, como principal articulador e beneficiário dos recursos destinados pelo IBAD. Sem dúvidas, Armando Falcão teve papel significativo nas eleições de 1962 no Ceará, especialmente, porque ele conseguiu conduzir os interesses dos diferentes grupos políticos e traduzi-las em campanha de união de forças, sobretudo, de lideranças de peso econômico tanto de Fortaleza como das cidades interioranas.

Segundo a nota, os recursos do IBAD eram destinados à compra de materiais de campanhas, horários na TV, espaço na imprensa, incluindo a aí a destinação de transportes e de intermediários para recebimento e para necessidades do grupo “União pelo Ceará”. O investimento recebido pelo grupo conservador cearense teve papel importante no desenvolvimento de “um programa de luta e combate ao crescimento das esquerdas no Nordeste. No Ceará, as forças conservadoras estavam preocupadas com o avanço do Partido Trabalhista Brasileiro que vinha conquistando aceitação na capital e no interior” (COSTA, 2016, p.40). Este aspecto permeou todo o processo de disputas das eleições de 1962 e após a divulgação dos

seus resultados oficiais, foi possível constatar que o grupo “União pelo Ceará” mesmo tendo vencido o pleito eleitoral, o PTB, enquanto movimento político que representava naquele momento a “Frente Democrática, obteve o alcance de resultados satisfatórios elegendo muitos candidatos à prefeituras, vereadores e deputados estaduais. As eleições de 1962 apontava dois caminhos opostos: um relacionado à reestruturação das forças conservadoras advindas dos partidos de peso no Ceará como UDN, PSD e PTN; já o outro sinalizava que “o caminho para a expansão e a influência do partido de João Goulart no Ceará continuou aberto mesmo após as eleições de 1962, tornando-se portanto, motivo de preocupação para as lideranças que alcançaram o poder” (COSTA, 2016, p.40).

Em resposta às acusações feita pelo candidato Adahil Barreto, da “Frente Democrática” em dimensão nacional através do jornal carioca Última Hora, o candidato do grupo conservador “União pelo Ceará” - Virgílio Távora, recorre ao periódico cearense Gazeta de Notícias, 12 de setembro de 1962, para se defender. O referido jornal trazia em caixa alta e título em negrito a nota enviada pelo grupo, **“CALÚNIA CONTRA VIRGÍLIO TÁVORA É A ARMA DO DESESPERO!”**, como medida de respostas e de ação política.

A nota mandada daqui de Fortaleza e publicada em “Última hora” do Rio, de 3 do corrente, pelo “staf” do sr. Adail Barreto, não fere de modo algum a dignidade do sr. Virgílio Távora e dos demais candidatos da “União pelo Ceará”. Enodôa, isto sim, a quem a fez e a mandou divulgar no Rio de Janeiro, valendo-se da calúnia que é a arma do desespero e da derrota. O vespertino carioca, cujas idéias são idênticas às do candidato da chamada Frente Democrática, fez publicar a notícia “com aspas”, tal qual saiu do bureau da propaganda do sr. Adail, naturalmente adivinhando, pressentindo as inverdades contidas na mesma. Isto é grave! Prova de que o “staf” de Adail caiu na própria cilada, na própria armadilha, na própria arapuca! Mantendo a integridade da correspondência a “Última Hora” quis dizer isto ao sr. Adail e seus escribas: “Podemos divulgar a mentira, tal como foi forjada, mas não assumiremos a responsabi-

lidade por ela". E, de fato, não assumiu, não encampou a infância. Deu-lhe guarida em suas colunas, mas nauseada. Com nojo. Mesmo porque não é de suas atribuições julgar o povo do Ceará, a quem a nota infamante atinge profundamente, levemente, dizendo tratar-se um "Estado de tradições eleitorais negativas". Veremos, dr. Adail! O sr. Não perde por esperar! Quanto ao conteúdo da nota fala por si mesmo. Ninguém sabe em Fortaleza quem é o sr. Milton Mota Fernandes. Tão pouco o seu cunhado Herculano Carneiro. Ninguém, ninguém mesmo, sabe da existência no Estado de uma agência de publicidade intitulada "Promotions". Ninguém viu camioneta oficial alguma fazendo a propaganda de Virgílio. Nem camisetas, caminhões e jipes. Nem o dinheiro do IBAD. A campanha da "União pelo Ceará" tem sido pobre e o povo do Ceará é testemunha, muito mais pobre, muito mais sacrificada do que a de seus adversários da Frente Democrática. Não se conhece, outrossim, caso algum de jornalista que haja sido demitido do emprego por estar a favor ou contra o seu Adahil. O espaço da "União pelo Ceará, como matéria paga, não ultrapassa o dos seus adversários. É o mesmo. Na televisão e nas emissoras de rádio foi o mesmo. Continua o mesmo, agora que os programas estão sob o controle da Justiça Eleitoral. Os recursos da "União estão muito aquém dos da Frente. Vistosos e caríssimos são os cartazes do sr. Adahil Barreto, distribuídos fartamente.

A nota do grupo "*União pelo Ceará*" explicava um conjunto de preocupações perante os desafios que aparecia na corrida pela conquista do poder estadual, especialmente, com os seus adversários. Em grande medida, a nota publicada teve a pretensão de salvaguardar a imagem de Virgílio Távora das acusações realizadas pelo Adahil Barreto. Para se sobressair dessa situação, o texto produzido na nota se utilizou de um tom moralista, desqualificando as ações de Adahil Barreto, objetivando colocar o seu inimigo político em situação de alguém que não possui credibilidade e confiança. O tom moralista serviria como arma estratégica para construir uma identidade ao candidato Adahil Barreto, de uma pessoa "que se utiliza de meios inconvenientes e ilegais para conquistar o poder político" (COSTA, 2016, p.42). Além de haver a tentativa de desmentir qualquer tipo de relacionamento de Virgílio Távora ao dinheiro do IBAD, a nota possuía a argumentação de que

a credibilidade de Adahil Barreto era frágil, uma vez porque, ele não tinha confiança nem pelo próprio jornal Última Hora, “que publicou na íntegra o “staff” e entre aspas” (COSTA, 2016, p.40).

Para aumentar o poder de ação contra Adahil Barreto e para se defender das acusações relacionadas ao IBAD, a União pelo Ceará emite uma outra nota ao jornal Gazeta de Notícias, 13 de setembro de 1962, no dia seguinte com o respectivo título: “PARA JULGAMENTO DO POVO DO CEARÁ”:

Para severo castigo dos companheiros da chamada “Frente Democrática” e, mais uma vez, para que o povo do Ceará possa, com imparcialidade, fazer um julgamento do “staff” que cerca o sr. Adahil Barreto, transcrevemos abaixo a nota publicada na edição do jornal “Última Hora” do Rio de Janeiro, do dia 3 do corrente. O “staff” do sr. Adail Barreto, candidato nacionalista ao Governo do Ceará, conseguiu fazer um levantamento completo do mecanismo de ação do IBAD, que esta despejando 100 milhões de cruzeiros em apoio à candidatura Virgílio Távora. As informações transmitidas ao Rio de Janeiro são as seguintes: “O dirigente geral da distribuição da verba vinda do Rio é o Sr. Milton Mota Fernandes, cunhado de um tal Herculano Carneiro, que manipula as verbas do IBAD em Pernambuco. Os veículos “Kombi” tem, em sua maioria chapa de Pernambuco. A propaganda em rádio, jornais e televisão é paga pela agência de publicidade “Promotion”. A Base da campanha: faixas, cartazes, amplificadores e um parque motorizado numeroso. Os intermediários da entrega da verba aos candidatos são o Prof. Humberto Ellery e o Coronel Sabino Guimarães. Além do sr. Virgílio Távora, candidato a Governador, o maior beneficiário do esquema financeiro é o Sr. Armando Falcão, que tem a seu dispor os mais caros horários do rádio e TV, onde ataca o Sr. Adail Barreto e o Presidente João Goulart. Quanto aos jornais, o problema se agrava, já que além do espaço adquirido pela “Promotion”, os agentes do IBAD estão exigindo a demissão ou afastamento dos jornalistas que não concordam com a linha de sua campanha”. “Cerca de mil caminhões, jipes e camionetas estão alugados para transportar eleitores no dia sete. O dinheiro do IBAD está depositado na Cooperativa Brasil de Crédito, em Fortaleza”.

A nota trazia indícios de atenção por parte dos membros pertencentes ao grupo “União pelo Ceará” que era a questão da opinião pública, envolvendo a destinação de verbas financeiras do IBAD ao Virgílio Távora para a campanha eleitoral. Por outro lado, a imprensa era utilizada e participava desse processo de fabricação e disseminação de uma opinião pública, incorporando o tema do voto, os candidatos e o tempo de propaganda eleitoral. Assim a imprensa servia como espaço de poder para o exercício de acusações e também de defesa em torno de alguns acontecimentos.

Após o pleito eleitoral de 1962, o grupo “União pelo Ceará” enfrentaria uma nova batalha nas páginas dos jornais: em 1963 a pauta da agenda política nacional foi a campanha plebiscitária e a montagem da comissão parlamentar de inquérito, que tinha por interesse fazer investigações sobre as ações de corrupção mediante o dinheiro do IBAD enviado ao candidato Virgílio Távora e outros candidatos em diversos estados brasileiros, de oposição ao governo João Goulart. O tema da CPI chega até à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o confronto é aberto entre os deputados José Simões e Temístocles de Costa e Silva, conturbando os trabalhos na casa e polarizando os posicionamentos entre os dois grupos divergentes.

Denúncia em Fortaleza Na Assembléia Legislativa do Ceará, os trabalhos estão tumultuados desde a última quarta-feira, quando o líder do PTB, Sr. José Simões, acusando o IBAD, exigiu fosse esclarecida a eleição de deputados pelo IBAD. O Sr. Temístocles de Castro e Silva, afirmando-se porta-voz do Governador Carlos Lacerda, tumultuou ainda mais a sessão, acusando de comunistas os contrários ao IBAD. O Sr. Haroldo Sanford declarou ter certeza de que vários deputados estaduais foram financiados pelo IBAD. Reportagens de UH sobre as atividades do IBAD no Ceará foram lidas pelo Sr. José Simões, solicitando ainda que o Deputado Aécio de Borba e o General Humberto Ellery sejam arrolados pela CPI da Câmara Federal (9 de agosto de 1963, UH).

A referida CPI não obteve sucesso, porque no momento de realização dos trabalhos investigativos, houve uma renovação na composição na câmara dos deputados e parte da comissão montada possuía deputados envolvidos com os escândalos do instituto IBAD. Mesmo contando com esses impasses para o avanço das investigações, uma medida foi tomada no sentido de resolução do problema, que foi a extinção do instituto IBAD no dia 20 de dezembro de 1963.

Simultaneamente às acusações recebidas, o grupo “União pelo Ceará” mobilizava o discurso anticomunista na campanha política eleitoral de 1962. O interesse pelo discurso anticomunista tinha a finalidade de mascarar “a realidade vivida e ao mesmo tempo manipulava os eleitores, moldando-os através de uma perspectiva na qual, os comunistas eram concebidos como “caluniadores”, “difamadores” e “derrotados”” (COSTA, 2015, p. 49). A “União pelo Ceará” envia uma terceira nota ao jornal Gazeta de Notícias, 11 de setembro de 1962, procurando qualifica-lo como candidato a partir de alguns elementos:

VIRGÍLIO: CANDIDATO DO BEM COMUM E NÃO DO COMUNISMO INTERNACIONAL Não estamos aqui para atacar ninguém. Mas esclarecer, comentar, debater com elevação e patriotismo os temas da sucessão no Ceará. Jamais poderíamos negar ao Partido Democrata Cristão, liderado por jovens idealistas, como os srs. Gentil Nogueira e Aderbal Freire, o direito de ter candidato próprio, contrariando uma tendência generalizada do eleitorado cearense, que inegavelmente deseja Virgílio Távora e não Adail Barreto. Concordamos mesmo com a técnica adotada pelo PDC, de crescer por um gesto de rebeldia, aproveitando contrariar um ponto de vista unânime. Politicamente, o “golpe” caracteristicamente eleitoreiro do PDC é, até certo ponto, justificável. O que não se justifica, o que não se entende, o que se condena é a aliança de um Partido Democrata Cristão, que luta pelo Bem Comum, com os remanescentes do extinto Partido Comunista do Brasil, que luta pela Ditadura do Proletariado, pelo Totalitarismo, pelo Esmagamento do Povo, pelo Trucidamento da Liberdade: Hungria, Polônia, Alemanha Oriental, Iugoslávia,

Tchecoslováquia, România, Albânia, China, a metade do mundo escravizada à brutalidade dos métodos soviéticos. Isso nós não entendemos. Homens que integram um partido democrático e cristão, em nome de um candidato “soi-disant” NACIONALISTA, como o sr. Adahil, de braços dados, de mãos dadas com os comunistas que, em perseguições bestiais, ergueram o Muro da Vergonha em Berlim, massacram a Hungria e a Polônia Católicas, condenam os chefes da Igreja do Silêncio à prisão perpétua, ao fuzilamento e ao enforcamento — para que no Ceará o sr. Gentil, o sr. Adail estendam a cândida mãozinha aos representantes de Carlos Prestes. Virgílio Távora, candidato da União pelo Ceará, não é um reacionário. Não é um político profissional, desses que vivem unicamente da política. É um administrador honrado. Capaz. Eficiente. Dinâmico. Um democrata, um cristão. Claro, nunca foi comunista. Também nunca foi um “anticomunista” profissional. Um fanático do “anticomunismo” como existem tantos no mundo, como uma reação normal ao fanatismo bolchevista de outros. Pelo contrário: não sendo comunista, nunca tendo sido comunista, sabe perfeitamente que a melhor maneira de evitar o comunismo é lutar, dentro da democracia, dentro do clima de liberdade, pela emancipação econômica do povo, pela melhoria das condições de vida do operariado, criando novas condições de riqueza para o Ceará e para o Brasil, abrindo perspectivas verdadeiras a um melhor nível de vida às classes menos favorecidas. Que fez o sr. Virgílio Távora no Ministério da Viação? Precisamente isso. Deu trabalho e progresso ao Ceará. Velou incessantemente pelos seus interesses, o seu porto, a sua eletrificação, as suas estradas, as gentes dos seus lagamares e arraiais empobrecidos. Onde o reacionário? Onde o político distanciado do povo? Dos trabalhadores, do campo e da cidade? Porventura não é um homem dessa estirpe, dessa linha, o primeiro a merecer o apoio do Partido Democrata Cristão? Ou o PDC cearense prefere ser “vedeta” — e “vedeta” escandalosa! — para aumentar os seus pingues recursos eleitorais às custas de uma aliança nefanda com os remanescentes do Partido Comunista do Brasil? Onde a responsabilidade DEMOCRÁTICA E CRISTÃ neste episódio da sucessão cearense? Longe dos extremos políticos, que produziram Hitler e Stálin, mas atento, profundamente atendo ao desenvolvimento da comunidade, do elemento social, do povo que trabalha e produz, sitou-se o sr. Virgílio Távora, política e ideologicamente. O seu antagonista foi buscar nos subterrâneos do comunismo nativo —

voraz e demagogo — os seus instrumentos de agitação e confusão do espírito popular. A uma união política, de grande envergadura, de um sentido enorme para um Estado sub-desenvolvido, aplicou-se a pecha infamante, tipicamente do vocabulário bolchevista: “cambalacho de cúpulas”, “acordos de reacionários”, “poderio econômico”, “classes dominantes” e baboseiras tais.

A nota publicada acima tinha muitas direções: o fortalecimento da candidatura de Virgílio Távora “através de uma campanha anticomunista que somente teria sentido quando girava em torno dos seus oponentes que eram concebidos como representantes das “ideologias estrangeiras”: comunismo e socialismo”. Por outro lado, ela também buscava afirmar e fortalecer “a personalidade de Virgílio Távora, atribuindo a ele, as características de “um administrador honrado”, “Capaz”, “Eficiente”, “Dinâmico”, “Um democrata” e “Um cristão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxito da vitória pelo grupo “União pelo Ceará” nas eleições brasileiras de 1962 se deu mediante a junção de vários elementos como: recebimento de recursos financeiros advindos do instituto IBAD, das diversas forças políticas que compuseram o grupo, a mobilização do discurso anticomunista, o domínio de atos de falas como ação política, especialmente devido, ao uso e participação da imprensa cearense nesse processo de tomada pelo poder estadual.

REFERÊNCIAS

CALÚNIA CONTRA VIRGÍLIO TÁVORA É A ARMA DO DESESPERO!. Gazeta de Notícias, 12 de setembro de 1962.

COSTA, Jucelio Regis da. **Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil-militar no Ceará (1961-1964)**. São Paulo: Club de Autores, 2016.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PARA JULGAMENTO DO POVO DO CEARÁ. Gazeta de Notícias, 13 de setembro de 1962.

VIRGÍLIO: CANDIDATO DO BEM COMUM E NÃO DO COMUNISMO INTERNACIONAL. Gazeta de Notícias, 11 de setembro de 1962.

Leigos progressistas e Igreja Popular em Conceição do Coité nas décadas de 1970 e 1980

Cristian Barreto de Miranda¹

INTRODUÇÃO

Assim que cheguei em Conceição do Coité, comecei a celebrar e a administrar os Santos Sacramentos, diante da admiração do povo. Muitos se afastaram da Igreja, insatisfeitos com a mudança. Outros se aproximaram com a chegada do novo vigário. Alguns se afastaram pensando ser o padre um político-partidário, como outros que passaram por aqui (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, p. 79).

Essa narrativa é atribuída ao padre José Antônio dos Reis, religioso da Sociedade das Divinas Vocações², que assumiu a administração da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité em 08 de dezembro de 1973, durante a missa solene da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Imaculada Conceição, sendo presidida

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). Bolsista da CAPES. C.V.: <http://lattes.cnpq.br/4127044958182115>. E-mail: cristianhist@gmail.com.

2 A Congregação Sociedade das Divinas Vocações (Vocacionistas), fundada em 30 de abril de 1914, em Pianura, pequena cidade do subúrbio de Nápoles (Itália), pelo padre Justino Russolillo, permaneceu durante muito tempo nos limites territoriais da Itália. A partir do dia 18 de abril de 1950, a congregação começou uma nova fase da sua história com a partida de três missionários, Irmão Prisco, Pe. Ugo Fraraccio e o Pe. Franco Torromacco, para o Brasil. Hoje, encontram-se presentes em três dioceses da Bahia: Salvador, Serrinha e Vitória da Conquista; Além de Rio de Janeiro (RJ) e Aracaju (SE). Disponível em: <http://www.vocacionistas.org.br>. Acesso em: 01 set. 2020.

pelo então bispo diocesano, Dom Frei Silvério Jarbas Paulo de Albuquerque, e concelebrada pelo então Provincial dos Padres Vocationistas, padre Luiz Maria Bellopede.

Diferentemente dos padres anteriores que administraram a paróquia, padre José Antônio dos Reis, em todo o período que permaneceu como pároco de Conceição do Coité³, até o dia 30 de julho de 1989, não escreveu no Livro de Tombo nada referente a sua administração. Constatei essa evidência ao perceber que nos poucos relatos sobre seu governo, como, por exemplo, no fragmento que inicia este texto, ele não assinou a autoria das narrativas, sendo que a grafia dos relatos não corresponde à sua assinatura constante na lista dos sacerdotes presentes na Missa de Posse do seu sucessor. Verificando os arquivos da paróquia desse período, sobretudo o Livro de Batismo, percebi que toda a narrativa atribuída ao padre Reis corresponde a grafia da secretária paroquial do período. Ou seja, os poucos registros sobre a administração do padre José Reis foram escritos pela secretária da paróquia.

Analisar as razões do fato do padre Reis não ter realizado nenhum registro no Livro de Tombo da paróquia e as motivações para que outros realizassem registros atribuídos ao padre ou ao seu pedido não é nosso objetivo neste texto. Todavia, as narrativas imputadas ao sacerdote possibilita-me compreender alguns aspectos: (1) os elementos que evidenciam uma prática religiosa distante do modelo eclesial adotado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II⁴ e pelas Conferências Episcopais Latino-Americanas, principalmente as ocorridas

3 Conceição do Coité está localizada a 230 km de Salvador, possui uma área de 1.086,224 km², tendo uma população estimada em 67.875 habitantes. O antigo território dessa cidade compunha os trajetos que interligavam Salvador ao Alto Sertão do São Francisco e o Estado do Piauí. A partir da década 1940, o cultivo do sisal tornou-se sua principal atividade econômica, atualmente possui as principais indústrias voltadas para os manufaturados do sisal na região.

4 O Vaticano II foi um Concílio Ecumênico realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo mundo e de alguns representantes de outras denominadas religiões cristãs, desde 1962 a 1965 em diversas sessões na cidade do Vaticano, sendo convocado pelo papa João XIII e encerrado pelo papa Paulo VI.

em Medellín e Puebla⁵, na Igreja local, sobretudo na sua hierarquia; (2) a realidade pastoral da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité e a situação dos leigos nesse período; (3) as condições de produção da principal fonte que norteia esta investigação, o Livro de Tombo da paróquia coiteense.

A insatisfação de alguns fiéis em relação à mudança acontecida com a posse do padre José Antônio dos Reis na Igreja Católica local, como descreve a narrativa inicial, não estava relacionada à dimensão do programa conciliar de *aggiornamento*⁶ proposta por João XXIII⁷, mas sobretudo pela saída repentina do seu antecessor, padre Nicola Corandente⁸. Essa insatisfação em relação ao padre José Reis não se limitou a sua repentina posse, mas, possivelmente, sobre o seu posicionamento político, a sua relação com o grupo político hegemônico local, conhecido de Vermelhos, liderado pelo principal empresário da indústria sisaleira Hamilton Rios de Araújo⁹. Apesar da narrativa atribuída ao padre Reis salientar que o sacerdote não se envolveu com a política partidária

5 A II Conferência Episcopal Latino-Americana ocorreu em Medellín (1968), na Colômbia, e representou a consolidação das orientações do Vaticano II, à luz da realidade desse continente. A III Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em Puebla de Los Angeles (México, 1979), foi muito discutida, esperada e temida, não só no Continente, mas em todo o mundo. Seus documentos evidenciaram uma Igreja mais comprometida com a ação social frente às ditaduras, à opressão e significou uma opção preferencial e solidária pelos pobres.

6 *Aggiornamento* é um termo italiano utilizado durante o Concílio Vaticano II e que o Papa João XXIII popularizou como expressão do desejo de que a Igreja Católica saísse atualizada do Concílio Vaticano II. Por outras palavras, o *aggiornamento* é a adaptação e a nova apresentação dos princípios católicos ao mundo atual e moderno, sendo por isso um objetivo fundamental do Concílio Vaticano II. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org>).

7 Seu nome de batismo Angelo Giuseppe Roncalli, natural da Itália, assumiu o pontificado em 1958 tendo fim em 1963 devido a sua morte. E convocou, em dia 25 de dezembro de 1961, através da bula papal *Humanae salutis*, o Vaticano II, sendo iniciado, sob a sua presidência, no dia 11 de outubro de 1962.

8 Padre Nicola, desde 7 de março de 1971, tornou-se o vigário coadjutor da paróquia, e mesmo com a saída do então pároco padre Luiz Bellopede, em 20 de maio de 1971, para assumir a Província da Região Norte do Brasil da sua congregação, continuou na paróquia como vigário coadjutor até a nomeação do padre Reis.

9 CF. MIRANDA, Cristian Barreto de. **Rebulição no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)** 162 f. 2012. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador — BA, 2012.

como fizeram seus antecessores, o depoimento de Nilson Silva Carneiro a respeito desse aspecto é bastante significativo:

Quando o prefeito era eleito, o prefeito porque ajudava muito a paróquia, contribuía com alguma coisa, mandava, e ele ficava sem vez. Eu me lembro que, uma certa vez, tinha um curso de pais e padrinhos [...] e diversas pessoas que participavam do grupo político eram isentas, não precisavam tomar o curso de pais e padrinhos. Onde umas pessoas criticavam o padre Reis e falavam que não gostavam dessas atitudes. E aí continuou quando, por exemplo, quando tomavam posse, a igreja era enfeitada de flores, de faixas, de ‘vermelhou’, de grupo tal, e ele fazia com toda a felicidade como que nem tava se lixando para as pessoas que não gostavam de tais atitudes, né! Mas tinha um grupo que se afastava, que não gostava disso, que era católico, que acompanhava todos os movimentos da igreja, mas que nesses momentos não participava, a gente ficava de fora [sic] (Entrevista concedida por Nilson Carneiro, 60 anos de idade, no dia 18 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité).

O relato de Nilson Carneiro possibilita compreender que os motivos da insatisfação de alguns fiéis em torno da atitude do padre Reis eram baseados nos privilégios que membros do grupo político hegemônico possuíam na instituição religiosa pelo fato dos políticos vermelhos, através da prefeitura, atenderem a demandas econômicas da paróquia. Nesse sentido, a atitude do padre Reis era bastante semelhante com a ação realizada pelos seus antecessores, que numa posição de subserviência com o poder local, vários padres contribuíram para que a instituição se tornasse um dos instrumentos de afirmação da autoridade e do prestígio político de importantes chefes políticos. Ainda mais, por possuir um forte poder de influência na vida de inúmeros fiéis, muitos políticos atentos a esse expressivo poder da Igreja teciam importantes redes de relações com o clero local (MIRANDA, 2012).

Diante desse contexto de insatisfações, o objetivo neste artigo é, brevemente, investigar a atuação do grupo de leigos católicos que insa-

tisfeitos com as atitudes do padre Reis compreenderam que a instituição local estava comprometida “com grupos políticos que impuseram uma dependência estrutural, funcional e financeira, passando a Prefeitura Municipal a custear quase todos os encargos” (C.C.P.P., 1996) que eles acreditavam ser da responsabilidade da instituição religiosa. Especificamente, analiso os aspectos da atuação de leigos para consolidar a *Igreja Popular*¹⁰ na realidade eclesial católica coiteense e modificar a realidade sociopolítica na cidade de Conceição do Coité. Ainda mais, pelo fato da instituição local, através da sua hierarquia, está distante do modelo eclesial adotado pela Igreja Católica após o Concílio Ecumênico Vaticano II e fortalecer uma realidade eclesial devocional e ritualista, depositária dos “Santos Sacramentos, diante da admiração do povo” (L.T.P.N.S.C.C., 1973, p. 79).

Dito isto, as práticas dos leigos são analisadas por esta investigação a partir das categorias de estratégia e tática formuladas por Michel de Certeau (1994), especialmente a última. Certeau discute essas categorias em sua obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, identificando dois tipos de comportamentos ao tratar do cotidiano das sociedades ditas “submissas”: estratégia, concebida como lugares de operação, a fim de expressar ou sancionar a ordem dominante, através de práticas organizadoras das instituições normativas de uma sociedade; e tática, concebida como os modos de fazer e sobreviver daqueles desprovidos de um lugar próprio de operação, ligada à cultura do dominado, sendo ações fragmentárias e dependente de oportunidades para serem executadas.

Essas categorias, segundo Solange Ramos de Andrade (2013), são formuladas por Certeau para dar conta da tensão entre o dominante e o dominado. Elas estão vinculadas às práticas culturais, que repre-

10 Compreendemos esse conceito a partir de Mainwaring (2004), que entende por Igreja Popular setores do catolicismo que possuem uma visão de fé profundamente preocupada com os pobres e com a justiça social. Por estarem mais próximos dos movimentos populares são mais responsáveis pela criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e apoiam a chamada Teologia da Libertação.

sentam os modos de vida em que as atitudes ou normas de convivência estão presentes, e demonstram formas de sobrevivência das manifestações sociais. Nesse sentido, as táticas empreendidas pelos leigos são entendidas como práticas de resistências, de defesa dos seus ideais e modos de praticarem sua fé, frente às estratégias elaboradas pelo clero para normatizar e organizar as práticas religiosas dos fiéis na instituição religiosa, como também para perpetuar seu lugar próprio de poder.

Destarte, devido ao termo leigo ser usado nos mais diversos sentidos, saliento que nessa investigação não compreendo a categoria leigo como aquele que não tem conhecimentos especializados em determinada área, mas a partir da noção sociológica presente na Igreja, no binômio clero versus leigo. Assim, entendo o leigo como aquele que não pertence ao clero e nem fez votos religiosos, mas que exerce um protagonismo dentro da instituição e tece negociações e táticas nas relações com a hierarquia. A categoria progressista atribuída aos leigos é compreendida por essa pesquisa a partir dos estudos de Scott Mainwaring (2004) que atribuiu esse termo a um setor da Igreja Católica, formado por movimentos leigos e integrantes da hierarquia, que busca ter uma visão de fé preocupada com os pobres e com a justiça social, e entende que a sua missão exige um envolvimento político.

A análise do Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição é norteadora para compreender as ações dos leigos e as relações tecidas entre eles e o clero. Enfatizo essa fonte nesse artigo devido à riqueza de informações presentes nela, desde as atividades realizadas na paróquia, como também de acontecimentos políticos, econômicos e socioculturais referentes ao município. Ainda mais, por fornecer aspectos das relações entre clero e leigos. Todavia, nessa análise foi importante fazer o cruzamento com outras fontes produzidas no período investigado, como, por exemplo, cartas pastorais e jornais impressos.

IGREJA POPULAR: TÁTICA DOS LEIGOS PROGRESSISTAS

Os bispos latino-americanos reunidos no México disseram que esta pobreza não é uma etapa casual, mas o produto de determinadas 'situações e estruturas'. Segundo os valores evangélicos, a divisão entre ricos e pobres não é querida por Deus. Ele quer irmãos e irmãs que vivam relações justas e igualitárias. Por isso, precisamos mudar a sociedade (Jornal *Tribuna Coiteense*, Ano IX, nº 46, 28 de abril de 1989, p. 2).

Essa reflexão impressa nas páginas do principal jornal local que noticiava e discutia fatos, principalmente os políticos, ocorridos no município e na Região Sisaleira da Bahia¹¹, foi assinado por Arivaldo Ferreira Mota. No período da publicação, Arivaldo era leigo da Igreja Católica e exercia algumas funções na instituição, como, por exemplo, ministro da Eucaristia e membro do Conselho Paroquial Administrativo. Este leigo, técnico de contabilidade e estatística, pertencente a uma família de tradição católica, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité (*A ESTRELA*, 2003, p.1).

O evento retratado por Arivaldo Mota dizia respeito a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de Los Angeles, no México, em 1979, promovida pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Essa conferência dos bispos ressaltou a opção da Igreja pelos pobres, ação norteadora para que na América Latina fortalecesse um movimento de reflexão teológica que buscou nos pobres o ponto central para compreender a mensagem cristã numa prática pastoral de denúncia das profundas injustiças derivadas de mecanismos opressores (*ALVES*, 2011).

11 A Região Sisaleira da Bahia foi historicamente marcada pelos piores índices de desenvolvimento social, econômico e pelos inúmeros problemas sociais. Os municípios que formam a Região Sisaleira, situada no semiárido baiano, são: Araci, Barrocas, Biringinga, Candeal, Can-sanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

Nesse sentido, a publicação de Arivaldo Mota, dez anos após a Conferência de Puebla, realizada numa profunda realidade de desequilíbrios econômico e sociais na América Latina, ainda mais, pela realidade de regimes ditatoriais, revela o quanto o modelo eclesial, de uma Igreja próxima da realidade humana e social latino-americana, adotado após o Concílio Vaticano II, inspirou a caminhada da instituição religiosa e de diversos fiéis no continente.

A exortação de Arivaldo aos leitores do jornal sobre a necessidade de mudar a sociedade marcada pelas relações de injustiça e de desigualdades, sobretudo a socioeconômica, compartilha das diretrizes religiosas que legitimaram o engajamento crescente de padres e religiosos(as) nas lutas populares e nos movimentos sociais. As principais bases dessas diretrizes estiveram alicerçadas na espiritualidade da libertação¹², possibilitada pelo surgimento da Teologia da Libertação (TdL)¹³, responsável pela aproximação dos cristãos aos ideais marxistas. O ponto de convergência com o marxismo, segundo Bento (1999), partiu da visão de libertação desses cristãos, que do ponto de vista político e econômico, significava uma libertação do capitalismo. O discurso religioso dessa espiritualidade fortaleceu a compreensão de que o anúncio do Reino de Deus perpassava pela necessidade de transformação da realidade social, tendo sua concretização na luta pela justiça e pela verdade, elementos corroborantes para a libertação total do homem em sua dimensão terrestre e transcendente.

12 Segundo Lowy, esse conceito define o grande espectro de movimentos ligados a setores significativos da Igreja e de ideais da Teologia da Libertação que, em 1960, aproximou-se de movimentos de esquerda da América Latina e do Brasil. Cf. LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991 (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 39).

13 O nome Teologia da Libertação foi criado por Gustavo Gutierrez, em 1972, para indicar a expressão/legitimação da práxis de um vasto movimento social, que surgiu nos anos 1960, composto por padres, bispos, religiosas, movimentos religiosos laicos, intervenções pastorais de base popular e CEB'S. Michael Lowy (1975) define, também, como um conjunto de escritos produzidos por teólogos católicos e protestantes a partir de uma reflexão sobre a práxis desse movimento.

É importante salientar que tanto no período da realização da III Conferência de Puebla quanto no período da publicação da reflexão de Arivaldo Mota, não encontrei, até o momento, nenhum registro da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, sobretudo da hierarquia local, sobre esse evento e nem sobre a TdL. A ausência desses elementos nos registros paroquiais, principalmente no Livro de Tombo, corrobora na compreensão de que a instituição local, representada pelo padre José Antônio dos Reis, estava distante das ideias e pressupostos que, naquele período, orientava a ação pastoral da Igreja Latino-Americana e, sobretudo, da Igreja no Brasil, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Uma vez que, a administração do padre Reis na paróquia foi iniciada durante o contexto de efervescência da TdL, do compromisso religiosos de opção preferencial pelos pobres, e encerrado após os enfrentamentos vividos pela Igreja na luta contra a ditadura civil-militar e no processo de transição democrática do país.

Essa distância torna-se, ainda mais, compreendida pelo fato do padre José Reis ter iniciado sua administração no ano em que os bispos da região Nordeste lançaram o documento *Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo*, que fez uma crítica contundente às relações econômicas e sociais prevalentes no país, especialmente para a situação de exploração e abandono experimentados pelas massas populares do Nordeste brasileiro (FERREIRA, 2017). Nesse sentido, a falta de registros sobre esses acontecimentos que marcaram a Igreja Latino-Americana, especialmente no Livro de Tombo - um dos principais documentos eclesiais, sendo o clero o principal zelador e produtor dos registros presentes nele, em que descrevem a dinâmica religiosa da paróquia e apresentam seus posicionamentos diante do contexto ao qual sua missão é realizada - é bastante simbólico.

Dessa maneira, o relato de Arivaldo Mota publicado no Tribuna Coiteense indica que uma parcela dos leigos da paróquia coiteense não esteve distante dos pressupostos adotados pela Igreja após o Vaticano II e nem das diretrizes da TdL. Ademais, possibilita compreender que, apesar da hierarquia local não favorecer o desenvolvimento de uma ação pastoral orientada pelas Conferências Episcopais Latino-Americanas e influenciada pela espiritualidade da libertação, esses leigos criaram táticas para se aproximarem das novas propostas da Igreja Católica e fomentarem na realidade coiteense espaços para a consolidação da Igreja Popular no viver católico e, a partir dessas influências religiosas, realizarem mudanças na conjuntura sociopolítica da sociedade local.

A própria publicação realizada por Arivaldo Mota no jornal local sobre o pensamento adotado pela Igreja Católica no Continente Latino-Americano é vista como uma tática para legitimar a ação dos leigos no campo político do município, visto que nos três anos anteriores à publicação de Arivaldo, eles decidiram adentrar na política partidária e disputar com os empresários sisaleiros o poder político da cidade de Conceição do Coité.

O grupo dos leigos progressistas da paróquia coiteense era composto por importantes lideranças pastorais da paróquia e integrantes do Movimento de Cursilho de Cristandade (MCC)¹⁴. O MCC no período do padre José Antônio dos Reis era um dos principais movimentos da paróquia e o importante espaço da ação laical. Seus integrantes tiveram papel de destaque na formação das CEB's na zona rural do município, como, por exemplo, os leigos Nilson Carneiro e Aduino Mota, que foram convidados pelo padre Reis para dar suporte às comunidades recém-criadas. Além disso, foi um dos primeiros movimentos paroquiais a refletir as diretrizes do Vaticano II e os documentos do CELAM.

14 O Movimento de Cursilho de Cristandade (MCC) fundado da Espanha na década de 1940 sob influência da Juventude da Ação Católica Espanhola (JACE).

Na perspectiva nacional, o MCC foi considerado pelos católicos progressistas como “alienado, inserido na comunidade ‘irreal’ de seu método e, dessa forma, fora do contexto de justiça social e opção preferencial pelos pobres, construído por outras leituras dos textos conciliares” (GOMES, 2009, p. 68). Através do seu informativo nacional, *Alavanca*, propagou uma visão mais conservadora do Vaticano II, diferente do que tradicionalmente é interpretado, compreendendo que as interpretações sobre o aggiornamento e as doutrinas conciliares fora do alcance eclesial eram um “perigo” para a Igreja Católica (GOMES, 2009).

Entretanto, na realidade diocesana de Feira de Santana, algumas lideranças do MCC estiveram afinadas com setores progressistas da Igreja que desejavam implementar o modelo da Igreja Popular nas diversas paróquias da diocese. Assim, tornaram-se os principais colaboradores da criação do Movimento de Organização Comunitária (MOC) na região diocesana, tendo como fundador o padre Albertino Carneiro, “os anos iniciais desta experiência foram marcados pelo desbravamento desta região e o enfrentamento de um conservadorismo social e religioso, além, é claro, de um contexto de permanente repressão política” (JESUS, 2016).

Provavelmente, foi através desse contexto diocesano que os leigos progressistas da paróquia de Coité tiveram contato com as novas diretrizes da Igreja e inspirados também pela trajetória de muitos cursilhistas que possuíam uma trajetória de enfrentamento com ditadura civil-militar e de participação em movimentos sociais, como, por exemplo, no MOC, decidiram consolidar as perspectivas do Vaticano II e da TdL na realidade coiteense. Posso compreender também que devido à criação do Subconselho Diocesano do MCC na paróquia de Conceição do Coité, os leigos progressistas aproximaram-se, ainda mais, da experiência vivida pelos leigos de Feira de Santana. Através dessa rede de solidariedade entre os diversos leigos da diocese, os leigos progressistas da paróquia de Coité al-

cançaram autonomia para discutir sobre os documentos conciliares e do CELAM independentemente da ação do seu pároco.

É evidente que as divergências de pensamento do MCC sobre o Vaticano II, as Conferências do CELAM e a TdL refletiram na realidade paroquial. No Livro de Tombo é possível perceber os sinais dessas divergências nos relatos escritos por Adauto Ferreira Mota ao apresentar como ponto negativo da administração do padre José Antônio dos Reis “a mistura política com Igreja” (L.T.P.N.S.C.C., 1973, p. 80v.). Adauto sugere no seu relato que tanto a ação do padre Reis, entendida como uma relação de subserviência e de troca de favores com os empresários sisaleiros, quanto a ação de Joilson Marcos Cunha, leigo que atuava no MCC e um dos fundadores do PT local, e que compreendia o envolvimento político como parte de sua missão, eram ações que não condiziam com as coisas do sagrado.

Esse pensamento de Adauto Mota é semelhante com o relato atribuído ao padre Reis, em que o caracteriza como um sacerdote distante da política. É possível que o desprezo pelas ligações entre religião e política tenha sido registrado no Livro de Tombo em razão da Igreja local compreender, por meio da sua estrutura hierárquica, que ela seria uma grandeza social diferente, contraposta à sociedade que se secularizava e buscava emancipar-se da tradição católica. Tal entendimento pode ser observado nos desentendimentos do padre José Antônio dos Reis com a comunidade coiteense que festejava a Micareta no mesmo período das celebrações da Semana Santa, sendo uma sociedade que ameaçava e desvirtuava seus indivíduos dos preceitos e verdades da fé. (C.C.P.P., 1997).

Todavia, como bem analisou Cândido da Costa e Silva (1982), a sociedade que desejava emancipar-se da tradição cristã ainda continuava vinculada de múltiplas formas pela historicidade do espírito

e da mesma tradição. E no caso coiteense esse traço pode ser percebido na relação entre o clero e o poder local, visto que a Igreja era, de certa maneira, partícipe da teia de poder clientelista empreendida pelo grupo político, liderado e composto por grandes empresários¹⁵ da indústria sisaleira¹⁶. Uma dessas participações era expressa na dependência econômica que a instituição religiosa mantinha com esse poder, que custeava todos os encargos da Igreja local, desde funcionários às demandas de mobilidade do pároco (C.C.P.P., 1997).

Nesse contexto, as *táticas* realizadas pelos leigos progressistas para desenvolver no meio eclesial uma vivência religiosa orientada pelos pressupostos do Vaticano II e do CELAM perpassavam também pela necessidade de mudarem o pensamento de que os cristãos não deveriam debater sobre questões sociopolíticas, nem se envolverem na política partidária. Assim, a ação política dos cristãos seria a de possibilitar a promoção da justiça social e a luta contra os sistemas que oprimiam o povo. Para isso, seria necessário, segundo os leigos, um verdadeiro esclarecimento sobre a política, uma urgente:

conversão política” que “consiste em procurar nos acontecimentos que se verificam no mundo um valor permanente que pode identificar-se com a libertação. E que uma conversão política supõe e exige uma reflexão, uma pesquisa que não se realiza só teoricamente, mas na ação (Carta dos Conselhos Pastoral e Administrativo endereçada ao bispo de Feira de Santana, D. Itamar Vian, em 23 de março de 1996).

15 Os empresários do sisal despontaram-se no cenário político coiteense no período da Ditadura Civil-Militar e engajaram-se na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação da Ditadura implementado pelo Golpe de 1964, estavam ligados aos interesses do grupo político liderado por Antônio Carlos Magalhães. Com o processo de redemocratização organizaram-se em legendas pró-governo, migraram para os seguintes partidos: Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido de Frente Liberal (PFL) e o Partido Progressista Brasileiro (PPB).

16 O desenvolvimento industrial do sisal se insere na conjuntura vivida pela Bahia na década de 1970, quando esta foi palco da implementação de projetos nacionais responsáveis pela “modernização” do território baiano, como o Centro Industrial de Aratu, o Polo Petroquímico de Camaçari e os projetos de irrigação do São Francisco.

Essa reflexão possibilita compreender que os leigos progressistas entendiam, a partir do universo dos documentos da Igreja¹⁷, a justiça social como conteúdo da evangelização associada ao plano da Redenção, sendo dever da Igreja anunciar tal libertação e “dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total” (ANTONCICH; SANS, 1992, p. 266). Daí a necessidade de os leigos estarem envolvidos com a política como uma maneira de minimizar as estruturas sociais geradoras de injustiça, pois compactuar com elas seria uma verdadeira incoerência evangélica.

Destarte, compartilhando da *espiritualidade da libertação* e com o desejo de robustecer as diretrizes da *Igreja Popular* na realidade local, os leigos progressistas da Paróquia de Coité buscaram ter uma participação político-partidária, como relata uma de suas lideranças, Joilson Cunha: “Nós éramos todos do Movimento do Cursilho de Cristandade e ouvindo as exigências éticas do evangelho, começamos a procurar um partido que representasse o ideário cristão e fosse sintonizado com a busca da justiça”¹⁸. Dessa maneira, próximos da perspectiva da *Igreja Popular*, fundaram o Diretório Municipal do PT, em 1986. E sob essa legenda, os leigos progressistas adentraram na disputa pelo poder político coiteense, campo em que os empresários sisaleiros tinham plena hegemonia. Apresentando a sua primeira chapa aos cargos do executivo municipal nas eleições de 1988, formada pelos leigos Arivaldo Ferreira Mota e Meire Sandra Lopes.

Bianca Almeida (2010) argumenta, com base nos discursos dos leigos, que o principal objetivo desses católicos era o de conscientizar a população para a formação de um novo comportamento político em Conceição do Coité, a fim de neutralizar as relações norteadas pelas práticas clientelistas e assistencialistas. Todavia esse objetivo

17 Os principais os documentos são os das Conferências de Medellín e Puebla, como também, a encíclica *Populorum Progressio*, e a exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, ambas de Paulo VI.

18 Entrevista de Joilson Araújo, em 22 de junho de 2009, concedida à Bianca Carneiro de Almeida para sua pesquisa monográfica.

traçado pelos leigos, naquele momento, não foi incentivado pela instituição religiosa local e nem eles conseguiram muitos adeptos para essa ação, pelo contrário, foram ridicularizados por serem uma minoria que “cabia dentro de um fusca”.

O CLERO DA IGREJA POPULAR OU À GUIA DE CONCLUSÃO

O silêncio presente no interior do edifício sagrado na manhã do dia 30 de julho de 1989 revelava a expectativa e a atenção dos fiéis católicos, reunidos em torno do “Altar do Sacrifício”¹⁹, à leitura da “Provisão de Nomeação” (L.T.P.N.S.C.C., 1989, p. 81v) do padre Luiz Rodrigues de Oliveira como pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, realizada por D. Silvério de Albuquerque. Essa celebração religiosa, além de conferir ao novo pároco “a missão de orar, ensinar, santificar e dirigir o rebanho que lhe foi confiado” (L.T.P.N.S.C.C., 1989, p. 81v), representou para a Igreja Católica local um marco da nova ação pastoral empreendida por religiosos que chegaram a esse município a partir de 1989. A postura desse sacerdote contribuiu significativamente para a vivência de um catolicismo mais preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas e na mobilização contra a política clientelista local.

Nesse sentido, sua ação pastoral perpassou por caminhos bem diferentes dos seus antecessores, pois ao buscar legitimar a vivência desse catolicismo, rompeu com comportamentos e costumes locais tanto nas relações entre o padre e seus fiéis quanto na relação institucional entre poder local e a instituição religiosa, proporcionando uma outra imagem da missão de um sacerdote e uma outra concepção do exer-

¹⁹ O “Altar do Sacrifício” refere-se ao altar principal dos templos católicos. O altar representa dois aspectos na liturgia católica: o altar do sacrifício e a mesa do Senhor, e isto tanto mais porque o altar cristão é símbolo do próprio Cristo, presente no meio da assembleia dos fiéis, e ao mesmo tempo o lugar onde acontece o banquete pascal. (Cf. Catecismo da Igreja Católica).

cício político dos cristãos católicos. A partir da chegada do padre Luiz Rodrigues de Oliveira, os leigos progressistas ampliaram seus espaços de atuação dentro da instituição religiosa, difundindo as diretrizes da espiritualidade da libertação e agregando novos fiéis em suas atividades. A presença e o incentivo do padre Luiz Rodrigues junto aos leigos progressistas possibilitaram que outras lideranças vinculadas à Igreja Católica se engajassem na política partidária, como relata Francisco de Assis Santos, atual prefeito de Conceição do Coité:

O padre Luiz estimulou lideranças do Partido dos Trabalhadores. O padre Luiz deu oportunidade, visibilidade a algumas lideranças do partido, e eu posso me incluir nisso. Houve um programa de debate da TV Cultura e ele nos convidou, a mim e a Joilson [...] dois notórios petistas, embora o PT fosse pequenininho ainda e pouco influente no município, com o padre Luiz, o PT começou a ter visibilidade, as lideranças do PT se sentiram à vontade pra se organizar, se articular, se apresentar, levar suas propostas para a sociedade, ele contribuiu muito para a ascensão de algumas lideranças do PT de Conceição do Coité, entre os quais, eu me incluo [...] (Entrevista concedida por Francisco de Assis Alves dos Santos, no dia 19 de dezembro de 2009, atual prefeito de Conceição do Coité).

A atitude do novo pároco fortaleceu o engajamento dos leigos nos movimentos sociais e influenciou os fiéis católicos, especialmente os leigos que vivenciavam a espiritualidade da libertação, quanto à importância da comunidade católica na realização da transformação das estruturas injustas presentes na sociedade, através da reflexão e da práxis inspirada no Evangelho. O incentivo, por parte da hierarquia local, para a participação popular dos leigos no campo sociopolítico do município legitimou, de alguma forma, a presença dos leigos progressistas na política partidária.

Todavia, apesar das estratégias do clero possuírem como objetivo a consolidação da Igreja Popular em Conceição do Coité, isto não significou que os leigos progressistas deveriam se abster de

imputarem táticas para preservar e consolidar suas práticas religiosas. É evidente que a presença do padre Luiz fortaleceu o grupo de católicos progressistas, mas eles tiveram que enfrentar, a partir desse período, a forte ação de setores conservadores da Igreja Católica que possibilitaram a expansão da espiritualidade pentecostal²⁰ e minimizaram as ações da TdL em muitas paróquias da diocese. Ademais, tiveram que enfrentar as hostilidades dos chefes políticos locais.

FONTES

C.C.P.P. (Carta do Conselho Pastoral Paroquial) O preço da independência, em 23/03/1996. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

C.C.P.P. (Carta do Conselho Pastoral Paroquial) Padre é vítima de perseguição em Conc. do Coité, em 1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Carta dos Conselhos Pastoral e Econômico da Paróquia de Coité para D. Itamar Vian, bispo de Feira de Santana, Conc. do Coité, 23/03/1996. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Entrevista concedida por Francisco de Assis Alves dos Santos, no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

Entrevista concedida por Nilson Carneiro, no dia 18 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

Entrevista de Joilson Araújo, em 22 de junho de 2009, concedida à Bianca Carneiro de Almeida para sua pesquisa monográfica.

Jornal *A Estrela*, ed. especial, Conceição do Coité, julho de 2003.

Jornal *Tribuna Coiteense*, Ano IX, nº 46, 28 de abril de 1989, p. 2

Livro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité da década de 1970. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

L.T.P.N.S.C.C. (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité). [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

20 Analisando o registro das investigações psicossociológicas de J.-M. Donégani, Aline Coutrot apresenta que essa espiritualidade é uma das correntes mais frouxas da identidade cristã, pois associa ao Espírito todo um simbolismo que traduz valores e atitudes específicas em relação ao mundo. COUTROT, Aline. *Religião e política*. In: COUTROT, Aline; RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. C. de. **Partido dos Trabalhadores: rupturas e permanências de um projeto político em Conceição do Coité (1986-2008)**. 2010. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.
- ANDRADE, Solange. R. História das religiões e das religiosidades: uma breve introdução. In ANDRADE, Solange. R.; Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho (Org.). **Reconhecendo o sagrado: Reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades**. 1ed. São Paulo, SP: Fonte Editorial, 2013.
- BENTO, Fábio Régio. **A Igreja Católica e a social-democracia**. São Paulo: Ave Maria, 1999.
- CERTEAU, Michel de. Políticas culturais. In: CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papius, 1995.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FERREIRA, MUNIZ. Os religiosos progressistas e a crítica à política econômica ditatorial nos primórdios do cristianismo da libertação no Brasil. In: CARDOSO, L. C.; CARDOSO, C. C. (Org.). **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador, EDUFBA, 2017.
- GOMES, Sara Cristina de Souza. **Cristandade De Cores: A Igreja Católica e o Movimento de Cursilhos de Cristandade durante a ditadura militar no Brasil (1964-1980)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2009.
- JESUS, Jeovane S. de. **A Diocese de Feira de Santana-Ba e a ação de Agentes Religiosos Católicos (1962-1985)**. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador — BA, 2016.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MIRANDA, Cristian Barreto de. **Rebulição no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)** 162 f. 2012. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador — BA, 2012.
- SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiros da Vida e da Morte (um estudo do catolicismo no sertão da Bahia)**. São Paulo, Editora Ática, 1982.

A trajetória da Diocese de Porto Nacional na construção de uma comunidade imaginada

Rafael Machado Santana¹

INTRODUÇÃO

A presente discussão é parte da pesquisa em andamento sobre a constituição histórica da Diocese de Porto Nacional e seu desenvolvimento entre os anos de 1936 a 1962 na região do antigo norte de Goiás. A partir de nossa revisão bibliográfica sobre a região pertencente a diocese, percebemos o desejo — em algumas cidades — de uma maior autonomia, ou ao menos, de ser melhor atendida pelas autoridades da capital de Goiás. Discursos de religiosos, como os primeiros dois bispos (Dom Frei Domingos Carrerot e Dom Frei Alano du Noday), intelectuais e autoridades políticas, mencionam essa problemática de maneira contínua. Por isso, diante dessa percepção, recordamos o trecho de Benedict Anderson (2008, p. 32), o qual complementa o título do presente artigo, onde ele diz que em perspectiva de um “espírito antropológico a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e ao mesmo tempo soberana”.

¹ Graduado em (Licenciatura) História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) ano 2017. Docente na rede básica de educação do Estado do Tocantins (SEDUC-TO) e mestrando no Programa de Pós- graduação - Mestrado Profissional - em História das Populações Amazônicas (PPHispan-UFT). <http://lattes.cnpq.br/1675627443314126> / profmachado22@gmail.com.

Diante disso, o fragmento da pesquisa em questão parte de questionamentos que buscam compreender, a partir da implantação da República no ano de 1889, quais foram as implicações no relacionamento entre o Estado e a Igreja Católica. E neste aspeto, evidenciar as reações do Vaticano e do episcopado brasileiro com a nova configuração política instalada, no entendimento aos desdobramentos que implicaram a organização das dioceses no Brasil, e consequentemente, da diocese de Goiás. A Santa Sé buscou estratégias diante das diretrizes do novo governo, principalmente com a promulgação do decreto de separação da Igreja do Estado, esforçando-se para criar alternativas na manutenção de sua influência no novo regime.

Em consonância a instalação do regime republicano brasileiro, direcionamo-nos às diretrizes papais, a partir das leituras de exortações e cartas apostólicas das últimas duas décadas do século XIX até a década de 50 do século XX. Neste momento, as encíclicas reconduziram a Igreja para sua vocação missionária, ou seja, a adoção de uma estratégia de retorno a missão que se desenrolou, principalmente no século XX. A Igreja Católica brasileira utilizou-se do recurso missionário para se estabelecer e evangelizar o interior do país, em nosso caso, o Norte da diocese de Goiás. Portanto, o percurso proposto inicia-se com o processo da romanização, nos fins do século XIX, passando pela diocesanização até a chegada dos dominicanos no interior da província de Goiás em 1886, e a influência posterior de suas ações.

O SENTIDO MISSIONÁRIO DO SÉCULO XX

Iniciamos este tópico considerando oportuno discutir e expor o sentido missionário² que se desenrolou nos discursos papais dentro do século XX, mas que teve sua gênese ainda no sécu-

2 “MISSÃO organizações eclesiásticas em países de infieis para levá-los a fé; série de pregações doutrinárias para aiervorar e para conversão dos túbios; missionário é aquêle sacerdote que missiona, geralmente pertencente a Ordens Religiosas que especificamente se dedicam a isto” (MAIA, 1966, p. 147).

lo anterior. É compreensível que com as diversas mudanças de cunho político na América Latina, e que, a exemplo do Brasil, a Igreja passa a ter uma condição mais autônoma e livre. Perante esta situação, o seu desenvolvimento precisou com urgência de uma nova metodologia e de novos anunciadores de sua doutrina. No entanto, a formação do clero, a organização administrativa e pastoral encontravam-se ainda insuficientes.

Cabe sinalizar que o período das publicações das encíclicas, bem como do aperfeiçoamento estratégico da Igreja direcionado às missões, localizam-se em um cenário conturbado de tensões ideológicas e guerras que estavam reafirmando-se dentro do século XX. A partir de um corte temporal intermediário entre dois Concílios Vaticanos, observa-se uma “variedade contextual que se inicia com a efervescência de uma nova consciência política moderna, passando pela crise modernista, por duas guerras mundiais, pela emergência dos nacionalismos” (SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 21) que influenciara, direta e indiretamente, todos os trâmites.

No correr dos longos pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), O Vaticano concentrou recursos no revigoramento do trabalho missionário, nos incentivos à nacionalização do clero e da alta Hierarquia em áreas coloniais de missão e em outros domínios territoriais que continuavam pesadamente sujeitos aos interesses comerciais e políticos europeus, como era o caso da América Latina (MICELI, 1985, p. 34).

Para Castro (2012, p. 157) no período colonial, “não era apenas de maneira burocrática que a Igreja estava unida ao Estado. Existia toda uma reflexão teológica que dava um conteúdo de fé à colaboração entre o poder espiritual e o temporal”, o que pareceu desligar-se — ao menos oficialmente - completamente na República. A Igreja como parte integrante do Estado brasileiro, anteriormente, torna-se, no novo

regime político, um estado dentro do estado, possuindo suas próprias prerrogativas, inclusive redesenhando seu próprio território.

No apelo aos bispos, Leão XIII na encíclica *Sancta Dei Civitas* (1880, p. 23-24) em dezembro de 1880 pede:

Veneráveis Irmãos, que sois chamados a compartilhar a Nossa solicitude, exortamo-nos cada vez mais a vos esforçardes unanimemente por acudir, com zelo e ardor, as missões apostólicas, pondo em Deus a Vossa confiança e não Vos deixando assustar por nenhuma dificuldade. Vai nisso a salvação das almas, pela qual o Nosso Redentor deu sua vida e Nos confiou, a Nós, bispos e padres, a obra santa de completar o seu corpo. É por isso que, ficando cada um de nós no posto onde Deus Nos colocou e na guarda do rebanho que ele Nos confiou, esforcemo-nos ardentemente por levar às santas missões os socorros que havemos lembrando como estando em uso desde o começo da Igreja, a saber, a pregação do Evangelho e as preces, com as esmolas dos piedosos fieis.

O RETORNO DA MISSÃO

No mesmo período em que se dramatizava as correntes republicanas no Brasil, até o seu apogeu, observamos na carta de Leão XIII, o investimento nas ações missionárias. De modo convocativo, diretamente aos chefes das Igrejas locais - os bispos — o Papa chegou até a citar o evangelho. No entanto, ação desta natureza não se restringiu apenas ao referido Papa, mas um número considerável de pontífices do século XX que expuseram sobre este tema em suas exortações apostólicas, o que chamou bastante a atenção para análise em nossa pesquisa.

Após Leão XIII, Bento XV redigiu a carta intitulada *Maximum-illud*, conhecida como Carta Magna da atividade Missionária. Abordou diversos aspectos de cunho central para a missão, os quais ficaram alicerçados em diversos documentos católicos e na prática

dos missionários da Igreja, sendo eles: a história da Igreja, a teologia, o direito, a pastoral, a espiritualidade e a animação missionária. Giacomo Paolo³ propôs com esta carta, justificar historicamente a necessidade de corporificar a Igreja como uma instituição missionária. Aos líderes, bispos, vigários ou prefeitos apostólicos, diz o pontífice:

O destino de uma Missão depende, pode dizer-se, do modo como é dirigida; por isso, pode ser danosa a não idoneidade de quem a governa. Na verdade, quem se consagra ao apostolado das Missões, abandona pátria, família e parentes; aventura-se frequentemente numa viagem grande e perigosa, disposto a suportar qualquer sofrimento a fim de ganhar mais pessoas para Cristo. Por isso, se tem um superior que o assiste nas várias circunstâncias com sincera caridade, não há dúvida que a obra será frutuosa; caso contrário, abatido pouco a pouco pelas contrariedades, provavelmente terminará abandonando-se ao desânimo e à inércia (BENTO XV, 1919, n.p).

Ambas as encíclicas citadas, mencionam e incentivam o apoio a organismos da Igreja que trabalham diretamente com a missão. Sendo eles: Pontifícia Obra Missionária para a Propagação da Fé; Obra da Santa Infância; Obra de São Pedro Apostolo e União Missionária do Clero. Todas estas, podem se enquadrar como a institucionalização da missão, ou seja, a sistematização e controle por parte da Santa Sé.

Nas terras consideradas propriamente de missão, a Igreja erigiu à época Vicariatos e Prefeituras Apostólicas, nem sempre dirigidas por bispos, sob o controle da Sagrada Congregação para a Propagação da Fé (*Congregatio Fidei*) Vicariatos e Prefeituras foram criados em terras de Propaganda selvagens, de não civilizados, na ótica cristã europeia (AQUINO, 2012, p. 100).

Outro texto crucial, inicia com o *tópico As missões, perpetuo cuidado da Igreja*, na encíclica *Rerun Ecclesiae* de Pio XI, do ano de 1926. A menção do perpetuo explicita bem as intenções do Roma-

3 Nome de batismo de Bento XV.

no Pontífice em fortalecer ainda mais o financiamento missionário da Igreja. Inclui no documento, ainda, celebrações e datas específicas — litúrgicas, criando a Agência Fides, com o intuito de divulgar as ações missionárias em todo o mundo e até pesquisas de cunho científico, melhorias e avaliações mais sistemáticas das ações de missiologia. O esforço está em impregnar a responsabilidade de todos os setores constituintes da Igreja — religiosos ou leigos — na obra evangelizadora, como obrigação de todos os batizados, de todos os ordenados e dando orientações aos missionários das frentes.

O Pontífice sinaliza ainda que “se nenhum fiel cristão deve esquivar-se deste dever, poderia dele desinteressar-se, que por eleição de Nosso Senhor Jesus Cristo participa do seu mesmo sacerdócio e apostolado?” (PIO XI, 1926). O Papa, por meio deste fragmento, deixa bem claro a necessidade de empenho da hierarquia eclesiástica nos trabalhos de missão. Utiliza de uma retrospectiva bíblica/teológica, histórica e alicerçadas nos discursos de antecessores. Ora, o texto ainda recomenda o recrutamento do clero indígena, sua inserção na hierarquia, além de outras advertências:

Além disso, há outra razão para que não permitais de nenhum modo a postergação habitual do clero indígena em ofícios e ministérios, qual se eles não participassem do caráter sacerdotal e do mesmo apostolado que os missionários estrangeiros. Mas ainda, deveis tê-los nas pupilas dos olhos, como destinados a governar, um dia, as igrejas e cristandades que vós haveis fundado com vossos trabalhos e suores. Não deveis mais haver, portanto, distinção alguma entre missionários europeus e indígenas, nem razão de separação; mas sim todos devem unir-se em mútua reverência e caridade (PIO XI, 1926).

No pontificado seguinte, Pio XII publica três cartas, intituladas: *Saeculo Exeunte* (1940), *Evangelii Praecones* (1951) e *Fidei Donum* (1957) que se dedicam em parte ou totalmente à missiologia. A primeira, mesmo que específica ao público de Portugal, começa por elogiar os grandes feitos missionários relativos ao pe-

ríodo da navegação. No artigo 27, recomenda que os sacerdotes recebam uma formação em “sólida e profunda consciência missionária, tão útil para robustecer a formação sacerdotal, com vantagem para o futuro exercício de seu ministério, seja qual for o lugar que a providência os destine” (PIO XII, 1940).

Em *Evangelii Praecones* (1951), após a Segunda Guerra mundial, um período de grandes incertezas e devastações em todos os campos da sociedade, Pio XII insiste na formação e estabelecimento de Igrejas nacionais. A encíclica dividida em dois capítulos; em primeiro lugar, trazendo *as últimas décadas da atividade missionária* e o outro *orientações para o missionário, do clero nativo, dos leigos para as missões*, consistindo em um dos principais pontos, no que se refere ao chamamento dos leigos ao apostolado missionário.

No penúltimo ano de seu pontificado, Pio XII publica a *Fidei donum* (1957), direcionada ao continente africano e suas independências subjogadas pelas potências colonizadoras. O texto é dividido em três partes: *A situação da Igreja na África, a corresponsabilidade de toda a Igreja e o Tríplice dever missionário — Oração e sacrifício, cooperação missionária e vocações missionárias*, solicitando a abertura de um conselho missionário por diocese e a manutenção das ações pela Pontifícias Obras Missionárias.

Deve-se, igualmente, atender às necessidades religiosas e culturais desta geração porque, se não lhe for dado abundantemente o pão da verdade, é muito de se temer que venha a procurar fora da Igreja um alimento proibido. Na verdade, para que os bispos, em seu zelo, bastem a todos esses encargos pastorais, têm necessidade, não apenas de maiores recursos, mas, e principalmente, de auxiliares idôneos para os diversos ministérios que são ainda mais difíceis por exigirem maior adaptação a grupos muito particulares. Instruir e preparar tais falanges de apóstolos não é nada fácil nem obra de um dia e, muitas vezes, estes mesmos são pouquíssimos. Por isso, torna-se mais urgente atender essa necessidade, para que tão excelentes e cultas inteligências não venham, infelizmente, a desistir de olhar com confiança para a Igreja católica (PIO XII, 1957).

A DIOCESANIZAÇÃO NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS DA IGREJA

E exclusão do apoio financeiro, a independência hierárquica da Igreja, a laicidade do Estado e as outras diversas mudanças, obrigaram a Santa Sé, contente ou não com as mudanças, a comprometer-se com a organização administrativa institucional e eclesiástica do antigo Império brasileiro na sua transição para a República. A República demonstrou, de maneira explícita, a desassistência religiosa existente no país, principalmente no interior, onde a pobreza extrema distanciava a maioria dos missionários. Neste sentido, entre as diversas ações empreendidas pela Igreja, correspondentes a sua presença em todo território nacional, dizem respeito ao

Conceito de *diocesanização*⁴ considerado aqui como um conjunto de intervenções da Igreja Católica que ativa seu poderio institucional para criar lugares próprios, justificando suas práticas através de um discurso teológico-político que repercute sobre a construção e organização dos espaços, permite repensar, desde novas bases, as relações entre o Estado republicano, a Igreja e a Sociedade no Brasil, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, ao propor novas indagações aos documentos clássicos desse problema, ao abrir caminho para que novos documentos sejam considerados na análise, bem como problematizar certas interpretações históricas e sociológicas recorrentes que merecem reparos e ajustes ao serem rigorosamente confrontadas com a documentação e a historiografia pertinentes (AQUINO, 2012, p. 24).

De acordo com Micelli (1985, p. 46) “a organização eclesiástica encontrou, portanto, meios de recuperar boa parte do terreno político e institucional perdido com a separação, driblando assim aquelas medidas impostas pelo governo provisório no intuito de cercar

4 “Ressalte-se aqui que a diocesanização não se restringe a um processo territorial (geográfico), mas, sob a inspiração da categoria de estratégia de Michel de Certeau, envolveria além dos lugares físicos, os lugares políticos (relações e situações de poder) e os lugares teóricos (discursos)” (AQUINO, 2012, p. 23).

sua influência política”. Considerando-se o tempo histórico, as resoluções encontradas pela Igreja foram bastantes rápidas para a nova realidade do período. Contudo, não podemos deixar de mencionar que o processo de diocesanização não era algo novo, mas sim uma reprodução da experiência e do caso europeu.

A relevância da responsabilidade administrativa que passa a ser da própria Igreja é algo que irá revolucionar o desenvolvimento institucional. As novas dioceses, as novas paróquias, a criação de seminários, a distribuição dos sacerdotes, missionários, o atendimento às populações distantes, tornam-se responsabilidades diretas do clero em consonância constante com as determinações do Vaticano.

Como descrito no tópico anterior, o papado esteve continuamente interessado na evangelização da América Latina. O destaque de religiosos brasileiros ajudou na nomeação do primeiro cardeal latino-americano na pessoa de D. Joaquim Arcoverde (1905), fazendo com que “o eixo da política eclesiástica no país voltasse às mãos dos prelados que readquiriram de chofre uma série de poderes cujos efeitos sobre a ordem política temporal logo se fizeram sentir” (MICELI, 2012, p. 44). Em uma visualização geral,

Todas as capitais estaduais foram promovidas a sedes de dioceses para cuja gestão foram muitas vezes convocados elementos do clero originários de importantes grupos oligárquicos. O acesso a familiaridade de trânsito junto a esses círculos construíam trunfos indispensáveis ao levantamento de recursos nas proporções exigidas pelo vulto das despesas necessárias à formação do patrimônio diocesano (MICELI, 2012, p. 45).

O crescimento quantitativo, não cabendo observar o qualitativo no momento, observou-se frutífero. Por outro lado, é significativo mencionar que a grandiosidade geográfica acarretará em diversas realidades de implantação e desenvolvimento da diocesanização, inclusive quando considerado os variados grupos de missionários e

ordens religiosas, masculinas e femininas que circularam no Brasil no referido período, adequando-se às populações locais, aos seus objetivos e as cobranças da hierarquias eclesiásticas. “Em uma nova fase institucional, a Igreja deveria proceder de modo a que o seu poder simbólico fosse territorialmente materializado” (AQUINO, 2012, p. 98), colocando-se presente com lideranças e solidificando seu patrimônio, estruturando-se em todo o território.

Outra questão essencial é a relação do clero com as autoridades locais. Para essa implantação e desenvolvimento regional, pois além da instalação das dioceses nas capitais, também houveram inaugurações em regiões desassistidas, seja pelo tamanho territorial, seja pela massa habitacional. O clero precisou aliar-se aos chefes regionais e locais e com isso, passou a procurar apoios entre chefias e lideranças⁵, coronéis principalmente.

Dessa maneira, conseguiam recursos materiais para suas empresas de todo o tipo. E como resposta, ajudaram seus patrocinadores com apoio necessários para sua manutenção no poder, contribuindo no fortalecimento das elites locais. “De fato, esse processo evidenciou que o moderno controle rigoroso de um território, imprescindível para os Estados em consolidação nacional, foi incorporado e eficientemente praticado pela Igreja em sua gestão” (AQUINO, 2012 p. 97).

Assim, a diocesanização do catolicismo no Brasil, como parte de diocesanização um movimento internacional de reorganização da Igreja Católica Apostólica Romana em um contexto de profundas transformações apresentou-se na condição de estratégia eclesiástica fundamental para ampliar a presença da Igreja na sociedade brasileira, respondendo às demandas da Cúria Romana e às necessidades sociopolíticas e religiosas específicas de cada unidade federativa da república brasileira indicou ainda a ambígua

5 “Destaca-se o fato que o crescimento das bases representativas com a chegada da República inclinou as oligarquias e/ou partidos dominantes a utilizarem o prestígio da Igreja frente aos fiéis como instrumento eficaz de mediação na cooptação de votos e legitimação da ordem social, ao passo que as organizações católicas continuassem a receber auxílios e concessões dos poderes públicos como contrapartida” (CUNHA, 2010, p. 306).

e diocesanização tensa relação da Igreja com a modernidade, afinal, ela incorporou muitas tecnológicas novidades científicas e da modernidade, mas combateu as suas repercussões morais e religiosas (AQUINO, 2012, p. 96).

O impasse da transição colocou a Igreja em uma redoma de decisões — ao menos aparentemente - contraditórias. Havia documentos pontifícios que criminalizavam as novas legislações como heréticas e toda ou qualquer inovação política como maus da modernidade. Ao mesmo tempo, reorganiza-se com uma sagacidade invejável para manutenção de seu *status quo* na sociedade brasileira e, o Vaticano, no mundo. Uma dualidade que teoricamente traria confusão e desorganização, entretanto, demonstrou-se bastante frutífera.

No que diz respeito a diocesanização no Brasil, as críticas iniciais ao novo regime, rapidamente, foram substituídas por uma relação de trocas, tanto em nível nacional, como regional. Por meio da criação das dioceses nas metrópoles e em regiões importantes, os bispos criavam laços e apoiavam os governos. E nos locais de maior difícil acesso ou com pouca organização da Igreja, direcionavam-se as missões, com o intuito de organizar o território para, futuramente, o estabelecimento diocesano. A Igreja, dessa forma, de opositora ao regime, passa a ser uma de seus principais colaboradores, e a para a América Latina,

O Vaticano adotou uma política expansionista, uma postura patrimonialista, com metas de romanização no treinamento do estilo de orientação de mando episcopal. Em especial para o Brasil empreendeu a partilha do território preferencialmente entre as congregações religiosas mais dependentes e leais ao Vaticano (PIRES, 2002, n.p).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de compreender o desenvolvimento histórico da diocese de Porto Nacional, apresentamos neste artigo, dois elementos necessários, o primeiro relacionado ao sentido missionário restaura-

do pela Igreja Católica em suas ações fora da Europa no século XX e o processo de diocesanização no Brasil. Diante dos novos desafios, Leão XIII e Pio X tentam reestabelecer a hegemonia católica frente ao protestantismo, a maçonaria e os “outros erros modernos”, visando reconquistar seus antigos territórios de atuação. Além do mais, “o decréscimo da sua influência política na Europa tornava sedutora a aventura missionária na América Latina, último continente onde a cristandade parecia possível, ao mesmo tempo que libertava os recursos humanos necessários à sua realização (ALVES, 1979, p. 34).

Será já passado o período tridentino, e concluindo as reformas que estão associadas ao concílio, que os Papas aparecem com a preocupação de determinarem uma política missionária própria, pensada e dirigida a partir da Santa Sé. O objetivo é antes de mais nada consolidar a reafirmação do poder pontifício feita pelo Concílio, e ao mesmo tempo tomar a iniciativa de atuar em geografias extraeuropeias [...] (FALCÃO, 2019, p. 44).

Diante das cartas que separamos dos pontífices entre a última década do século XIX até PIO XII, devemos observar que tratou-se de um período bastante intenso da história universal. Tivemos, a exemplo, diversas independências, mudanças de regimes políticos, a laicização dos Estados, duas guerras mundiais e toda uma remodelação geográfica dos Estados nação, como também, reformulações nos pensamentos dos indivíduos e da sociedade. Estruturas de poder, antes inquestionáveis, passaram a ser bombardeadas por novas ideias e concepções de vida. Perante isso, o cristianismo, em suas diversas ramificações, reage com variadas formas, empreendendo seus esforços no alcance de mais fiéis.

A Igreja Católica, particularmente, entre as diversas estratégias, utilizou-se da reativação de sua identidade missionária como recurso para evangelização e alargamento de seus domínios, como vimos nos discursos papais. Os Papas, percebendo o contínuo e organizado avanço do protestantismo na América e em outras antigas colônias,

investem na diocesanização dos territórios, e não existindo clero local e nem mínima estrutura em boa parte dessas regiões, incita missionários para essa organização primitiva. Após esta última, o desenvolvimento natural — na idealização da Igreja - seguiria e as Igrejas nacionais poderiam caminhar sozinhas com seus próprios recursos humanos e materiais.

Este desiderato, da constituição de uma Igreja local, baseada na autoridade do Bispo diocesano e do seu clero, mais não é do que o culminar do processo de constituição de comunidades católicas, de acordo com um padrão que remonta aos primeiros tempos do cristianismo. Depois de um período inicial de atuação missionária, visando a conversão da população de uma determinada região, e depois de constituída uma comunidade com dimensão e solidez humana e material, da qual saiam vocações religiosas suficientes, a Igreja forma uma nova unidade eclesial, a diocese, dotada de autoridade e autonomia personificada no seu bispo (FALCÃO, 2019, p. 45-46).

Portanto, os desdobramentos relacionados à nova realidade política no Brasil, com o advento da República, são primordiais para entendermos e crescimento institucional da Igreja Católica brasileira, através dos realces desse momento histórico, especialmente na reação da hierárquica católica, tanto do Brasil, como do Vaticano. Todo esse movimento vai refletir na expansão de dioceses para o interior, com a criação de prelazias, de novos territórios diocesanos e o envio de ordens religiosas para a nova missão evangelizadora, o que investiremos com a continuação da nossa pesquisa, a partir da criação da diocese de Porto Nacional.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

AQUINO, Mauricio de. **A Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista(1890-1923)**. Tese (Doutorado em História). UNESP: Assis, 2012.

BENTO XV, Papa. Carta Encíclica Maximumillud. 1919. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xv/pt/apost_letters/documents/hf_ben-xv_apl_19191130_maximum-illud.html. Acesso em: 10 fev. 2020.

CASTRO, José Luiz. **A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1724-1824)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CASTRO__Jos__Luiz_de._1998.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

CUNHA, Tiago Donizette da. Igreja e política durante a primeira República: o caso do cônego José Valois de Castro. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf6/13Tiago.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FALCÃO, Nuno de Pinho. **Algumas considerações sobre o magistério Pontifício para as missões anterior ao II Concílio do Vaticano (1919-1959)**. Edição v. 10 n. N° 2 (2018). Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/4892. Acesso em: 24 jan. 2020.

LEÃO XIII. Litteras a vobis (02/07/1894). Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_02071894_litter. Acesso em: 10 jan. 2020.

MAIA, Antonio. **Pequeno dicionário católico: dogma/liturgia/moral/bíblia**. Rio de Janeiro, 1966, p. 147.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

PIO XI, Papa. Rerum Ecclesiae. 1926. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_28021926_rerum-ecclesiae.html. Acesso em: 22 fev. 2020.

PIO XII, Papa. Saeculoexeunte. 1940. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_13061940_saeculo-exeunte-octavo.html. Acesso em: 15 fev. 2020.

PIO XII, Papa. *Evangelii praecones*. 1951. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_02061951_evangelii-praecones.html. Acesso em: 25 fev. 2020.

PIO XII, Papa. *Fidei Donum*. 1957. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_21041957_fidei-donum.html. Acesso em: 02 abr. 2020.

PIRES, Menezes, M.L. Trabalho e Território: as missões católicas no interior do estado do Amazonas, Brasil. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona**, vol. VI, nº 119 (11), 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-11.htm>. Acesso em: 17 de abr. 2020.

SOUZA, Ney; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Catolicismo e sociedade contemporânea**. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.

Saúde, gênero e
ciência debates e
perspectivas na
história

Sobre corpo, tempo e torpor A produção do discurso médico em Fortaleza nas décadas de 1920 e 1930

Thiago Gomes Sales¹

INTRODUÇÃO

Segundo o I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na Sociedade Brasileira, realizado em 2007 pela Secretaria Nacional Antidrogas, órgão vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, 52% da população brasileira faz uso de bebidas alcoólicas. Destes, 45% afirmaram que têm ou tiveram problemas físicos, familiares, sociais ou relacionados com a violência, em decorrência do abuso do álcool. Os problemas físicos aparecem como os mais citados, apontados por 38% dos entrevistados. Os problemas familiares vêm em segundo lugar, citados por 18% dos entrevistados. Já os problemas sociais, incluindo a violência, foram os menos citados. O levantamento não encontrou diferenças significativas entre os números obtidos nas diversas regiões do país.

A pesquisa foi elaborada depois que o II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, promovido pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) em 2005, apurou que 85%

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Ceará, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0356932503638090> e E-mail: thiagogomessales@gmail.com.

do total das internações hospitalares de pacientes com problemas de saúde relacionados ao consumo de substâncias psicotrópicas referia-se a problemas relacionados ao abuso de bebidas alcoólicas.

A produção dessas estatísticas faz parte de um esforço continuado do Estado brasileiro para verificar os impactos que o consumo de substâncias entorpecentes — dentre elas, o álcool — vem causando em amplos setores da sociedade.

Dito isto, torna-se necessário conduzir uma investigação histórica que possa contribuir, junto aos demais saberes, para pensar como o problema do uso dessas substâncias foi se constituindo ao longo do tempo. Nesse sentido, as primeiras décadas do século XX são ricas em mudanças, pois o contexto ainda recente de urbanização e rearranjo dos papéis sociais conduziu também a novas práticas de serialização da produção e do consumo de tais substâncias.

O presente estudo dedica-se a investigar a forma como um determinado dispositivo discursivo — sobre o qual os profissionais da área médica apoiaram-se para operar a conversão dos corpos classificados como entorpecidos, ébrios e loucos em corpos doentes e, por conseguinte, em objetos de atuação do saber médico — atuou, associado a outros dispositivos discursivos, de modo a fazer funcionar o discurso médico nos moldes de um biopoder.

Trata-se de um sutil movimento que objetiva promover um deslocamento do sujeito do corpo entorpecido em direção à substância entorpecente. Assim, o corpo embriagado, tomado pelo *delirium tremens*, poderia ser classificado como um corpo sem sujeito, sem controle, ou, melhor, como um corpo controlado pelos processos físicos e químicos desencadeados pela substância.

Ao sugerir o apagamento do sujeito do corpo então tomado pela substância, o discurso médico sugere também uma retomada desse corpo doente pelas práticas do progresso. Sugere-se que o

saber médico tome o poder sobre um corpo que já não tem consciência, esvaziado de razão.

O estado de *desrazão* comumente denominado de loucura alcoólica deveria dar lugar a uma espécie de gestão racional médica sobre o corpo que pudesse restituir ao sujeito analisado, classificado, tratado e, por isso, adequado aos padrões que se creditavam modernos e civilizados, o controle sobre o seu próprio corpo.

Serviram de base para a construção da análise uma compilação de conferências colhidas em visita à Academia Cearense de Medicina, publicados pela revista especializada Ceará Médico, por ocasião da primeira Semana Antialcoólica, organizada pelo Serviço de Saneamento Rural do Estado do Ceará, em consórcio com a Liga Brasileira de Higiene Mental, no ano de 1928.

Utiliza-se também de matérias jornalísticas e anúncios publicitários que fazem parte do acervo da hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel e do acervo digital da Biblioteca Nacional a fim de entender como essas produções discursivas eram percebidas pela sociedade e pela imprensa local. Além disso, a análise dos relatos publicados nas páginas policiais, por vezes colhidos pelos repórteres diretamente com os acusados de cometerem crimes em estado de embriaguez, pode ajudar a entender o modo como o discurso antialcoólico era interpretado pelos próprios objetos de saber deste discurso.

A LOUCURA ENGARRAFADA

“As chuvas descidas do céu foram como que uma ordem para que todos *cahissem* na pinga, único meio de se evitar um resfriado... E assim o fez Rufino”. Morador do Arraial Moura Brasil — um bairro que começou a ser habitado ainda no século XIX e que, apesar de estar situado na orla em relativa proximidade do centro de Fortaleza, fora, desde o início, um dos locais mais pobres da capital, chegando

a ser conhecido na cidade como o “bairro das notícias policiais” — o *lancheiro* Antônio Rufino de Almeida era reconhecido como um “exemplar dono de casa, vivendo *modelarmente* para sua mulher e dois filhos” (Jornal Correio do Ceará, 1935, p. 9).

Segundo matéria do jornal Correio do Ceará de fevereiro de 1935, ao chegar do trabalho no fim da tarde, Rufino encontrou sua casa vazia e pôs-se a beber duas garrafas de aguardente, o que o levou a *meditar a desnecessidade de se viver*. Movido por essas divagações, ele adicionou um papelito, contendo veneno contra ratos, que era então distribuído pela Saúde Pública para combater a proliferação da peste *bulbônica*, em um copo com água e sorveu todo o líquido, sendo posteriormente socorrido por familiares e vizinhos que levaram-no para o pronto socorro onde recebeu os primeiros cuidados médicos.

Apesar de ser visto como um homem pacífico e trabalhador, o *lancheiro* se tornaria “descontrolado nas suas *ações* ao molhar a *guéis* com dois dedos da água que passarinho não bebe” e, justamente por isso, logo na manhã do dia seguinte, Rufino, que já se encontrava arrependido, deu entrevista afirmando que “nunca mais, se Deus quiser, cachaça descerá nas goelas” novamente (Jornal Correio do Ceará, 1935, p. 9).

Assim como Rufino, o pescador Felipe Pereira da Silva também desfrutava, entre os seus colegas de trabalho, a fama de ser um “homem pacato e trabalhador”. No entanto, no dia oito de janeiro de 1935, ao comparecer a uma festa realizada no Cocó, na qual participou de uma libação alcoólica, “*aquelle* homem do mar desmentiu a fama”. Descontrolado, atacou vários convidados com uma haste de madeira, ferindo inúmeros deles antes de ser finalmente dominado e preso pelos agentes da 2º Delegacia de Polícia (Jornal Correio do Ceará, 1935, p. 13).

Os bons antecedentes de Felipe e os pedidos dos familiares convenceram o delegado a libertá-lo depois de algumas horas, com a condição de que comparecesse à delegacia no outro dia, quando estivesse sóbrio, para prestar os devidos esclarecimentos.

Tanto Rufino quanto Felipe alegaram que só perderam o controle sobre as próprias ações depois de haverem ingerido quantidades consideráveis de bebidas alcoólicas, o que teria levado cada um a cometer os atos dos quais estavam sendo acusados. Atos que, segundo eles, jamais teriam cometido em estado de sobriedade.

Tanto na primeira, quanto na segunda matéria jornalística, as narrativas são construídas de tal forma a sugerir que os corpos entorpecidos tenham sido tomados por uma espécie de possessão, por um “outro” que teria agido em seu nome cometendo atos insanos, crimes e ofendendo a moral.

Em ambos os casos, o entorpecimento alcoólico parece ter sido utilizado, mesmo que de formas peculiares em cada uma das situações, como argumentação para definir que os sujeitos das ações relatadas não eram mais os indivíduos, mas sim a substância consumida. Enquanto, no primeiro caso, o jornalista isenta Rufino de suas ações, no segundo, é o delegado quem libera Felipe para prestar esclarecimentos somente quando já não restarem mais resquícios de embriaguez.

Esse deslocamento do sujeito, que parece marcar uma espécie de entificação da substância entorpecente em detrimento do livre arbítrio do indivíduo, esteve tão presente dentro da literatura médica especializada quanto na própria argumentação dos usuários.

Segundo Matos (2001, p. 60-61), o entorpecimento causado pelo uso do álcool era entendido à época como sendo capaz de “apagar a inteligência do homem”, acentuando a mudança de caráter e “provocando uma excitação fugaz, seguida de abatimento nervoso, impulsões violentas, apatia considerável e cólera intensa, principalmente nas discussões”. O alcoólatra perderia então a “noção de honra e de conduta pública, do afeto da família e amigos, das obrigações para a sociedade, podendo caminhar [ainda] para a obsessão e para o impulso criminoso”

Nessa mesma linha, o Dr. Leite Maranhão, em conferência publicada pela revista *Ceará Médico*, explica que

pela *descrição* dos fenômenos *inherentes* à embriaguez, à intoxicação alcoólica, vimos que dominam o quadro fenômenos *neuro-psychicos*, que, em *synthese*, podemos classificar de desarticulação da consciência, ou despersonalização mental do indivíduo, presa que se torna das *ações* puramente reflexos *incoordenadas* (*Ceará Médico*, 1928, p. 7).

A perda da personalidade do indivíduo, decorrente da supressão da consciência e da racionalidade, operada pela toxidez alcoólica, limitaria de tal forma sua autonomia sobre o próprio corpo ao ponto de reduzi-lo à reles presa das ações condicionadas pela substância.

Entretanto, ele afirma que o ato de beber não seria condenável por si, visto que o uso moderado do álcool como *digestivo* ou *para combater o frio* ou ainda para *corrigir o calor* poderia ser considerado um hábito aceitável e até mesmo saudável, não causando maiores danos ao organismo.

Segundo o médico, é somente quando leva a um estado de torpor, propiciando um grau de *excitação externa* — que conduz, por sua vez, a um estado de inadaptação ao meio social e às “mutações do caráter em função do despertar de tendências só compatíveis com um estado degenerativo” — que o ébrio seria levado a perder o seu sentido moral (*Ceará Médico*, 1928, p. 9).

É por isso que quando o ato de beber “*vae* além das fronteiras do normal, quando excede a bitola da reflexão, do consciente, é desvio, é *incoordenação* biológica, é *meiopraxia* mental só compatível com os estados degenerados”, pois o álcool seria “o grande demolidor da consciência, o *transmutador* da personalidade, o transfigurador do caráter, o *communtador* das sensações” (*Ceará Médico*, 1928, p. 9).

O raciocínio que fundamentava a argumentação do Dr. Leite Maranhão partia do pressuposto que as características psíquicas

deveriam ser percebidas estritamente como fenômenos físicos — provocados por excitações exógenas, não espontâneas e estranhas à vontade do indivíduo — estando, deste modo, especialmente suscetíveis aos efeitos perniciosos da substância tóxica na supressão das *razões de ordem moral*.

Entendia-se que a permanência por longos períodos em estado de torpor poderia levar o indivíduo a uma condição muito semelhante à do louco, pois o álcool teria o poder de despertar tendências degenerativas no sistema nervoso criando um estado de incoordenação ou desrazão conhecido à época como *loucura alcoólica* (Rosa, 2003).

Está presente no discurso do médico um deslocamento muito sutil que promove a substância à categoria de sujeito enquanto desresponsabiliza e desautoriza o indivíduo que perde o poder de controlar suas próprias ações e, por conseguinte, perde também o direito de poder sobre o próprio corpo.

Já o Dr. Aurélio de Lavor, diretor do Centro Médico, pormenoriza em outra conferência publicada na mesma edição da revista Ceará Médico que

O *Delirium Tremens* é um dos fenômenos mais graves e característicos do alcoolismo. Pode irromper subitamente numa noite de deboche, ao tinir dos copos que se enchem e esvaziam, no furor do erotismo e da embriaguez. Algumas vezes, o tremor sinistro começa numa *phase* de abstinência, sob o aguilhão de uma dor moral ou de um perigo inopinado, coincidindo ou não com uma inflamação aguda qualquer.

As *victimias habituales* do *Delirium Tremens* são os devotos do *Whisky*, do *Old Tom Gin* ou da nossa aguardente do *Cumbe*; ou da *Sapupara*, refertas de *impuresas* destruidoras das vísceras dos seus consumidores.

O *symptoma* precursor do primeiro *accessus* de *Delirium Tremens*, é um estado de ansiedade e inquietação indizíveis, que se *exarcebam* a noite, impossibilitando o repouso e o *somno*.

E se acaso o infeliz *dipsomano* adormece um instante, salta do leito a tremer, a tremer e a falar cousas sem nexo, como no delírio epilético.

Surgem, então, *allucinações* da vista e do ouvido. Alguém o insulta e ameaça até a honra da família. E a *reação* o empolga, desatinada horas a fio.

Veze, ao tremor sucedem a *exhaustão* e a febre. Suor viscoso *inunda-lhe a pelle*, o coração bate apressado e frouxo. Não fala, não diz o que sente e o colapso emudece para sempre. É a forma *adynmica* do *Delirium Tremens* (Ceará Médico, 1928, p. 18).

Para além dos recursos descritivos literários que buscam dar efeito de real à narrativa construída, é perceptível que a elaboração discursiva “esvazia” o sujeito da ação buscando transformá-lo em sujeito à ação tóxica da substância.

Deste modo, as *impuresas destruidoras das vísceras* teriam o poder de subtrair a consciência do corpo entorpecido, transformando-o em espaço aberto para a inscrição do saber médico, como descreve Lima Barreto (2010, p. 54) — relatando os dias em que esteve internado no Hospício Nacional de Alienados, na cidade do Rio de Janeiro — ao referir-se ao sentimento de perda de direito sobre o próprio corpo em decorrência da aplicação arbitrária e irrestrita de procedimentos médico-científicos com o objetivo de curá-lo do alcoolismo:

A capacidade de meditação demorada, da paciência de examinar durante muito tempo o pró e contra de uma questão; não havia nele a necessidade da reflexão sua, de repensar o pensamento dos outros.... Essa sua falta de método, junto a minha condição de desgraçado, davam-me o temor de que ele quisesse experimentar em mim um processo novo de curar alcoolismo em que se empregasse uma operação melindrosa e perigosa. Pela primeira vez, fundamentalmente, eu senti a desgraça do desgraçado. Tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre o meu próprio corpo, era assim como um cadáver de anfiteatro de anatomia.

À medida em que essa construção imagética que representa socialmente o entorpecido como alguém incapacitado de ter controle sobre si mesmo, possuído por uma substância elementar que domi-

na sua vontade, é assumida por diversos saberes articulados quase sempre sob a autoridade médica sanitarista, amplia-se e legitima-se o poderio disciplinar que já era exercido sobre esses corpos.

A produção desse tipo de discurso fez parte de um esforço contínuo pela institucionalização da medicina enquanto produtora de um saber teórico capaz de orientar as práticas sociais em direção ao futuro, ao progresso desejado. Está motivada pelas inquietações acerca do que lhe dá materialidade, do tempo que a circunscreve, das possíveis consequências advindas dela e sobretudo do poder que se pode adquirir através dela.

A medicalização da vida produz, assim, um discurso que busca transformar práticas outrora entendidas como habituais e aceitáveis em doenças físicas e mentais, território propício à sua atuação irrestrita.

Em determinado ponto de sua já mencionada conferência na Semana Anti Alcoólica, o Dr. Aurélio de Lavor afirma — referindo-se à derrota alemã na Primeira Guerra Mundial — que o que colocou a *Allemanha* a perder, segundo a História, teria sido “o orgulho e, sobretudo, a intemperança, que as ‘Obras’, leigas e religiosas, de propaganda *anti-alcoólica*, ainda não conseguiram erradicar no mundo civilizado”. E emenda explicando que “no Brasil, infelizmente, só os *hygienistas*, têm impugnado a *diffusão* do *ethylismo*, no pouco que se tem dito na imprensa ou na tribuna popular, sobre tão *momentoso assumpto*” (Ceará Médico, 1928, p. 12).

O que fica claro na argumentação do Dr. Aurélio é que as medidas tomadas pelas associações leigas, pelas congregações religiosas e mesmo a ação do Estado não surtirão qualquer efeito contra a proliferação do alcoolismo, se não estiverem amparadas e orientadas pelo saber médico.

O discurso médico se constrói de forma que lhe permite se imiscuir em todas as dimensões da vida, desde a esfera privada do lar até à elaboração dos ditames políticos e econômicos, responsáveis pelo bem estar da coletividade. Em parte, é nisto que reside o caráter

social da medicina defendido pelo Dr. Aurélio de Lavor: a gestão da vida em específico e como um todo.

Essa tomada de poder sobre a vida não se dá de forma direta, não é simplesmente inventada ou imposta como a soma dos desejos e aspirações de poder de um grupo sobre outros. Tais enfrentamentos só podem se dar em torno dos estoques finitos que se encontram disponíveis na *rede de significados* socialmente compartilhada e não em um terreno ilimitado de *bens simbólicos*. A legitimidade que se atribui a um poder — no caso, mais especificamente, a legitimidade que se atribui ao discurso dos médicos — não pode ser criada livremente. Terá que ser negociada, reivindicada e pleiteada em meio à arena de disputas pelo poder simbólico.

Para se estabelecer o discurso médico precisou manipular bens simbólicos que já estavam lá muito antes dele e que tornaram possível à própria comunidade imaginar ou inventar a legitimidade que designou a este poder. O discurso da ciência — mais especificamente em sua dimensão médica, corpórea — teve que enfrentar, nesse momento, o caráter arbitrário das próprias atribuições e subjugá-lo reclamando sua legitimidade perante as relações sociais de força e poderio.

Bourdieu (1989, p. 14) explica que “o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo” e, portanto, o próprio mundo, só pode ser exercido se for reconhecido como um poder legítimo, ou seja, se o seu caráter arbitrário for ignorado.

Será esta legitimidade — adquirida sob o signo da exclusividade de um lugar de onde se fala sobre tudo e sobre todos, enfrentando apenas os limites que a própria linguagem impõe — aquilo que tornará possível aos médicos obter, pelo discurso, autoridade, domínio e controle equivalentes ao que se poderia obter pelo uso da força.²

2 O Dr. Aurélio de Lavor utiliza mais de uma vez o termo *incoordenação mental* para se referir ao estado psíquico do *dipsomano*.

No que se refere ao caso específico dos ébrios, essa legitimidade se expressou quase sempre na forma de uma tomada de poder sobre o vazio de governo — pode-se dizer ainda de gestão, de coordenação — elaborado sobre o corpo ébrio à medida em que este vai sendo descrito pela literatura médica como alcoolista ou *dipsomano*.

Nesse contexto, o corpo entorpecido, esquadrinhado pelo saber científico e instituído enquanto linguagem, constituir-se-á em espaço aberto para disputas de poder na medida em que corpo e linguagem estarão sujeitos aos mesmos processos de administração, controle e negociação entre forças que lutam para inscrever e circunscrever o corpo alheio, gravando sua própria história em território conquistado.

A tomada deste território discursivo que é o corpo, só poderá ser efetivada através da elaboração normativa de um discurso de poder que se pressupõe científico e que tenciona dar conta de tudo aquilo que não está adequado ao que qualifica como normal.

Destarte, definidos os limites da normalidade, caberia exclusivamente ao médico localizar, descrever e — quando possível — sanar as anormalidades e alterações, sejam elas hereditárias ou adquiridas.

Para o Dr. Aurélio de Lavor, por exemplo, a psicologia do cérebro humano tem características claras que permitiriam ao médico traçar possíveis desvios da mentalidade ocasionados por fatores externos.

Entretanto, em decorrência do que chamou de *alcoolismo habitual*,

O *encephalo*, cuja trama *cellular* é delicadíssima, apresenta as diversas fases da esclerose, com depressão e achatamento de várias *circonvoluções cerebraes*, como em via de involução por *atrophia*.

Este conjunto de lesões *anatomicas*, explica à saciedade, a multiplicidade dos *phenomenos* de ordem nervosa e os desvios da mentalidade, que tornam quase indecifrável a *psychologia* de um alcoólatra (Ceará Médico, 1928, p. 20).

Aurélio de Lavor cita inumeráveis consequências do uso habitual das bebidas alcoólicas para quase todos os órgãos do corpo humano. Entretanto, demonstra especial desconforto quando se refere à inexatidão psicológica do alcoólatra. A imprevisibilidade daquilo que vem à tona quando o corpo está entorpecido parece assombrar aqueles que se propunham a ser os condutores da marcha da história humana, aqueles que se supunham conhecedores dos caminhos que levariam ao aprimoramento e à modernização da vida.

A *indecifrável psychologia* dos alcoólatras — assim como dos loucos, dos maníacos e dos demais portadores de afecções mentais — estava elaborada, dentro do discurso de todos os profissionais da medicina que palestraram na Semana Anti Alcoólica de 1928, como signo do desvio da normalidade, estipulada, descrita e prescrita pelos próprios conferencistas em cada etapa do evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar do perito, a apreciação do especialista que estuda de fora — de um lugar mais elevado e autorizado — alçado ao patamar de conhecedor do mundo natural que o cerca — terreno a ser explorado, dominado e melhorado pela ciência médica — define as alterações que devem se operar sobre aquilo que forceja por conhecer e controlar.

A legitimidade que se atribui ao discurso médico somente poderá ser elaborada mediante uma separação entre o corpo médico — que observa, perscruta e prescreve — e o corpo atrasado sobre o qual deseja atuar, modernizando-o.

Ao promover esta cisão entre o sujeito que escreve e os objetos a serem inscritos e circunscritos — descritos, definidos, delimitados e colocados em um lugar determinado — o discurso científico formula os anseios, as aspirações e os desejos de poder próprios de um grupo

específico sobre o corpo de outrem. Corpo mudo a ser colonizado por esse discurso que busca exercer sobre ele um poder.³

A separação entre o observador e o seu próprio mundo, situado na gênese do pensamento científico ocidental, termina por criar um vazio sobre o qual um novo corpo discursivo poderá — e deverá — ser escrito. Segundo Certeau (1982, p. 17), a medicina moderna surge exatamente desse afastamento entre “um sujeito supostamente letrado e um objeto supostamente escrito numa linguagem que não se conhece, mas que deve ser decodificada”. Esse discurso autorizado sobre o corpo entendido como “selvagem” só pôde ser constituído mediante a separação “entre o saber que contém o discurso e o corpo mudo que o sustenta”.

Essa mudez torna-se necessária à medida em que a inteligibilidade sobre o objeto tem como fonte o próprio desejo do observador por aquilo que lhe falta. Assim, o corpo discursivo do outro será constituído enquanto linguagem autorizada, científica, exatamente sobre o espaço vazio gerado pelo seu apagamento. A elaboração do conhecimento sobre um objeto dá-se, assim, à medida em que um corpo erudito se impõe sobre um corpo vivido articulando um saber-dizer sobre aquilo que o outro cala.

Este silenciamento garante, assim, a legitimidade de um dizer sobre o outro. O discurso médico autoriza uma significação arbitrária sobre o corpo estudado à medida em que destitui do corpo o seu lugar de origem ao remanejá-lo para um novo espaço, localizado, então, dentro do texto especializado.

3 Segundo Certeau (2002), por ser uma variante tardia do trabalho iniciado pelo cristianismo ocidental ao produzir, através do discurso, ficções de corpos simbólicos elaborados sobre a ausência do corpo de Cristo, o discurso científico também teria se constituído sobre uma perda. A falência gradual do ordenamento celestial cristão sobre o universo, a partir último quartel do século XV, teria promovido uma espécie de ruptura entre o homem e o mundo que o cerca. O homem que emerge dessa ruptura “sofre uma privação que o coloca à distância das coisas, mas usufrui, doravante, o prazer de revê-las. Essa relação isola simultaneamente um sujeito, alheio ao mundo, e um objeto, feito de coisas expostas diante do olhar”.

Ao deslocar o corpo selvagem e insubmisso, ao dar-lhe lugar dentro do discurso, a medicina institui um corpo diverso sobre o silêncio do corpo dissecado.

As incisões, divisões e classificações que se operam sobre o corpo dissecado servirão à reorganização deste amontoado de partes em um novo corpo, adequado aos interesses de quem escreve.⁴

De certa forma, esta atribuição arbitrária de um nome e de um lugar para o corpo deslocado corporifica a visão de mundo de um determinado grupo, fundando sobre o dito uma realidade coerente com as aspirações deste grupo. O ordenamento do corpo esquadrinhado possibilita a instituição por força de um discurso que se pode propagar como verdadeiro e que produz as condições de existência deste corpo colonizado.⁵

Nessa medida o discurso médico teria o poder de criar a verdade, de dar existência a uma nova realidade na medida em que neutraliza e simboliza aquilo que é inacessível arrastando-o, *ressignificado*, para dentro das malhas da linguagem especializada, para dentro das teias do poder.

Desta feita, é possível refletir a produção do discurso médico como um campo discursivo de disputa por um poder que quer se fazer legítimo a partir da tentativa de dissolução da prática discursiva de outrem. “O que assim se disfarça é a colonização do corpo pelo poder. É a escrita conquistadora” (CERTEAU, 1982, p. 11) que peleja

4 Em conferência na Semana Anti alcoólica de 1928, o Dr. Otávio Lobo, tipifica os alcoólatras nos seguintes termos: “os epilépticos, os idiotas, os imbecis, os débeis mentaes, todo este cortejo de degenerados physicos e moraes, toda essa casta de anormais, quasi todos os perversos, grande parte dos criminosos, são produtos diretos do álcool”

5 Certeau (1982) afirma que “a medicina moderna é uma imagem decisiva desse processo, a partir do momento em que o corpo se torna um quadro legível e, portanto, traduzível naquilo que se pode escrever num espaço de linguagem. Graças aos desdobramentos do corpo, diante de um olhar, o que dele é visto e o que dele é sabido pode se superpor ou se intercambiar (se traduzir). O corpo é um código à espera de ser decifrado. Do século XVII ao XVIII, o que torna possível a convertibilidade do corpo visto em corpo sabido, ou da organização espacial do corpo em organização semântica de um vocabulário, e inversamente — é a transformação do corpo em extensão, em interioridade aberta como um livro, em cadáver mudo exposto ao olhar”.

por inscrever o desejo de poder do discurso médico científico sobre a página que se quer apagar do corpo “selvagem” a ser dominado.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. **O Diário do Hospício/O Cemitério dos Vivos**. Cosacnaify. São Paulo, 2010.

BEBEU cachaça e perdeu o juízo. *Jornal Correio do Ceará*. Fortaleza, fevereiro de 1935.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CONFERÊNCIA no Círculo S. José. *Ceará Médico*. Fortaleza, novembro, 1928.

CONFERÊNCIA na Phenix Caixeiral. *Ceará Médico*. Fortaleza, novembro, 1928.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer/Michel de Certeau; Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. Ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel. **Histórias de Corpos**. Projeto História. São Paulo, dezembro de 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim**: Alcoolismo e masculinidade. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001.

NO primeiro porre, pescador feriu diversas pessoas. *Jornal Correio do Ceará*. Fortaleza, 09/01/1935.

ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. **Passos cambaleantes, caminhos tortuosos**: beber cachaça, prática social e masculinidade — Recife/PE — 1920-1930. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Centro de humanidades, Programa de pós-graduação em história, 2003.

Os aspectos da maternidade a partir do médico Fernandes Figueira (1920)

Fernanda Loch¹

INTRODUÇÃO

Nesse texto pretendemos apresentar de que forma o pediatra Fernandes Figueira se posiciona acerca da maternidade, como ele propõe a incentivo à amamentação e o modelo de mãe ideal. Utilizamos como fonte principal o *Livro das Mães*, escrito pelo médico em 1910 e republicado em 1920. Além disso foram utilizadas uma matéria do jornal *A Época* e outra do *O paiz*, que também expõem opiniões do pediatra e sobre o mesmo.

Materialmente, o *Livro das Mães* possui 335 páginas, divididos em 107 breves capítulos. A construção do livro parece, em partes, ter sido feita por perguntas de pacientes. Essas perguntas estão nos próprios títulos dos capítulos, como por exemplo: “Qual deve ser a regra da amamentação no primeiro mez?” (FIGUEIRA, 1920, p. 26). Também aparecem capítulos sem perguntas, como se fossem orientações do próprio médico, como: “Organização de uma creche” (FIGUEIRA, 1920, p. 167) ou “Banho das crianças” (FIGUEIRA, 1920, p. 159). Além disso, o livro possui índice alfabético, e bibliografia utilizada por Fernandes Figueira.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa — PR. Licenciada em História na mesma instituição. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6400655583006918>. E-mail: loch.fernanda@outlook.com.

Fernandes Figueira, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887, especializado em pediatria, teve um grande papel na construção de políticas públicas de auxílio à maternidade e à infância na Primeira República. Juntamente com Moncorvo Filho e Luiz Barbosa, Fernandes Figueira fez parte da primeira geração de pediatras brasileiros (SANGLARD; FERREIRA, 2010, p. 444).

FERNANDES FIGUEIRA, A MATERNIDADE E O “PROBLEMA DA AMAMENTAÇÃO”

A maior obra de vulgarização científica do médico Fernandes Figueira, o *Livro das Mães: consultas práticas de hygiene infantil*, se constitui como um manual de maternidade, uma proposta de interferência nos afetos, saberes e formas de maternar, bem como nos faz refletir sobre esse novo modelo de mãe “enfermeira e pedagoga”, e a ideia de criança “higiênica”.

O surgimento, enquanto literatura, dos manuais e tratados sobre a boa criação dos filhos, começam a aparecer desde o século XVI. O início desse tipo de leitura está relacionado ao começo da valorização da infância (LIMA, 2007, p. 99).

O livro analisado traz um discurso que reflete as ideias do autor, individualmente, porém é escrita de uma posição social, - e não de uma posição neutra, sem influências, - ou seja, reflete parte do discurso médico do período, bem como do contexto, e diz muito mais do que somente o que está evidente em suas páginas.

O modelo de mãe, que cuida do seu filho e que tem um amor visceral pelo bebê foi normatizado a partir do século XIX, e ainda mais difundido, com ajuda científica, pelos médicos, no século XX. Quando surge o “problema da infância”, no contexto das primeiras décadas do século passado, a mãe vira a mediadora entre essas crianças e o Estado (BORSA; FEIL, 2008). Podemos afirmar que os manuais de puericultura também exercem uma função biopolítica.

Investigando como o autor constrói em seu livro os saberes educativos para as mulheres grávidas e para as mães, podemos visualizar

a emergência de um suposto papel social feminino propagado pelo discurso do médico, seja de mãe educadora, mãe enfermeira, e a única responsável pelo cuidado, pela saúde e educação daquela criança.

A imagem a seguir é um recorte do jornal *A Época*², do Rio de Janeiro, datado de 18 de julho de 1919. O texto e a imagem se configuram como uma espécie de propaganda do livro, que é trazido como “o melhor amigo íntimo que nos pôde auxiliar na emergência de qualquer risco ou perigo que venha a correr a criaturinha das nossas afeições” (O LIVRO DO DIA, 1919, p. 1).

Figura 7 - Divulgação do Livro das Mães



O LIVRO DO DIA

“Consultas Práticas de Higiene Infantil”

FERNANDES FIGUEIRA – Leite
Ribeiro & Maurillo

É um livro que se impõe a todos os lares. Com uma proficiência e uma clareza que trêm a bondade e a cultura do seu autor, o livro do dr. Fernandes Figueira vale por uma indicação de todos os males da infância e os cuidados respectivos que exigem.

A higiene infantil conta vários autores. Há, mesmo, no publico, uma grande massa de leitores dessa literatura especial. É que todos nós temos um filhinho, um parente, um afilhado, uma criaturinha qualquer, cuja saúde e beleza infantil concorrem para a nossa felicidade.

Pois bem! O livro do dr. Fernandes Figueira é o melhor amigo íntimo que nos pôde auxiliar na emergência de qualquer risco ou perigo que porventura venha a correr a criaturinha das nossas afeições. Estamos certos de que os corações maternos que leem esta notícia e adquirirem este livro não serão gratos por esta divulgação de uma obra tão generosa, tão bella e tão útil.

O livro preenche intelligentemente os seus fins. É de um estylo simples e incisivo, como convém á natureza da obra, e responde a todas as consultas que interessam á boa saúde das crianças, na sua primeira infancia. Vê-se que o seu autor tem um conhecimento clinico variadissimo e soube colher todos os frutos de uma vida pratica, tão exemplar que se desdobra em tresenta paginas de conselhos que valem por um inestimavel serviço prestado á população brasileira.

O trabalho do dr. Fernandes Figueira terá, certamente, grande acolhida no proprio mundo medico; pois, sendo, como é, trabalho de um mestre na doutrina e de uma notoriedade na clinica, é uma fonte de conhecimentos, illustrações, indicações, induções e deducções preciosissimas para os profissionais.

“Consultas Práticas de Higiene Infantil” é, igualmente, uma das mais bellas e nitidas edições da casa Leite Ribeiro & Maurillo.

Fonte: A Época. Rio de Janeiro. Anno VIII. N. 2557. 18 de julho de 1919.

2 A Época foi um jornal matutino lançado no Rio de Janeiro (RJ) em 31 de julho de 1912, como propriedade da Sociedade Anônima A Época. Seus diretores foram inicialmente Vicente de Toledo de Ouro Preto, Vicente Ferreira da Costa Piragibe, J. B. Câmara Canto. Circulando diariamente em formato standard e com oito páginas, o jornal tinha redação e administração no nº 151 da Avenida Rio Branco. A Época, apesar de apresentar refinados artigos e ensaios de cultura e moda galante, também tinha uma linha popular, voltada a questões sociais e trabalhistas. Abordando lutas e manifestações gerais do operariado, a sua “Columna Operaria” noticiava greves, reivindicações proletárias, novidades sobre clubes e associações sindicais, incluindo mesmo atividades dançantes, esportivas e carnavalescas. O diário ainda tratava de assuntos ligados ao cotidiano e às condições de vida da população suburbana carioca na seção “Nos Suburbios!”, onde tanto eram destacados acontecimentos interessantes quanto expostos problemas de infraestrutura, violência, etc. Informações retiradas de: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-epoca>. Acesso em: nov. 2019.

De acordo com a propaganda, o livro chega em “estilo simples e incisivo, como convém a natureza da obra, e responde a todas as consultas que interessam á boa saúde das crianças”, além de expor que por ser uma obra de Fernandes Figueira, “terá, certamente, grande acolhida no próprio mundo medico”, pois o pediatra é reconhecido como “mestre na doutrina” e tem “notoriedade na clínica”.

Fernandes Figueira apesar de tratar sobre questões práticas referentes ao cuidado com os bebês, acaba por também passar representações sobre as mulheres, suas atribuições e papéis sociais, que neste caso, enquanto um pediatra, relaciona diretamente a ideia de mulher e mãe.

Além do óbvio título do livro, que é “das mães”, grupo para quem os escritos são quase exclusivamente direcionados, é sabido que o alcance chegaria à uma minoria letrada. Segundo Tania Regina de Luca, em 1890 o montante da população brasileira alfabetizada se estimava em apenas 15%. Em 1900 esta porcentagem se elevou aos tímidos 25% e não sofreu alterações significativas em 1920 (LUCA, 2008, p. 7). É evidente que as mulheres eram minoria nestes números, portanto, o livro das mães se destina à mães letradas, de classes abastadas, que tiveram acesso à educação e teriam erudição suficiente para colocar as instruções do médico em prática.

É interessante notar que no início do século XX uma “educação para saúde” estava se desenvolvendo em contexto mundial, mas também no Brasil. (MARQUES, 2000, p. 35-44). Associados aos avanços observados no campo da saúde da criança e com vínculos estreitos com a puericultura, essa “educação para saúde” viria a ser amplamente assimilada ao longo deste século, em todas as partes do mundo, “nas funções dos organismos oficiais, transformando-se em um componente importante nas ações preventivas dos mais variados programas e ações de saúde dirigidos ao binômio mãe-filho” (MARQUES, 2000, p. 35). Ou seja, uma transmissão com foco na educação das meninas por meio das escolas primárias, e também canais extraescolares com cartilhas, obras de vulgarização da puericultura etc. para a educação das mães.

Ana Paula Vosne Martins expõe como o discurso médico-intelectual e mesmo literário brasileiro sobre as mulheres, nos fins do século XIX e começo do século XX, não fica restrito ao mundo dos cientistas e dos médicos, mas serve para confirmar inferioridades e formular novas desigualdades (MARTINS, 2000, p. 239).

Entre os textos sobre os cuidados com as crianças, Fernandes Figueira traz um capítulo do *Livro das Mães* que mostra o “pesar” de uma mulher diante da perda de divertimentos após o parto, porque o doutor e o marido transmitiram a ela “a inflexível sentença” de amamentar o filhinho: “N. 26 — Hontem me transmitiu meu marido a inflexível sentença do doutor: terei que amamentar o filhinho, que aguardo. Perderei então os divertimentos? Persistirei atada á boca do algozinho? Mande-me uma palavra...” (FIGUEIRA, 1920, p. 79).

A mulher claramente não está feliz com a “sentença” de que terá que amamentar, em detrimento das suas outras atividades do cotidiano, tanto que chama o filho de “algozinho”, e o médico responde a “futura mamãe”, tentando tranquiliza-la:

Não valem inquietações. Percebo, ainda que o occulte, a malícia de pessoa de idade: ha quem esteja assustando a futura mamãe com os onerosos encargos, que a devem acabrunhar. O menino obrigará ao esquecimento das amigas e das diversões. De chinellas, penteador amarrotado, o cabelo desfeito, a mamãezinha passeará pelo quarto em derredor do berço, assim a victima em torno ao seu carrasco... No salão o piano, com o teclado morto, não ressoará gemendo as torturas de Chopin. Revistas inglesas, apenas esfloradas uma ou outra manhan mais folgada, se empilharão dentro de seus envoltórios de remessa postal... E aquela criatura viçosa de esperança e de saúde, e que assisti vingar, á semelhança de pujante arbusto a encaminhar-se para o sol, se estiolará tristonhamente vencida.

Mas o quadro não pode ser o que imaginou. Criar um filho — exclamam já meio deslembadas as vovós — Redunda no maior dos martyrios. E contudo ellas amamentaram muitos e não morreram. Vivem, arrastam a idade e os seus descommodos, e galgam algumas aos oitenta (FIGUEIRA, 1920, p. 79-80).

Ana Paula Vosne Martins (2004, p. 219), ao analisar a obra *A esfinge*, de Afrânio Peixoto, de 1911, diz que os médicos reformistas faziam críticas à sociedade mundana, e à vida social da elite, que era marcada por festas, jantares chás e etc.

“As modas, festas e diversões consumiam as energias femininas, sem deixar vez à amamentação” (COSTA, 1999, p. 256). Este “conselho” do médico está sendo direcionado à uma mulher que pode ter um piano, ou revistas inglesas empilhadas em casa, ou seja, é minimamente letrada e origem abastada, e eram justamente essas que recorriam mais comumente às amas de leite.

No discurso higiênico de incentivo à amamentação, dois eram os rompimentos com as “regras da natureza” das mulheres que não amamentavam: o primeiro porque era contrário ao que ocorria com todas as fêmeas da classe dos mamíferos; em segundo porque contrariava a vocação “natural” de ser mãe, e de reproduzir a espécie (COSTA, 1999, p. 256-257).

Ao se voltar aos seus afazeres, negar a amamentação, e “as leis da natureza”, a mulher estaria sendo desnaturada, degenerada, facilmente comparada negativamente às feras, como aponta Jurandir Freire Costa (COSTA, 1999, p. 257).

Na mesma resposta, Fernandes Figueira continua:

Quanto se pode alcançar com o methodo e a serenidade!
O meu melhor amigo, um dos homens que mais trabalharam no Rio de Janeiro, dá conta systematica de uma infinidade de encargos. E almoça e janta e dorme a hora certa! E não será cousa insuperável para uma senhora moça amamentar seu filho, o que, a custa de algum sacrificio, lhe facultará transvazar o próprio sangue na boca do ente amado.... E que venturas lhe sorrirão um dia á memória ainda não senilizada, quando evocar as alegrias do primeiro sorriso comunicando, do primeiro dente immaculado dentro da polpa de rosa da gengiva!
[...]

As perspectivas — repare um pouco — não se desenham tão sombrias, como fôra de prever, á vista das opiniões indiscretas. Haverá no primeiro mez uma pequena luta — já lhe previno! — de acomodações da criança no meio, até que elle se adapte.

Mas teve acaso noticia de planta que nascesse adulta? Não sabe que as suas deliciosas gloxínias começaram tímidas e feias? Vamos lá, gentil cultivadora, amanha a terra, orvalhe-a um ou outra vez, embora com alguma lagrima furtiva, e sorria depois do mais orgulhoso contentamento perante a belleza resultante do seu trabalho digno! (FIGUEIRA, 1920, p. 80-81).

Nesta parte do capítulo, podemos perceber como o médico tenta amenizar os trabalhos e “sacrifícios” que a mãe terá, - comparando até com o trabalho de um homem, “um dos que mais trabalham no Rio de Janeiro” e ainda dá conta de ter outras atividades - e a renúncia de prazeres que ela terá que fazer ao amamentar regradamente o seu filho, mas que tudo isso será recompensado depois, ao ver a beleza do seu filho crescido, ou ao se memorar das lembranças do bebê, na velhice. Até mesmo se “transvazar o próprio sangue na boca do ente amado”, se for preciso.

Isto pode ser reflexo da construção feita historicamente sobre a maternidade enquanto “ideal máximo da mulher, caminho da plenitude e realização da feminilidade, associada a um sentido de renúncia e sacrifícios prazerosos. A maternidade alcançou um lugar de sofrimento voluntário e indispensável à constituição da mulher [...]” (BRAGA; AMAZONAS, 2005, p. 15).

Neste sentido, era nítido o propósito do discurso de converter as mulheres ao modelo de “mãe amorosa” alimentando o bebê, ou seja, não amamentar se configurava como sinônimo de desamor pela prole.

Outro capítulo referente a amamentação, presente no Livro das Mães, fala sobre a beleza feminina, e se a amamentação irá prejudicá-la:

N. 62 — Prejudicará a amamentação a belleza feminina? O conceito de formosura (e Garret doutrina, com dupla autoridade, que assim devemos chamar à belleza das formas) variou com as idades e os paizes. Se as linhas correctas do rosto enthusiam os artistas, sem uma certa animação que as vivifique, estão mortas para muitos admiradores. Quanto propriamente á plástica, é de convir que uma pertencerá á puberdade e outra á mulher em gozo integro de suas funções, pelas quaes se avoluma o collo, turgescem os seios e se arredondam os quadris.

[...]

A vida methodica, a alimentação regularizada, as noites quedas, o desejo constante de presenciar a prosperidade crescente do pequenino, propiciam estímulo efficaz ás mães-nutrizes.

[...]

Empregando esse adjectivo, não o estenderia ás infelizes, que a pintura mascara e as modas extravagantes deturpam, e que julgam um ideal a imitação pelas honestas de umas tantas outras mulheres... A elasticidade das formas, a flexibilidade, que empresta hoje o corpo feminino a educação physica; as attitudes serenas e plásticas, representativas da tranquillidade transparente de uma alma bella; a projecção do corpo sem angulose sem exuberancias, na eurythmia da perfeição, tudo é compatível com os cuidados imprescriptíveis que a seus filhos offerta a jovem mãe (FIGUEIRA, 1920, p. 175-176).

Primeiro o autor começa fazendo uma conceitualização de “beleza das formas”, e segue dizendo que “o desejo constante de presenciar a prosperidade crescente do pequenino” propicia um estímulo para essa beleza feminina. Além disso, fala que todas as formas de beleza feminina são “compatíveis com os cuidados imprescritíveis que a seus filhos oferta a jovem mãe”.

Badinter coloca que durante o século XVIII na Europa, as mulheres por vezes, utilizavam o argumento de que perderiam a beleza se amamentassem, o que para elas, era o seu bem essencial. “Alegava-se, e se alega ainda hoje, que a amamentação deforma o seio, amolecendo-os. Muitas não queriam correr o risco de semelhante dano e preferiam recorrer a uma ama-de-leite” (BADINTER, 1985, p. 95).

Além disso, achavam o amamentar um ato vulgar, pouco digno, e que equivalia a confessar que não se havia condições de se transferir esta obrigação materna (BADINTER, 1985, p. 95).

No Brasil, o aleitamento materno apresentado como um momento de estreitamento de laços familiares e de suposta manifestação de amor maternal, além de garantir um bom desenvolvimento das crianças (ou pelo menos a continuidade da vida), denunciavam a “ vaidade ” e o “ egoísmo ” das mulheres que não amamentavam seus próprios filhos (MATOS; SOIHET, 2003, p. 110-111).

Nos dois capítulos analisados podemos perceber a preocupação das mães sobre as consequências do aleitamento materno, e uma certa recusa da parte delas, de o fazerem. O médico usa um discurso de insistência, sempre se apoiando nas premissas do amor materno e de que a amamentação seria uma atitude recompensadora futuramente.

Como enunciador de um discurso, o sujeito não se configura apenas de maneira individualizada no mundo, mas sim como sujeito discursivo, cuja história pessoal se insere na história social, marcada ideologicamente. Portanto, “ a história, o contexto e a posição social concorrem para as produções discursivas ” (GONDIM; FISCHER, 2009, p. 12).

Nessa perspectiva, estamos analisando o Livro das Mães através da metodologia de Análise de Discurso, que, segundo Eni Puccinelli Orlandi, se constitui na relação entre as Ciências Sociais e a Linguística, que mesclam elementos da exterioridade ou contexto em que tal discurso se desenvolve, bem como os sentidos que são dadas à linguagem em si (ORLANDI, 1994, p. 53).

Ao analisarmos o livro de Fernandes Figueira e as ideias sobre o aleitamento materno na sociedade, percebemos que o seu discurso sobre as mulheres está em concordância com o discurso médico e intelectual brasileiro produzido entre finais do século XIX e início do século XX, como já nos apontou Ana Paula Vosne Martins, no

sentido de divulgar a imagem positiva da mulher-mãe, ao mesmo tempo em que se orienta a cumprir a responsabilidade com a Pátria (MARTINS, 2000, p. 241), zelando da saúde, higiene e alimentação do bebê que “precisava” sobreviver.

Como comportamento comum a sociedade da época, a recusa ao aleitamento começa a ser colocado como infração às leis da natureza, e a instalação de um sentimento de anomalia às “infratoras”, permitiu a culpabilização das mesmas (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 49).

A partir do momento em que a vida da criança de elite passa a ter importância econômico-política, no século XIX, que o aleitamento materno veio ganhar status de problema nacional, (COSTA, 1999, p. 256) nesse aspecto, como um dos principais aliados contra o “problema da infância”.

Além da questão do aleitamento em si, o trabalho externo feminino também era visto como um problema. Qualquer atividade que não fosse de mãe e esposa, realizada no aconchego do lar, passou a ser entendida como desviante. “O trabalho externo feminino provocava indignação aos médicos, revestida, na maior parte das vezes, de preocupações morais” (MATOS; SOIHET, 2003, p. 112-113).

Em uma matéria do jornal O Paiz de 18 de maio de 1919, assinada por Fernandes Figueira, intitulada “Facto Notável”, no qual ele anuncia a abertura do Segundo Congresso Americano da Criança, que estava acontecendo em Montevideo, Uruguai, o médico expõe preocupações com a discussão sobre a mortalidade infantil ocasionada pelo afastamento das mães dos seus lares, promovido pela industrialização e avanço do capitalismo:

A industria e o capitalismo afastaram do lar as mulheres e as atiraram ao inferno das profissões masculinas. Assim acontece ao equilibrio dos liquidos em vasos communicantes, ocorreu o que fora de prever: prosperaram armazéns e fabricas, aumentou pavorosa a mortalidade infantil. Na ce-

lebre discussão de 1916, na academia de Paris, o professor Bar, oppondo-se á opinião restricta de que as officinas de munições prejudicam as operarias, concluía: “Não é pela natureza do trabalho que cabe á fabrica a denominação de matadouro de crianças. E, não o deixará de ser, a despeito das vantagens outorgadas pelos patronatos ou pela caridade publica ou particular (casas operarias, cheches, escolas, assistencia medica, deposito de crianças, etc, etc). E assim o será, porque, como assignalava Jules Simon, a fabrica, a mais salubre, a officina melhor administrada, desde que empregue no seu trabalho o elemento feminino, logo se mancha de um vicio original: destroe o lar da operaria. Para esta a maternidade se transforma em carga, e das mais pesadas. Eis tudo” (FIGUEIRA, 1919, p. 3).

As ideias higienistas sobre a mortalidade infantil acabam por extrapolar as questões que são de fato higiênicas. Com esse trecho, conseguimos notar uma clara argumentação na tentativa de convencimento do leitor de que as mulheres trabalhando, nem que seja na fábrica mais salubre, é um ato prejudicial à sociedade, ao lar da operária e à normatização da família.

Dessa forma, condenava-se o trabalho extra doméstico das mulheres, que era visto como:

um desperdício físico de energias femininas e como fator de dissolução da saúde e de comprometimento da dignidade feminina, além de promover a mortalidade infantil e desordens sociais, tendo como consequências nocivas o abandono das crianças, a marginalidade, a tuberculose e a prostituição (MATOS; SOIHET, 2003, p. 112-113).

A condenação do trabalho feminino e a insistência no aleitamento materno acabaram permitindo que se regulasse a vida da mulher, confinando-a por um longo tempo no ambiente doméstico e voltando o seu olhar aos cuidados da criança e da família. Como afirmam Solange Maria de Moura e Maria de Fátima Araújo (2004, p. 49), esse novo olhar sobre a criança, possibilitou a manifestação do amor materno, que se tornou além de desejável, “natural”.

No Brasil, o processo de “estatização dos indivíduos” teve sobre a mulher a redução à figura de “mãe higiênica”. Essa condição foi resultado da aliança da família com o poder médico, e foi fundamental no ataque ao aleitamento mercenário, (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 49) entre outras práticas, que supostamente seriam responsáveis pela mortalidade infantil.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. **O papel da mulher no contexto familiar**: Uma breve reflexão. O Portal dos Psicólogos, 2008.
- BRAGA, Maria da Graça Reis; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida. **Família**: Maternidade e Procriação Assistida. Psicologia em Estudo, v. 10, n. 1, Maringá, jan./abr. 2005.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FIGUEIRA, Fernandes. Facto Notavel. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1919.
- FIGUEIRA, Fernandes. **Livro das Mães**: Consultas Práticas de Hygiene Infantil. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editores: Leite Ribeiro e Maurílio, 1920. In: SANGULAR, Gisele (Org.). Fac- Símile. In: Amamentação e Políticas para a Infância no Brasil: A atuação de Fernandes Figueira, 1902 — 1928. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia. O Discurso, a Análise de Discurso e a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo na Gestão Intercultural. **Cadernos Gestão Social**. Vol. 2, Nº 1, 2009.
- LIMA, Ana Laura Godinho. Maternidade Higiênica: Natureza E Ciência nos Manuais de Puericultura Publicados no Brasil. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, 2007. Editora UFPR.
- LUCA, Tania Regina de. **A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX**. Congresso BRASA IX. Nova Orleans, Louisiana, 2008.

MARQUES, Marília Bernardes. **Discursos Médicos sobre Seres Frágeis**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia do século XIX**. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos**. *Psicologia Ciência e Profissão*. 24 (1), 2004.

O LIVRO DO DIA. Consultas Práticas de Hygiene Infantil. **A Época**. Rio de Janeiro. Anno VIII. N. 2557. 18 de julho de 1919.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**. Ano 14, n. 61, Brasília, 1994.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 26, nº 44, p. 437-459, jul./dez. 2010.

“Falar de mãe para mãe, mulher para mulher” As visitadoras sanitárias do SESP na Amazônia paraense em tempos de guerra

Edivando da Silva Costa¹

INTRODUÇÃO

“A mãe é a chave de uma campanha de educação sanitária. Está inteiramente a seu cargo a nova geração. A nutrição da família está nas mãos das donas de casa. Ela deve ser instruída de modo convincente sobre a importância de modificar hábitos alimentares. Os melhoramentos sanitários da comunidade devem ser compreendidos pelas mães, os hábitos sanitários devem ser praticados no lar. A higiene das privadas que foram construídas nas casas também são serviços e responsabilidades das mães” (Boletim do SESP, nº 7, 1944, p. 4).

Os dizeres acima são os entendimentos do SESP acerca de como as mães deveriam desempenhar suas atividades no seio familiar. Assim, o cuidado com as crianças, os hábitos alimentares, a limpeza da casa e das privadas, faziam parte do projeto de educação sanitária proposto pelo Serviço. No entanto, para que essas ações pudessem ser efetivadas, o SESP delegou as mulheres visitadoras sanitárias a

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Docente na Escola de Aplicação da UFPA.

missão de educar e orientar as mães para o que considerava como bons hábitos de saúde. Criado durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente no dia 17 de junho de 1942, o SESP — Serviço Especial de Saúde Pública —, foi fruto de uma série de acordos de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, e atuaria com uma vasta agenda na área da saúde e saneamento em várias regiões do país, em especial na região amazônica. Entre as principais atividades desenvolvidas pelo Serviço estavam a formação de agentes de saúde, a construção de postos de saúde, hospitais, sentinelas e abastecimento de água, além da execução de um projeto de educação sanitária voltados sobretudo para os moradores do interior. É nesse contexto que abordaremos a atuação das visitadoras sanitárias, mulheres do interior paraense que após uma rígida seleção e formação, deveriam atuar juntos as famílias locais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a coleta de fontes documentais, como os Boletins e Revista do SESP, o Manual de Formação de Agentes de Saúde e Cursos e Treinamentos: formação e capacitação para assistência médico-sanitária. De posse da documentação, pode-se entender um pouco sobre o perfil das mulheres, os conhecimentos que obtinham ao longo do curso e principalmente suas ações pelos interiores da Amazônia. Uma vez formadas estariam em contato com as famílias, desde o trabalho de pré-natal, passando pelos cuidados com a alimentação, com o asseio do corpo, tratamento de feridas, limpeza da casa etc. Entendemos que a atuação das visitadoras sanitárias possibilitou a essas mulheres novas frentes de trabalhos, bem como a aquisição de novos conhecimentos na área da medicina e da saúde.

A criação do SESP está intimamente ligada as reuniões ocorridas na cidade do Rio de Janeiro durante o ano de 1942. Nascida durante a 2ª Guerra Mundial, a nova agência, se debruçaria sobre a saúde e o saneamento da região amazônica. Segundo Campos, “para os Estados Unidos, a adesão do Brasil à causa dos Aliados tornou-se impe-

rativa, sendo o projeto de saúde e saneamento vital para os interesses norte-americanos no Brasil” (CAMPOS, 2000, p. 201). A Amazônia voltava a ser destaque no cenário nacional e internacional, tendo a borracha, como figura central e o produto regional a ser explorado. Se no final do século XIX e início do XX a borracha experimentou “a riqueza criada pelo látex e a contribuição para uma reorganização do espaço urbano, sempre em função do mercado especializado da borracha”, (SARGES, 2010, p. 114) a década dos anos 40 do século XX vai assistir os esforços de uma política pública voltada sobretudo para as cidades do interior da Amazônia. Era necessário, diante de um quadro de doenças cuidar da saúde dos trabalhadores envolvidos na extração do látex e porque não dos moradores locais.

A questão da saúde pública esteve presente na agenda política e diplomática dos países nos anos iniciais do século XX, e se acentuou no decorrer da II Guerra Mundial quando os Estados Unidos criaram agências de saúde com projeções internacionais. Marcos Cueto aponta que “durante a maior parte dos séculos XIX e XX o termo saúde internacional associou-se a acordos governamentais, disciplinas universitárias e programas sanitários em países pobres” (CUETO, 2015, p. 12). Enquanto agência bilateral, o SESP foi programado para atuar nas regiões mais pobres do interior do país, a priori na Amazônia, depois se estendeu país afora. Durante a III Conferência dos Chanceleres ocorrida no ano de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, ficou acordado que “a defesa do Hemisfério Ocidental requeria a mobilização das forças vitais, humanas e materiais, das republicas americanas, em áreas carentes de recursos médicos e sanitários, mas com potencial grande em recursos naturais” (BOLETIM DO SESP Nº 15, 1944, p. 7). A necessidade de mão de obra para atuar na exploração da borracha criou outras demandas, como por exemplo, o cuidado com a saúde dos trabalhadores. Sanear e educar as populações locais fazia desse projeto.

Uma das primeiras informações do Serviço sobre os agentes de saúde na região apontava que “a educação em saúde, de certa forma,

foi dispensada apenas por guardas do sexo masculino, cuja principal função era enfatizar o abastecimento de água potável e sanitários particulares” (FUNDO SESP, 1944, p. 1). Ainda em junho de 1944, foram tomadas as primeiras medidas pelo Governo norte-americano, através do Instituto Inter Americano, com o objetivo de implantar no Brasil um curso de capacitação de trabalhadoras para a educação em saúde a ser utilizado nos centros de saúde estabelecidos pelo SESP no Programa da Amazônia. Tratava-se da organização de um curso de visitadoras sanitárias, que seria instalado na cidade de Santarém no Pará. De acordo com o documento expedido, “o SESP treinaria jovens mulheres para fazer o trabalho de visitas domiciliares no programa de educação em saúde” (FUNDO SESP, 1944, p. 1). Ao que tudo indica, a atuação dos homens na área da saúde era bem mais constante do que a das mulheres, porém, não suficiente para alcançar os objetivos propostos pelo programa. Assim, previa-se a necessidade de programas de formações destinados às mulheres, que apesar de complementar o trabalho desenvolvido pelos homens, atuariam em contato mais direto com a população.

A atuação dos agentes de saúde, tanto masculina como feminina, eram reconhecidas como uma das ações mais importantes dentro da agenda do SESP, uma vez que “representaria a introdução de uma rotina de atenção às populações e o trabalho em educação sanitária, o treinamento profissional e da contratação de funcionários para as unidades do SESP enquanto fator importante na criação de lealdades com o Estado nacional” (CAMPOS, 2008, p. 881). A lida desses profissionais aproximaria o poder público às populações das regiões mais interioranas, em especial a região amazônica e tudo aquilo que ela representava de interesses no contexto da Segunda Guerra Mundial. Mas, quem seriam essas mulheres? Qual o perfil que se esperava de uma visitadora sanitária? Qual seria o papel a ser desempenhado nas cidades do interior da Amazônia? O que significou para elas

a entrada no mercado de trabalho na área da saúde? No intuito de tentar responder a estes questionamentos, este trabalho tem como objetivo se debruçar sobre o curso de visitadora sanitária ocorrido na cidade paraense de Santarém, no ano de 1944.

A SELEÇÃO

Para a realização do primeiro curso de visitadora sanitária organizada pelo SESP, na cidade de Santarém, no Pará, uma série de exigências eram feitas para as candidatas. Entre os aspectos levados em consideração constavam: “a) instrução; b) saúde; c) Idade mínima de 18 anos e máxima 28; d) Estado Civil: solteira, viúva ou casada; e por fim, e) Idoneidade” (FSESP, 1944, p. 3). Chama-nos a atenção o fato de se estabelecer um perfil de mulheres com pouca idade, sem contudo, relegar a elas certa independência, pois, “quando casada, deveria ter permissão do seu marido para poder participar das atividades” (FSESP, 1944, p. 3). Alda Motta nos informa que na década de 1950, “as mulheres estudam, trabalham, circulam, porém, não estavam realmente livres; nem das prescrições de comportamento, nem dos preconceitos e da vigilância crítica do seu entorno social” (MOTTA, 2012, p. 92). Na mesma toada, Tatiane Sales, aponta que havia “o discurso de que a mulher subordinada ao lar tinha grande importância para a sociedade e galgava dignidade no grande papel de responsabilidade da esposa e mãe” (SALES, 2017, p. 146). Portanto, para um possível sucesso das atividades de intervenções junto às famílias, era esperado das mulheres serem boas mães, filhas e esposas.

Uma outra etapa prevista no processo de seleção das visitadoras sanitárias era que deveriam ser “submetidas aos diversos exames; geral, fezes, sangue, raio X e vacinação”. Gozar de boa saúde, parecia ser algo exemplar, já que as futuras visitadoras sanitárias atuariam diariamente em contato com as famílias.

Importante considerar que, os exames médicos e de laboratórios realizados pelas candidatas deveriam se constituir em uma “introdução vivida e prática a certos princípios básicos de higiene pessoal”. Ao que tudo indica, essa etapa de realização dos exames gerais já fazia parte do seu processo de treinamento, pois a presença de algumas doenças poderiam ser indicadores de práticas que deveriam ser eliminados pelas candidatas. Após a realização dos exames no hospital Evandro Chagas, em Belém, o relatório apontou que “todas as candidatas estavam infestadas com vermes e outras parasitas intestinais [...] era aconselhável que as alunas fizessem o curso de Saneamento do Meio e de Nutrição [...]” (FSESP, 1944, p. 5). Assim, o exercício básico de práticas de higiene deveria fazer parte da rotina das jovens que ingressariam na profissão de saúde, pois a atenção com a saúde das profissionais fazia parte do cumprimento de uma agenda de trabalho tida como importante, que era o contato direto com a população local.

Além dos cuidados com a saúde, um outro aspecto que nos chama a atenção é que se esperava da visitadora sanitária possuir “bom caráter, bom aspecto e serem simpáticas; deveriam ter facilidade de falar com pessoas estranhas e ter jeito para comunicar ideias sobre educação sanitária” (FSESP, 1944, p. 3). Denise Sant’Anna informa que, na década de 1950, já existia uma preocupação com o corpo e com a postura das mulheres e aponta para estudos que sugeriam a necessidade de educar o corpo para a vida social. De acordo com a autora, “os livros dirigidos às mulheres consagravam um grande número de páginas aos ensinamentos de como manter a linha, embelezar a cútis, cuidar dos cabelos e da higiene” (SANT’ANNA. 2012, p. 111) Nesse sentido, modelar as jovens visitadoras sanitárias que estariam em contato direto com a população, era uma das preocupações que pairavam sobre a sua formação. Apresentar bom aspecto e ser simpática, parecia ser, no imaginário dos

representantes do SESP, a forma como as profissionais da saúde deveriam se apresentar para as famílias, e assim, ganhar sua confiança no trabalho de educação sanitária a ser realizado.

O INTERNATO

Ao ser aprovada nos exames admissionais, a futura visitadora sanitária passaria a frequentar o internato. O Regulamento interno, em suas linhas primeiras, afirmava que, “todas as alunas seriam subordinadas ao regulamento que deveria ser rigorosamente observado” (FSESP, 1944, p. 20). Ao todo, o regulamento era composto por nove artigos, os quais versavam sobre os diversos deveres e alguns direitos da internas. Tais regras expunham desde os horários das refeições, dos estudos, recolhimento, trato do uniforme, higiene, bem como o horário de saída para visitar os familiares. Existia, ao que tudo indica, uma formação que buscava moldar o comportamento das futuras visitadoras sanitárias, tendo que se portarem de maneira exemplar. Segundo Matos e Borelli, tais medidas disciplinares eram práticas recorrentes nos internatos brasileiros desde o início do século XX. As autoras apontam que os regimentos dos internatos impunham uma jornada de formação bastante rigoroso, em que as alunas internas “eram submetidas a uma intensa vigilância que recaía também sobre o comportamento moral dentro e fora do hospital, acompanhando um ‘regime disciplinar’ de um momento anterior, a época das freiras” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 138).

Tratava-se de um regimento bastante rígido, onde tudo era registrado diariamente. Infelizmente nas fontes específicas sobre esse curso, não são apresentados casos de insubordinações por parte das internas, o que nos permitiria compreender o espaço, para além do controle exercido. Porém, entendemos que se tratava de uma formação autoritária, de imposições rígidas. Tais questões estavam implícitas nas regras, como por exemplo, que as alunas

“deveriam comparecer ao jantar devidamente arrumada e penteada”, também “zelar pela higiene do quarto em perfeita ordem, deixando ao sair para a aula ou trabalho a roupa da cama dobrada sobre a cadeira. Os sapatos, vestidos ou meias, livros e cadernos deveriam ser conservados em seus lugares apropriados” (FSESP, 1944, p. 20). Presumivelmente, por se tratarem de jovens moradoras de cidades do interior, eram entendidas como possuidoras de atitudes que deveriam ser abandonadas e, através desses cursos, o SESP buscava modelar seus comportamentos.

A formação exemplar, com uma disciplina minuciosa, acompanhava o cotidiano da formação das jovens que frequentavam o curso ministradas pelo SESP. De acordo com o regimento interno, “semanalmente seria nomeada uma aluna responsável pela ordem do internato: fiscalização da limpeza geral, das sentinas, chuveiros, higiene pessoal das colegas e uniformes. Conversas em voz alta nas horas não permitidas”. Em se tratando de aparência pessoal, deveriam as visitadoras “trazer seu uniforme completo, perfeitamente limpo, cabelos presos, só era permitido esmalte de cor natural, poderiam usar rouge discretamente, não lhes sendo permitido o uso de batom”. Caso as internas transgredissem as normas, estariam sujeitas a: “ a) 1ª vez: chamada atenção; b) 2ª vez: suspensão por 15 dias; e c) convidada a retirar-se do curso” (FSESP, 1944, p. 20). Ao buscar o entendimento da formação recebida por essas mulheres, compreendemos que se tratava de uma estratégia que tinha como intuito impor a essas futuras visitadoras sanitárias o mínimo para que pudessem chegar até as famílias como portadoras de novos hábitos, de preceitos higiênicos e também de valores morais.

A FORMAÇÃO

Durantes seis meses, as visitadoras eram instruídas em uma série de conhecimentos de ordem teórica e prática. Apesar de que os discursos davam conta de que a formação deveria ser “necessária somente para terem as noções básicas de cuidados da saúde”, enten-

demos que se tratava de uma formação bastante complexa. Além de uma carga horária extensa, com diversas disciplinas, as futuras visitadoras eram orientadas e ensinadas por uma enfermeira diplomada de Saúde Pública, a qual permaneceria com elas até que se competem integralmente de seus deveres e responsabilidades” (FSESP, 1944, p. 1). Aliás, nas impressões do Dr. Gastão Andrade, representante do SESP, teriam, as visitadoras papéis fundamentais no projeto de saneamento e saúde da Amazônia, uma vez que para ele, “o nosso povo, em geral, anda descalço e mal vestido; não sabe alimentar-se; e vive em casas miseráveis. Temos que ensinar-lhes hábitos de higiene e de proteção à saúde, o que é uma boa alimentação, e o que é uma boa habitação adequada” (BOLETIM do SESP, 1946, p. 7). Contudo, havia uma nítida preocupação com o caráter educativo, sem no entanto, considerar que muitas dessas crianças e suas famílias, moradores do interior, talvez não possuísem o necessário para que no seu cotidiano pudessem seguir ensinamentos que a educação sanitária lhes proporcionava. Soma-se o fato de que para o Estado, a doença e a condição de sadio era muito diferente da percepção, dos hábitos e costumes dos moradores. Andar descalço, por exemplo, para a população pobre do interior poderia ser uma imposição social, muitas vezes por não ter condições de comprar uma sandália, e já na interpretação do SESP, seria um ato irresponsável, uma falta de higiene, por ser tratar de pessoas rudes e ignorantes.

Entre os componentes do curso de formação, constavam aulas sobre diversos temas, como: “Higiene e Saúde; Alimentação; Hábitos higiênicos: mãos, unhas, pés e sapatos, além do vestuário, recreação e hábitos higiênicos necessários as diversas idades”. Estudavam ainda sobre “Célula; Desenvolvimento do corpo humano; Pele; Ossos; Olhos; Ouvidos; Cabelos; Aparelho digestivo; Estômago e intestino; Aparelho respiratório, nariz e garganta; Pulmões; Sangue e linfa; Aparelho renal; Sistema nervoso; menstruação; Sono e repouso” (FSESP, 1944, p. 6). Entendemos que se tratava de uma formação bastante extensa, que

versavam sobre saúde e cuidados do corpo. Por mais que fosse uma formação bastante disciplinar, é importante destacar que para essas mulheres possibilitou o contato com novas formas de saberes, principalmente em um período em que o acesso ao conhecimento científico era bastante restrito. Matos e Borelli apontam que no Brasil, o acesso às mulheres em cursos universitários ocorriam com inúmeras restrições, principalmente quando se referia a algumas áreas específicas. Para as autoras, “as profissões de maior prestígio e que exigiam nível universitário — na Medicina, na Engenharia e no Direito, - eram de difícil acesso às mulheres, sendo o ambiente universitário considerado um domínio masculino” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 136).

Para as mulheres que buscavam ingressar no serviço de visitadora sanitária, e que tinham formações escolares, a rigidez quanto à sua formação parecia ser algo já conhecido. Silvia Arend nos informa que desde início do século XX, ocorria a escolarização das meninas em larga escala, pois se esperava delas novos papéis no âmbito doméstico e na esfera pública. As profissionais que na década de 1950 que seguiam em frente nos estudos quase sempre optavam pelas carreiras consideradas femininas, ou seja, o Magistério e a Enfermagem. Ainda de acordo com a autora, “a rígida disciplina em relação ao corpo, o uso dos uniformes impecáveis, os castigos, [...] as posturas vigiadas nas aulas de Educação Física e no refeitório, entre outras práticas, caracterizavam o cotidiano escolar dessas estudantes” (ARENDR, 2012, p. 72).

É LÁ ESTAVAM ELAS ...

Parece ser inegável que sobre as visitadoras sanitárias recaiam grandes expectativas para a execução de diversas atividades na Amazônia paraense. O SESP delegava as visitadoras sanitárias “papel importante no trabalho de controle das doenças transmissíveis, ensinando profilaxia, promovendo a vigilância sanitária, mostrando os perigos da

doença e conduta a ser seguida pelo doente e sua família e o perigo para coletividade [...]” (REVISTA DO SESP, 1948, p. 301). Atuar no exercício de uma profissão na área da saúde, que na época era vista como uma “imensa tarefa de restaurar, a saúde em muitos milhares de pessoas debilitadas pelas doenças transmissíveis na região, especialmente pela malária e pelas parasitas intestinais” (BOLETIM DO SESP, Nº 19, 1945, p. 3), parecia ser uma grande batalha. E assim, as visitadoras sanitárias chegavam às casas, buscando intervir no cotidiano das famílias e, ao mesmo tempo tecendo novas experiências.

Entre as atividades desenvolvidas junto às famílias estava a limpeza das privadas. Segundo o SESP, tal ação era fundamental, pois “demonstrava para a população local o uso da privada, como meio simples de evitar que as fezes entrassem em contato com as pessoas e causassem doenças” (FIOCRUZ, 1944). Tratavam-se de ações de educação sanitária a qual buscava introduzir no cotidiano das pessoas novos hábitos, considerados saudáveis e caberiam as visitadoras a missão de divulgar e conscientizar, através de suas ações orientadoras, os conhecimentos de práticas de higiene. No espaço do lar, junto às mães e às crianças, era de fato, o lugar onde a sua atuação ganhava mais destaque. Os registros documentais dão conta que as profissionais “acompanhavam casos de doenças transmissíveis, ensinando a mãe que o isolamento e a desinfecção eram meios de evitar a disseminação de micróbios e a disseminação de doenças” (FIOCRUZ, 1944). Tais questões reforçam a ideia de que nas primeiras décadas do século XX, a educação sanitária esteve voltada para o público feminino e a formação das visitadoras sanitárias seria algo mais prático e rápido para atender as demandas surgidas. Segundo Lina Faria, as profissionais de saúde “ficavam encarregadas ainda de verificar quaisquer condições patológicas ou anomalias orgânicas existentes nas crianças, e responsabilizavam-se por todas as providências relativas aos problemas de higiene em um distrito sanitário” (FARIA, 2006, p. 181). Contudo, para além de ser uma estratégia usada pelo

SESP, um novo recurso, uma nova metodologia usada com o objetivo de instruir a população, entendemos que uma simples visita não tinha o poder de favorecer a saúde, muito menos garantiria que as pessoas mudassem seus hábitos.

Romper as fronteiras do lar e atuar em diferentes espaços foi uma nova experiência de trabalho para essas mulheres. A exemplo disso, temos a sua atuação nas ruas da cidade, nela “uma visitadora e uma estudante explicam a um padeiro a necessidade de proteger o pão contra o pó e as moscas” (FIOCRUZ, 1944). Seria na prática uma intervenção higiênica, ao orientar o vendedor sobre os perigos que corriam os consumidores que adquirissem o pão, ali exposto, sem algum tipo de proteção contra as moscas e os diversos males que carregavam. Também nas escolas primárias, [...] atuavam, e segundo o Serviço, “as crianças da escola estavam aprendendo a lavar as mãos, praticando com as visitadoras o procedimento” (FIOCRUZ, 1944). De acordo com os discursos do Superintendente do SESP, “a sede principal do trabalho de educação sanitária era o lar, mas a escola poderia servir de apoio” (BOLETIM DO SESP, Nº 5, 1944, p. 3). Moraes e Leite, ao discutirem sobre a atuação dos Higienistas escolares e suas concepções sobre a intervenção médica na saúde escolar, enfatizam que “no esforço em impor regras, controlar e aconselhar, no intuito da transformação dos hábitos dos indivíduos, a higiene se amalgamou com os propósitos da educação, ou ainda se utilizou deles como ferramenta e meio” (MORAES; LEITE, 2015, p. 2017). Como se pode notar, a atuação das visitadoras passou a ser exercido nos lares, nas ruas da cidade e nas escolas e suas atividades desenvolvidas possibilitou ao SESP, de pôr em prática o seu projeto de intervir no cotidiano local, impondo à população novos hábitos de saúde. Muito embora tivesse um objetivo claro, não temos como avaliar os impactos dessas ações na população local. Mudar os hábitos apenas pelas informações recebidas poderiam esbarrar nas condições financeiras dessas pessoas, como por exemplo, adquirir produtos de limpeza, e outros materiais necessários para se adequarem as práticas de higiene impostas pelo SESP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Segunda Guerra Mundial, Brasil e Estados Unidos formalizaram uma série de acordos que tinham como objetivo o trabalho de saneamento e educação sanitária para a região Amazônica. Como parte desse projeto, ganhou destaque a formação de diversos profissionais de saúde que atuariam junto à população das cidades atendidas. As jovens mulheres que pretendiam ingressar nas fileiras do SESP passavam por um criterioso processo de seleção e, uma vez aprovadas, receberiam formações teóricas e práticas, com o objetivo de instruir as famílias do interior sobre as novas práticas que o Serviço considerava saudáveis.

Apesar de haver toda uma agenda de formação para as visitadoras, e estes com o objetivo de impor novas práticas sanitárias, presume-se que muitas dessas ações poderiam esbarrar nas difíceis condições de vida da população. Mandar tomar banho, usar calçados, comer alimentos nutritivos etc., poderia ser uma orientação, e mesmo que impositiva encontrar muitas resistências, principalmente por se tratar de uma população que não tinha como atender, não apenas por serem hábitos diferentes de seu costume, como também não levar em consideração a cultura local, e a condição financeira das famílias. A atuação das visitadoras e os esforços do SESP na realização de cursos de formação não poderiam surtir os efeitos esperados. Sem conhecer a realidade dos moradores locais, em que muitos não tinham acesso a necessidades básicas de sobrevivência, como a alimentação e moradias dignas, qualquer programa estaria fadado ao fracasso.

Por outro lado, por mais que se considerasse todo um projeto de seleção e formação rígidas, os conhecimentos adquiridos no curso possibilitaram a elas novos rearranjos sociais, novas formas de sociabilidades. O mundo do trabalho no campo do saber médico se abria para essas jovens mulheres que, com suas atividades, ampliaram seus espaços de atuação nos hospitais, nos postos de saúde, nas escolas, nos lares

junto com as famílias, ou mesmo intervindo diretamente na conscientização das práticas cotidianas, no trabalho dos vendedores ambulantes pelo interior da Amazônia. Embora os interesses estavam pautados pela necessidade de matérias primas essenciais dentro do esforço de guerra, o SESP buscou fortalecer seu programa de educação sanitária ao acionar os profissionais da saúde com o discurso de levar à população, aos trabalhadores, pais, mães e crianças a aquisição de novos hábitos.

FONTES

BOLETIM DO SESP. Nº 7, 1944.

BOLETIM DO SESP. Nº 15, 1944.

BOLETIM DO SESP. Nº 19, 1945.

BOLETIM DO SESP. Nº 40, 1946.

REVISTA DO SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA. Jan. 1948, nº 3.

FIOCRUZ. Fundo I — Administração. Seção 3 — Cursos e Treinamentos. Curso de Visitadoras sanitárias. Programa da Amazônia, Santarém PA. 1944.

FUNDO SESP. Seção Assistência Médico-sanitária. Série: Cursos e Treinamentos. Subsérie: Formação e Capacitação. FSESP, caixa 106, dossiê 09. Fiocruz, Rio de Janeiro. 1944. Seleção das visitadoras.

REFERÊNCIAS

AREND, Silvia Fávero. Meninas: Trabalho, Escola e Lazer. **Nova História das Mulheres no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2012.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública. GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Cooperação internacional em saúde: o serviço especial de saúde pública e seu programa de enfermagem. **Ciência & Saúde Coletiva**, 13(3), 2008.

CUETO, Marcos. **Saúde Global: uma breve história**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

FARIA, Lina. Educadoras sanitárias e Enfermeiras de Saúde Pública: identidades profissionais em construção. **Cadernos Pagu** (27), julho-dezembro, 2006.

MATOS, Maria Izilda. BORELLI, Andrea. Trabalho: Espaço feminino no mercado produtivo. **Nova História das Mulheres no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2012

MORAES, Margarete Farias de. LEITE, Juçara Luzia. Os dissensos nos discursos médicos sobre a saúde escolar: o caso das inspetorias escolares no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. **Dimensões**, vol. 34, 2015.

MOTTA, Alda Brito da. Mulheres velhas: elas começam a aparecer. **Nova História das Mulheres no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2012.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo e Beleza: “Sempre Bela”. **Nova História das Mulheres no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2012.

SALES, Tatiane da Silva. **GRADUANDAS DA ILHA: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940 - 1979)**. 2017. 282 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3ª edição. Editora Paka-Tatu. Belém, 2010.

História Cultural das Religiões

Patrimônio religioso e ensino de história

As práticas de religiosidade popular na praça padre João Maria

Alessandra Ferreira¹

Maria da Conceição Guilherme Coelho²

As discussões acerca do conceito de Patrimônio no Brasil remontam desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Porém, tais discussões ainda estavam muito alinhadas aos bens de natureza material (edificações e obras de arte como esculturas e telas de artistas internacionais e nacionais) que atestavam a presença portuguesa nas principais cidades do Brasil.

Romper com esse paradigma eurocêntrico foi uma grande preocupação dos intelectuais a partir do final da Segunda Guerra Mundial, as discussões em torno da conservação dos bens patrimoniais foram legitimando outras manifestações culturais como importante acervo patrimonial tanto no que diz respeito à História de povos de outros continentes quanto à representatividade de origem afro-brasileira e indígena.

1 Mestranda do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professora da Educação Básica.

2 Professora Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Associada do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, fez aflorar a partir das reivindicações dos movimentos sociais, uma série de pautas identitárias, que estiveram durante séculos soterradas nos escombros da memória ou propositadamente invisibilizadas. Tal como nos esclarece (FUNARI, 2006, p. 36-37):

Somente na década de 1980 foi consolidada entre os especialistas uma acepção ampliada do conceito de patrimônio, compreendido não só por produções de artistas ou intelectuais reconhecidos, mas estendido às criações anônimas oriundas da alma popular. As urgências sociais e a carência crônica de recursos dos diversos países da América Latina não dissimularam a importância da preservação dos bens materiais e não materiais que expressassem a criatividade de seus povos, reconhecidos na singularidade da língua, dos ritos, das crenças, dos lugares, dos monumentos históricos e das produções artísticas e científicas. Seguindo essa linha, asseverou-se que o apreço pelo patrimônio cultural estimulava os povos a salvaguardar sua soberania e independência, por conseguinte, reafirmava sua identidade cultural.

A diversidade cultural tateia na América Latina quanto no que se refere ao Brasil são aspectos extremamente importantes porque a História apresenta uma série de registros que legitimam a essência dessas formas de falar, celebrar as festas, preparar alimentos, trabalhar e realizar gestos e rituais religiosos que diferem de etnia para etnia. Como reflete (JUNQUEIRA, 2012, p. 250):

O processo de adoção, incorporação, modificação, ressignificação, rejeição etc. de bens culturais ocorre com frequência e é um dos elementos responsáveis pela renovação do patrimônio cultural. O jogo de força entre renovação cultural e tradicionalismo acompanha a dinâmica de todas as sociedades humanas. Todas elas são palco de correntes que lutam pela permanência do legado cultural recebido do passado e segmentos que olham o devir como portador de uma renovação importante. Mesmo com o passar das gerações, o confronto continua a existir como uma marca de convívio social, em que velho e novo repetem, cada qual a seu modo, a certeza na garantia oferecida pela tradição em oposição ao ritmo acelerado do moderno.

Diante dessa observação acima, vamos acompanhar as transformações sociais e culturais realizadas na cidade do Natal entre os séculos XIX e XX, levando em consideração as rupturas com o passado essencialmente colonial.

A história da cidade do Natal, desde a sua fundação em 1599, encontra-se fortemente marcada pela presença da Igreja Católica seja nas edificações, seja nas atividades sociais desenvolvidas pelas irmandades religiosas. Enfim, a vida social dos habitantes da cidade desde que teve início o projeto colonial português na Capitania do Rio Grande (1598) esteve condicionada ao calendário religioso das igrejas existentes na cidade do Natal, a saber: Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, Igreja de Santo Antônio dos Militares, Igreja Nossa Senhora do Rosário de Natal, a Igreja do Bom Jesus e a Igreja de Santos Reis (inicialmente localizada no interior da Fortaleza dos Reis Magos) e posteriormente, edificada no bairro de Santos Reis.

Nesse sentido, cada uma dessas igrejas existentes na cidade do Natal, contava com uma ampla mobilização tanto por parte das associações leigas, de ordens religiosas como também por parte dos membros da arquidiocese que atuavam no sentido de preservar o fervor e a devoção religiosa dos habitantes da cidade do Natal, como reforça (PONTES, 2008, p. 56):

O calendário das festas procurava moldar a vida e os interesses das populações à aliança entre Igreja e Estado, interferindo nas formas de sociabilidade e de economia da população. Cada uma das diversas festividades religiosas ocorridas na cidade do Natal durante o decorrer do ano, portanto, estava relacionada em maior ou menor a uma dessas associações que, por sua vez, estavam ligadas a alguma das igrejas da cidade. As irmandades religiosas funcionavam como fator de aproximação e identidade local, portanto.

Esse alinhamento existente entre a vida social dos habitantes as festividades religiosas na cidade do Natal foi, progressivamente, se des-

fazendo a partir dos discursos higienistas e modernizantes que se instauraram nas grandes metrópoles no final do século XIX e podemos perceber as influências dessas novas concepções de espaços urbanos na cidade do Natal, quando tiveram início uma série de transformações urbanísticas no início do século XX. Tais reformas urbanísticas podem ser exemplificadas na descrição feita por (MARINHO, 2011, p. 43):

Quanto às demais obras de destaque do governo de Alberto Maranhão, merecem aqui atenção a iluminação elétrica, implantação de bondes a burro, no ano de 1909 e elétricos, inaugurados em 1911, construção de passeios públicos e jardins públicos e, por fim, a construção do Teatro Carlos Gomes, concluído em 1904, que veio responder às aspirações das elites locais por um teatro capaz de trazer companhias artísticas de maior porte à cidade.

Em conformidade com essas reformas urbanísticas realizadas na cidade do Natal no início do século XX, podemos identificar a origem da Praça Padre João Maria, localizada no centro histórico do bairro de Cidade Alta, no centro histórico da cidade do Natal. A referida Praça de acordo com o estudo realizado por VIANA (2019) foi concebida correspondendo a um projeto que estava em curso e atendia a um interesse político de construir-se uma memória republicana.

Tal concretização dessa memória estava sendo executada na cidade do Natal por meio da edificação de monumentos, portanto, a homenagem feita ao Padre João Maria (1848-1905) pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte revela uma intencionalidade em preservar a memória de um sacerdote tido como abnegado e dedicado à prática do assistencialismo aos mais necessitados da cidade do Natal. O que pode ser esclarecido por (VIANA, 2019, p. 19):

As homenagens, no entanto, não ficaram restritas aos elementos da política local, mas se estenderam a outros segmentos sociais. Em 7 de agosto de 1919, os membros do IHGRN procuraram prestar tributo ao padre João Maria, pelo 38º aniversário de sua vigairaria na paróquia de Na-

tal. Para isto, foi proposto inaugurar uma praça com seu nome e fixar uma herma como “sinal de pública homenagem à venerável memória do sacerdote cristão”.

A partir dessa homenagem feita ao Padre João Maria, percebemos quais os grandes vultos ou personagens históricos que precisavam fazer parte dessa memória republicana para a cidade do Natal. A seleção dos monumentos edificadas atendeu aos critérios de uma elite política, uma vez que, boa parte desses monumentos estão intimamente relacionados com a oligarquia Albuquerque Maranhão que governou o estado do Rio Grande do Norte por mais de vinte anos.

O presente artigo pretende dissociar o caráter elitista que foi empregado à Praça Padre João Maria no contexto histórico da sua criação, apresentando assim outras experiências de religiosidade popular que ali acontecem que não correspondem aos anseios dos intelectuais potiguares que participaram da construção dessa memória republicana na cidade do Natal, constituindo-se assim, portanto, em uma importante manifestação do Patrimônio Imaterial.

Para que possamos atender nosso propósito ultrapassar o caráter meramente mnemônico da memória de enaltecer os méritos dos grandes homens eternizados nos bustos de praças e nas placas de ruas da cidade, precisamos ter clareza de que as memórias construídas dos espaços frequentados por diversos grupos sociais apresenta elementos afetivos, estéticos ou até mesmo morais que destoam entre si, por isso que, muitas vezes, as memórias evocadas por sujeitos diferentes podem fazer referência a um mesmo local, mas com uma descrição que nada se parece com os relatos de outros moradores ou frequentadores daquele local.

Nesse sentido, quando pensamos a experiência da memória enquanto, fundamentalmente subjetiva e detentora de percepções que correspondem às experiências individuais, buscamos compreender que a Praça Padre João Maria, insere-se, portanto, em um campo de

subjetivações e tensões em torno do sentido mais amplo da concepção de Patrimônio apresentada por (POULOT, 2009, p. 239):

A experiência do patrimônio é tributária de uma longa duração das práticas de admiração e de apropriação; desde o século XIX, ela encarnou-se em uma série de dispositivos materiais de rituais e, mais amplamente, de circunstâncias em que as noções de limiar e de contato são particularmente importantes. Seus usos simbólicos, em especial na relação entre sagrado e profano, entre público e privado, desencadeiam, frequentemente — com o objetivo de ilustrar uma legitimidade —, reivindicações de identidades, negociações com os poderes constituídos, além de confrontos de classes, gêneros e culturas.

Diante do que foi elucidado acima, cabe então esclarecer que as práticas de religiosidade popular que acontecem, diariamente, na Praça Padre João Maria, não agregam apenas os devotos do chamado catolicismo popular, mas em conversas informais com adeptos dos cultos da Jurema e da Umbanda na cidade do Natal, tais membros das religiões de matriz africana, confirmaram que também participam de rituais alusivos às religiões afro-brasileiras que acontecem esporadicamente naquele espaço.

Ao ser frequentada ao mesmo tempo por diferentes grupos religiosos, percebemos claramente, que está presente nesse espaço, as estratégias de resistência cultural, pois uma vez que, seja um espaço por excelência de uma tradição cristã e eminentemente popular, não impede que os praticantes das religiosidades de matriz africana ali também realizem seus rituais e expressem sua fé em uma via pública, embora essa convivência não seja democrática em sua plenitude.

A ausência de uma autoridade pertencente à hierarquia eclesiástica do Rio Grande do Norte, interferindo diretamente nas mais diversas manifestações de religiosidade popular que porventura possam acontecer naquele local, também favorece a profusão

de novas identidades culturais/religiosas que vão se constituindo como explica (SILVA, 2012, p. 184):

Desvendar a cultura é revelar as estratégias de identidade que constituem cada grupo social. A identidade religiosa estabelece parâmetros culturais que influenciam as práticas cotidianas, os lugares, relações, posições hierárquicas, atitudes e representações. É importante reavaliar o papel que a identidade religiosa exerce na construção dos papéis de gênero e que influenciam, de forma ampla, os valores e os sentidos de uma dada sociedade, sendo referência de uma intenção em que o imaginado, proposto e idealizado adquire um sentido.

Apesar desse espaço da Praça Padre João Maria, fazer parte da minha rotina, pois membros da minha família costumavam frequentar o local para acender velas ou fazer suas preces pela interseção do Padre João Maria com o objetivo de alcançar determinadas graças. Nunca presenciei qualquer tipo de comentários das pessoas que costumavam frequentar que demonstrassem hostilidade ou conflitos por ser um espaço que agregava muitos moradores de rua entre outros sujeitos de vulnerabilidade social.

Nos anos de 2017 e 2018 por ocasião da minha participação em uma atividade pedagógica denominada Caminhada Histórica da Escola Estadual Professor Anísio Teixeira, percebemos que os estudantes não sentiam-se muito à vontade em permanecer no espaço da Praça Padre João Maria durante a realização da aula de campo.

Inicialmente, não conseguia compreender as razões pelas quais a existência de um velário (espaço destinado acender as velas) e o busto do Padre João Maria com algumas peças em gesso simbolizando os ex-votos poderiam provocar tanto estranhamento assim entre os estudantes.

Ao conversarmos a respeito dessas reações de intolerância religiosa em sala de aula, muitos estudantes fizeram comentários que identificavam o referido espaço da Praça Padre João Maria enquanto espaço de “macumba”. Foi então que ficou muito claro na minha percepção, enquanto docente, que esses estudantes não

conheciam as práticas de devoção que estavam por trás das manifestações culturais da religiosidade popular.

Em decorrência dessas situações de intolerância religiosa que foram identificadas, surgiram algumas inquietações na minha prática docente: de que forma as memórias e/ou experiências religiosas dos devotos podem ser evocadas na sala de aula, demonstrando a importância da relação existente entre o Estado Laico e a liberdade religiosa? Como posso desenvolver estratégias de ensino que viabilizem a desconstrução do racismo religioso na sala de aula?

Apropriar-me de uma problemática de uma situação real da sala de aula foi o que me conduziu na construção do meu projeto de pesquisa, ao ingressar no ano de dois mil e dezenove, no Mestrado Profissional em Ensino de História. Portanto, eu tinha um problema que fazia parte dos embates e conflitos enfrentados em sala de aula e, assim, era necessário qualificar minha prática de ensino para incorporar outras narrativas que promovessem o diálogo entre os diferentes e contribuíssem para aflorar a sensibilidade dos estudantes no que diz respeito à pluralidade religiosa.

Um dos caminhos que percorri para encontrar soluções possíveis para desenvolver a temática da religiosidade popular foi, justamente, aprofundar minhas leituras acerca das categorias/ experiências da religiosidade popular, sincretismo afro-brasileiro e tantas outras nomenclaturas que precisavam ser elucidadas para que conduzisse as discussões em sala de aula sem reforçar estereótipos ou imagens estigmatizadas correspondendo às práticas de religiosidade popular.

Outra possibilidade que também foi extremamente pertinente para a minha prática docente foi a elaboração e posterior aplicação de uma sequência didática, onde parti do processo de urbanização da cidade do Natal no início do século XX para tratar das especificidades do contexto histórico no qual a Praça Padre João Maria foi se constituindo. Em um segundo momento problematizamos o pluralismo religioso e

então tratamos das práticas de religiosidade popular na Praça Padre João Maria. E em um terceiro momento visitamos três praças da cidade do Natal a saber: a Praça André de Albuquerque, a Praça Padre João Maria e a Praça Pedro Velho ou Praça Cívica que se encontra localizada, justamente em frente à escola na qual leciono.

Durante todo o processo que estava mediando a aplicação dessa sequência didática, não foi possível fugir dos embates dos estudantes que são totalmente suscetíveis ao crescente movimento fundamentalista cristão que consolida-se em uma escala ascendente tanto no Brasil, quanto nos demais países da América Latina e Estados Unidos.

Os representantes das igrejas neopentecostais atuam em parceria com os católicos conservadores em ações que consistem em perseguir e promover violência física e simbólica contra toda e qualquer manifestação de religiosidade afro-brasileira.

Tais práticas de racismo religioso são elucidadas por (NOGUEIRA, 2020, p. 63):

O racismo religioso quer matar existência, eliminar crenças, apagar memórias, silenciar origens. É a existência dessas epistemologias culturais pretas que reafirmam a existência de corpos e memórias pretas. É a existência dessas epistemologias pretas que evidenciam a escravidão como crime e o processo de desumanização de memórias existenciais pretas. Aceitar a crença do outro, a cultura e a episteme de quem a sociedade branca escravizou o erro e reconhecer a humanidade, daquele que esta mesma sociedade desumanizou e matou.

Entretanto, cabe aqui ressaltar que a historiografia que se debruça a respeito das práticas de religiosidade da América Portuguesa e do Brasil Imperial, não faltam exemplos de situações, leis e outros mecanismos de controle social que evidenciam a segregação racial e o epistemicídio cometido contra os chamados diferentes. Como assinala (CALAINHO, 2006, p. 53):

Mas salvo exceções e arroubos literários, a legislação portuguesa dos séculos 16 ao 17 foi mesmo implacável na discriminação sistemática aos judeus, cristãos-novos, negros, mulatos, índios e ciganos, adquirindo um caráter extremamente racista e segregacionista. O cristão-novo foi, certamente, aquele que, por suas condições financeiras e culturais, conseguiu amiúde burlar a legislação discriminatória, financiando empreendimentos régios, comprando falsos testemunhos pelas inquirições de gênero.

Em consonância com as abordagens teóricas apresentadas por Nogueira (2020) e Calainho (2006), tanto no passado mais distante quanto na contemporaneidade, foi implementada e continua sendo perpetuada uma guerra sistemática contra toda e qualquer cosmogonia que destoe da hegemonia cristã eurocêntrica.

Tal guerra santa vigente em pleno século XXI dos cristãos fundamentalistas contra os que não compartilham dos valores religiosos cristãos, vem conquistando legitimidade a partir da participação de amplos setores da sociedade civil que estão mobilizados em derrotar ou destruir da memória os resquícios das práticas de religiosidade popular sejam de origem indígena, afro-brasileira ou até mesmo do catolicismo popular, não há, portanto, outra alternativa do que trazer para o debate público o racismo religioso e de como tal comportamento etnocêntrico contribui para impedir o florescimento das culturas locais em profunda conexão com os saberes oriundos das comunidades tradicionais.

Nesse sentido, desmistificar as práticas de religiosidade popular na sala de aula, pode contribuir para a construção de representatividades positivas no que diz respeito ao pluralismo religioso existente tanto no âmbito nacional, regional ou local como explica (CAIMI, 2013, p. 20):

O sujeito é constituído pelo sentido de pertencimento a diferentes grupos — étnicos, sexuais, de classe, de gênero, dentre outros. Múltiplas e distintas identidades constituem o sujeito, na medida em que ele é interpelado em diferentes situações, instituições ou grupos sociais de referência, podendo coexistir identificações e sentidos de pertencimentos até mesmo conflitantes.

A História do Brasil foi e ainda é marcada por tensões sociais que fazem aflorar os conflitos envolvendo a disputa por territórios nas áreas rurais, que aprofundam os abismos sociais em áreas urbanas e que apresentam altos índices nas estatísticas no que diz respeito ao homicídio de mulheres e homossexuais, reforçando assim a brutal violência cometida diariamente com quem transgride os ditames da hegemonia cultural eurocentrada.

Essas e outras disparidades que constituem o panorama social brasileiro é reflexo de uma sociedade que não discute as diferenças e não problematiza a diversidade cultural em instâncias sociais como as estruturas administrativas do Poder Executivo, os patamares do Poder Legislativo, instituições de ensino, sistema de saúde pública, no organograma do Poder Judiciário, enfim em tantas outras esferas que precisam priorizar que a sociedade civil reaprenda a conviver de forma respeitosa e cidadã.

Acredito que a relevância do presente trabalho oferece duas frentes de atuação: valorizar o patrimônio religioso da Praça Padre João Maria, uma vez que, as memórias e/ou as experiências religiosas dos devotos poderiam ser esquecidas ou até negligenciadas pela História tradicional sistematizada pelos livros e outros materiais didáticos e, além disso, a partir desse estudo das práticas de religiosidade popular na Praça Padre João Maria também nos permite desmistificar as situações do cotidiano enredadas no binômio Intolerância Religiosa/Racismo Religioso.

REFERÊNCIAS

CAIMI, Flávia Eloisa. Cultura, memória e identidade: o ensino de história e a construção de discursos identitários. *In: SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta (Org.). Ensino de História, memória e culturas*. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da fé**. Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial. Bauru/SP: EDUSC, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELLEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Cultural**. 3. Reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

JUNQUEIRA, Carmen. Mudança cultural e dinâmica estrutural. *In*: MARIN, Jérri Roberto (Org.) **Religiões e identidades**. Dourados: Ed. UFGD. 2012. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fch-ufgd/20170919051136/pdf_104.pdf. Acessado em: 05/06/2020.

MARINHO, Márcia. **Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense**. Natal: EDUFRN, 2011.

NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância religiosa. *In*: RIBEIRO, Djamila. **Feminismos Plurais**. São Paulo: Pólen, 2020.

PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. **Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: Festas e funerais na Natal oitocentista**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6028/1/arquivototal.pdf>. Acessado em: 18 out. 2020.

SILVA, Eliane Moura. A fenomenologia de Mircea Eliade, a escola romana de história das religiões e a História Cultural: questões teóricas e metodológicas. *In*: MARIN, Jérri Roberto (Org.) **Religiões e identidades**. Dourados: Ed. UFGD. 2012. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fch-ufgd/20170919051136/pdf_104.pdf. Acessado em: 05/06/2020.

VIANA, Helder do Nascimento. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922). **An. mus. paul.** v. 27 São Paulo 2019 Epub Apr. 04, 2019, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101- Acessado em 20 de maio de 2019.

O inimigo na sala de estar

As Assembleias de Deus e os debates em torno da televisão e de um Brasil moderno

Viviane Teixeira Lima Nunes¹

Em uma de suas crônicas humorísticas, Luís Fernando Veríssimo narra a história de um pai de família que descreve, para um atendente de bar, suas desventuras após a chegada do aparelho de TV em sua casa. O homem faz questão de detalhar como um equipamento aparentemente inofensivo adquiriu tanto poder em seu lar: sua chegada tímida, a relação dos filhos com a TV, a paixão da esposa pelas novelas, a decoração nova para combinar com o televisor. Por fim, o aparelho ocupou o lugar mais importante na vida da família, até, por fim, expulsá-lo: “Ela chegara lá em casa pequenininha e aos poucos foi crescendo e tomando conta. Passiva, humilde, obediente. E vencerá. Agora chegara a hora da conquista definitiva. Eu era o único empecilho à sua dominação completa” (VERÍSSIMO, 2003, p. 31).

A crônica trata, com tons de humor, de conflitos cotidianos relacionados à inserção da televisão nos lares e na rotina de homens e mulheres no Brasil, o que ocorreu principalmente entre os anos de 1975 e 1985, período definido por Sérgio Mattos (2002) como a “fase do desenvolvimento tecnológico”. Segundo Mattos, essa fase foi mar-

1 Atualmente cursa Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com bolsa CAPES/MEC. É Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4900013031283402>. E-mail: vih.teixeira@gmail.com.

cada pela nacionalização dos programas de TV e pelo crescimento do alcance da televisão nos lares do país. Nesse processo, o aparelho entendido como um símbolo da modernidade adentrava o espaço privado dos indivíduos, tornando-se parte do cotidiano em uma dinâmica complexa em que algo externo, com uma programação que é pública, diversa e por vezes traz conteúdos estranhos ao habitual na vida desses sujeitos, passa a fazer parte do interno, da vida privada, daquilo que lhes é íntimo. Dessa forma, essa tecnologia participou e também impulsionou uma alteração na relação entre o público e o privado.

De fato, essa alteração chamou a atenção de alguns sujeitos e grupos sociais do período, principalmente de instituições que prezavam pela defesa de um determinado padrão de vida familiar e que procuram disciplinar os usos da vida dos indivíduos, tanto no aspecto público quanto no privado. Uma das instituições que debateu intensamente os usos da televisão aos longos dos anos foi a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), que reúne ainda hoje líderes do movimento pentecostal Assembleias de Deus. O objetivo deste trabalho é, nesse sentido, discutir tais debates sobre a televisão e seus usos dentro do movimento assembleiano a partir do cruzamento de fontes como atas de reuniões da Convenção Geral, resoluções e revistas publicadas pela CGADB, em especial a revista *Lições Bíblicas*².

Em 1969, um editorial da revista religiosa *A Seara*³, carregando como título “Lares Incendiados”, fala de um fogo que invadia os lares trazendo desordens na família, como a perda do controle dos pais sobre os filhos. Trata-se de um fogo “que entrou no próprio espírito da juventude do século XX”, atingindo a família e chegando a ameaçar o governo:

Êsse fogo está separando os laços tradicionais de amizade de pais para filhos, rompendo-os grosseiramente. Êsse fogo está crepitando nas varandas, nas salas, nos quintais e nas cozinhas. Tradicionais encontros fraternais vão sen-

2 Revista publicada pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), editora oficial da CGADB, e utilizada como referencial didático nos encontros de ensino bíblico da Escola Dominical.

3 Periódico publicado desde 1956 pela CPAD.

do substituídos por solilóquios diante do vídeo ou frente a jornais seculares [...] (A SEARA, 1969, maio/junho, p. 2).

Ao que parece, esse “fogo” do qual fala o editorial está relacionado a um certo sentimento de rebeldia que ganhava força em um Brasil predominantemente jovem, passando por transformações culturais em que entravam em evidência anseios por liberdade ao mesmo tempo em que um governo ditatorial estava no poder. Para Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2014), os anos da ditadura civil-militar no Brasil, especialmente a década de 1970, foram marcados por uma valorização da contracultura e de uma rebeldia juvenil alinhadas à ideias de independência e liberdade. Se essas ideias de libertação revolucionária do corpo, do Estado e da vida em geral contrastavam, muitas vezes, com os valores tidos como tradicionais da sociedade, eram demasiadamente destoantes daquilo que a liderança das Assembleias de Deus defendia como valores cristãos que deveriam ser preservados.

No texto do editorial citado acima, um aspecto que é destacado dessas transformações culturais incômodas para a igreja diz respeito a mudanças na relação familiar. Um dos problemas apontados para essa mudança é a substituição dos encontros fraternos entre os familiares pela solidão da relação com os meios de comunicação, especificamente, neste caso, a televisão e “jornais seculares”. Embora esses dois meios de comunicação sejam citados, os jornais cuja leitura podem fazer mal à relação familiar são especificados: trata-se dos jornais “seculares”, “mundanos”. Isso porque a mídia impressa já vinha sendo entendida como um espaço a ser disputado pela igreja, que há várias décadas já possuía uma editora e publicava jornais e revistas oficiais. Era preciso diferenciar, portanto, os impressos publicados pela igreja, entendidos como sadios e, portanto, saudáveis para a família cristã, e os outros impressos. Com relação à televisão, entretanto, não há nenhuma especificação. Compreende-se: não havia no período programação oficial reconhecida pela CGADB, dentro da qual

já havia debates quanto à validade da televisão como uma ferramenta possível para evangelização, ou seja, como um espaço legítimo para ser, assim como a página impressa e o rádio, disputado pelas AD's.

Assim, a abstenção completa da televisão foi um dos pontos defendidos na resolução de usos e costumes da Convenção Geral das Assembleias de Deus — CGADB de 1975. No texto da resolução, a questão da televisão é assim tratada: “7) Uso de aparelho de televisão, convido abster-se, tendo em vista a má qualidade da maioria dos seus programas, abstenção que se justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde” (RESOLUÇÃO DE SANTO ANDRÉ, 1975). Nessa mesma reunião da Convenção Geral, foi discutida a questão dos televangelistas⁴. Durante a reunião, o pastor Joaquim Marcelino chamou atenção para a influência de pastores internacionais que, convidados por líderes das AD's do Brasil para pregar em suas igrejas, acabavam influenciando os membros das igrejas a “adquirirem aparelhos de som e imagem, o que de certo modo tem contribuído para o enfraquecimento espiritual de muitos crentes” (ATA DA CGADB, 1975). A questão dividiu os líderes assembleianos, alguns considerando as colocações contra os televangelistas uma injustiça contra os pregadores que vinham ao Brasil para contribuir com as igrejas nacionais. Em meio à discussão, o pastor Paulo Leivas Macalão afirmou que a preocupação não deveria estar sobre os televangelistas, mas sobre a televisão, chamando atenção mais uma vez para o temor à influência da TV sobre os fiéis, defendendo que os líderes assembleianos deveriam ter cuidado para que aqueles permanecessem afastados desse meio de comunicação.

Os debates dentro da CGADB quanto à TV, sua programação e seus usos pelos cristãos assembleianos já dividiam a Convenção há al-

4 Evangélicos que entendem a televisão como um possível meio de evangelização e pregam através de programas religiosos. No período, essa prática já era bastante comum nos Estados Unidos da América. Um exemplo é o evangelista Billy Graham, que havia visitado o Brasil para uma cruzada evangelística, o que foi uma das razões para que esse tema entrasse na discussão da Convenção Geral.

guns anos, gerando conflitos entre a liderança das AD's. Na reunião da Convenção Geral de 1968, o tema foi colocado em pauta quando, no encerramento da sessão vespertina do dia 28 de novembro, o pastor Moreira da Costa questionou se era lícito ao crente possuir televisão. Devido a temas considerados mais urgentes, a questão foi adiada após a fala de dois pastores contra o uso da televisão. Assim, no dia 29 o assunto entrou mais uma vez no centro da discussão dos convencionais.

A intensa discussão que se seguiu contou com testemunhos de experiências ruins com a televisão e relatos de revelações espirituais sobre seus males, leituras de artigos de jornais sobre os “malefícios da televisão” (inclusive de jornais seculares!) e referências a supostos discursos científicos para embasar o posicionamento de pastores contrários ao uso da TV pelos fiéis. Francisco Assis Gomes, ao pedir a palavra, declarou que a televisão era comparável ao efeito da má língua “que contamina o corpo, inflama o curso da natureza e está cheio de peçonha mortal” (ATA DA CGADB, 1968, *apud* DANIEL, 2004, p. 398).

O pastor José Pimentel de Carvalho chegou a afirmar que “o crente que tem uma televisão em sua casa está roubando a espiritualidade de seus familiares” (*ibid.*) Nota-se, também aqui a família cristã e o uso da televisão aparecem juntos numa mesma discussão. É comum que, nos discursos oficiais das AD's do período, quando se discorre sobre os riscos à família no mundo moderno, a televisão apareça. Semelhantemente, quando a própria televisão é debatida, a família aparece como uma questão. Assim, os dois assuntos parecem estar associados no imaginário dos líderes das Assembleias de Deus do Brasil contrários ao uso do aparelho devido ao fato de a televisão estar adentrando o lar, entendido por esse grupo como o espaço íntimo da família e, portanto, um ambiente sagrado onde os valores cristãos pentecostais devem ser preservados e ensinados às próximas gerações. As ameaças trazidas pela televisão são, para eles, advindas da entrada de discursos estranhos ao da igreja dentro das residências, o que interfere no controle daquela sobre o ambiente familiar.

Por outro lado, foi partindo da ideia de que a televisão é apenas mais um meio de informação mal utilizado que alguns dos pastores presentes na reunião da Convenção se posicionaram de maneira diferente quanto ao seu uso. O pastor José de Castro, por exemplo, se posicionou pela não proibição do uso da TV, mas que os fiéis deveriam ser ensinados a usá-la com prudência.

Após o debate, foi colocada em votação a proposta de que pastores das AD's do Brasil não deveriam possuir televisão, devendo aqueles que já possuíam algum aparelho se desfazer do mesmo. No caso dos membros da igreja, votou-se que também deveriam ser recomendados a se desfazer de seus televisores. A resistência seria punida com a suspensão da igreja. A proposta foi aprovada pelos convencionais. A medida adotada para fazer pública a decisão da Convenção Geral foi a publicação de uma resolução no jornal *Mensageiro da Paz*, principal veículo de divulgação das posições oficiais da igreja, em 1969.

Essa ação comum de divulgação no principal periódico da igreja não foi adotada, entretanto, em 1973, quando os debates sobre a televisão retornaram ao centro de discussões da Convenção. Após mais uma vez a CGADB decidir, não sem conflitos e dissensos, pela abstenção do uso de televisores, os convencionais reconsideraram a divulgação impressa da posição. Isso se deu depois que o pastor Altomires Sotero da Cunha alertou os reunidos sobre o “perigo de combater frontalmente os meios de divulgação devidamente reconhecidos pelo Governo” (ATA DA CGADB, 1973 *apud* DANIEL, 2004, p. 424). A razão não é difícil de compreender: Segundo Carlos Fico (2002), foi justamente após dezembro de 1968 (a convenção daquele ano ocorreu em novembro), com o AI-5, que a censura da imprensa se intensificou e se sistematizou. Assim, o temor de alguma reação do governo militar motivava uma autocensura por parte dos produtores dos periódicos a determinados discursos que pudessem comprometer a editora ou a própria igreja.

Provavelmente, a autocensura que levou a não-publicação do posicionamento das Assembleias de Deus em relação à TV atingiu também outros periódicos, podendo explicar, ao menos em parte, a estranha ausência de críticas diretas à televisão ou sua representação como um mal em si nas revistas *Lições Bíblicas* durante os anos 1970. André Dionei Fonseca (2018), ao estudar a revista *A Seara*, aponta a desarmonia no discurso de um grupo que criticava a televisão como uma das causas de “desordem” da juventude ao mesmo tempo em que tentava se colocar ao lado do governo que impulsionava a chegada da televisão aos lares, sem fazer qualquer relação entre uma coisa e outra. O autor afirma, então, que por tratarem de uma política de governo, os redatores do periódico *A Seara* eram cautelosos nas considerações sobre a TV nesse período. Semelhantemente, nas revistas *LB*, as críticas ao lugar que a televisão passava a ocupar no cotidiano dos sujeitos eram mais sutis, pouco parecidas com os discursos inflamados declarados nas reuniões da Convenção onde o tema havia sido discutido.

Em número de 1975 da *LB*, por exemplo, o pastor João de Oliveira, comentarista responsável pelo número em questão, apontava o que considerava como um perigo para os crentes e para a igreja em geral “hoje há os que deixam os cultos para passeio, praias, calçadas e programas de TV” (*LIÇÕES BÍBLICAS*, 1975, jan./mar., p. 49). Neste texto, a TV é apresentada como parte de um grupo de “distrações” que podem vir a tirar o foco do fiel, levando-o a abandonar a igreja e, conseqüentemente, a “enfraquecer na fé”. Não há, entretanto, nenhuma menção à TV como maligna em si, ou seria tão maligna quanto um passeio. A ideia apresentada é a de que a televisão pode ser prejudicial caso o fiel desviasse suas atenções da igreja e de sua fé para ela. Assim, o problema não é apresentado como sendo o aparelho em si, mas o uso excessivo deste. Não só não é feita nenhuma associação entre a popularização da televisão e o governo quanto a própria crítica à TV soa um tanto branda.

Assim, essa “desarmonia” ressaltada por Fonseca, que à primeira vista pode parecer incoerência, na verdade demonstra que, longe de as AD's e o regime possuírem absolutamente os mesmos interesses, havia uma relação complexa da igreja para com a censura e até o próprio governo militar. Ao mesmo tempo em que a censura não satisfazia suficientemente os ideais morais da igreja por ainda permitir a veiculação de certos comportamentos, aquela temia reações do regime ao se posicionar publicamente em seus impressos oficiais.

Percebe-se, os líderes da igreja reconheciam o apoio e financiamento do governo militar ao sistema de televisão, mas evitavam tornar pública a reprovação a essa atitude. Ora, a popularização da TV não só foi vista com bons olhos como foi incentivada pelo regime militar como parte de um projeto de modernização conservadora. Para Hamburger, “as telecomunicações foram consideradas estratégicas na política de desenvolvimento e integração nacional do regime” (Hamburger, 1998, p. 454).

Para Sacramento (2011), o projeto de homem brasileiro que o regime militar visava construir, utilizando as telecomunicações como um meio para tal, estava alinhado a valores ligados a um cristianismo conservador. O regime visava uma integração nacional que, mesmo mantendo determinados valores, acompanhasse a modernização tecnológica e científica. Já para os arquitetos da igreja, a própria ideia de modernização, de mudança, era vista com maus olhos por representar uma ameaça aos padrões tradicionais.

Embora de base católica, o conservadorismo que marcava o regime e suas medidas em nome da defesa da moral se aproximava em diversos aspectos das ideias tidas como tradicionais das Assembleias de Deus. Não satisfazia, entretanto, muitos outros. Por isso, a censura à televisão não era suficiente: era necessária a abstenção completa de seu uso. Isso porque a TV, entendida como símbolo e fruto da modernidade, difundia novas identidades e informações que eram

entendidas no imaginário da igreja e discutidas em seus impressos (e provavelmente dentro dos templos) como questões morais: aquilo que interpretavam como sendo a “cultura moderna”.

A igreja é a coluna e firmeza da verdade, I Ts 3.15 [menção à passagem bíblica de tessalonicenses cap. 3, versículo 15]. Num tempo em que a “cultura moderna” procura transtornar os fundamentos da moral, da Bíblia e da boa tradição, apresentando o amor livre e o divórcio como uma grande conquista da liberdade, a Igreja não pode ficar calada, mas deve pregar, praticar e manter as verdades da Bíblia sobre estes assuntos. O silêncio pode ser catastrófico (*LIÇÕES BÍBLICAS*, 1977, jul./set., p. 39).

Essa “cultura moderna”, no olhar da igreja, estava associada ainda a um materialismo que colocava a espiritualidade em segundo plano:

Este infeliz materialismo tem, em nome da cultura ou da falsamente chamada ciência [...], introduzido as mais avançadas pornografias, novos conceitos sobre a vida moral, todas as formas de anormalidade sexual e um desenfreamento absoluto em assaltos, violências, usos de drogas, etc. (*LIÇÕES BÍBLICAS*, 1981, jul./set., p. 39).

Nota-se, a batalha da igreja contra a TV reflete, também, uma disputa cultural marcada pelo temor das transformações, especialmente no que diz respeito a questões de gênero e sexualidade. Hamburger (1998) aponta, por exemplo, diversos exemplos de maneiras como as telenovelas atualizavam as representações de mulher e família. Referências ao sexo antes do casamento e ao orgasmo, adultério, contracepção, divórcio e independência feminina começavam aparecer com mais intensidade nas tramas. Para Ridenti (2000, p. 334), a difusão do sexo nos meios de comunicação a partir dos anos 70 coexistia com o conservadorismo que tinha como tripé tradição, família e propriedade. De fato, longe de anular uma à outra, essas ideias conservadoras e “modernas” conviviam na mentalidade e nos valores da sociedade no Brasil desse período. Não de maneira harmoniosa, en-

tretanto, mas em uma dinâmica de conflitos e disputas culturais das quais a igreja não estava isolada. Logo, se a TV veiculava a “cultura moderna” que a igreja tanto queria combater, resistir à TV era, para esse grupo, resistir ao avanço de uma “cultura” moderna maligna.

Se na década de 1970 a autocensura fazia esse posicionamento ser amenizado nas revistas *Lições Bíblicas* e em outros periódicos da CPAD, os discursos sobre a televisão e sua representação como algo maligno em si, nos anos 80 esse certo silêncio começa a dar lugar a uma crítica mais direta:

A imoralidade caracteriza os dias de hoje. Todos os meios de comunicação estão influenciados pelos novos conceitos de vida moral: revistas, TV, rádio, etc [...] aquilo que há 20 ou 25 anos era desonra para a família, é hoje tão comum que nem merece ser mencionado (*LIÇÕES BÍBLICAS*, 1983, jul./set., p. 7).

Por outro lado, a TV aparece aqui juntamente com outros meios de comunicação como influenciados por novos valores morais. Entretanto, outros meios de comunicação como revistas e rádio já eram aceitos e até utilizados como meio de evangelização pelas AD's, enquanto a televisão ainda era reconhecida oficialmente como tão prejudicial que não deveria sequer ser utilizada. Mas, nesse texto, esses dois tipos de meios de comunicação (os entendidos como possíveis de serem disputados pela igreja e aquele a que a igreja sequer permite o uso) aparecem juntos, como se não houvesse diferença entre eles. Esse detalhe pode indicar uma importante tendência nessa relação entre as Assembleias de Deus e a televisão no Brasil: ao que parece, a percepção do mal começa a ser transferida do aparelho em si para a programação nele veiculada. Em outras palavras, a ideia de que o televisor em si é maligno por introduzir nos lares ideias malignas começa a dar lugar ao entendimento de que o aparelho é só um veículo de informação e entretenimento mal utilizado. Embora a associação da TV com uma modernidade recusada permaneça, o foco começa a ser desviado do televisor para a programação:

É público e notório que a nossa pátria vive uma crise política, moral e espiritual sem precedentes. Alguns meios de comunicação de massa transformam os lares brasileiros em verdadeiras lixeiras, com as suas programações recheadas de promiscuidades sexuais (*LIÇÕES BÍBLICAS*, 1988, jul./set., p. 35).

Essa mudança aparente começa a acontecer no mesmo momento em que, mesmo que ainda seja oficialmente vetado ao cristão assembleiano o uso de televisão, os membros da igreja começam a se abrir para, inclusive, inserir o discurso da igreja nela. Assim, no início da década de 80 surgia o que é considerado por diversos autores como sendo o primeiro programa de televisão das Assembleias de Deus: o *Boas Novas no Lar*⁵. O programa era realizado em um horário da TV Guarujá comprado pela Assembleia de Deus em Belém (PA).

Gedeon Freire de Alencar (2000), ao apontar a existência do programa *Boas Novas* nos anos 1980, cogitou que ele não teria causado grandes polêmicas por conta de seu caráter regional. Para muito além disso, o fato de a exibição desse programa não ter causado rebuliço dentro da igreja pode estar relacionado, na verdade, a uma real abertura dos líderes das AD's para aceitar a televisão, mesmo que ainda estivesse em vigor a resolução de 1975.

Na verdade, as Assembleias de Deus entraram na rede de televisão ainda alguns anos antes de, oficialmente, isso ser permitido: em 1997 era inaugurado o programa *Movimento Pentecostal*, que contava com apresentações do Pr. José Wellington, na época o presidente da CGADB. Dessa maneira, na prática a resolução que proibia até mesmo o uso dos televisores caía por terra. Oficialmente, entretanto, o fim dessa proibição só veio acontecer em

5 Embora o *Boas Novas no Lar* seja comumente considerado o primeiro programa de TV das AD's, Catiane Rocha Passos de Sousa (2017) aponta, baseando-se na biografia de um missionário assembleiano, que houve a exibição de um programa evangelístico ainda na década de 60, intitulado *Palavras de Vida*. A autora deixa claro, entretanto, que não encontrou outros registros sobre esse programa. Para Catiane, esse silêncio quanto ao *Palavras de Vida* pode ser entendido como um mecanismo de manutenção da unidade doutrinária da igreja no período.

1999, com a resolução ELAD que, ao invés de proibir a televisão, alertava contra seu mau uso.

Para André Dionei Fonseca (2009) a inserção das AD's na rede de televisão brasileira deve muito ao Projeto Década da Colheita, ou melhor, à falha no alcance das metas colocadas para o Projeto. Desenvolvido a partir de um encontro internacional nos EUA entre lideranças das Assembleias de Deus, o *Década da Colheita* tinha como uma de suas metas que a igreja chegasse aos anos 2000 com cerca de 50 milhões de fiéis. Para isso, a indicação tirada na reunião internacional era de que as AD's brasileiras utilizassem a mídia, inclusive a TV, como meio de evangelização. Devido ao veto da resolução de 1975, as AD's brasileiras recusaram à TV como meio de propagação. Fonseca afirma que, ao dar-se do fracasso com relação à meta estipulada, os assembleianos reconsideraram com mais afinco a questão do uso da rede de TV como instrumento evangelístico.

Sem negar a importância que a Década da Colheita teve nesse processo, convém considerar que diversos outros questões contribuíram para tal mudança de posicionamento. Primeiramente, é importante considerar que o posicionamento dos líderes das Assembleias de Deus sobre a televisão nunca foi homogêneo: os conflitos que resultavam dos debates sobre esse assunto devem ter gerado reflexões e mudanças de pensamento que aos poucos, foram convencendo vários fiéis. Além disso, o deslocamento do “mal” do aparelho de televisão em si para a programação nele veiculada permitiu que se fortalecesse a ideia de que a rede de televisão também possível de ser disputada, de ser utilizada como um meio de propagação das ideias desse grupo religioso, em oposição às que eram por eles consideradas malignas.

Pode-se dizer então, que a televisão foi entendida pela igreja naquele momento como uma necessidade para ampliar a comunicação com os fiéis e não-fiéis. Necessidade que veio da intenção de construir uma identidade oficial legítima para os assembleianos, veio do desejo pela

expansão da igreja de maneira integrada e, principalmente de controle sobre essa expansão. Mas tudo isso só foi possível porque a forma como a própria televisão era entendida por muitos sofreu modificações, prevalecendo a concepção de que se havia algum mal na TV este era derivado da programação nela veiculada, não dela mesma.

É assim, que, já em 1999, no texto que acompanha e justifica a resolução do 5º ELAD, é possível perceber um jogo peculiar com a noção de mudança: ao mesmo em que são apresentadas as modificações na posição oficial da igreja quanto aos costumes, essa mudança é suavizada, como que não representasse uma transformação nas ideias de um grupo religioso que prezava pela estabilidade da tradição. A mudança com relação à TV, entretanto, parece a mais fácil de se lidar porque é expressada como sendo fruto do encontro de um novo meio de evangelizar:

Devemos aperfeiçoar as nossas estratégias de evangelismo e não mudar arbitrariamente os nossos costumes, pois isso choca a maioria dos crentes. Criar novos métodos para alcançar os pecadores, disso, sim, precisamos, para que o nosso crescimento possa continuar (DANIEL, 2004, p. 581).

As mudanças pelas quais a igreja passava se davam no mesmo momento em que a própria modernidade, a qual a televisão era associada como sendo um símbolo, começava a ser representada de uma outra maneira nas Revistas da Escola Dominical:

É uma lástima que [...] o povo de Deus tenha uma tendência inata para conformar-se com a maneira de viver e proceder do mundo, isto é, seus valores, padrões, prazeres, costumes, práticas e procedimentos. Isso parece evolução, modernidade, mas a Palavra diz o contrário [...] (LIÇÕES BÍBLICAS, 1996, out./dez., p. 24).

Se por muitos anos a modernidade e a deturpação dos valores morais foram representadas juntas nas páginas do impresso, como caminhando em parceria, agora elas começam a ser estranhamente desas-

sociadas. No texto acima, a crítica a valores e costumes que não os que eram pregados dentro da igreja permanece. Entretanto, a modernidade nada tem mais a ver com eles: a crença de que esses novos valores “mundanos” representam a modernidade é colocada como uma farsa, uma mentira. Em outras palavras: se antes a própria modernidade era associada ao mal, agora é entendida como avanço e progresso. As ideias consideradas pecaminosas não são mais associadas à noção de modernidade de fato, mas de uma falsa modernidade, uma falsa evolução.

Ou seja, embora algumas concepções morais tenham se mantido ao longo do tempo, os discursos sobre a modernidade precisaram ser alterados para que incluíssem a ideia de uma igreja que pode se transformar sem, entretanto, perder seus ideais conservadores. A concepção de moderno com que a igreja passa a trabalhar permite, assim, que ela aceite a ideia de modernização sem, por outro lado, adotar valores considerados malignos.

Bertone de Oliveira Sousa (2010), ao estudar revistas das Escolas Dominicais dos anos 2000, nota o surgimento de um outro “mal”: o “pós-modernismo”. Segundo o autor, naquelas revistas “a pós-modernidade é caracterizada como uma época de centralização no homem, ascensão do relativismo, materialismo, incredulidade, rebeldia humana, diversidade, multiplicidade, egocentrismo, hedonismo e valorização do paganismo e do multiculturalismo [...]” (SOUSA, 2010, p. 238). Não é difícil notar que várias dessas características eram colocadas como “modernas”. Mas quando o “moderno” começa a ser aceito, um novo inimigo maligno é criado.

A inserção das assembleias de Deus no sistema de televisão acompanha, portanto, transformações tanto na maneira como seus fiéis compreendem a modernidade quanto na forma como lidam com sua concepção de mal. Se, para eles, a televisão podia inserir discursos malignos dentro dos lares, agora ela passa a também poder levar até esses mesmos lares as pregações bíblicas e os valores conservadores

de um grupo religioso que mantém uma relação complexa com o que entendem como moderno: relação esta que não se resume à negação ou aceitação, incluindo ressignificações na maneira como se entende o próprio mundo e a passagem do tempo.

REFERÊNCIAS

HAMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. *In*: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FICO, Carlos. **“Prezada Censura”**: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 251-286.

NAPOLITANO, Marcos. Coração Civil. **A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)**- ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

SACRAMENTO, Igor. **Depois da revolução, a televisão** — Cineastas de esquerda no jornalismo televisivo dos anos 1970. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011.

FONSECA, André Dioneu. “Tempos de inquietação”: o contexto de 1968 nas páginas da revista A Seara da Igreja Assembleia de Deus. **Revista Transversos**, v. 1, n. 13, p. 200-224, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327192991_Tempos_de_inquietacao_o_contexto_de_1968_nas_paginas_da_revista_A_Seara_da_Igreja_Assembleia_de_Deus. Acessado em: 16 dez. 2019.

MATOS, Rita de Cássia Aragão; SOUZA, C. R. P. Assembleias de Deus em vias de midiaticização: entre dizeres e silêncios. **Questões Transversais — Revista de Epistemologias da Comunicação**. v. 5, n. 9. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/14845/pdf>. Acessado em: 16 dez. 2019.

ROIZ, D. DA S.; FONSECA, A. D. As representações da Igreja Assembléia de Deus sobre a televisão entre 1960 e 2000. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 2, n. 4, 11. Disponível em: <http://www.perio->

dicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26731. Acessado em: 16 dez. 2019.

SILVA, William Costa da; ALVES, R. F. M. **A Assembléia de Deus na TV: percepções sobre a Rede Boas Novas Belém**. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte — Manaus - AM — 24 a 26/05/2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/norte2017/resumos/R54-0283-1.pdf>. Acessado em: 16 dez. 2019.

SOUSA, B. O. Religião e negação da modernidade: a leitura fundamentalista da bíblia nas revistas de escola bíblica dominical da Assembléia de Deus. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 3, n. 7, 11. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30335>. Acessado em: 16 dez. 2019.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Ela*. In: **O nariz & outras crônicas**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DANIEL, Silas. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004

FONTES

PERIÓDICOS

A Seara, maio/junho de 1969, Rio de Janeiro: CPAD

Lições Bíblicas, 1º trimestre de 1975, Rio de Janeiro: CPAD

Lições Bíblicas, 3º trimestre de 1977, Rio de Janeiro: CPAD

Lições Bíblicas, 3º trimestre de 1981, Rio de Janeiro: CPAD

Lições Bíblicas. 3º trimestre de 1983, Rio de Janeiro: CPAD

Lições Bíblicas. 3º trimestre de 1988, Rio de Janeiro: CPAD

Lições Bíblicas. 4º trimestre de 1996, Rio de Janeiro: CPAD

RESOLUÇÕES

Resolução de Santo André. Transcrição completa em DANIEL, Silas. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 438-439.

Resolução do 5º ELAD. Transcrição completa em DANIEL, Silas. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 581

ATAS DE CONVENÇÕES:

Ata da Convenção Geral de 1975 *apud* DANIEL, op. cit. 2004, p. 439.

Ata da Convenção Geral de 1968, sessão do dia 26 de novembro *apud* DANIEL, 2004, p. 398.

Ata da Convenção Geral de 1973 *apud* DANIEL, 2004, p. 424.

Índice remissivo

Abertura política, 250, 257.

Academia Cearense de Medicina, 112, 113, 120, 121, 313.

Adoecimento, 160, 161, 162, 163, 166, 171.

Amazônia, 141, 341, 342, 343, 344, 349, 350, 354.

Anticomunismo, 182, 263, 273.

Assassinato, 130, 131, 137, 138, 139, 140.

Assistencialismo, 213, 362.

Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 213, 214, 217, 221.

Ceará, 41, 57, 61, 75, 83, 88, 89, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 123, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 163, 165, 166, 168, 172, 177, 186, 187, 188, 189, 193, 195, 197, 209, 211, 216, 222, 233, 235, 236, 238, 241, 242, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 311, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 321, 325, 371.

Cemitério, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29.

Clero católico, 244, 246, 249.

Conceição do Coité, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 284, 285, 288, 28, 29, 291, 292.

Corpo, 17, 25, 66, 68, 85, 86, 87, 89, 90, 125, 126, 130, 133, 146, 162, 170, 171, 178, 188, 208, 246, 296, 311, 312, 313, 316, 317, 318, 321, 322, 323, 324, 325, 334, 339, 346, 349, 350, 373, 375.

Crime, 47, 52, 55, 80, 81, 82, 89, 138, 139, 140, 210, 367.

Cultura, 15, 19, 24, 26, 27, 28, 145, 168, 171, 194, 213, 225, 292, 329, 353, 365, 367, 379, 380.

Diário, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 71, 72, 99, 329.

Diocese de Porto Nacional, 293.

Discurso médico, 42, 53, 312, 319, 320, 322, 323, 324, 325, 331, 335.

Disputa, 127, 132, 140, 166, 236, 262, 288, 324, 369.

Eleições de 1962, 261, 262, 263, 265, 266.

Enfermagem, 36, 122, 165, 350.

Ensino de História, 243, 261, 35, 366, 369.

Entorpecentes, 312.

Estratégias, 26, 136, 161, 177, 185, 191, 212, 219, 220, 263, 280, 29, 294, 300, 304, 364, 365, 366, 383.

Estudo de caso, 32.

Fé, 27, 45, 161, 164, 179, 188, 190, 217, 233, 236, 239, 250, 252, 258, 279, 280, 286, 294, 295, 364, 369, 377.

Fernandes Figueira, 327, 328, 330, 332, 335, 336, 338.

Fortaleza, 32, 75, 79, 87, 88, 89, 90, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 177, 180, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 195, 197, 206, 208, 209, 210, 222, 223, 235, 236, 240, 242, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 313, 325, 361.

Gênero, 77, 86, 89, 90, 108, 209, 210, 309, 365, 368, 379, 396.

Goiás, 29, 61, 293, 294, 306.

Higienização, 146, 195.

História da Loucura, 122, 123.

Homeopatia, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 136, 139, 140, 142.

Igreja Católica, 61, 62, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 213, 225, 226, 229, 230, 233, 234, 236, 237, 243, 246, 253, 254, 276, 277, 279, 280, 281, 284, 285, 28, 29, 291, 292, 294, 300, 302, 304, 305, 306, 361.

- Igreja Popular, 275, 279, 281, 284, 285, 288, 289, 290.
- Jornais, 34, 57, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 92, 100, 105, 112, 113, 114, 115, 121, 127, 128, 129, 134, 135, 138, 139, 221, 264, 268, 269, 272, 280, 373, 375.
- Legião Cearense do Trabalho, 177, 189, 190, 191, 193.
- Leigos progressistas, 275, 281, 284, 285, 287, 288, 290.
- Lepra, 57, 58, 62, 96, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 161.
- Luta, 112, 150, 158, 159, 160, 163, 168, 169, 170, 171, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 213, 214, 217, 218, 220, 222, 227, 236, 239, 250, 265, 270, 282, 283, 287, 333.
- Maranhão, 243, 244, 247, 249, 253, 255, 257, 258, 292, 316, 362, 363.
- Maternidade, 85, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 102, 104, 109, 327, 328, 333, 337.
- Memória, 28, 72, 73, 109, 113, 166, 169, 225, 234, 243, 292, 332, 36, 362, 363, 368, 369, 370.
- Modernidade, 303, 372, 378, 380, 383, 384, 386.
- Monografia, 31, 32, 38, 39.
- Movimento estudantil, 241, 249, 252, 253, 254.
- Mulher, 36, 65, 76, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 94, 208, 273, 314, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 338, 339, 345, 379.
- Operários têxteis, 143, 144, 147, 150, 151.
- Partido dos Trabalhadores, 233, 237, 239, 242, 257, 281, 292.
- Pastoral da Mulher Marginalizada, 201.
- Patrimônio Imaterial, 363.
- Patrimônio religioso, 369.
- Política, 29, 92, 93, 94, 97, 106, 107, 114, 116, 117, 118, 123, 134, 135, 157, 159, 163, 168, 171, 172, 181, 185, 186, 189, 193, 195, 206, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 225, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 242, 246, 250, 252, 254, 261, 262, 263, 265, 266, 269, 270,

271, 272, 277, 284, 285, 286, 287, 288, 28, 29, 291, 292, 293, 294, 295, 301, 303, 304, 305, 306, 336, 343, 362, 363, 377, 378, 381.

Portuários, 177, 180, 188, 190, 191, 192.

Povos indígenas, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 170, 172.

Prisão, 77, 87, 89, 139, 205, 210, 255, 271.

Prostituição, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 208, 337.

Psiquiatria, 42, 51, 56, 77, 83, 113, 115, 117, 118, 119.

Salesianos, 227, 231.

Saúde, 16, 17, 21, 22, 24, 25, 28, 36, 42, 50, 61, 63, 66, 81, 83, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 131, 138, 147, 148, 150, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 200, 234, 312, 329, 330, 331, 336, 337, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 369, 374.

Saúde Mental, 113, 115.

Século XX, 43, 45, 46, 51, 57, 95, 109, 114, 141, 144, 149, 154, 181, 187, 195, 209, 211, 246, 294, 295, 296, 300, 304, 312, 328, 330, 331, 335, 338, 343, 347, 350, 351, 355, 362, 366, 372.

Táticas, 26, 77, 280, 284, 287, 291.

Televisão, 264, 267, 268, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 380, 381, 382, 383, 384, 385.

Tempo, 16, 17, 19, 20, 24, 26, 38, 46, 54, 55, 59, 60, 65, 71, 106, 109, 115, 116, 118, 136, 141, 143, 147, 160, 163, 168, 169, 204, 210, 218, 220, 234, 244, 252, 259, 269, 270, 275, 282, 28, 293, 301, 303, 304, 311, 312, 318, 319, 336, 337, 351, 364, 377, 378, 379, 384, 385.

Tocantins, 293.

Trabalho, 22, 23, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 45, 46, 92, 96, 112, 113, 118, 135, 139, 147, 149, 150, 151, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 178, 180, 182, 183, 184, 193, 195, 196, 198, 200, 201, 202, 203, 212, 214, 217, 219, 220, 228, 229, 231, 241, 247, 258, 271, 295, 314, 323, 333, 336, 337, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 350,

352, 353, 354, 369.

Tuberculose, 96, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 161, 164, 337.

Vale do Jaguaribe, 211, 212, 214, 215, 217, 219, 220, 221.

Visitadoras sanitárias, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 350, 351.

Realização



Apoio



Este livro foi composto em fonte Minion Pro,
em e-book formato pdf, com 392 páginas
Dezembro de 2020



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Livro com artigos apresentados no VI Seminário Internacional História e Historiografia. Os trabalhos aqui reunidos fizeram parte dos Simpósios Temáticos “História e Saúde experiências, memórias, sociedade, cultura e poder”, “Religião, Política e Lutas Sociais no Brasil Republicano”, “Saúde, gênero e ciência debates e perspectivas na história” e “História Cultural das Religiões”. O Volume X — História da Saúde e das Religiões é o resultado do encontro de quatro Simpósios Temáticos, dois concernentes ao campo de pesquisa da História da Saúde e dois da História das Religiões, cujas comunicações contribuíram significativamente para o fortalecimento da produção do conhecimento histórico, em seus enfoques e abordagens específicos.